UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

CARLOS JOÃO BATISTA MANJATE

"A MORTE QUE SE RESPIRA": TÁTICAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS EM MAHOCHE (MOAMBA, MOÇAMBIQUE)

PORTO ALEGRE
2026

CARLOS JOÃO BATISTA MANJATE

"A MORTE QUE SE RESPIRA": TÁTICAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS EM MAHOCHE (MOAMBA, MOÇAMBIQUE)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Económicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos.

PORTO ALEGRE

2026

CIP - Catalogação na Publicação

Manjate, Carlos João Batista
"A morte que se respira": táticas cotidianas de resistência camponesa às transformações socioambientais da exploração de pedreiras em Mahoche (Moamba, Moçambique) / Carlos João Batista Manjate. -- 2026.
212 f.
Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2026.

1. Resistência cotidiana. 2. Transformações socioambientais. 3. Ku yakissa. 4. Autonomia camponesa. 5. Monocultura de pedra. I. Anjos, José Carlos Gomes dos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CARLOS JOÃO BATISTA MANJATE

"A MORTE QUE SE RESPIRA": TÁTICAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS EM MAHOCHE (MOAMBA, MOÇAMBIQUE)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Económicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 9 de junho 2026

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos- Orientador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Camila Pena

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Cindia Brustolin

Universidade Federal de Maranhão

Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Deus e aos ancestrais, pela luz e pela coragem nos momentos de dúvida. Dedico também à minha esposa Rita, e aos meus filhos Augusto, Alyshia e Ayana, por serem presença viva de afeto, resistência e inspiração em cada página escrita.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta tese foi possível graças ao apoio de muitas pessoas e instituições, mas também pela luz e pela coragem que, nos momentos de dúvida, vieram de Deus e dos ancestrais. A eles, expresso minha gratidão mais profunda e sincera.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e à CAPES pelo apoio institucional e financeiro que tornaram possível minha trajetória no doutorado e culminaram nesta pesquisa que agora ganha corpo em forma de tese.

De modo especial, registro minha gratidão à equipe da secretaria do PGDR — Danielle, Macarena e Paula — pelo apoio constante nas questões administrativas e pela paciência em facilitar os trâmites acadêmicos. No início, quando enfrentei dificuldades burocráticas que quase me afastaram do programa, vocês foram porto seguro e presença acolhedora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Carlos, agradeço a liberdade concedida para construir minhas ideias, sem deixar de oferecer críticas construtivas. As lacunas que permanecem nesta tese são de minha exclusiva responsabilidade: muitas foram apontadas, mas algumas ficaram por opção ou por debates que se tornaram parte do processo de escrita.

Meus agradecimentos se estendem às professoras Cindia Brustolin, Camila Pena e Lorena Cândido Fleury, que aceitaram compor a banca avaliadora. Reconheço com alegria e respeito o valor de suas contribuições no exame de qualificação. Nem todas puderam ser incorporadas, mas cada sugestão foi recebida com seriedade e carinho, compondo o mosaico de reflexões que sustentam este trabalho.

A todos/as professores/as que cruzaram meu caminho, seja no PGDR ou em outros programas, deixo meu reconhecimento. Cada linha escrita nesta tese carrega também o esforço de aplicar os ensinamentos que recebi, e que levarei para a vida acadêmica e pessoal.

Aos colegas de jornada, agradeço pelos debates dentro e fora da academia. Vocês foram parte essencial da costura desta tese. Um abraço especial ao LUTA, à Ana, à Lívia, ao Ivan, ao Edison, ao Yuri, à Adriana, ao Ayowovi e tantos outros que, mesmo sem o nome aqui registrado, têm minha gratidão.

Sou igualmente grato ao pessoal terceirizado da UFRGS, que com dedicação mantiveram os espaços limpos, iluminados e acolhedores. Esse cuidado silencioso foi fundamental para minha concentração e para o ambiente de estudo.

Agradeço profundamente à banca Raízes da Feira de Agroecologia de Porto Alegre, em especial ao Mauro e sua família, pela oportunidade de trabalho temporário que me foi oferecida. Esse gesto foi fundamental para viabilizar minha logística na cidade, sobretudo em um período em que eu não dispunha de bolsa de estudos, tornando possível a continuidade do meu percurso acadêmico.

À comunidade de Mahoche, que resiste bravamente às transformações socioambientais que ameaçam sua existência, agradeço a generosidade em me receber, dialogar e responder às minhas perguntas. Vocês são inspiração viva desta pesquisa.

À minha família, meu alicerce: meus filhos Augusto, Alyshia e Ayana, e minha esposa Rita, presença constante de afeto, resistência e inspiração em cada página escrita. À minha mãe Alda e ao meu pai João Batista, por me terem gerado e sustentado. Ao meu irmão Zeca, pela presença contínua junto à minha esposa e filhos durante minha ausência no exterior.

Aos amigos e colegas de trabalho, pelo incentivo e apoio. Um agradecimento especial ao Anselmo, que compartilhou editais e me animou a concorrer ao PGDR, ao Uate, cuja amizade nasceu em um momento de dor, após o acidente de 2017, e desde então tem sido exemplo de vida e companheirismo.

À Universidade Pedagógica de Maputo, especialmente à Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, agradeço a autorização da licença que me permitiu seguir para o doutorado.

Escrever esta página de agradecimentos é um momento de alegria, mas também de risco: sempre há a possibilidade de deixar alguém de fora. Isso não significa ingratidão, mas sim a mistura de sentimentos que acompanha o fim de uma longa caminhada.

Obrigado!

Kanimambo!

Thanks!

Gracias!

Merci!

“O bairro está ficar muito prejudicado e a ganhar muito pouco com isso! Mas não temos onde e como reclamar! “

- Morador de Mahoche, trecho de entrevista de campo (2024)

“As pessoas só estão a viver! poeira faz parte da nossa alimentação!”

- Morador de Mahoche, trecho de entrevista de campo (2024)

RESUMO

Esta pesquisa investiga a resistência cotidiana dos camponeses. O objetivo geral é compreender as práticas cotidianas de resposta e ajuste dos camponeses de Mahoche para lidar com as transformações socioambientais produzidas pela exploração das pedreiras. O ponto de partida deste estudo foi inspirado pelas reflexões de Anna Tsing sobre a vida nas ruínas, que provocam a pensar como formas de vida humanas e não humanas resistem e se reinventam em contextos de destruição socioambiental. O referencial teórico central, contudo, se estrutura nas contribuições de Michel de Certeau (2011), em *A Invenção do cotidiano: Artes de fazer*, e de James C. Scott (2013), em *A Dominação e a Arte de Resistência: Discursos Ocultos*, cujas perspectivas permitem aprofundar a análise das práticas cotidianas de resistência. A abordagem do problema seguiu uma perspectiva qualitativa em uma *etnografia* situada aos camponeses de Mahoche. Apresento k*u yakissa, o* comércio informal *e a* atividade nas machambas, como formas sutis de resistência cotidiana que respondem de maneira criativa e coletiva as transformações socioambientais impostas pela atividade das pedreiras. Diante da poeira no transporte de inertes, os camponeses demonstram por meio de suas práticas e discursos de resistência, conexão entre exclusão social e impactos das transformações socioambientais, algo que revela o estado de negação social por meio do incentivo do que chamei monocultura de pedra, para sustentar que, tal como a monocultura agrícola que reduz a diversidade ecológica a uma única espécie voltada para o lucro, a monocultura da pedra reduz o território a uma função mineral – a extração e circulação de inertes, especialmente pedra, ignorando sua complexidade ecológica, simbólica e social. Argumento que *ku yakissa*, junto ao comércio informal e às práticas nas machambas, expõe a precariedade econômica dos camponeses, mas também revela sua capacidade de resistir cotidianamente às transformações socioambientais. A resistência, múltipla e diversa, mostra não apenas a luta por dignidade e permanência, mas também a criatividade com que os camponeses reinventam seus modos de vida frente às pressões externas. Compreendo deste modo que os camponeses de Mahoche sujeitos de opressão resultante da poluição atmosférica produzida no transporte de inertes, que altera seus modos de vida, não são passivos, eles buscam em seu cotidiano formas de manter ou alterar a ordem vigente em função dos seus interesses, referências e saberes locais.

Palavras-chave: Resistência cotidiana. transformações socioambientais. *Ku yakissa*; Autonomia camponesa. Monocultura de pedra.

ABSTRACT

This research investigates the everyday resistance of peasants. The general objective is to understand the daily practices of response and adjustment among the peasants of Mahoche in dealing with the socio-environmental transformations produced by quarry exploitation. The starting point of this study was inspired by Anna Tsing's reflections on life in the ruins, which provoke us to think about how human and non-human forms of life resist and reinvent themselves in contexts of socio-environmental destruction. The central theoretical framework, however, is structured around the contributions of Michel de Certeau (2011), in *The Practice of Everyday Life: Arts of Doing*, and James C. Scott (2013), in *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, whose perspectives allow for a deeper analysis of everyday practices of resistance. The approach to the problem followed a qualitative perspective through a situated ethnography with the peasants of Mahoche. I present *ku yakissa*, informal trade, and activity in the *machambas* (small farms) as subtle forms of everyday resistance that respond creatively and collectively to the socio-environmental transformations imposed by quarry activity. Faced with the dust from the transport of aggregates, the peasants demonstrate through their practices and discourses of resistance the connection between social exclusion and the impacts of socio-environmental transformations—something that reveals a state of social denial through the promotion of what I call the "monoculture of stone." This concept sustains that, just as agricultural monoculture reduces ecological diversity to a single species oriented toward profit, the monoculture of stone reduces the territory to a mineral function—the extraction and circulation of aggregates, especially stone—while ignoring its ecological, symbolic, and social complexity. I argue that *ku yakissa*, together with informal trade and farming practices, exposes the economic precariousness of the peasants but also reveals their capacity to resist daily socio-environmental transformations. Resistance, multiple and diverse, demonstrates not only the struggle for dignity and permanence but also the creativity with which peasants reinvent their ways of life in the face of external pressures. In this way, I understand that the peasants of Mahoche, subjects of oppression resulting from atmospheric pollution produced by the transport of aggregates that alters their ways of life, are not passive; they seek in their daily lives ways to maintain or alter the prevailing order according to their interests, references, and local knowledge.

Keywords: Everyday resistance. Socio-environmental transformations. Ku yakissa. Peasant autonomy. Stone monoculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização geográfica da área de estudo 17
Figura 2 - Passos invisíveis: deslocamentos camponeses sob o véu da poeira 71
Figura 3 - Venda informal, conflito formal 117
Figura 4 - Economia da terra em expansão 118
Figura 5 - Ruínas de monocultura de pedra 128
Figura 6 - Construção que limita movimento no território 131
Figura 7 - Inscrição silenciosa: o início da territorialização extrativa 132
Figura 8- Sobra como abrigo e lugar de resistência 144
Figura 9 - A escola que falta 149
Figura 10 - Resposta material à voz camponesa em Mahoche 154
Figura 11 - O bar informal como gesto de permanência camponesa 158
Figura 12 - Poeira e presença: mulher camponesa em ambiente hostil 159
Figura 13 - Roupa limpa, ar sujo sob vento extrativo 161
Figura 14 - Poeira cotidiana: mães em trânsito e o peso do ar no caminho da machamba 169
Figura 15 - Nativo não morador e território como mercadoria 175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Associação Camponesa de Mahoche
BM	Banco Mundial
CC	Conselho Constitucional
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CRM	Constituição da República de Moçambique
CTS	Ciência- Tecnologia-Sociedade
DUAT	Direito de Uso de Aproveitamento de Terra
EDM	Eletricidade de Moçambique
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
LA	Legislação Ambiental
LM	Legislação de Minas
LT	Legislação de Terras
LUTA	Laboratório Urgente de Teorias Armadas
MT	Metical
N4	Estrada Nacional Número 4
ONGs	Organizações Não Governamentais
PGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
PNT	Política Nacional de Terras
PR	Presidente da República
PRE	Programa de Reajustamento Estrutural
PROL	Programa de Reforma dos Órgãos do Locais
RS	Rio Grande do Sul
RSA	República Sul Africana
SER	Responsabilidade Social Empresarial
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USD	United States Dollar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: MINHA CHEGADA A MAHOCHE E OS PERCURSOS COLETIVOS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS 23
1.2 SOBRE ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....34
2 RESISTÊNCIA CAMPONESA EM CONTEXTOS DE MINERAÇÃO: ENFOQUES TEÓRICOS E DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO 42
2.1 MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E DINÂMICAS DE RESISTÊNCIA 43
2.2 EXPANSÃO URBANA E PEDREIRAS: UMA REVISÃO DAS CONTRADIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA LITERATURA 49
2.3 TÁTICAS E RESISTÊNCIA SILENCIOSA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DE CERTEAU E SCOTT.....56
2.3.1 Camponês em Moçambique: uma categoria fluída entre práticas, políticas e disputas históricas 66
3 MAHOCHE SE TRANSFORMA: REFLEXÕES ENTRE ESPERANÇA E INCERTEZA SOCIOAMBIENTAL..... 69
3.1 A HISTÓRIA E OS CAMINHOS DE MAHOCHE.....73
3.2 NAVEGANDO ENTRE ESPERANÇA, CAUTELA E INCERTEZA.....81
3.3 ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DE MAHOCHE: ENTRE VALORES IMPOSTOS E LUTAS COLETIVAS 91
4 *KU YAKISSA*: RESISTÊNCIA COTIDIANA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EM MAHOCHE 97
4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO DA TERRA EM MOÇAMBIQUE: DO PERÍODO COLONIAL AO SOCIALISTA 97
4.2 LIBERALIZAÇÃO ECONÓMICA E A QUESTÃO DA TERRA EM MOÇAMBIQUE 103
4.3 *KU YAKISSA*: RESISTÊNCIA CAMPONESA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES 108
4.3.1 A prática de cedência de terra até a década de 1990: primeira versão do *ku yakissa* 110
4.3.2 A emergência da "venda informal" de terra a partir dos anos 2000.....114

4.3.3 O empréstimo de terra (2005- até hoje): entre a resistência camponesa e estratégia dos mais favorecidos 119
5 PEDREIRAS EM MAHOCHE: CONTROVÉRSIAS, CONFLITO, RESPOSTA E AJUSTE 123
5.1 PEDREIRAS DE MAHOCHE: ENTRE REGULAMENTAÇÃO E AS PRÁTICAS DO COTIDIANO 124
5.2 RESISTÊNCIA CAMPONESA EM TEMPOS DE CRISE: ORGANIZAÇÃO INFORMAL E AÇÃO POLÍTICA EM MAHOCHE 140
5.3 A RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM AS PEDREIRAS: MULHERES, DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES E RESISTÊNCIA COTIDIANA 155
6 "A MORTE QUE SE RESPIRA": VULNERABILIDADE, POEIRA E GRITO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA 163
6.1 A AMBIGUIDADE NATIVA EM MAHOCHE: RESISTÊNCIAS E LEGITIMAÇÕES DA MORTE SOCIAL EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO 173
6.2 ENTRE MORTE SOCIAL E O DESAFIO DE CONSTRUIR UM LAR: SOLIDARIEDADE E REDES DE APOIO 178
6.3 PLANTATIONOCENO E A MONOCULTURA DE PEDRA: EXTRATIVISMO SILENCIOSO EM MAHOCHE 182
6.3.1 Da machamba à pedreira: a normalização do extrativismo em Mahoche 187
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 190
REFERÊNCIAS 194
APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS EM FORMA DE ENTREVIST
APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA RECOLHA DE DADOS JUNTO AO PODER PÚBL
APÊNDICE C - INSTRUMENTO PARA RECOLHA DE DADOS JUNTO AS PEDREIRAS D

1 INTRODUÇÃO

Durante o mestrado em Sociologia do Desenvolvimento Rural (2017-2019), fui profundamente impactado pelas consequências da extração de areia para a construção, próximo aos bairros em expansão da cidade de Maputo e Matola. A atuação dos areeiros gera uma série de efeitos socioambientais negativos, como a poluição do ar, a erosão do solo, a redução da biodiversidade além da alteração do modo de vida das comunidades em seu entorno.

Esse desconforto me levou a investigar como os moradores, próximos a uma mina de extração de areia no bairro Guava, em Marracuene (Moçambique), compreendiam e representavam a sustentabilidade ambiental. No entanto, ao longo do estudo, novas questões foram surgindo, ampliando a complexidade do tema.

Ao chegar às conclusões, percebi que muitas questões permaneceram sem respostas, revelando os desafios e lacunas que ainda precisavam ser explorados para uma elucidação crítica da relação entre as comunidades e as atividades extrativistas, especialmente quanto à forma como elas estão se ajustando e respondendo à situação de vulnerabilização.

O trabalho defendia que o avanço da urbanização das cidades moçambicanas, especialmente de Maputo e Matola, intensifica a pressão sobre os bens naturais[1]. Esse processo resulta em profundas transformações socioambientais, comprometendo os modos de vida dos camponeses, que apresentam distintos níveis de capacidade, habilidades e adaptação frente a essas mudanças. Na pesquisa, havia constatado ainda que os areeiros e pedreiras — empreendimentos importantes para efetivação dos projetos de urbanização — situavam-se em áreas rurais e próximas ao centro urbano.

Ainda conectado à minha trajetória na pesquisa de mestrado, destaco meu desagrado com o discurso do então Presidente da República (PR), Filipe Nyusi, durante um comício popular realizado no âmbito de suas presidências abertas. Em sua visita à cidade de Maputo, em 8 de junho de 2018, chamou — me a atenção sua insensibilidade diante das consequências dos projetos de desenvolvimento sobre as comunidades camponesas e outros grupos vulnerabilizados, como trabalhadores informais, mulheres e crianças.

No discurso do PR, minha preocupação surgiu ao ler e ouvir, em diferentes meios de comunicação social, a afirmação “se não estás preparado para viver na capital, procura lá

[1] Uso a noção de “bens naturais” no lugar de “recursos naturais” com vista ultrapassar apenas a visão utilitarista da natureza deste último.

outro sítio". Essas palavras foram proferidas em resposta às manifestações populares contra os recorrentes acidentes de trânsito na estrada circular de Maputo - um projeto de construção e melhoria de seis vias, cujo objetivo era otimizar o fluxo de tráfego na capital moçambicana. As obras começaram em 2012 e terminaram mais ou menos em meados de 2016.

Desde o início de seu uso formal, a estrada circular tem sido palco de frequentes acidentes mortais, vitimando sobretudo a população residente em suas proximidades, com destaque para crianças que iam ou retornavam da escola. Além desses incidentes, as comunidades também denunciavam práticas de usurpação de terras, inundações de casas durante o período chuvoso, devido às águas vindas da estrada, entre outros problemas socioambientais.

Não está claro a que o PR se referia ao mencionar "outro sítio". No entanto, a rápida urbanização, combinada com o fluxo migratório da população rural em busca de melhores oportunidades nas cidades, levanta questões sobre o impacto desse crescimento. Algumas teses sugerem que uma urbanização acelerada pode impulsionar o crescimento econômico e a redução da pobreza em Moçambique (BAD, 2017). Diante disso, é possível inferir sobre o meio rural, de onde provém grande parte da população residente nos bairros em expansão — frequentemente exposta a diversos problemas socioambientais e a outras formas de sofrimento social.

O PR vê os emigrantes rurais como incapazes de responder e se ajustar às exigências da vida urbana, sugerindo que retornem às suas origens. No entanto, essa visão implica uma forma de descarte, pois, nas áreas rurais, essas populações enfrentam projetos de desenvolvimento excludentes, que limitam sua autonomia e "sustentabilidade". Como consequência, muitas pessoas migram para as cidades em busca de novas formas de subsistência e, geralmente, inserem-se em empregos informais, além de moradias precárias e inseguras.

Essas pessoas de renda baixa são levadas a fixar a habitação em lugares impróprios, próximos aos areeiros estudados na época agora pedreiras, em regiões próximas a aterros sanitários ou em áreas passiva a inundações. Dessa forma, esses grupos são submetidos a uma "dupla exclusão"*:* por um lado, são privados dos "benefícios" das explorações dos bens naturais em seus territórios; por outro, enfrentam a invisibilidade de suas demandas frente ao poder econômico e político estabelecido nas cidades. Essa marginalização não se dá apenas

no âmbito físico e material, mas também simbólico e social, configurando uma forma de "morte social[2]".

Durante minha pesquisa de mestrado, ao ouvir a fala do PR, optei por não a incorporar na minha dissertação. Por um lado, porque meu manuscrito já estava relativamente estruturado; por outro, porque naquele momento, ainda não possuía um referencial teórico que me permitisse problematizar a situação.

O contato posterior com leituras afropessimistas, decoloniais, em disciplinas como Desenvolvimento Rural, Sociologia das Mudanças Climáticas e, Construção de Conhecimento sobre Desenvolvimento Rural, além das reflexões no grupo LUTA, me trouxeram novas questões, algumas das quais sequer haviam sido inicialmente minhas. Essas reflexões ampliaram minha percepção e me alertaram para elementos antes não observados, especialmente relacionados aos processos de resistência camponesa.

A partir de conceitos como colonialidade, resistência e subalternidade, as disciplinas me desafiaram a reconhecer a permanência de um padrão de poder e dominação nas sociedades contemporâneas, intrinsecamente ligado à história colonial. No entanto, esse padrão coexiste com formas concretas de práticas de resistência, fundamentais para o estudado e compreensão dos conflitos, lutas e discórdias em torno do desenvolvimento. Essas reflexões me instigaram a retornar a pesquisa sobre populações que habitam em áreas ambientalmente vulnerabilizadas, agora sob nova perspectiva.

Inspirado pelas reflexões de Anna Tsing sobre a vida nas ruínas que provocam a pensar como formas de vida humanas e não humanas resistem e se reinventam em contextos de destruição socioambiental, procurei estudar a resistência camponesa no bairro Mahoche no distrito da Moamba diante exploração de pedreiras questionado: *quais as táticas cotidianas de resposta e ajuste são desenvolvidas pelos camponeses de Mahoche para lidar com as transformações socioambientais resultantes da exploração de pedreiras?*

Não existem registros oficiais sobre a localização de Mahoche, no entanto, a região situa-se no posto administrativo de Pessene, uma área rural do distrito da Moamba, ao norte da província de Maputo, a cerca de 75 km da capital da República de Moçambique, e conta com uma população estimada de 88.583 habitantes (INE, 2017).

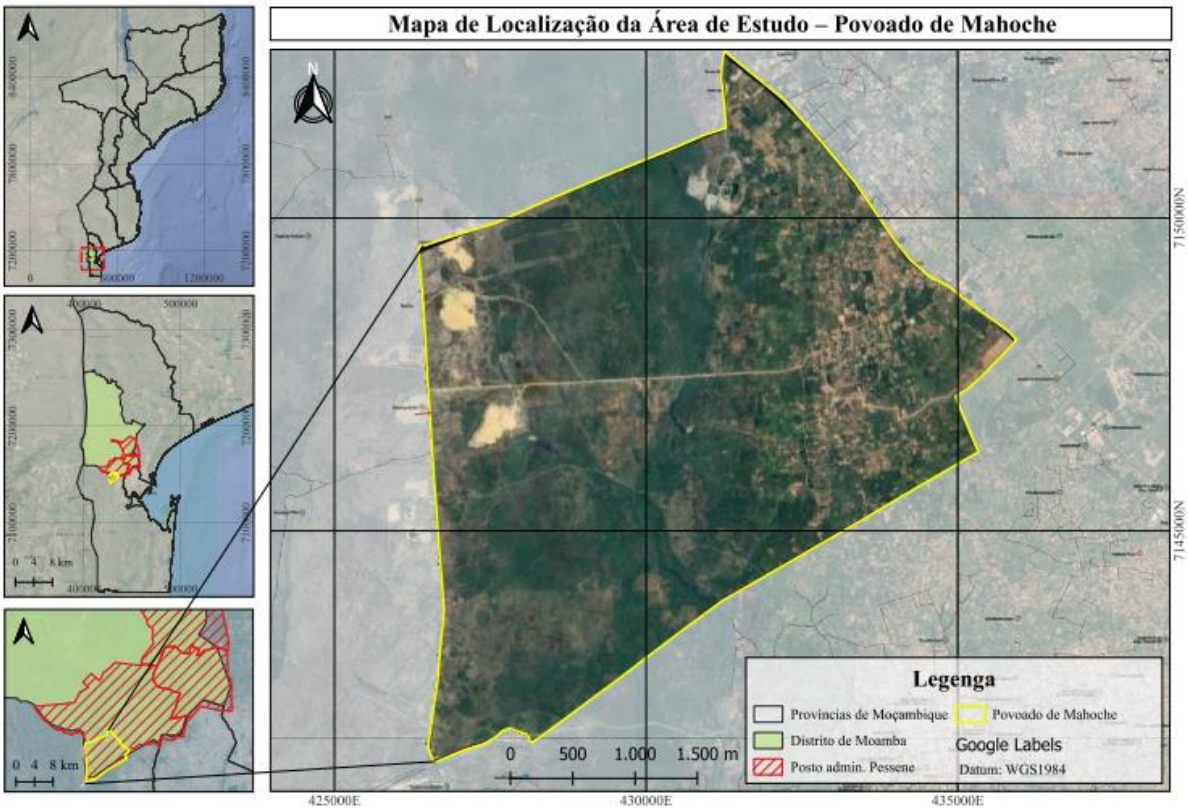
Trata-se de uma região em processo de urbanização, cujo moradores dividem em duas partes: Mahoche sede, composto por 12 quarteirões e Mahoche 24, composto por outros 24. Em termos hierárquicos, no topo encontra-se o secretário do bairro que é nomeado pelo

[2] O conceito de "morte social", aqui utilizado de forma provisória, será retomado e aprofundado no capítulo 6

Presidente do Conselho Municipal. Ele tem várias responsabilidades, entre elas ser intermediário entre a comunidade e o governo, em seguida está o régulo (autoridade tradicional), que é geralmente legitimado pela comunidade local, a ele cabem também várias responsabilidades entre elas a preservação das tradições.

A pesquisa foi desenvolvida ao longo de Mahoche sede onde se encontram a casa do secretário do bairro e do régulo que têm papeis importantes no funcionamento diário do território, sobretudo na gestão dos conflitos e acordos informais que são prática recorrentes na "compra e venda" de terra.

Figura 1- Mapa de localização geográfica da área de estudo



Fonte: Elaboração própria no QGIS, com base em dados do INE (2017).

Mahoche sede é o principal trajeto dos caminhões que acessam as pedreiras da região e em territórios vizinhos. É nessa região que as transformações socioambientais decorrentes dessas atividades são mais evidentes, especialmente nos quarteirões 1,2,4,10 e 12 que foram o principal foco. A localidade é fortemente impactada pela atividade de exploração de pedreiras, que provoca o levantamento frequente de poeira, afetando a qualidade do ar e as condições de vida da população.

Esse cenário é agravado pela fraca intervenção e limitada presença do Estado, resultando em pouca fiscalização e mitigação dos impactos socioambientais. Além disso, a

comunidade enfrenta carências significativas em serviços básicos, como abastecimento de água potável, saneamento, saúde e infraestruturas adequadas, o que contribui para a vulnerabilidade das famílias residentes.

Diante desse contexto, torna-se fundamental recorrer ao referencial teórico que permita compreender formas concretas de resistência camponesa as transformações socioambientais geradas pela exploração de pedreiras em Mahoche.

Assim, o referencial teórico central mobilizado apoia-se nas contribuições de Michel de Certeau (2011), especialmente em sua obra *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, e de James C. Scott (2013), em *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Essa articulação teórica possibilita compreender como os camponeses constroem alternativas situadas diante das transformações provocadas pelas atividades extrativistas, recorrendo, frequentemente, à improvisação como estratégia de ação.

De acordo com Perrot (2008), evidencia-se a necessidade de ajustes e de respostas apropriadas por parte dos camponeses frente às ameaças impostas aos seus modos de vida e à sua própria sobrevivência. Nesse contexto, tais sujeitos não se configuram como receptores passivos dessas transformações; ao contrário, produzem e recriam possibilidades de autonomia (CERTEAU, 2011).

Dessa forma, compreende-se que os camponeses — historicamente marginalizados e destituídos de seus territórios, espaços nos quais sua existência e seus direitos são sistematicamente inviabilizados pelo poder econômico e político dominante — não se reduzem à condição de passividade. Em oposição a isso, engendram práticas cotidianas de resistência, elaborando táticas que visam à preservação de sua autonomia, à reivindicação de direitos e à reinscrição de sua presença no espaço social.

Nesse mesmo contexto de opressão e resistência, a pesquisa também recorre ao conceito de “morte social”, formulado por Orlando Patterson (1982) em *Slavery and Social Death: A Comparative Study*, com o intuito de evidenciar o sofrimento, o incômodo e as experiências de violência socioambiental decorrentes da exploração de pedras. Tal dinâmica insere-se no regime do *Plantationoceno*, na medida em que dentre outros aspectos, a extração ocorre em larga escala e desconsidera os modos de vida dos camponeses.

Tendo em conta o problema levantado e os aportes teóricos mobilizados, o objetivo geral deste estudo consistiu em compreender as práticas cotidianas de resposta e ajuste dos camponeses de Mahoche diante das transformações socioambientais decorrentes da exploração de pedreiras. Especificamente, buscou-se:

a) revisitar a história do surgimento de Mahoche e identificar as narrativas dos camponeses acerca dessas transformações;
b) realizar uma etnografia do cotidiano camponês, com foco nas dinâmicas socioambientais produzidas pela atividade extrativista;
c) analisar a participação dos camponeses no processo de instalação das pedreiras no local; e
d) examinar as consequências dessas práticas no cotidiano do bairro Mahoche, considerando as estratégias mobilizadas pelos camponeses frente a tais mudanças.

Foquei-me nas pedreiras ao perceber que, assim como a atividade dos areeiros, trata-se de um campo relativamente inexplorado nos estudos sobre mineração nas ciências sociais em Moçambique. Além disso, a escolha também foi impulsionada pela curiosidade de compreender meu lugar de origem, que vem passando por transformações socioambientais diretamente ligadas a esse tipo de empreendimento. Essas mudanças não podem ser dissociadas da colonialidade do poder, que continua a moldar a exploração dos territórios e de seus bens naturais, restringindo as possibilidades de autonomia das populações locais.

> A colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, não são apenas recordações do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam a organização do mundo já que, são um ponto fundamental da organização do mundo, uma agenda da Modernidade." (Acosta, 2018, p.55)

Ao concordar com Acosta sobre a presença de colonialidade na sociedade contemporânea, estudos de resistência camponesa despertaram meu interesse em compreender as formas cotidianas de resposta e ajustes dos grupos subordinados. Afinal, os detentores do poder nunca exercem um controlo absoluto sobre a realidade, embora seus interesses e desejos frequentemente prevaleçam.

> Todos os grupos subordinados criam a partir da sua experiência de sofrimento, um discurso oculto que representa uma crítica do poder expresso nas costas dos dominadores. Os poderosos por seu lado, também elaboram um discurso oculto que enuncia as práticas e as exigências da dominação que não podem ser abertamente confessadas. A comparação do discurso oculto dos fracos com os poderosos e de ambos os discursos ocultos com o discurso público das relações de poder proporciona uma forma diferente de resistência à dominação. (Scott, 2013, p.19)

A exploração de bens naturais, especialmente na expansão das cidades contribui para a marginalização das populações locais e perda de autonomia sobre o território. A urbanização, entendida como um processo de ocidentalização, em Moçambique teve início com a

colonização portuguesa, marcada por um forte componente racial que fundamentava a exclusão da população africana.

As cidades eram concebidas como espaços destinados à população branca, enquanto os negros, embora essenciais como força de trabalho, eram sistematicamente marginalizados e excluídos da vida urbana plena.

O resultado dessas políticas foi a construção de uma consciência ambígua e naturalizada sobre a superioridade das práticas culturais europeias em relação às africanas. Nesse imaginário, viver no centro urbano ou habitar uma casa com arquitetura europeia, sendo um homem negro, é visto como processo de embranquecimento simbólico - uma forma de se aproximar dos padrões sociais valorizados pela lógica colonial. Assim, a urbanização, em sua vertente hegemônica, opera como um mecanismo de assimilação de formas europeias de habitar, classificar o espaço e hierarquizar os corpos. (Baia,2011)

Quando o PR afirmava que *"*se não estás preparado para viver na capital procura lá outro sítio" lembra as estruturas coloniais assentes na dominação/subordinação social que produziram desigualdades e exclusão de ordem diversa. "A cidade do colono é uma cidade de material resistente, toda de pedra e ferro, asfaltada, iluminada, limpa. A cidade do colonizado é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados." (Fanon, 2022, p.34)

A reprodução da lógica de urbanização ocidental, em paralelo ao discurso hegemônico de desenvolvimento, constitui um colonialismo *interno*, estratificando entre os que podem e tem capacidade para estar próximo ao centro urbano e os incapazes que devem se retirar para lugares que normalmente não possuem condições de habitabilidade. Esses lugares formam o que Mazur & Pontes (2011) designam por *aglomerados de exclusão*, um tipo de reunião onde os elementos estão "ajustados confusamente", ou seja, lugares que se caracterizam pela impossibilidade de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, devido à sua instabilidade como consequência dos efeitos perversos (desastres naturais, inundações, poluição do ar etc.).

Desta maneira, o exame das práticas cotidianas das pessoas (camponeses) expostas às vulnerabilidades criadas pelas atividades extrativas mineiras (areeiros, pedreiras, carvão etc.) e pela urbanização, constituem ferramentas relevantes para compreender as suas formas de resposta e ajuste às transformações socioambientais e consequentemente mostrar a impossibilidade de o poder dominante controlar na totalidade o cotidiano dos subalternos.

Minha experiência pessoal, como filho de camponeses que têm na terra e na agricultura a base de subsistência e modo de vida, vem sendo marcada por transformações decorrentes da crescente demanda por terra para habitação e empreendimento privados vinculados à narrativa do desenvolvimento. Essa vivência constituiu uma das razões do meu

interesse em pesquisar as práticas de resistência cotidianas dos camponeses diante das transformações socioambientais.

Essas transformações, entre outros problemas, têm criado situações recorrentes de práticas de "usurpação" da terra, pois, como salientam Matável, Dolores e Cabanel (2011), os projetos de mineração tendem a estar localizados em terras férteis, na sua maioria anteriormente usadas pelas comunidades locais para fins agrícolas, em alguns casos para a pastagem, e próximas das habitações das comunidades.

Situações bem visíveis em terras familiares que conheci como machambas, hoje se transformaram em lugares de areeiros e pedreiras no distrito da Moamba, cenário que contribuiu para meu esforço de visibilizar a capacidade de adaptação e resiliência dos camponeses diante das transformações socioambientais que enfrentam.

Moamba trata-se do território onde nasci. Saí quando ainda tinha por volta de dois anos de idade, devido a uma relação "conturbada" entre meus progenitores. Passei a morar na capital, tendo perdido contato direto com o distrito por muito tempo.

Após 25 anos, retomei contato com o distrito, restabelecendo laços com a minha família, especialmente minha mãe, meus tios e meus avós maternos, que nunca deixaram a região e seguem lá até hoje, enfrentando os desafios históricos e atuais do território. Sempre que visito minha família, recebo um pedido da minha mãe e de minha avó para acompanhar a situação da terra que está cada vez mais ameaçada- seja pelo fenômeno da usurpação, seja pela expansão da área habitacional e ao avanço da urbanização no geral.

Nessas visitas e conversas fui percebendo que o distrito passa por transformações, novos serviços emergiram e as dificuldades para continuarem com os modos de vida do passado são visíveis, por exemplo quando chegada a hora de me despedir da família retornando à cidade, comentários em forma de lamentação e saudades do passado do tipo " loku akuhi khale awuta muka no mazumana ni switsama utaya woxa[1]", revelam uma situação de mudança indesejada.

Durante muito tempo o distrito da Moamba foi tido como celeiro de produção alimentar da província de Maputo em resultado de abundância de terra fértil, porém, essa capacidade produtiva vem se perdendo e a forma de uso da terra conhece outras dinâmicas, fazendo com que os camponeses estejam cada vez mais expostos ao consumo de produtos importados, precisando cada vez mais de fazer uso do dinheiro no seu cotidiano.

Mahoche não foi a escolha inicial para realização da pesquisa. A mudança aconteceu devido a minha intenção de evitar a influência de pessoas próximas, em especial familiares,

[1] Expressão da língua bantu para dizer: " Se fosse nos tempos, voltavas com amendoim e massaroca para assar". Tradução livre.

na construção do meu pensamento sobre o tema, já que parte dele foi inspiração da minha relação com eles. Desse modo, buscava me deixar surpreender pelo campo, explorando uma região ou povoado com o qual não tivesse qualquer vínculo prévio, mas que vivenciasse uma situação semelhante dentro do distrito. Assim, pode-se perceber que, a escolha de Moamba como espaço de pesquisa foi também um esforço para conhecer meu lugar de origem e a mim mesmo.

A partir de uma conversa informal sobre desenvolvimento rural e mineração no distrito, um familiar camponês lamentava a presença intensa de poeira no bairro e as dificuldades para produzir. Esse relato despertou meu interesse em conhecer melhor a região, levando-me a visitá-la regularmente. Mais tarde, defini Mahoche como meu campo de pesquisa, motivado tanto pela curiosidade de explorar o lugar quanto pelo acompanhamento de ameaças de manifestações populares na região por meio de diferentes vínculos de comunicação (TV, rádio, jornais), contra a poeira causada pelo transporte de inertes, em especial pedras para construção.

Importa referir que o uso e aproveitamento de bens naturais para responder às necessidades cotidianas não é recente, mas se manifesta de múltiplas formas conforme os contextos históricos e culturais. Em muitos povos e territórios, trata-se de práticas ancestrais de convivência e reciprocidade com a natureza.

Contudo, as formas predatórias de exploração, herdadas da modernidade colonial e capitalista, vêm provocando múltiplas crises. Enquanto os governos e a ciência buscam compreendê-las e propor soluções, diferentes grupos e comunidades marginalizadas procuram modos de responder e se ajustar às transformações daí resultantes, já que historicamente permaneceram na periferia dessas dinâmicas.

O estudo das formas de resistência camponesa diante das transformações socioambientais, geradas pelas explorações de pedreiras, é um esforço para visibilizar outros espaços instrumentalizados em nome do desenvolvimento em Moçambique, mostrando que sua chegada provou rompimento de um habitar baseado em relações para impor um modo de habitar colonial.

Apesar de já passar pouco mais de uma década de estudo das atividades extrativistas e da mineração em particular, as pessoas em torno das pedreiras assim como areeiros, aparecem na periferia do debate em volta do desenvolvimento no país, sendo pouco mediatizados. Pouco ou nada se sabe sobre populações em torno das pedreiras no país, pois dá-se centralidade aos grandes projetos ou mega mineração no centro e norte do país, mormente a projetos de exploração de carvão mineral em Moatize, as areias pesadas de Moma, exploração

de pedras preciosas em Cabo Delgado etc. Outros empreendimentos sem essa característica ficam fora de análise mesmo tendo efeitos negativos sobre as pessoas, assim, esta pesquisa permite sua visibilização.

Ignorar as pedreiras como objeto de estudo é também ignorar os camponeses que vivem em seu entorno, tratando-os como pedras no caminho: elementos silenciosos do cotidiano, cuja presença só é notada quando causam incômodo ou são usados como instrumentos de violência. Assim como a pedra que machuca o pé ou lançada contra alguém, os camponeses são frequentemente percebidos apenas em momentos de conflito (ver capítulo IV) e não como sujeitos históricos e sociais que moldam o território. Portanto, essa pesquisa pode servir de base para uma agenda de pesquisa afastada do foco tradicional na mega mineração, pois as atividades extrativas de pedreiras constituem arena de conflito envolvendo grupos locais, empresas, setores do Estado e instituições.

1.1 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: MINHA CHEGADA A MAHOCHE E OS PERCURSOS COLETIVOS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Quando visitei pela primeira vez Mahoche, por volta de 2022, enfrentei um grande desafio: a poluição do ar causada pela poeira levantada por caminhões que transportam inertes, particularmente provenientes das pedreiras. Embora já esperasse essa situação devido às conversas anteriores com meus familiares residentes no distrito de Moamba – que, de certa forma, influenciaram meu interesse pelo território - a realidade se mostrou mais complexa do que eu havia ouvido ou visto pela televisão.

Tratava-se de uma região com pouca densidade populacional, sem infraestruturas básicas (água, luz, escola, hospitais etc.), cujo cotidiano dos moradores era caracterizado principalmente pela prática de cultivos comunitários, pasto, coleta de lenha, queima de carvão vegetal para venda informal ao longo da estrada nacional número quatro (N4).

Junto a isso, observa-se uma intensa atividade de exploração de inertes (areia e pedras), destinadas às obras públicas e privadas nas cidades de Maputo e Matola, cujo efeitos sobre os camponeses já se faziam sentir. Essa realidade mais tarde serviu de base para construção do meu projeto para seleção ao doutorado no PGDR em 2022.

No ano 2023, viajei para o Brasil para continuação das aulas que já havia iniciado de forma remota em 2022. Com isso perdi contato com o território, tendo acesso apenas a informação esporádica por meio da imprensa. A única notícia relevante que chegou até mim foi em junho de 2023, quando os camponeses ameaçaram manifestar contra a poluição do ar causada pelo transporte de inertes, o que não chegou a acontecer, visto que as autoridades

prometeram melhorar as vias de acesso e controlo da poeira, algo que até este momento não aconteceu.

Em maio de 2024, retornei a Mahoche com vista a compreender as mudanças ou permanências na região, que pudessem influenciar as ideias que orientaram o desenho inicial do projeto para o processo seletivo.

Depois de descer do transporte semicoletivo de passageiros, que me levara do terminal de malhampsene, segui ao interior da região usando o trajeto que já conhecia bem. Enquanto caminhava, observava e registrava tudo que pudesse contribuir para a versão final do projeto de tese. O primeiro aspecto que chamou minha atenção foram as transformações relativamente rápidas na paisagem do território.

A construção de uma estrada de pavês, a colocação de postes de energia elétrica, residências e estabelecimentos comerciais ligados à corrente elétrica, a circulação de transporte semicoletivo entre outros aspectos, eram novidades para mim, pois contrastava com a imagem que carregava vinda da minha da última visita há mais de um ano.

Nessa altura a estrada era feita em terra batida, com circulação permanente de caminhões carregando inertes, causando poluição do ar e sonora. Essa situação me fez perceber que os processos de transformações socioambientais assumiram uma nova configuração. Ao mesmo tempo fui tomado por inquietações: teria meu objeto empírico deixado de existir em Mahoche? As pedreiras foram encerradas? Para onde foram os caminhões que circulavam por aqui, poluíam o ar e levaram a ameaça de manifestações há um ano?

Estas questões se intensificaram quando depois de pelo menos meia hora caminhando pela estrada não tenha cruzado com qualquer caminhão entrando para transportar ou de saída transportando inertes como era característico naquele troço na última vez que tinha estado por lá e, tal situação tinha sido parte da minha inspiração para construção do meu problema de pesquisa.

Quando muito, ao longo da caminhada encontrava por um lado, mulheres voltando da machamba carregadas de enxadas ou lenha (imagem 2), como tinha visto em ocasiões anteriores, o que indica a manutenção dos modos de vida rurais, baseadas em cultivos comunitários, mas também mulheres carregando lenha, o que evidencia a centralidade da mulher nas atividades produtivas e domésticas.

Por outro, o pasto atravessando constantemente pela estrada (imagem 3) e não pela mata que caracterizava aquela região, aponta para transformações no uso da terra, na paisagem e nas relações entre sociedade e natureza. Portanto, a paisagem do território deixou

de ser reconhecida por sua vegetação e passou a ser marcada por uso produtivo e funcional o que impacta a memória coletiva e a relação afetiva com o ambiente.

Figura 2- Mulheres e sobrevivência diária



Fonte: Arquivo do autor (2024)

À medida que avançava para o interior de Mahoche, me questionava sobre o que justificava o investimento naquela infraestrutura viária, que não estava sendo usada para trânsito de veículos. Isso era ainda mais curioso em um país como Moçambique que, diariamente, os meios de comunicação destacam o estado precário das estradas um pouco por todo lado. E ali estava uma - aparentemente subaproveitada.

Figura 3 - Pasto e sobrevivência diária



Fonte: Arquivo do autor (2024)

Enquanto avançava ao interior do território pela estrada de pavês, observava áreas desmatadas, árvores derrubadas, terrenos com material de construção depositado. As árvores de sombra e fruta davam lugar a residências, ao comércio informal de rua e a outros

estabelecimentos comerciais privados. O cenário indicava uma situação de transformação silenciosa, mas profunda.

Ao chegar no término da estrada de pavê de mais ou menos 5 km, percebi que aquela estrada tinha sido um investimento cujo objetivo era criar condições de mobilidade de viaturas da empresa Eletricidade de Moçambique (EDM), para a subestação elétrica cujas obras tinham iniciado no ano 2020 e inauguradas em 2022, sob narrativa de impulsionar o desenvolvimento do distrito da Moamba, conforme declarou o PR no ato da inauguração: "estamos a dar uma resposta acertada a dinâmica decorrente do desenvolvimento industrial."

Ao ler o discurso do PR, sobre a subestação sem qualquer referência a poluição do ar causada pelos caminhões de inertes saídos das minas, cujo impacto recai sobre a vida dos camponeses, consegui dar resposta a minha inquietação sobre o investimento naquela estrada: os camponeses não eram a prioridade, mas o desenvolvimento industrial.

Com o fim da estrada de pavê, segui caminhando pela estrada em terra batida no mesmo sentido, onde as características contrastam com as anteriores. Se até ali me surpreendia com as transformações relativamente rápidas do território: o acesso a luz elétrica, ao transporte semicoletivo de passageiros, ausência de poeira, chegada de novos moradores, entre outras materialidades importantes no cotidiano. Agora, me deparava com uma realidade oposta - "barulho" de caminhões, mata densa, obras inacabadas, escuridão em pleno dia causada pela poeira levantada pelos caminhões, gente mascarada (imagem 5), vegetação totalmente poluída e outros indicativos de estar diante de uma zona de sacrifício e população submetida a sofrimento e morte.

Ao chegar ali, meus questionamentos sobre a possibilidade de encerramento das pedreiras ficavam respondidos negativamente. As pedreiras e areeiros continuam e junto os caminhões poluindo o ar do povoado. Então, o que tinha acontecido?

Na estrada de pavê que termina um pouco depois da subestação e em frente a única escola pública da região, é proibido o trânsito de viaturas com peso acima de 10 toneladas, (embora no período noturno essa proibição seja ignorada, transitando caminhões com tonelagem acima).

Figura 4 - Sinais de proibições e perigo: o silêncio dos caminhões no percurso



Fonte: arquivo do autor (2025)

Assim intensificou-se o uso de outra entrada de acesso ao território e as pedreiras, o que significou escolher um grupo a sacrificar-se pelos efeitos da poluição. Estas constatações me geraram interesse em querer captar o olhar apresentado pelos camponeses em torno das transformações socioambientais que influenciam seu ajuste e resposta a eles.

O foco da pesquisa recaiu sobre a população nativa de Mahoche. Utilizo a categoria *nativo* para designar os camponeses nascidos na região e que mantêm uma relação próxima com o régulo Uamba - seja por nascimento, casamento, adesão por trabalho, refúgio, adoção ou vivência. Essas foram as formas mais mencionadas pelos próprios camponeses ao explicaram como passaram a se vincular ao régulo e, assim, a se reconhecerem como nativos.

Inclui-se também, nesse grupo, pessoas que, embora não tenham nascido na região, nela residem há pelo menos trinta (30) anos. Como será discutido em subcapítulo específico, trata-se de uma categoria marcada por ambiguidades internas, que se expressam em diferentes modos de pertencimento.

A escolha do marco temporal de estadia no povoado, se justifica pelo facto de a década de 1990, ser importante para as comunidades rurais e camponesas no geral, em virtude do retorno das comunidades às suas regiões de origem, que tinham abandonado por conta dos efeitos da guerra civil.

Em Mahoche essa década caracterizou-se ainda pela chegada de moradores sem vínculo com o regulado, que está diretamente ligado a origem do território. Os novos

moradores criaram laços que os tornam nativos, pela influência que ganharam na região, principalmente pelo acesso gratuito à extensas parcelas de terra, algo difícil de conseguir desde o início do ano 2000.

Teoricamente a pesquisa é relevante para os estudos de desenvolvimento rural ao mostrar que, as transformações socioambientais geradas por pedreiras envolvem múltiplas dimensões, que podem ser captadas pelas distintas áreas de conhecimento como: a sociologia do cotidiano, antropologia e estudos ambientais. A abordagem da resistência cotidiana permite articular fatores econômicos, políticos e culturais, oferecendo um panorama mais amplo sobre a criatividade dos indivíduos subalternizados, diante da exclusão e luta por sobrevivência.

Mostra-se igualmente benéfico na medida em que incentiva o uso do paradigma pós-desenvolvimento, bem como as abordagens decoloniais que embora sejam possibilidades relevantes para compreensão da situação atual de Moçambique, de forma tímida são introduzidas no espaço acadêmico moçambicano nos estudos de desenvolvimento em particular e nas ciências sociais no geral.

Promover esse interesse é essencial para valorizar as experiências vividas por comunidades específicas, especialmente em contextos em que o desenvolvimento implica rupturas profundas com os modos de vida locais. Como destaca Escobar (2005), para muitas pessoas, o processo de desenvolvimento representa uma desconexão sem precedentes com o seu território e as suas práticas culturais.

Estudar respostas ou resistências cotidianas dos camponeses permite um olhar crítico sobre as mudanças socioambientais geradas pelo apetite ao desenvolvimento e uma urbanização inacessível ao modo de vida e a vida da população camponesa, pois, esse processo assenta na dominação e perpetuação de desigualdades de vária ordem.

Assim, a pesquisa procurou dar voz e visibilidade a possibilidades inventadas no cotidiano dos camponeses para dar resposta e se ajustar às transformações criadas, complexificando a reflexão, rompendo deste modo com uma perspectiva que concebe os camponeses expostos como meros observadores da situação e incapazes de criar de forma autônoma respostas que tenham em conta seus interesses.

A discussão aqui proposta vai além da simples distinção entre “bom” ou “mau” desenvolvimento. A partir dos sujeitos, dos saberes localizados e subalternizados, busco questionar a ideia de desenvolvimento e urbanização como “caixas vazias” disponíveis para serem preenchidas conforme identidades culturais. Em vez disso, evidencio que se constituem como práticas enraizadas em uma visão particular da modernidade das nações industrializadas

que, contudo, nunca é recebida passivamente: diferentes grupos e experiências de vida reinterpretam, contestam e recriam essas dinâmicas a partir de sua historicidade. (Perrot,2008)

A ideia de progresso fundada em saberes objetivos, característica das formas modernas da relação com a natureza, tem gerado transformações socioambientais que intensificam desigualdades sociais, injustiças ambientais. Essas dinâmicas implicam a apropriação da natureza e da própria humanidade como objetos de exploração e consumo, com efeitos diretos sobre as populações vulnerabilizadas na periferia e no meio rural, que respondem inventando modos de afirmar e proteger sua autonomia.

Essa lógica também se expressa na hierarquização e segregação espacial, cuja face mais visível é a dicotomia rural/urbano: mais do delimitações geográficas, ela traduz desigualdades estruturais e modos distintos de inserção social e territorial.

O rural foi apelidado de atrasado, selvagem, monótono, desprovido de razão e por seu turno o urbano foi representado pelas características contrárias às anteriores, tornando-se dominador e referência de organização social (modos de vida).

Essa visão, por mais de um século sustenta a narrativa do desenvolvimento percebido como necessidade para a sociedade e um processo inevitável. Nesse prisma, o meio rural passa a merecer especial atenção, a partir da indução para urbanização associada a uma perspectiva colonial que persiste até hoje. (Ferdinand,2022)

No contexto moçambicano a preocupação política com o desenvolvimento rural[2] tem origem no período colonial. Durante esse período, dois métodos foram adotados para alcançar esse objetivo: o método direto, no qual as cooperativas e o ruralato deveriam servir como base de organização da população africana, por meio de uma atuação direta no campo econômico ou no campo técnico, incluindo iniciativas de crédito, mecanismos de garantia e variadas formas de serviços de extensão. (Mosca,2005)

O ruralato foi "um sistema de fixação encontrado pelo Estado colonial português para a concentração administrativa dos nativos africanos e que seria concebido como um passo intermédio em direção aos aldeamento*s"* (Negrão, 2006, p.86). Importante referir que, nessa época o Estado português enfrentava o surgimento dos ideais de independência, que apareceram após a Segunda Guerra Mundial principalmente nas colônias britânicas e francesas, realizando assim algumas mudanças relativamente aos métodos de colonização. (Mosca, 2005; Negrão, 2006)

[2] No último recenseamento da população e habitação realizado em 2017 definiu-se rural aquela população que reside fora das cidades e vilas.

Por outro lado, adotaram-se métodos indiretos, por meio de uma ação formativa baseada na transmissão de conhecimentos ocidentais às famílias rurais africanas, incentivando sua adesão aos programas de desenvolvimento econômico e social, tanto como produtores quanto como consumidores. Contudo, essa formatação ocorria de forma dissociada das práticas e das realizações locais. (Capaina, 2017)

Essa racionalidade, confirma o posicionamento de Heck (2022), segundo o qual a polarização rural-urbano é resultado de uma construção política fortemente influenciada pela dinâmica do capital sobre qual se sustenta a compreensão de que, o futuro da civilização está nas cidades, o campo relacionado a um local reconhecido pelo atraso.

Com a independência nacional a 25 de junho de 1975 após 10 anos de Luta de Libertação Nacional, motivada pela recusa do Estado colonial português em libertar o país de forma dialogada, o governo adotou um sistema econômico e político de orientação socialista (marxista-leninista), mantendo sua preocupação com o rural e sua urbanização.

A manutenção dessa agenda resultava da crença, num projeto de "desenvolvimento" de possível alcance em uma década através de processos de aldeamento e coletivização da produção rural. O projeto (ideia) da construção do *Homem Novo* passou a estar diretamente conectado ao projeto de *Estado Nação* rumo ao desenvolvimento com promoção de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento rural construídas com interesse em sua industrialização, nesse contexto a ideia da revolução encontrou terra fértil. (Fernando,2019)

Os distritos[3] em Moçambique, que são maioritariamente rurais, por décadas foram definidos pelos sucessivos governos como polos de desenvolvimento do país, sob justificativa de concentrar maior número da população, sem que isso tenha significado sua maior inclusão no debate dos caminhos a seguir.

A revoluções legislativas principalmente nas leis de terras e de minas, iniciadas em finais da década de 80, consolidadas em finais da década de 90 e princípios do novo milênio após experiência de quase dez anos de um modelo de "desenvolvimento" alicerçado em uma visão socialista, favoreceram a procura do rural como espaço de investimento baseado na exploração desenfreada de bens naturais como gás, pedras preciosas, areias pesadas etc. (Matos; Medeiros, 2017)

[3] O território moçambicano é composto por províncias, distritos, postos administrativos, localidades e municípios. Na Lei dos Órgãos Locais do Estado (Lei n.8/2003), os distritos são definidos como a base de organização e funcionamento da administração local do Estado e a base de planificação do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Essa corrida para exploração da natureza, vem criando efeitos perversos na base de subsistência das populações rurais, pois suas formas de relação com ela passam por transformações. Essa situação, de acordo com Matos e Medeiros, resulta em particular da entrada do capital Internacional Ocidental.

Scott (2022) refere-se à luta dos camponeses pela defesa de seus interesses como *práticas cotidianas de resistência* — uma luta prosaica, mas constante, entre eles e aqueles que buscam extrair seu trabalho, alimento, impostos, aluguéis e lucros.

> Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: "fazer corpo mole", a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas de luta requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de autoajuda individual; evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite.(Scott, 2022, p.11)

No caso de Mahoche, a exploração de pedra para construção produz vulnerabilidade socioambiental, mas também revela a resistência cotidiana diante das transformações impostas.

Uma das principais queixas das organizações da sociedade civil com interesse no rural moçambicano, como são os casos da Justiça Ambiental, União Nacional de Camponeses entre outras, é o fato de a maioria dos grandes projetos de exploração da natureza, pertencerem a investidores estrangeiros com lógicas de uso de terra normalmente vinculadas a dimensão económica, instrumental, distintas dos processos estabelecidos nas comunidades.

Não obstante a presença de múltiplas vozes sobretudo movimentos sociais, e alguma academia questionando a narrativa do "desenvolvimento[4]", por entenderem que, ela não logrou cumprir suas promessas, em resultado da sua lógica utilitarista voltada para o crescimento econômico irracional e destruidor, com espoliação de povos autóctones de seus modos de vida, tornando sua existência mais precária, ela continua forte enquanto discurso e prática cotidiana, juntamente com urbanização vistos como urgentes pelos governos (Perrot,2008).

Os países considerados em desenvolvimento estruturam suas agendas de governança em resposta a uma concepção hegemônica de desenvolvimento, geralmente pautada por modelos neoliberais e extrativistas.

[4] Reconhecendo-se seu caráter polissêmico, historicamente situado e marcado por disputas epistemológicas e políticas. Para uma problematização crítica, ver Sachs (2004), Escobar (2005) e Rist (2008).

O crescente investimento em infraestrutura pública e privada, processos de industrialização e expansão de atividades económicas intensivas em bens naturais – como terra, água, energia, minerais, petróleo e gás, tem ameaçado não apenas os modos de vida tradicionais, mas também a própria sobrevivência das comunidades rurais e periféricas. Esses impactos têm gerado experiências profundas de sofrimento coletivo, que precisam ser reconhecidas e compreendidas em suas dimensões políticas e sociais.

A procura por bens naturais dirige-se cada vez mais próximo aos espaços rurais, muitas vezes marginalizados, com seus habitantes excluídos dos relativos benefícios e reduzidos a *zonas de sacrifício* importantes para instalação de empreendimentos necessários ao sustento de um modo de vida sustentador do capitalismo. É nesse contexto que areeiros e pedreiras têm ganho cada vez importância, como fontes de sustento de uma lógica de desenvolvimento baseada na opressão da natureza e das pessoas.

A racionalidade de uso dos investidores que atuam nos setores de agronegócios, turismo e mineração tem vindo a criar cada vez mais conflitos e a agravar a situação de "pobreza", carência e vulnerabilização das comunidades rurais. (Fernando,2019)

As transformações socioambientais provocadas pela marginalização e exclusão das pessoas que vivem próximas dos bens naturais, incentivam esses grupos – especialmente nativos a criar outras formas de habitar e se relacionar com o território pois, como aponta Certeau (2011, p.38) "o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada."

Compreendo deste modo que os camponeses de Mahoche sujeitos de opressão resultante da poluição atmosférica produzida no transporte de inertes, que altera seus modos de vida, não são passivos, eles buscam em seu cotidiano formas de manter ou alterar a ordem vigente em função dos seus interesses, referências e saberes locais, "os povos autóctones conseguem, a despeito dos conflitos internos e das renúncias impostas, elaboraram táticas que lhes permitem se reinterpretar numa situação ou ambiente, e se adaptarem sem se renegar." (Perrot, 2008, p. 228)

A existência de mudanças socioambientais radicais nas áreas onde se localizam as atividades extrativistas minerárias - responsáveis pela extração de bens naturais essenciais à construção de infraestruturas urbanas – tem gerado consequências, sobretudo as comunidades camponesas. Essa realidade me abriu uma brecha de pesquisa voltada à compreensão das práticas cotidianas que emergem dessa relação, permitindo que esses grupos inventem outras possibilidades de habitar que respondam às adversidades impostas.

1.2 SOBRE ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Em uma intervenção em 2016, durante o lançamento de sua obra intitulada *Sociologia Prática: como alguns sociólogos pensam*, o sociólogo moçambicano Elísio Macamo, levantou uma questão relevante de ser considerada não apenas por aqueles que estão elaborando uma tese, mas por todos que se dedicam à reflexão académica.

O sociólogo afirmava que o trabalho académico difere do desafio profissional, pois exige que seus procedimentos sejam tornados mais explícitos. Em outras palavras, o aspecto mais relevante em uma tese não são os resultados em si, mas sim a demonstração, por parte do estudante, do percurso que levou às suas conclusões. Esse será o foco deste subcapítulo.

A primeira fase da pesquisa consistiu em levantamento aprofundado da bibliografia científica relevante sobre mineração e resistência camponesa, além da consulta de documentos normativos que tratam do contexto moçambicano. Esta fase foi acompanhada de visitas exploratórias a Mahoche desde o ano 2022 com vista criar laços de confiança com a comunidade.

A abordagem do problema neste estudo seguiu uma perspectiva qualitativa, buscando captar a complexidade dos sentidos que os camponeses atribuem às transformações socioambientais. A partir dessa compreensão, procurou-se analisar como eles respondem e se ajustam a tais mudanças. O objetivo não foi produzir generalizações, mas oferecer uma leitura situada da realidade.

Para alcançar o primeiro objetivo que consistia em revisar a história do surgimento de Mahoche, realizei conversas profundas com os nativos mais antigos, especialmente com o régulo. Além disso, entrevistei o secretário do bairro com intuito de obter informações sobre a situação atual destacando o número de agregados familiares e os principais problemas enfrentados pela comunidade.

O segundo objetivo teve como foco o trabalho etnográfico denso com três fases: a primeira decorreu de maio a outubro do ano 2024. Nesta fase realizei entrevistas, rodas de conversa com informantes chaves – os nativos da região, simultaneamente fazia observação do cotidiano da região, com especial atenção para os camponeses, as estruturas locais, governo distrital e as pedreiras, com o objetivo de compreender a relação entre os sujeitos e identificar possíveis controvérsias, alianças e interesses.

A segunda fase da etnografia teve duração de dois meses, entre novembro de 2024 e janeiro de 2025. Neste momento buscava incorporar as sugestões recebidas no exame de qualificação do projeto, com vista a melhorar aspectos importantes da tese. Por fim, a terceira

fase durou um mês e visava rever Mahoche, depois de estruturar minha tese e perceber que melhorias demandava, essa parte ocorreu entre o mês de setembro e outubro de 2025.

A etnografia entendida como uma permanência prolongada no campo, capaz de permitir a construção de rotinas compartilhadas e o desenvolvimento de vínculos de interlocução com os sujeitos da pesquisa (Leite, Vasconcelos,2007), foi fundamental para enfatizar as relações e possibilitar uma abordagem compreensiva. Ao estudar os significados que cada indivíduo atribui a sua conduta e ação, tornou-se possível compreender como essas práticas sociais constroem a vida cotidiana em Mahoche. Esse enfoque também permitiu uma atenção especial a eventos específicos e a dinâmica cotidiana dos camponeses.

A necessidade do pesquisador adaptar-se e ter sensibilidade para acompanhar seu campo sem impor uma dinâmica "artificial" aos participantes- algo comum por conta dos critérios ortodoxos de cientificidade – foi essencial ao longo do estudo. Minhas relações com os informantes foram construídas ao longo do processo, pois, como destacam Leite e Vasconcelos, a sensibilidade e flexibilidade são o cerne da construção do campo de pesquisa.

O primeiro contato com possíveis informantes não foi tarefa simples por conta de bloqueios e preocupações. Para estabelecer confiança e garantir a confiabilidade das informações, passei a frequentar os principais espaços de encontro: a secretaria do bairro, a mercearia e bar do "nigeriano[5]", as machambas e os pontos de venda informal. Além disso, participei das reuniões entre moradores e pedreiras, num esforço de me colocar no lugar dos camponeses.

A chegada de pessoas desconhecidas gera desconfiança entre os diferentes atores, cujas vivências das transformações provocadas pela atividade das pedreiras variam significativamente. No início da pesquisa ao visitar a casa de meus interlocutores, acompanhado ou sozinho conforme indicado, o ambiente era marcado por grande expectativa. A primeira impressão das famílias, especialmente as nativas, era de que poderia ser alguém interessado na "compra" de terra.

No entanto, após apresentar-me como pesquisador, a desconfiança, o medo e os receios tomaram conta deles, pois, passei a ser visto como possível espião do governo encarregado de identificar e expor nativos envolvidos na venda "informal de terra". Esse

[5] Essa expressão é comum na cidade e província de Maputo, para se referir a todos negros estrangeiros que se dedicam a venda de produtos alimentares e outros tipos de comércio como, roupa e peça de automóveis. Não é claro como essa expressão se generalizou, mas, possivelmente pelo facto de os nigerianos terem sido os primeiros estrangeiros a investirem em vários negócios no país logo a seguir à guerra civil.

cenário era comum sempre que me apresentasse desacompanhado pela primeira vez na casa de algum camponês.

Em meio a roubos de gado e casos de usurpação de terra, o receio em dialogar sobre os assuntos do território com estranhos era ainda maior, especialmente porque eu não tinha contatos consolidados previamente apesar de já ter visitado a região algumas vezes durante a elaboração do projeto. Só mais tarde, com o recebimento da credencial do governo distrital que autorizava minha estadia no bairro, foi possível criar laços e, aos poucos, ter acesso aos camponeses.

Esse processo foi facilitado tanto pela inclusão do tema pedreiras na minha apresentação quanto pela descoberta de um conhecido de outros contextos, que passou a mediar alguns dos meus encontros com atores-chaves, especialmente nativos. À medida que fui sendo aceito no território surgiu uma falsa expectativa. Passei a ser visto como alguém que poderia dar seguimento às demandas da comunidade ao governo ou, em alguns casos, fui confundido com um jornalista que ajudaria na divulgação de suas inquietações.

O conjunto de situações descritas no parágrafo anterior chamam atenção para a necessidade de se enxergar Mahoche além de seus bens naturais e reconhecer que ali vivem pessoas, com vozes e os saberes que precisam ser considerados nos processos de tomada de decisão sobre temas que afetam diretamente seu cotidiano. (Porto-Gonçalves, 2017)

Ao longo da pesquisa, procurei me colocar na posição de diferentes atores como tática para acessar e conseguir confiança dos interlocutores, pois, a compreensão implica a capacidade de se colocar no lugar do outro, considerando sua singularidade, suas experiências e vivências. Nesse sentido a presença no campo não foi apenas um método, mas uma parte fundamental do processo de construção do conhecimento permitindo interpretar as dinâmicas sociais mais profundas. (Minayo,2010)

Compreender e interpretar são elementos centrais da pesquisa qualitativa, pois estão ligados ao nexo entre experiência, vivência e compreensão- aspectos essenciais deste estudo. Uma mesma experiência pode gerar vivências distintas. Neste sentido, procurei entender a percepção dos diferentes atores (estruturas do bairro, moradores, e Associação Camponesas de Mahoche).

O acesso aos proprietários e gestores das pedreiras, com vista aferir sua sensibilidade sobre sua atividade, a forma de funcionamento, o perfil dos trabalhadores entre outros aspectos, foi um exercício difícil mesmo portando uma carta de apresentação do PGDR e outra do governo distrital da Moamba minha aceitação foi negada em diferentes ocasiões. O argumento foi sempre de indisponibilidade de tempo que na verdade foi a forma “educada” de

não me receber. Apesar da rejeição frequentei sucessivas vezes as pedreiras – indo acompanhado pelos caminhões que iam carregar a mercadoria, o que contribui para que ganhasse confiança com trabalhadores e um gestor de uma delas que quando já fechava minha etnografia aceitou ter uma conversa informal e fornecer alguma informação que pudesse ser útil para a tese.

Quanto à coleta de dados, baseei-me em dois procedimentos. O primeiro foram as fontes primárias por meio de entrevistas semiestruturadas vistas por Blanchet; Gotman (1992), como relação social, uma situação de interlocução e um protocolo de pesquisa que nos coloca simultaneamente no dever de sustentar uma relação social dialógica e um questionamento profundo.

Assim, a partir da criação de rotinas no campo as entrevistas foram úteis na coleta de dados pois através da escuta e intervenção, foi possível gerar um ambiente suscetível de produção de dados relevantes. Apesar deste método ser carregado de dificuldades para sua implementação segura, neste caso, a questão da língua foi o maior obstáculo, visto que, grande parte dos entrevistados tinham dificuldades com a língua portuguesa que é oficial no país.

Muitas vezes, as entrevistas com camponeses nativos, especialmente de idade relativamente avançada foram feitas na língua changana, pois, só nessa língua os entrevistados conseguiam expressar seus pontos de vista e fazer questionamentos sempre que achassem necessário. Posteriormente, essas entrevistas passaram por tradução para a língua portuguesa o que constituí uma lacuna uma vez que algumas expressões só têm sentido na própria língua.

Como forma de contornar as lacunas da tradução, algumas expressões importantes constam no texto na língua original. A par disso, o uso da roda de conversa foi fundamental, pois não seguia o roteiro de entrevista e o diálogo se desenvolvia em torno de vários temas do cotidiano do bairro, com a mistura de línguas. Apesar de falar fluentemente a língua changana, muitas vezes tive que contar com o auxílio de terceiros na tradução de algumas expressões durante a análise dos dados.

As conversas informais foram, com frequência, um recurso mobilizado, especialmente quando buscava ganhar a confiança dos camponeses. Considerando os três níveis hierárquicos indicados por Blanchet e Gotman como referência na elaboração da entrevista — o ambiente material e social, o quadro contratual da comunicação e, por fim, as intervenções do pesquisador —, esses elementos foram tomados em consideração para uma implementação

produtiva das entrevistas e das conversas, que não seguiram rigorosamente o roteiro, mas constituíram uma aproximação da realidade.

No que diz respeito ao ambiente da entrevista, foram definidos pelos interlocutores, os lugares, dias e horários que lhes eram favoráveis. O espaço doméstico e a Associação Camponesa de Mahoche (ACM) foram privilegiados pelas mulheres, enquanto os homens marcavam os encontros na mercearia e no bar do "nigeriano", onde passam grande parte do tempo livre. Esse tempo é mais amplo porque muitos deles estão desempregados e dependem de bicastes para sobreviver, além de se envolverem na intermediação de processos informais de compra e venda de terra.

As entrevistas com o governo distrital da Moamba, a estrutura do bairro e regulado foram realizadas em seus respectivos locais de atividade, dentro do horário laboral e nas datas previamente estabelecidas, visando maximizar sua disponibilidade. Sempre que autorizado pelos informantes, utilizei o gravador do celular para registrar as informações, sem renunciar ao registro manual. Ao total realizei 20 entrevistas (uma ao régulo, uma ao secretário do bairro, duas no governo distrital, uma a diretora da EPC. Mahoche, uma a um gestor de pedreira e as restantes catorze com camponeses).

Um aspecto importante a considerar no processo de constituição de dados foi o uso do diário de campo como instrumento relevante, pois auxiliou-me a recordar detalhes dos encontros presenciais e das entrevistas que não podiam ser identificados apenas pelas falas, como as mensagens não verbais percebidas nas fisionomias e nos gestos (Mendes; Miskulina, 2017). O diário de campo mostrou-se particularmente útil quando participei da reunião entre os camponeses e as pedreiras, ocasião em que não fiz qualquer pergunta ou gravação, limitando-me à escuta e ao registro escrito.

Ainda na coleta de dados de fontes primárias, fiz uso da observação em presença, onde segui pelos diferentes quarteirões do território para conhecer o funcionamento e descrever seu cotidiano, conhecer as pessoas e os principais lugares de encontro, ouvir as falas mais comuns etc. No processo de observação fiz uso de máquina fotográfica do celular para captar outras formas de linguagem que a entrevista não permitia alcançar.

No âmbito da observação, participei em dois encontros entre as comunidades afetadas pela poeira, tremor de terra, e outras situações de precarização resultantes da atividade das pedreiras. A participação nesses encontros foi um convite dos diferentes camponeses que visitei, sua expectativa era que eu fosse mais um elemento de força, em momento de colocação de suas demandas junto às pedreiras.

Os dados das fontes secundárias foram coletados na secretária do bairro, no governo da província de Maputo e no governo distrital da Moamba, especialmente para alcançar o terceiro objetivo sobre o discurso oficial em torno da participação camponesa no processo de instalação de pedreiras. Busquei documentos normativos sobre o processo de licenciamento das pedreiras, legislação ambiental, lei de terras, estudos de impacto ambiental e outros dados relevantes sobre o povoado (número de habitantes, uso da terra, entre outros).

O último objetivo que visava visualizar as consequências das práticas dos camponeses que influenciam o cotidiano de Mahoche diante das transformações socioambientais, seu alcance foi possível usando a história oral dos camponeses, com vista a compreender as práticas e suas transformações a longo prazo.

Uma vez coletadas informações predominantemente descritivas, resultante do processo de entrevista e observação, a questão que normalmente emerge na cabeça do investigador, consiste em saber qual é a melhor maneira de tratar os dados com vista a garantir confiabilidade dos resultados, nesse sentido, o processo de análise de dados foi feito com recurso à Análise de Conteúdo definido por Bardin como:

> [...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin,1977, p.42 apud Mendes; Miskulina, 2017)

A análise de conteúdo auxiliou na organização dos dados que foram surgindo e apontavam para possíveis respostas às questões de investigação. A terceira fase da pesquisa esteve voltada para uma análise e interpretação mais detalhada, pois, ao longo das etapas anteriores, esse exercício esteve sempre presente, culminando na redação da tese, na correção de erros gramaticais e ortográficos, nos ajustes de coerência e coesão do texto e, por fim, na formatação do trabalho escrito.

A tese está organizada em seis capítulos. No segundo capítulo intitulado Resistência Camponesa em Contextos de Mineração: Enfoques Teóricos e Debate sobre Desenvolvimento, contextualizo e sistematizo as discussões teóricas e empíricas sobre as transformações socioambientais provocados pela atividade mineira, articulando-as ao debate mais amplo sobre desenvolvimento. Ele encontra-se estruturado em dois eixos. No primeiro reúno produção académica que trata da mineração no geral, apontando que os camponeses com suas práticas, saberes e crenças são frequentemente ignorados dos processos decisórios

que envolvem instalação e operação de atividades extrativistas, além de alterar os modos de habitar nos territórios.

No segundo eixo, reflito sobre os processos de urbanização, considerando que há uma interconexão entre urbanização e exploração de bens naturais, especialmente pedra e areia de construção. Os estudos deste eixo mostram que os processos de urbanização não se restringem ao interior dos perímetros urbanos, vão além deles, colocando em causa os modos de vida e a vida das populações nas suas margens.

Não obstante a relevância dos trabalhos consultados, verifica-se que eles apresentam um silêncio significativo no que refere à análise das práticas cotidianas dos camponeses moçambicanos para responder e se ajustar às transformações socioambientais causadas pela mineração e urbanização excludente.

No terceiro capítulo, Mahoche se Transforma: Reflexões Entre Esperança e Incerteza Socioambiental, apresento e analiso a origem de Mahoche, o perfil sociodemográfico de seus habitantes e a maneira como eles interpretam suas experiências cotidianas diante das transformações socioambientais resultantes da exploração de pedreiras. O surgimento de Mahoche está intrinsicamente vinculado aos processos de disputa territorial entre grupos locais ao longo do século XIX, marcadas por dinâmicas de resistência, reorganização sociopolítica e reconfiguração de alianças tribais, não apenas como produto de confrontos, mas como espaço de agência coletiva e de reterritorialização camponesa.

Quanto ao perfil sociodemográfico dos residentes de Mahoche trata-se de jovens oriundos de diferentes regiões do país, muitos deles em processo de construção de um lar. Estes jovens na sua maioria chegaram a Mahoche com fim da guerra civil em 1992 quando os nativos que ficaram na região nesse período, passaram a receber interessados por terra uma vez que muitos tinham migrado em busca de segurança na cidade capital ou na República da África do sul e não retornaram.

Os efeitos da exploração das pedreiras sobre o território suscitam percepções múltiplas e por vezes, contraditórias entre os camponeses. De um lado, emerge um sentimento de esperança, do outro, instala-se uma sensação de incerteza socioambiental.

No quarto capítulo, “KU YAKISSA”: Resistência cotidiana frente às Transformações Socioambientais em Mahoche, faço considerações sobre aspectos fundamentais da terra em Moçambique, que ocupam um lugar central no debate das práticas de resposta e ajuste dos camponeses às transformações socioambientais provocadas por pedreiras. Apresento a noção *ku yakissa* como expressão pedagógica e política que responde de maneira criativa e coletiva,

as lacunas da efetivação de políticas públicas de direito à terra, que impacta negativamente população subalterna.

No quinto capítulo, Pedreiras em Mahoche: controvérsias, conflito, resposta e ajuste, descrevo a interpretação dos camponeses sobre a atividade das pedreiras no território e analiso a legislação Ambiental e de Minas, a fim de compreender o processo de exploração de bens naturais e pedra de construção em particular, no país. Defendo a existência de um contraste entre a legislação que protege as comunidades em torno dos bens naturais e as práticas cotidianas das pedreiras, que não respeitam essa norma, evidenciando fragilidades dos mecanismos de proteção frente aos interesses econômicos, o que leva os camponeses verem as pedreiras como fonte de sua erosão existencial a qual resistem cotidianamente.

O sexto capítulo, *"A morte que se respira": Vulnerabilidade, Poeira e Grito de Resistência Camponesa*, assume um papel central na reflexão dos problemas discutidos ao longo da tese, sem, contudo, diminuir a relevância analítica dos capítulos anteriores, que fundamentam e preparam este aprofundamento. Nele, aprofundo o conceito de morte social para demonstrar como os camponeses de Mahoche, por meio de suas práticas e discursos de resistência, evidenciam a conexão entre exclusão social e os impactos socioambientais causados pelas pedreiras, fatores que configuram sua negação social, por meio do incentivo da monocultura de pedra.

Por fim, nas considerações finais, reafirmo os objetivos da tese, fazendo uma releitura crítica de todo processo de pesquisa com vista a identificar limites metodológicos, empíricos ou conceptuais como pontos de abertura para novos olhares.

2 RESISTÊNCIA CAMPONESA EM CONTEXTOS DE MINERAÇÃO: ENFOQUES TEÓRICOS E DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO

Busco neste capítulo contextualizar e sistematizar as discussões teóricas em torno das transformações socioambientais causadas pela mineração, entendida como uma forma de atividade extrativista, relacionando-as ao debate mais amplo sobre desenvolvimento. O objetivo desta investigação foi obter uma visão clara do panorama atual e das possíveis direções futuras do tema.

Os trabalhos apresentados a seguir têm objetivos distintos. Entre eles, destaca-se a intenção de influenciar os governos na formulação de políticas públicas que garantam um modo de vida digno às populações que vivem no entorno de projetos e megaprojetos de desenvolvimento. Embora a tese não pretenda falar em nome das comunidades, habitualmente vulnerabilizadas e excluídas do processo, as narrativas dos camponeses de Mahoche registradas no diário de campo evidenciam a urgência de medidas que reconheçam e protejam suas formas de vida diante dos impactos dos projetos de desenvolvimento.

As ciências sociais na realidade moçambicana têm dado pouca atenção às práticas cotidianas dos camponeses, facto esse que justifica maior recorrência aos trabalhos desenvolvidos fora do país, mas que forneceram subsídios importantes para compreensão das dinâmicas de resistência, reprodução social e reconfiguração territorial protagonizadas por comunidades rurais em contextos pós-coloniais, permitindo estabelecer diálogos críticos com a realidade moçambicana.

O estado da arte que embasa este capítulo está estruturado em dois grandes eixos: O primeiro reúne produção académica que trata de mineração no geral, destacando seus efeitos negativos sobre o meio ambiente das comunidades locais. Tais estudos apontam que os camponeses com suas práticas, saberes e crenças são frequentemente ignorados nos processos decisórios que envolvem a instalação e operação de pedreiras e outras atividades extrativistas, além da alteração nos modos de habitar nos territórios." Esse processo faz emergir novas “zonas de sacrifício”, ou seja, novas fronteiras econômicas em torno da mineração, as quais avançam ferozmente sobre os territórios dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.”(Zhouri,2018,p.14)

Apesar dessas contribuições, há um silêncio significativo na literatura quanto às formas como os camponeses, especialmente em Moçambique, pouco se investiga sobre como essas populações se ajustam ou respondem aos impactos da mineração.

No segundo eixo detenho-me em volta dos processos de urbanização pois, há uma interconexão entre urbanização e exploração de bens naturais, já que ela demanda por materiais como areia, pedras e minerais, intensificando exploração de pedreiras e afetando diretamente as comunidades em torno. Os estudos deste segundo eixo mostram que os processos de urbanização não se restringem ao interior dos perímetros urbanos, vão além deles, colocando em causa os modos de vida e a vida das populações nas margens dela.

Não obstante à relevância dos trabalhos consultados, verifica-se que eles apresentam lacunas significativas no que se refere à análise das práticas cotidianas de resistência dos camponeses moçambicanos diante dos processos como a urbanização excludente, a usurpação de terras e demais formas de opressão que, em certos marcos teóricos, têm sido interpretadas como expressões de uma "morte social", isto é, a redução de sujeitos à condição de não pertencimento e despossessão. (Patterson, 1982)

Ainda que permeados por tais limitações, os estudos em questão fornecem subsídios teóricos consistentes e aportes interpretativos valiosos, os quais foram articulados na construção e fundamentação da presente pesquisa.

2.1 MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E DINÂMICAS DE RESISTÊNCIA

Este primeiro grupo de estudos vem se consolidando como referência no debate sobre desenvolvimento, independentemente do adjetivo que o acompanhe (sustentável, local, territorial, etno, etc.). São várias as abordagens teóricas que os orientam, destacando: abordagem Ciência-Tecnologia- Sociedade (CTS), focada na exploração da relação entre mineração, impactos ambientais e sociais com a tecnologia; abordagem socioambiental que examina os efeitos da mineração sobre o meio ambiente e as comunidades local.

Por fim, o referencial decolonial e do pós desenvolvimento, que analisa criticamente a mineração a partir de uma perspectiva contrária ao modelo tradicional de desenvolvimento, ao enfatizar as desigualdades vividas pelas populações marginalizadas, constitui o campo teórico no qual esta pesquisa está inserida e na qual se inspira dialogando com as contribuições de Michel de Certeau (2011) e James C.Scott (2013), cujas abordagens sobre práticas cotidianas desenvolvo abaixo.

No contexto da divisão do trabalho e da natureza imposta pelo capitalismo avançando, Rigotto (2018), mostra que os conflitos socioambientais se alastram por regiões como

América Latina e África, onde a mineração e o agronegócio, bem como as infraestruturas que demandam, engendram novas territorialidades.

Com base em abordagem decolonial, Chizenga (2023) argumenta que é essencial considerar a agência dos atores afetados pela mineração em relação ao território. Seus vínculos desencadeiam processos de desidentificação em relação às lógicas da mineração e do desenvolvimento.

> O conceito de polirracionalidade, nos moldes como discutido pelo filósofo queniano Dimas Masdolo (2009) para expressar a imposição de formas de conhecimento aos povos coloniais, revela que os colonizados agregam os saberes ocidentais à sua bagagem de conhecimentos, passando a circular em diferentes espaços epistêm*icos.*(Chizenga, 2023, p.76)

As transformações socioambientais decorrentes da mineração em Mahoche, geram interpretações heterogêneas entre sujeitos afetados. O lugar e os interesses envolvidos são determinantes nessa avaliação: quanto mais próximos os atores estiverem do poder econômico e político, maior a tendência de invisibilizar os impactos negativos. Por outro lado, aqueles mais distantes tendem a perceber com mais intensidade os efeitos adversos.

Nos bairros em expansão de Moçambique, o acesso à terra ocorre por meio de esforços individuais e informais, diante da quase inexistência do Estado no parcelamento, na estruturação territorial e na instalação de serviços sociais básicos (Manjate,2019). Essa realidade evidencia que as comunidades estão respondendo essa ausência, criando alternativas fora da ordem formal, ou seja, “estão inventando o cotidiano.” (Certeau, 2011)

Chizenga (2023), identifica duas perspectivas sobre as mudanças produzidas pela mineração: uma que naturaliza e racionaliza o desenvolvimento, a outra baseada nos atores afetados. É na segunda perspectiva que minha atenção está virada, pois nela encontramos as formas inventadas pelos camponeses para responder às transformações socioambientais resultantes da instalação de pedreiras em Mahoche na sua direção, que a cada instante mostra sua impossibilidade de representar um futuro de bem-estar geral ou interesse público, mas fortalecimento de interesses econômicos negligentes com as pessoas e a com a natureza.

Ao analisar a mineração sob perspectiva do conflito ambiental, Castel (2023) identifica três racionalidades que estruturam esse debate. Enquanto alguns atores apresentam argumentos

favoráveis ou contrários à atividade mineradora, outros permanecem em silêncio ou têm suas vozes sistematicamente marginalizadas, sem acesso a espaços onde suas posições possam ressoar.

A primeira seria racionalidade ou ideologia do desenvolvimento, que entende os conteúdos naturais e culturais como recursos exploráveis para atingir os supostos níveis de desenvolvimento e crescimento econômico sob o paradigma de interesse público. Na segunda trata-se da racionalidade das comunidades que concebem o território como espaço para o desenvolvimento das suas vidas, provedor de sustento para sua reprodução material, dos sentidos da sua existência com as qual cultivam vínculos afetivos e de pertencimento.

A terceira consiste numa racionalidade mais complexa. Trata-se das comunidades nativas que apresentam em suas formas de se relacionar com a natureza e com seus territórios, aspetos ancestrais ontológicos e cognitivos. As últimas duas racionalidades sugerem que as comunidades desenvolvem discursos e práticas originais sobre o cotidiano, por meio dos quais interpretam as alterações produzidas pelo processo de mineração e constroem formas de resposta.

Os discursos e práticas das comunidades nativas, em contextos marcados por mudanças ou projetos de desenvolvimento hegemônicos, como mineração e urbanização, tendem a ser invisibilizados, o que altera não apenas o território físico, mas também as formas de o conceber.

Ainda assim, focos de resistência persistem:

> Grupos sociais continuam resistindo aos impactos e imposições da modernidade e da ocidentalização, com aqueles que reproduzem modelos alternativos de relação com a natureza a partir de racionalidades que expressam outras peculiaridades epistêmicas e significados ontológicos**.** Aqueles que têm sido constantemente e sistematicamente ocultados, silenciados e subestimados. (Castel, 2023, p.113)

Processos de coexistência ou resistência à lógica mineira de ocupação territorial ocorrem por meio da mobilização de saberes herdados de gerações anteriores, já que enfrentaram distintas formas de opressão associadas ao desenvolvimento e urbanização. Esses conhecimentos transmitidos historicamente, sustentam práticas que desafiam os padrões hegemônicos de habitar e transformam o território em espaço de disputa e memória (Chizenga et. al,2022).

A partir da abordagem de meio de vida, Perondi (2014) questiona como as pessoas fazem para sobreviver em situações de risco ou outras situações de vulnerabilidade. Interpreta o meio de vida como um sistema aberto, com interface a outros sistemas, utilizando vários recursos e ativos para produzir meios de vida.

Em face a um cenário desolador de vulnerabilização, povos indígenas, pescadores, camponeses, entre outros, se mobilizam para contestar o ataque aos seus territórios, a rapina dos seus recursos naturais, invasão de agentes corporativos legitimados pelo poder estatal (Zhouri,2018). Portanto, a presença de atividades como pedreiras produzindo poluição de ar, encerramento e envenenamento de fontes de água, com efeitos negativos para a produção agrícola ou ainda, a situação de usurpação de terra, não são recebidas passivamente pelos camponeses.

É preciso reconhecer a diversidade de atores sociais que se enfrentam na mineração, defendendo interesses e valores, muitas vezes contraditórios, e nem sempre claramente explicitados, o que nos desafia a pensar para além da caracterização monolítica dos atores envolvidos na mineração, geralmente representada pela tríade Estado, corporações e comunidades. (Zhouri,2018)

Apesar das críticas recorrentes à mineração e ao uso estratégico da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como ferramenta de legitimação, há abordagens que atribuem efeitos positivos. A partir do estudo das ações de RSE desenvolvidos pela Vale[1] Moçambique, empresa que por mais de década serviu de base para análise dos efeitos de projetos minerários no país, Jesus (2017) afirma que tais iniciativas contribuem para melhoria das condições de vida das comunidades locais e circunvizinhas onde a empresa atua. Segundo o autor, a RSE da Vale traduz-se na minimização dos problemas sociais que afetam a população, como o acesso à educação, saúde, água potável, saneamento do meio, transportes e energia elétrica.

Todavia, Langa e Massingue (2014, p.240) consideram a RSE na mineração como uma resposta política e ambígua ao debate em torno do papel dos bens naturais no desenvolvimento nacional e não considera os possíveis riscos de insustentabilidade fiscal, vulnerabilidade das comunidades e fragilização do papel do Estado.

As imprecisões nos processos de RSE são descritas por Osório e Silva (2017) em pesquisa com comunidades afetadas pela instalação da Vale Moçambique e da ICVL. Segundo as autoras, observa-se nos discursos das empresas, das organizações da sociedade civil e na própria legislação uma confusão em delimitar claramente as fronteiras entre ações compensatórias e práticas de responsabilidade social, o que contribui para a ambiguidade e fragilidade das políticas dirigidas às populações afetadas.

Nas comunidades reassentadas do distrito de Moatize, a RSE se tem configurado, em grande parte, como um mecanismo formal de gestão dos efeitos das concessões minerárias,

[1] Desde 2022 designa-se Vulcan Mozambique, em virtude de transferência de ações.

especialmente no que diz respeito ao deslocamento compulsório e à perda dos meios de subsistência. Segundo Osório e Silva (2017), a RSE tem servido para produzir formas sutis de exploração das populações locais ao mascarar práticas expropriadoras sob discurso de desenvolvimento e compensação social.

Entendo o debate em defesa da RSE como mecanismo de arrefecimento da crítica das comunidades nativas atingidas pela mineração dentro de um processo de legitimação e justificação do desenvolvimento e seus efeitos, apagando os de modos de vida e conhecimentos que sustentam formas alternativas de existência, territorialidade e relação com a natureza, frequentemente qualificados como obstáculos ao progresso.

A RSE, enquanto estratégia para arrefecer as críticas das comunidades frente às transformações socioambientais nocivas, provocadas pelas mineradoras, especialmente no caso das pedreiras em estudo, está longe de resolver as inquietações das populações nativas. Suas experiências e saberes têm sido marginalizados na construção da agenda institucional, o que ajuda a explicar a persistência de manifestações populares, conflitos e outras formas de resistência cotidiana das comunidades nos territórios onde essas atividades ocorrem.

Desde as sociedades pré-modernas e formações sociopolíticas diversas, a pedra figura como matéria-prima essencial na construção de espaços urbanos. As edificações erguidas por meio de gestos de quebra, lapidação, encaixe e sobreposição desse material, tornaram-se símbolos da capacidade humana transformar e dominar o entorno natural. Todavia, esse processo frequentemente se concretiza à custa da invisibilização dos territórios onde se instalam as pedreiras. (Bexiga,2013)

Há consensos na literatura de que, os projetos de mineração têm produzido inúmeros cenários de destruição dos ecossistemas, assim como diferentes ordens de problemas sociais, desde as migrações desordenadas à prostituição de menores, além de outros tipos de violência e mazelas sociais. (Canto, 2023)

A mineração orientada para o desenvolvimento cria transformações no modo de habitar das comunidades nativas em seu entorno, suas experiências são silenciadas e apagadas, gerando

necessidade de ajustes e respostas apropriadas, face às ameaças do seu modo de vida com o desenvolvimento de práticas de invasões crescentes de terras e fontes de água. (Perrot,2008)

Na abordagem da RSE, esse sofrimento seria mitigado pela oferta de serviços básicos aos camponeses: escolas, hospitais, luz, água etc. e deste modo, evitar-se-ia qualquer forma de rebelião camponesa uma vez que seus interesses seriam acomodados.

Essa tese em parte parece se aplicar ao caso de Mahoche pois, durante as manifestações e discussões em encontros com proprietários e gestores de pedreiras, em que os impactos da poluição do ar causada pelos caminhões no transporte de inertes era a pauta, o principal pedido era de que pelos menos que fossem garantidos serviços essenciais à população, ao mesmo tempo que nas entrelinhas eles indiciavam o partido no poder como a razão principal do incumprimento da RSE pelas pedreiras:

> O bairro está ficar muito prejudicado e a ganhar muito pouco com isso, mas não temos onde e como reclamar, isso porque entendemos e percebemos que eles também estão sendo apertados. O bairro aperta como aperta, por exemplo eles agora fizeram trabalho das cinco salas, por conta das manifestações. Os jovens decidiram bloquear, dantes havia muita anarquia, porque quando se fala com eles, evocam muitos nomes de estruturas que vão lhes contactar, querendo isto, mas aquilo, assim fica um bocadinho complicado. Os dirigentes vão lá buscar algo [dinheiro]. Não é porque eles não têm vontade! Tem vontade, mas, podemos considerar que é num pasto onde o capim é pouco, mas tem muitos animais [neste momento o entrevistado pede que desligue o gravador para seguir falando, sobretudo sobre esquemas de extorsões de dinheiro as pedreiras pelo do governo distrital e posto administrativo, para financiar atividade do partido no poder].” (Entrevista com um nativo realizada em outubro de 2025)

Os estudos sobre RSE não esclarecem a agência dos camponeses diante das transformações em curso, muito menos sobre o incumprimento das promessas no processo de implantação das empresas. Além disso, escamoteia-se a discussão sobre o modelo de desenvolvimento adotado, sobre multiplicação e reprodução dos riscos envolvidos nas atividades econômicas priorizadas, a leitura das populações frente as incertezas e danos gerados. Portanto, tais abordagens se mostram inadequadas para compreender as formas cotidianas de resistência prática.

Os estudos sobre mineração apresentados inserem –se em um amplo debate relativo aos conflitos socioambientais, foco que tem sido a justiça social entre grupos que disputam a apropriação e o uso dos recursos. Grande parte deles apresentam pontos cegos ao privilegiar megaprojetos e minimizar dinâmicas locais menos evidentes. Meu afastamento dessas abordagens decorre da necessidade de redirecionar a reflexão para contextos específicos e evitar generalizações excessivas sobre seus impactos, reconhecendo as particularidades de cada território.

Sem desconsiderar os esforços já realizados, interessa-me destacar que os problemas enfrentados por áreas de mineração não classificadas como megaprojetos permanecem ocultos. Meu compromisso está voltado para políticas e epistemologias que valorizem alocação, posicionamento e contexto, nas quais a parcialidade e a não universalidade constituem condição para um conhecimento relacional. Trata-se, portanto, de trazer à tona saberes localizáveis, conforme sugere Haraway (1995).

No caso moçambicano, a insuficiência de estudos em ciências sociais sobre a extração de rochas e as formas de ajuste cotidiano das comunidades evidencia um objeto marginalizado. Como aponta Bexita (2013, p. 79), “os arredores das pedreiras configuram territórios periféricos nas cidades, distantes dos centros urbanos, mas próximos ao mercado consumidor”. As jazidas mais próximas às cidades são valorizadas pelo custo de transporte, enquanto a exploração de materiais para construção civil ocorre sem qualquer cuidado com os impactos socioambientais, reforçando a desvalorização desses espaços. (Silva; Bueno, 2013)

Nesta seção, procurei demonstrar que as atividades de mineração, em especial a exploração de pedreiras, produzem transformações socioambientais para as comunidades afetadas, em sua maioria camponesas. Esses impactos frequentemente invisibilizados pelas narrativas empresariais, governamentais e pelas abordagens que exaltam a RSE, comprometem modos de vida, vínculos territoriais e formas tradicionais de habitar o espaço. No entanto, essas populações não permanecem passivas diante das transformações impostas, pelo contrário, desenvolvem formas de resistência cotidiana para enfrentar os impactos e preservar seus modos de vida.

Portanto, os estudos analisados trouxeram contribuições significativas no desenvolvimento da minha pesquisa, pois evidenciam que a extração mineral se sobrepõe a outras formas de sociabilidade locais, associadas à diversidade de elementos não antrópicos e às dinâmicas complexas de mundos invisibilizados pela lógica mineradora.

2.2 EXPANSÃO URBANA E PEDREIRAS: UMA REVISÃO DAS CONTRADIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA LITERATURA

Segundo Bexiga (2013), os entornos das pedreiras nas cidades tendem a configurar territórios marginalizados, frequentemente invisibilizados pelas dinâmicas do planejamento urbano. A lógica de instalação dessas atividades próximas ao mercado consumidor reforça uma visão utilitarista do espaço, que ignora a presença das populações que ali vivem, suas necessidades cotidianas e suas demandas socioambientais.

Esta seção tem objetivo de apresentar uma abordagem introdutória sobre o debate complexo acerca da expansão urbana, sem aprofundar a sistematização de autores e conceitos que contribuíram para a caracterização dessas áreas. Ainda assim, é importante reconhecer o contexto mais amplo em que se insere esse processo, de modo a compreender as mudanças socioambientais provocadas pela exploração de pedreiras.

A expansão das cidades moçambicanas, especialmente Maputo e Matola, frequentemente impulsionada pela mineração de inertes, molda territórios, altera e impacta diretamente o cotidiano das comunidades rurais. Por essa razão, mesmo sem me interessar no seu aprofundamento teórico, a consideração dessas questões permite uma compreensão mais ampla da relação entre urbanização e exploração de pedreiras em Mahoche.

Diversas propostas voltadas ao desenvolvimento sustentam que a urbanização é um elemento-chave para a melhoria da qualidade de vida das populações. A ampliação de vias de acesso, a construção de edifícios privados e públicos relativamente mais seguros, o aumento de emprego, serviços públicos e privados são frequentemente citados como evidências desse progresso.

Entretanto, enquanto o desenvolvimento urbano pode trazer infraestrutura, segurança e oportunidades econômicas, ele também pode resultar em deslocamento forçado, degradação ambiental e perda de modos de vida das comunidades locais. Muitas vezes, essas populações são excluídas das decisões de planejamento, acabam sofrendo impactos negativos como a poluição sonora, do ar, entre outros.

Desde o século passado, testemunhamos um crescimento acelerado das cidades em diversas partes do mundo; no caso moçambicano, esse processo assume características próprias, em que a urbanização se entrelaça às dinâmicas da mineração, seja pelo fornecimento de materiais de construção, seja pela configuração de territórios periféricos.

A teorização sobre esses fenômenos exige a consideração tanto das formas espaciais quanto as relações sociais que os constituem, evidenciando que o urbano não é apenas um tipo ou unidade territorial delimitada. Pelo contrário, ele incorpora uma dimensão de desenvolvimento desigual, sendo construído de forma interativa, contestado politicamente e historicamente, moldado por escalas mutáveis. (Brenner,2018)

O conceito de cidade, embora em volta da polissemia, estrutura grande parte da visão difundida sobre expansão urbana como um amplo processo de aceleração da urbanização. Esse fenômeno abrange espaços que se situam na interseção entre o rural e o urbano. Musante (2024), define a expansão urbana como o crescimento nas bordas das cidades, onde as terras historicamente rurais passam a experimentar usos urbanos, em processos incipientes que nem sempre se consolidam.

> Na virada do século XX, e com recurso a distintos conceitos o debate sobre expansão urbana ganhou força no norte global (Inglaterra, França e Estados Unidos) com objetivo de caracterizar a expansão dos usos urbanos sobre os espaços rurais, protagonizado centralmente por sectores de classe média que se deslocaram atraídos pela natureza e pelos espaços amplos verdes.” (Musante, 2024, p.5)

A expansão urbana em Moçambique tem sido marcada por processos de exclusão socioespacial, muitas vezes associados à atuação seletiva da regulação urbanística, o que resulta na formação de áreas que concentram problemas ambientais e sociais. A situação dos camponeses de Mahoche está frequentemente marcada pela ausência de saneamento ambiental, pela poluição atmosférica, pelo desflorestamento, pela degradação e pela contaminação. Esse quadro pode ser interpretado à luz da noção de *zonas de sacrifício*, utilizada como ferramenta para analisar as transformações socioambientais decorrentes da expansão urbana e da atividade das pedreiras.

As escolhas de localização de atividades de risco não ocorrem de forma neutra, estando frequentemente relacionadas ao perfil sociodemográfico das populações mais vulneráveis aos impactos indesejados. Segundo Acselrad (2018), trata-se de uma "irresponsabilidade organizada" por parte das elites, que se articula com a fragilidade política dessas comunidades, dentro de uma lógica discriminatória.

A expressão *zonas de sacrifício* surgiu no Estados Unidos da América (EUA) na década de 1980 quando os movimentos sociais denunciaram sistematicamente a relação entre a segregação racial e a localização de empreendimentos de alto impacto ambiental, como aterros sanitários e estações de tratamento de esgotos. Assim, o termo foi formulado a partir das mobilizações sociais e incorporado na literatura sobre justiça ambiental para designar áreas onde atividades econômicas geram graves problemas ambientais, geralmente próximos aos bairros pobres. (Silva; Bueno,2013)

Trata-se de áreas habitadas por populações pobres, cuja baixa capacidade de pressão política dificulta a resistência em forma de rebelião, à proximidade de atividades poluidoras como ocorre em Mahoche. No entanto, essa condição não deve ser interpretada como mera passividade diante do processo. Pelo contrário, seus moradores reinventam práticas cotidianas para responder, resistir e se ajustar a tais imposições sem recorrer a confrontação aberta. (Scott, 2002)

A expressão zona de sacrifício é especialmente relevante para descrever a região de Mahoche como uma área designada para receber atividades altamente poluentes, como pedreiras e areeiros. Essas atividades geram contaminação, incômodo e riscos à segurança, cujos impactos negativos recaem sobre os camponeses, enquanto os benefícios são centralizados e monopolizados pelas elites econômicos geralmente instaladas no centro da cidade.

Estou concebendo Mahoche e outras áreas do distrito da Moamba como zonas de sacrifício, designadas para sustentar e viabilizar projetos de infraestruturas urbanas, colocando em causa as formas de existência que se encontrem em suas margens. A remoção de solos, as escavações resultantes da exploração de inertes para construção civil e o descarte irregular de resíduos sólidos de origem urbana, são exemplos claros dessa injustiça ambiental e social.

A independência de Moçambique, seguida de guerra civil que durou 16 anos, causou forte êxodo rural e reforçou a exclusão urbana estruturada no período colonial. Com o fim da guerra civil e a investidura do primeiro governo democraticamente eleito em 1994, Moçambique entrou em um período do crescimento econômico e reconstrução institucional, ainda marcado por fortes dependências externas e desigualdades internas.

Esse contexto produziu novas dinâmicas migratórias, incluindo o retorno de deslocados o que levou a formação de bairros empobrecidos, desestruturados e vulnerabilizados, resultando na criação de uma população disponível, que criou condições para expansão de ações ligadas ao setor industrial de extração de matéria-prima. (Gerhardt; Araújo,2019)

Discussões e reflexões realizadas no campo disciplinar da Geografia, por autores como Solomon (2022), Zampieri e Balastro (2021), Cabette (2022), Camargo (2022) e Baía (2011), e, por outro lado, no campo do Planejamento, por Heck (2022) e Damásio (2021), entre outros, têm demonstrado que os processos de urbanização não se restringem ao interior dos perímetros urbanos delimitados.

Eles se estendem além desses limites, e essa situação leva à modificação do uso do solo rural para fins urbanos, uma vez que ocorre um crescimento demográfico acompanhado pela ocupação de populações de baixa renda, o que gera efeitos danosos tanto para os camponeses quanto para o meio ambiente.

A expansão urbana em Moçambique tem avançado sobre os territórios rurais, tanto pela ocupação destinada à moradia quanto pela instalação de empreendimentos privados. Esses processos vão gerando transformações socioambientais no território, acompanhadas de respostas, ajustes, consentimento ou adaptação da população rural no uso da terra, o que teoricamente permanece pouco refletido no contexto nacional.

A Lei de terra de Moçambique, de 1997, concede prioridade às comunidades nos usos da terra e reconhece seu papel importante no ordenamento e gestão do território, todavia, ela mostra-se insuficiente para proteger as comunidades camponesas diante da violência e desigualdades que estruturam os processos de urbanização.

Situações de usurpação de terra na zona rural, com recurso a categorias hegemônicas como: desenvolvimento, modernização, urbanização etc., são cada vez mais comuns, o que vem gerando um modo de distribuição socioespacial desigual e junto um potencial de confrontação aberta ou não.

Salomon (2022), ao tratar da resistência dos agricultores familiares frente à expansão urbana, evidencia que esses atores elaboram respostas cotidianas as transformações que incidem sobre seus territórios, reafirmando sua capacidade de resistência. Os agricultores familiares de Santa Rita, lugar estudado pelo autor, têm nos canais de produção agroecológica especialmente de produção de arroz ecológico e hortícolas estratégias de resistência à expansão urbana.

Isto revela que a expansão urbana ocorre muitas vezes em detrimento de outros espaços, envolvendo atividades e usos concorrentes da terra, no caso de Mahoche nos referimos ao seu uso para habitação, comércio, prática de agricultura, pasto e para mineração.

A desigualdade espacial resulta do padrão de urbanização que concentra benefícios e favorece predominantemente os interesses do mercado imobiliário. Esse padrão é marcado pela reprodução de injustiças, flexibilização normativa e pela priorização dos meios de produção do capital, enquanto reduz opressivamente os esforços de participação democrática e enfraquece a esfera pública. Como consequência, as funções sociais da cidade ficam comprometidas, afetando o direito à moradia, ao acesso equitativo a serviços e à construção de um ambiente urbano mais inclusivo. (Damásio,2021)

Reconhece-se aqui a existência de desigualdade entre os espaços urbano e rural. A desigualdade espacial está intrinsecamente ligada à desigualdade estrutural, como reconhece Cabette (2022) ao relacioná-la à centralidade das dinâmicas do capitalismo e da sociedade de mercado, cujo elemento fundamental é a propriedade privada. Diante disso, torna-se essencial um mecanismo de regulação política administrativa que leve em consideração as especificidades de cada território, contribuindo para a redução dessas desigualdades.

A urbanização rural em Moçambique, vem ocorrendo conforme a necessidade da classe dominante, construindo desigualdade socioespacial. As oportunidades aparecem em torno do local de habitações dos mais ricos, restando para os mais pobres espaços precários em zonas relativamente distantes, gerando desta maneira novas precariedades. Baía (2011), anota que a urbanização moçambicana deve ser compreendida a partir da análise do processo de dependência inerente à dominação colonial portuguesa e ao sistema capitalista na sua relação com os países africanos.

Se os chamados “Anos Dourados” de prosperidade econômica no norte global, caracterizados pelo crescimento econômico contínuo, um forte Estado de Bem-estar social, levaram a um fenômeno massivo de suburbanização, à primeira vista a urbanização e desenvolvimento econômico aparecem ligados, todavia, essa tese não se aplica ao processo que ocorre nas regiões “subdesenvolvidas” onde se pode localizar Moçambique.

> Contudo estas pesquisas constataram uma covariação historicamente dada, entre nível técnico- econômico e nível de urbanização, não fornecem uma explicação do processo e, sobretudo vão de encontro a outra constatação importante, a da aceleração do crescimento urbano nas regiões “subdesenvolvidas”, com um ritmo superior à arrancada urbana dos países industrializados, e isto, sem crescimento econômico concomitante.(Castells, 2000, p.78)

Embora não tenha sido interesse de Castells conectar o debate urbano ao ambiental, sua observação chama atenção para um olhar sempre localizado dos processos sociais, compreendendo as transformações socioambientais a partir dos atores, neste caso, os camponeses entregues à morte social, que resistem cotidianamente, pois, esse é um processo não apenas físico, mas relacional, feito de controvérsia, disputa, conflito e cooperação.

O imaginário de hierarquização dos lugares de habitação entre nobres e periféricos que hoje, se traduz na urbanização excludente, acompanhada de produção de zona de sacrifício, é herança da modernidade caracterizada pela dicotomização na implementação do seu projeto de mundo. Assim, pensar nas transformações socioambientais causadas pelas pedreiras e pela expansão urbana significa conectar com certas maneiras de habitar a terra próprias da modernidade.

Para Mignolo (apud Krenack, 2009, p.9), a tese da “modernidade ” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar suas conquistas, enquanto esconde ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro- a colonialidade, ou seja, compartilham um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade, espalha e incentiva o mesmo modelo de progresso e urbanização como o bem-estar no mundo todo, apagando e esquecendo as narrativas locais.

De acordo com Mignolo, a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. A modernização, que também impulsionou a urbanização do rural, resultou na migração forçada de populações do campo e da floresta para periferia e áreas vulneráveis, onde passaram a compor a força de trabalho no centro urbano. Dessa forma, a modernização carrega uma dimensão oculta- e o seu lado –mais

sombrio- ao reforçar desigualdades e desestruturar modos de vida tradicionais em nome do progresso.

As relações intersubjetivas nas quais foram fundidas as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram se configurando como novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocêntrica. “Esse específico universo é o que será denominado como modernidade.”(Quijano, 2009, p.74)

Revela-se necessária uma perspectiva histórica dos processos da modernidade que contribuíram para a situação ecológica, social e política de hoje, sendo o momento fundador a colonização europeia das Américas a partir de 1492, processo flexível para África e alguns lugares da Ásia, gerando um modo de habitar distinto. (Ferdinand,2019)

A lógica do habitar colonial, marcada pela ocupação excludente e pela apropriação dos territórios, ainda persiste e se atualiza na promoção da urbanização acelerada do planeta, frequentemente desvinculada das dinâmicas sociais e ecológicas locais. De acordo com Ferdinand, isso designa uma concepção singular da existência de certos humanos sobre a terra- os colonizadores e das suas relações com outros humanos- os não colonizados, ou seja, a classificação e tipificação entre os que podem e os não podem viver em áreas urbanizadas, os últimos reservados às margens, sujeitos a conveniência de projetos nocivos não apenas aos modos de vida, mas a vida.

A domesticação que sempre foi parte do processo de dominação sobre as outras pessoas e espécie caracterizou o longo processo de modernização e continua hoje no imaginário dos processos de desenvolvimento e da urbanização em particular, perdendo-se de vista as transformações mútuas que esse processo pode gerar. (Tsing, 2015)

A domesticação é geralmente compreendida como controle humano sobre outras espécies e pessoas, sobretudo aquelas de fraco poder ou que não se ajustam às lógicas do desenvolvimento e nesse caso as lógicas das mudanças criadas pela crescente urbanização.

Na década de oitenta, do século passado, um grupo de etnógrafos dedicou-se a documentar as resistências ao capitalismo e à modernidade em ambientes diversos. Dessa maneira iniciou-se a tarefa de tornar visíveis as práticas e os processos que revelavam que havia múltiplas formas de resistência ativa ao próprio desenvolvimento.

A própria resistência, porém, é só uma insinuação do que estava ocorrendo em muitas comunidades, não chegando a mostrar como as pessoas sempre criam ativamente e reconstroem seus mundos de vida e seus lugares. (Escobar, 2005, p.76)

A urbanização penetra na vida camponesa num movimento de transformações, respostas ajustes, resistências e adaptações que acentuam a oposição urbanidade – ruralidade.

A partir desta constatação percebe-se a necessidade de uma abordagem alternativa ao modelo hegemônico ocidental de pensamento e práticas urbanas concebidas como fim último da sociedade.

É necessário desenvolver uma argumentação ancorada dos saberes locais, pois são eles que permitem denunciar e desvelar atuação do regime de poder/saber. A partir dessa perspectiva, emergem espaços alternativos e formas distintas de relação com o território capazes de construir outras maneiras de estar no mundo, outros mundos possíveis e ontologias múltiplas. Com isso, a expansão urbana deixa de ser compreendida como necessidade inevitável e passa a ser conhecida como dispositivo de poder, assim como ocorre com a própria ideia de desenvolvimento. (Anjos, 2014); (Chizenga, 2023)

A articulação entre desenvolvimento e urbanização tem sido dominante ao longo da história da modernidade, um processo usado como justificativa para intervenções sobre as comunidades rurais, em meio a disputas e oposição com os povos nativos pois, seu imperativo sempre revelou um caráter destruidor e uma maneira única de viver.

2.3 TÁTICAS E RESISTÊNCIA SILENCIOSA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DE CERTEAU E SCOTT

A cientificidade não é uma propriedade intrínseca de um espírito ou de uma teoria, mas sim uma regra de jogo coletivo que exige fundamentação para sua continuidade. O ponto de partida deste estudo foi inspirado pelas reflexões de Anna Tsing sobre a vida nas ruínas, que provocam a pensar como formas de vida humanas e não humanas resistem e se reinventam em contextos de destruição socioambiental. O referencial teórico central, contudo, se estrutura nas contribuições de Michel de Certeau (2011), em *A Invenção do cotidiano: Artes de fazer*, e de James C. Scott (2013), em *A Dominação e a Arte de Resistência: Discursos Ocultos*, cujas perspectivas permitem aprofundar a análise das práticas cotidianas de resistência.

Embora Certeau (2011) não tenha formulado explicitamente uma teoria da resistência cotidiana, sua obra que se desenvolve no pós-guerra, em meio às transformações urbanas, à ascensão da sociedade de consumo e à crítica as grandes narrativas totalizantes, dialoga com essa ideia, especialmente na maneira como descreve as práticas informais de resistência que não necessariamente envolvem confronto direto.

Ao pesquisar as práticas do dia a dia das pessoas comuns- ou melhor, as formas como sujeitos interpretam e lidam com a cultura, Certeau faz um esforço relevante para revelar os

modelos de ação característico dos grupos e indivíduos supostamente entregues à passividade e à disciplina como é o caso das populações localizadas nas margens.

A invenção do cotidiano busca evidenciar as "maneiras de fazer" do dia a dia, retirando-as da condição de pano de fundo obscuro da atividade social. Seu objetivo é recusar a uniformidade que um poder administrativo procura impor sob a justificativa de um saber superior e de um suposto interesse comum.

Em vez de adotar o ponto de vista de quem emite informação, Certeau propõe que o foco seja a perspectiva de quem recebe, atendendo para as diferentes maneiras de marcar socialmente o desvio operado e dado por uma prática. Dessa forma, as pesquisas em antropologia, história, psicanálise e sociologia têm muito a ganhar ao considerar a "proliferação disseminada" de criações anônimas e "perecíveis" que surgem com vivacidade, mas que não se capitalizam. Trata-se, segundo o autor:

> De esboçar uma teoria das práticas cotidianas para extrair do seu ruido as maneiras de fazer que, majoritariamente na vida social, não aparecem muitas vezes se não a título de "resistências" ou inércias em relação ao desenvolvimento da produção "sociocultural". O essencial do que será feito em a invenção do cotidiano .... não será outra coisa que não dizer que as astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma autodisciplina."(Certeau, 2011, p.16)

Tanto Foucault quanto Bourdieu são referências fundamentais para a construção da teoria da prática cotidiana de Certeau. O primeiro enfatiza os efeitos e resultados das práticas enquanto o segundo volta-se para sua gênese e os mecanismos de produção. Na transição das primeiras para as segundas o herói muda. Um ator passivo e noturno substitui a multiplicidade astuciosa das estratégias. (Certeau, 2011)

A proposta de Certeau não busca elaborar uma história das teorias sobre as práticas, mas procura apontar modos de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, considerando-as de natureza tática. O modo como as pessoas comuns lidam, no cotidiano, com objetos, crenças, normas, informações e transformações constitui um elemento central para compreender as dinâmicas de resistência e adoção na vida cotidiana.

Essa investigação não apenas contribui para ampliar o entendimento das relações sociais, mas também se mostra fundamental para os objetivos desta tese ao fornecer subsídios sobre mecanismos de apropriação e transformação das estruturas dominantes.

Segundo Certeau, todo conhecimento encontra-se enraizado em um lugar, manifestando-se em três níveis de conexão: nas modalidades de ação, nas formalidades das práticas e nas maneiras específicas de fazer. Nesse sentido, tais níveis orientaram meu

exercício de descrição do cotidiano dos camponeses, compreendidos como integrantes de grupos subalternos.

Assim, ao mesmo tempo em que busquei evidenciar práticas inventivas e táticas de resistência, analisei também os agentes sociais que em virtude de sua proximidade direta ou indireta ao poder público, exercem formas de dominação sobre esses grupos. No contexto específico de Mahoche tais agentes — líderes locais cooptados — podem ser interpretados como "opressores", uma vez que atuam como mediadores entre as estruturas institucionais e o cotidiano dos camponeses reproduzindo desigualdades e tensionando os espaços de resistência.

Ao observar o "sucesso" dos colonizadores espanhóis na submissão das etnias indígenas e na imposição da dominação Certeau argumenta que, os povos indígenas transformaram as ações rituais, as representações e as leis impostas em algo distinto daquilo que os conquistadores acreditavam estar realizando. Eles não as rejeitavam diretamente nem as modificaram, mas as subvertiam por meio de suas próprias maneiras de utilizá-las, direcionando-as para fins que atendiam a referência alheia ao sistema do qual não podiam escapar.

Neste contexto, *ku yakissa*, que aprofundo no capítulo seguinte, pode ser compreendido como uma dessas formas de resistência silenciosa. A Lei moçambicana de Terra estabelece que toda a terra pertence ao Estado. Em vez de confrontar diretamente essa normativa, os camponeses se apropriam de práticas tradicionais para reafirmar seu vínculo com a terra, reinterpretando os limites da propriedade e da autoridade estatal, e subvertendo-a por meio de suas próprias lógicas de uso e aproveitamento.

Essa prática opera nas margens do ordenamento jurídico, ressignificando normas e reforçando formas comunitárias de pertencimento. Assim, o *ku yakissa* não apenas desafia as imposições legais, mas também fortalece a autonomia dos camponeses, revelando sua invenção do cotidiano por meio de práticas informais de resistência.

Certeau enfatiza que a aparente passividade dos sujeitos subalternos não implica ausência de resistência, mas revela práticas silenciosas e persistentes de oposição. Essa resistência, que também considero formas de resposta e ajuste, assume-se pouco visível; daí a importância de prestar atenção no que ocorre nas margens, pois isso nos oferece outras possibilidades de compreensão das lógicas de fazer e falar cotidianas dos camponeses expostos as transformações socioambientais e modos de vida.

A raridade de levantes camponeses em Mahoche, seja contra às pedreiras ou contra o poder público responsável por autorizar ou vetar esses empreendimentos, oculta outras formas

de compreender e enfrentar transformações pelos grupos sem poder, cuja segurança reside no anonimato. (Scott, 2022)

Adotando a perspectiva da enunciação, Certeau privilegia o ato de falar como prática situada, inscrita no sistema linguístico e marcada pela apropriação e reapropriação da língua por locutores que instauram sentidos vinculados a momentos e lugares específicos.

Nesse sentido, compreender as práticas cotidianas de resistência torna-se essencial para a análise da sociedade contemporânea, cada vez mais regida por dispositivos que visam homogeneizar modos de fazer e imaginar. Assim, ao reconhecer a centralidade dessas práticas abre-se a possibilidade de problematizar as formas pelas quais os sujeitos subalternos produzem alternativas e resistências, mesmo em contextos de forte disciplinamento institucional e socioambiental.

Na literatura e no cotidiano moçambicano, é recorrente o equívoco de se atribuir passividade aos camponeses frente as transformações impostas. No entanto, tal leitura desconsidera que mesmo em contexto de submissão a determinadas estratégias, esses sujeitos acionam astúcias cotidianas, configurando táticas de sobrevivência.

A partir de uma perspectiva polomológica inspirada no modelo de guerra, Certeau distingue entre lógica de ação, *tática* e outra *estratégica* para questionar como os sujeitos se movem no mundo e fazem suas práticas. Ele define *estratégia* como cálculo das relações de força, que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolado de um ambiente. As estratégias estão sempre ligadas a uma instituição, a um lugar físico, um lugar teórico, um lugar epistemológico e um lugar que enuncia.

Os sujeitos cotidianos se movem no campo das estratégias, ou seja, no lugar que eles não são donos. Eles postulam um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base à gestão de suas relações com exterioridade distinta. Deste modo, a estratégia é a relação de poder que capitaliza lucro.

Ao contrário das estratégias, as *táticas* são práticas cotidianas que sobrevivem por meio das rachas deixadas por essas grandes estruturas. A "tática só tem por lugar o outro", insinuando-se de maneira fragmentada, sem apreendê-lo por inteiro ou mantê-lo à distância. A tática, não possui uma base para acumular seus ganhos, planejar expansões ou garantir independência diante das circunstâncias, ou seja, ela tem apenas o tempo como aliado vigiando para "captar no voo" a possibilidade de ganho.

Assim podemos compreender que muitas práticas cotidianas são do tipo tático, ou seja, elas não são pré-estabelecidas, mas invenções cotidianas no processo de interação e das situações práticas, tornando-a diferente das estratégias.

As táticas evidenciam o vínculo entre inteligência e combates cotidianos, articulando astúcia e resistência em situações de dominação. Em contraste, as estratégias, apoiadas em cálculos objetivos, mantêm sua relação com o poder resguardado pelo lugar próprio ou pela instituição. As táticas configuram, portanto, artes de golpe realizadas no campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado.

Citando Cluasewitz, Certeau (2011) define a tática como a arte dos fracos: sem visão própria, e sem visão globalizante, simultaneamente cega e perspicaz, pois se realiza no corpo a corpo, sem distância, comandada pelos acasos do tempo e determinada pela *ausência do poder*. Em contraste, a estratégia organiza-se a partir de um postulado de um poder, sustentado por um lugar próprios ou por instituições.

Estudar práticas cotidianas dos camponeses significa dar conta de que apesar das suas formas de agir e pensar serem frequentemente reprimidas ou ocultadas pelos discursos com pretensões hegemônicas e disciplinares da sociedade, elas se infiltram e conquistam espaço. Essas práticas não obedecem às regras impostas pelo território nem se definem por ele, mas o utilizam como ferramenta de manipulação e transformação.

Neste estudo, foi interessante descrever como os camponeses constroem possibilidades de autonomia ao se apropriarem da legislação de terras de maneira subversiva. Assim, como na literatura se distinguem formas ou "estilos" de escrita, também se podem identificar diferentes modos de agir, caminhar, ler, produzir e falar. Eles traçam "trajetórias indeterminadas" aparentemente desprovidas de sentido porque são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado, onde se movimentam.

Segundo Certeau (2011) a tática não tem condições de estabelecer um projeto amplo e nem de dominar completamente o adversário dentro de um espaço fixo e estruturado. Em vez disso, ela opera de forma ágil e oportunista, agindo conforme as circunstâncias e dependendo das oportunidades momentâneas. Sem uma base para acumular vantagens, expandir território ou prever desfechos, a tática se constrói no instante, lance a lance.

As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder, elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. As táticas, por outro lado, são procedimentos que se valem da pertinência que atribuem ao tempo e às circunstâncias, de modo que o instante preciso de uma intervenção se transforma em situação favorável.

O estudo das táticas cotidianas deve considerar tanto sua origem quanto suas possíveis direções futuras. Para Certeau, uma sociedade é formada por práticas dominantes, que estruturam suas instituições normativas, e por uma infinidade de práticas menores, que,

embora não organizem um discurso oficial, permanecem ativas. Essas práticas menores preservam traços ou vestígios de hipóteses alternativas, tanto para a sociedade atual quanto para outras possibilidades futuras.

As táticas — enquanto práticas cotidianas de relações sociais — podem ser compreendidas a partir da perspectiva de uma sociedade alternativa. Como se precisassem de um outro cenário para se tornarem visíveis, essas práticas, marginalizadas pela racionalidade "ocidental", encontram espaço de visibilidade e elucidação. O que essa cultura exclui do seu discurso pode emergir e oferecer novas interpretações.

A noção de *habitus*, traço distintivo do pensamento de Bourdieu, é alvo da crítica de Certeau, que aponta suas limitações ao enfatizar sobretudo a reprodução das hierarquias sociais e a perpetuação de suas ideologias. Segundo o autor, essa abordagem negligencia os improvisos do cotidiano, que escapam ao controle e à disciplina dos sistemas instituídos. Em consequência, obscurece os mecanismos de distanciamento e de poder que permitem aos indivíduos desenvolver habilidades para navegar em diferentes conjunturas.

É preciso considerar um elemento essencial na análise das táticas. Elas, por seus próprios critérios e procedimentos, operam de maneira tão independente dentro da organização institucional e simbólica que, se levadas a sério poderiam desestabilizar a própria representação científica da sociedade em todo sentido da expressão.

Assim como Certeau, Scott (2013) dedicou-se ao estudo das práticas cotidianas dos grupos subalternos, focando nas *formas de resistência cotidiana* à opressão entre os camponeses do sudoeste asiático. Em meio ao debate sobre hegemonia, marxismo e movimentos sociais propõe uma visão alternativa ao pensamento de que só há resistência quando há revolta explícita.

Para ele, entre os dominados existe um discurso oculto que se contrapõe completamente ao discurso público. O termo discurso oculto aparece para definir as expressões e estratégias que acontecem nos bastidores, longe do campo de visão direta daqueles que detêm o poder.

No caso de Mahoche a aparente aceitação das transformações socioambientais pelos camponeses é, na verdade, uma estratégia de sobrevivência e um meio de simulação para esconder sua revolta e resistência diante de relações que consideram injustas e humilhantes. Esses sentimentos, longe de serem passivos, são constantemente sujeitos a avaliação e críticas nos espaços sociais subtraídos da vigilância dos dominadores. Nesses ambientes, o discurso oculto pode ser partilhado entre iguais, fortalecendo subculturas dissidentes e criando formas alternativas de expressão e contestação.

A noção de “estratégia de sobrevivência”, empregada por Scott para descrever a resistência prática dos camponeses, pode parecer, à primeira vista, contrária à proposta de “tática” formulada por Certeau, já que envolve um certo grau de autonomia frente às circunstâncias, enquanto a tática, por definição, opera dentro dos limites impostos pelo poder dominante.

No entanto, essa estratégia contém uma dimensão oculta caracterizada como *infrapolítica,* que a torna sempre presente nas relações sociais. “A infrapolítica diz respeito à luta discreta que os grupos subordinados exercem todos os dias com os raios infravermelhos para lá da parte visível.*”*(Scott, 2013, p.9)

A infrapolítica é assim o cimento da ação política mais elaborada, através da qual “os de baixo” vão pondo constantemente a prova os limites da dominação, e desafiando suas fronteiras, atravessando, deste modo, uma luta de posições próxima da guerra de guerrilha.

> Todos os grupos subordinados criam a partir da sua experiência de sofrimento, um discurso oculto que representa uma crítica do poder expressa nas costas dos dominadores. Os poderosos por seu lado, também elaboram um discurso oculto que enuncia as práticas e as exigências da dominação que não podem ser abertamente confessadas. A comparação do discurso oculto dos fracos com os poderosos e de ambos os discursos ocultos com o discurso público das relações de poder proporciona uma forma diferente de resistência à
> dominação.(Scott, 2013, p.19)

O processo de dominação gera uma conduta pública hegemônica, e um discurso nos bastidores que consiste naquilo que não pode ser dito na face do poder. O discurso hegemônico caracteriza a justificativa do desenvolvimento, impõe às sociedades, aos grupos uma visão única de habitar e ver o mundo.

Esse processo não tem como se desconectar dos processos de colonização que se estruturam a partir da ideia de que existem uns atrasados precisando ser civilizados. Hoje, encontra sustento em novas narrativas como, desenvolvimento no lugar de pobreza, da ruralidade, do campo, entre outros.

Scott reforça que a ausência de uma efetiva rebelião é do interesse próprio dos grupos destituídos, que conspiram para reforçar as aparências hegemônicas. Dessa forma, os rumores, as conversas informais, as histórias tradicionais, as canções, os gestos, as anedotas e até o teatro dos oprimidos funcionam como forma simbólica de crítica ao poder.

Ao mesmo tempo, se protegem por trás do anonimato ou de interpretações neutras de suas ações, evitando represálias diretas. Os camponeses de Mahoche quando declaram “não podemos fazer nada diante das poeiras provocadas pelas pedreiras” reforçam a aparência de

subordinação ao poder político e econômico ainda que essa enunciação possa ser lida como parte de uma tática de resistência silenciosa.

A abordagem da resistência cotidiana traz à tona o protagonismo dos camponeses na construção de sua própria história, destacando suas formas de negociação e adaptação às condições adversas às transformações socioambientais aos seus modos de vida. Portanto, ela oferece uma lente analítica que vai além das manifestações mais visíveis e espetaculares de protesto, possibilita uma análise mais profunda das táticas sutis e das práticas diárias que moldam as trajetórias de luta na defesa do território. (Oliveira,2023)

Ao analisar a resistência camponesa sob a óptica da organização social, Jean Hébette destaca que o isolamento político representa um dos principais obstáculos enfrentados pelos agricultores. Nesse contexto, a resistência coletiva emerge como uma necessidade vital, inicialmente pela força da união comunitária e, posteriormente, por meio de criação de associações.

Para os camponeses excluídos da terra e que lutam pela Reforma Agrária, a capacidade de se organizar em sindicatos, associações e movimentos sociais é essencial para enfrentar a marginalização (Pontes; Guerra, 2016). Assim, nesse pensamento a resistência só se torna verdadeiramente eficaz quando assume forma de ação coletiva, em contraste com a perspectiva scottiana, que valoriza práticas individuais e silenciosas.

Não obstante a contradição em vários aspectos teórico-metodológicos, especialmente no que diz respeito à forma, visibilidade e organização da resistência camponesa nas propostas de Hébette e Scott, as semelhanças podem ser encontradas na solidariedade entre os grupos de resistência, trazendo para a luta o caráter de coesão do movimento, da racionalidade e da moral camponesa.

Quadro 1 - Resistência camponesa do cotidiano e resistência camponesa via organização

Resistência camponesa do	**Resistência camponesa via organização**
Expressa-se por indivíduos ou grupos sem organização formal;	Expressa-se via organizações
Enfrentamento de situações	Pretende uma mudança político-social estrutural;
É baseada em discursos ocultos, fofocas, e boatos sem autores identificados;	Envolve diversos participantes, tanto no meio rural como no meio urbano expressa em discursos de representatividade;
A mobilização é espontânea e não se expõe os líderes, indivíduos ou grupos responsáveis;	A mobilização ocorre a partir da influência das igrejas, principalmente cristãs, Associação de moradores e Sindicatos
Acontece um intuito de ganhos imediatos.	Tem uma perspectiva institucionalizada e de longo prazo.

Fonte: PONTES, D. D.R; GUERRA, G.A.D, (2016)

A incorporação de Scott na pesquisa abre caminho para compreender que os camponeses tendem por prudência, medo e desejo de cair nas boas graças dos mais fortes, a moldar seu comportamento público às expectativas dos poderosos. A possibilidade de os detentores de poder controlarem completamente a cena é muito reduzida, mas os seus desejos tendem a prevalecer.

A perspectiva scotiana alerta-nos para o facto de que, quase todas as relações normalmente observadas entre dominadores e subordinados, representam o encontro do discurso público dos dominadores com discurso público dos subordinados. O discurso oculto constitui, por esta razão, o lugar privilegiado para desenvolvimento de uma linguagem não hegemônica, contraveniente, dissidente, subversiva.

> As máscaras adoptadas podem ser mais espessas ou mais finas, mais grosseiras ou mais subtis, dependendo da natureza do público e dos interessados em jogo, mas nunca deixam de ser representações, como são todas as ações sociais. A subordinação pode traduzir-se no uso de formas linguísticas criadas de modo a refletir e antecipar a reação do dominador. É indiscutível que as aparências exigidas pelo poder são impostas pela força aos grupos subordinados. (Scott, 2013, p.60)

As relações de dominação são vistas tanto por Certeau quanto por Scott como simultaneamente relações de resistência. Uma vez estabelecida, a dominação não se autoperpetua naturalmente, mantê-la exige, pois, um trabalho constante de consolidação, ajustamento e perpetuação.

A afirmação, a ocultação, a eufemerização e por fim, a aparência de unanimidade aparecem como elementos centrais das formas de simulação dos grupos subordinados para ocultar seu real sentimento em público pelas represálias possíveis de serem mobilizadas pelos grupos de maior poder.

Com base na teoria de reatância, desenvolvida na psicologia social, que parte da premissa de que o desejo humano de liberdade e autonomia geram oposição quando ameaçado pelo uso da força. Scott argumenta que uma ameaça suficientemente intimidatória poderá assegurar uma submissão e um acordo explícito.

No entanto, essa repressão não elimina a resistência, ela apenas a desloca para outras formas, tornando-a ainda mais intensa. Em contextos de opressão, os subordinados desenvolvem estratégias alternativas de contestação. Assim, a resistência não decorre apenas da busca pela melhoria material, mas também das marcas deixadas pelos mecanismos de humilhação pessoal que acompanham a exploração.

Os grupos subordinados, no seu cotidiano, buscam uma multiplicidade de práticas de resistência diante das injustiças, usurpações e humilhações dos seus opressores. Assim, Scott propõe que entremos no mundo dos rumores, do falatório, dos disfarces, dos truques linguísticos, das metáforas, dos eufemismos, das lendas populares, dos gestos rituais, do anonimato etc. por forma a visibilizar a guerrilha ideológica não declarada no espaço público.

O termo infrapolítica transmite a ideia de que estamos perante uma dimensão discreta de luta política. O facto de ser invisível resulta de uma atitude deliberada, uma opção táctica resultante de uma consciência prudente do equilíbrio de poder que proporciona uma boa parte dos alicerces culturais e estruturais da ação política mais visível. Scott distingue entre resistência aberta, declarada, que atrai as principais atenções e a resistência disfarçada, discreta e implícita que constitui o domínio da infrapolítica.

Nas relações de dominação, tal como na guerra de guerrilha, ambas partes têm consciência da força e das capacidades relativas do adversário e, consequentemente, da reação a esperar de um possível ataque. O discurso oculto exerce uma pressão constante sobre os limites daquilo que é permitido em cena. O que mostra a existência de permanente jogo de "micro" avanço e recuos nas relações de poder. (Scott, 2013)

Assim deve-se rejeitar a ideia de naturalização e da legitimação que sejam estáticas. A análise do discurso oculto pode nos ajudar a compreender os momentos em que se prenunciam as grandes transformações políticas. O primeiro passo para a compreensão desses momentos é colocar o tom e o estado de espírito expressos pelos indivíduos que desafiam pela primeira vez o poder, no centro de análise.

A experiência dos camponeses de Mahoche revela uma dinâmica de resistência que desafia certas abordagens teóricas. Durante muito tempo, esses sujeitos mantiveram-se em silêncio diante da poluição ambiental e da negligência dos serviços públicos. No entanto, com agravamento das condições de vida, foram obrigados a confrontar diretamente o poder, mobilizando ações públicas como audiências e manifestações, com vista a salvaguarda de seus direitos, especialmente o acesso a um ambiente limpo e a serviços básicos (No capítulo 4 aprofundo esse debate).

Embora Certeau defenda as táticas discretas e cotidianas que operam dentro das estruturas dominantes e Scott enfatize formas de resistência que não se declaram abertamente, o caso de Mahoche evidencia os limites dessas abordagens quando a luta exige visibilidade e enfrentamento direto. Em determinados momentos, os camponeses precisaram sair às ruas e "encarrar o poder de frente", revelando que a resistência cotidiana também pode assumir formas explícitas, sem perder sua legitimidade.

Tanto Certeau quanto Scott escrevem em contexto nos quais a questão ambiental não ocupava um lugar central. No entanto, no cenário contemporâneo, marcado por crise social e ambiental de grande alcance, essa ausência torna-se uma limitação importante. Os impactos ambientais, muitas vezes impulsionados por interesses privados predatórios em múltiplas escalas, exigem abordagens que reconheçam o ambiente como dimensão fundamental das lutas sociais.

2.3.1 Camponês em Moçambique: uma categoria fluída entre práticas, políticas e disputas históricas

A partir de uma análise bibliográfica que procura abranger diferentes perspectivas, momentos históricos e contextos políticos e econômicos, observa-se que as lutas camponesas raramente desembocaram em mudanças de regime, sistemas políticos ou econômicos. Nesse sentido, Mosca (2024) considera que os camponeses como classe social maioritária até a fase do capitalismo industrial, foram constantemente "utilizados/instrumentalizados" nos processos de transformação pelas elites de cada período da evolução das sociedades. Contudo, uma vez alcançados os objetivos das elites, estas não apenas traem as convicções dos camponeses, mas também se distanciam delas.

Em Moçambique, o conceito "camponês" não tem limites claramente definidos, muitas vezes sendo usado como sinónimo de pequeno produtor. Seu uso tende a se diluir em diferentes contextos e temporalidades, o que o torna um termo fluído, relacional e politicamente disputado. Nesse sentido, o camponês moçambicano não pode ser capturado por categorias estáticas, como demonstram Mosca (2024), Monjane (2023) e Fernandes (2004).

Em uma acepção simples/genérica, o termo camponês diz respeito aquele que habita ou trabalha no campo. Esta definição não é aceite em todos os contextos, pois, nem todo aquele que trabalha a terra pode ser considerado camponês, na medida em que existem pessoas que vivendo no meio rural não são camponesas. Por outro lado, existem pessoas que vivem nas periferias das cidades e são camponesas, exercendo como atividade principal, a agricultura periurbana. (Mosca, 2024)

De forma ampla, o campesinato pode ser entendido como "uma classe social e não apenas um sector da economia, uma forma de produção ou um modo de vida" (Marque, 2000 apud Mosca, 2024). Nesta linha de pensamento, percebe-se a ruptura com visões funcionalistas que tratam o campesinato como resíduo pré-moderno ou como mera categoria ocupacional. Inspirando-se em autores como Eric Wolf e James Scott, o campesinato é visto

como sujeito social relacional marcado por formas específicas de exploração, resistência e reprodução social.

Essa perspectiva, permite compreender comunidades como as de Mahoche meu território de pesquisa, não simplesmente como populações rurais afetadas por pedreiras, mas como sujeitos coletivos que resistem, negoceiam e recriam formas de vida.

Na teoria marxista, o campesinato é considerado como classe residual, separada da divisão orgânica do trabalho e dos mercados (Abramovay, 1992; Chayanove, 1974). Segundo Marx, a consolidação do socialismo, enquanto modo de produção de transição entre capitalismo e o comunismo, iria levar ao desaparecimento do campesinato, transformando-se em operários. Todavia, para Rosa Luxemburgo, o campesinato permanecia no capitalismo. (Mosca,2024)

Analisado a partir a dicotomia de Marx e Engels entre burguesia e proletários, os camponeses não constituiriam uma classe social “em si” nem “para si”, pois segundo eles, com desenvolvimento da agricultura e da industrialização, e, especialmente, da mercantilização do comércio devido aos “descobrimentos”, o campesinato, tal como existia durante o feudalismo, tendeu a reduzir ou desaparecer para dar origem a um grupo social de menor dimensão e menos peso econômico e político. (Mosca,2024)

A ideia do desaparecimento do campesinato e transformação em operários e burgueses-capitalista é contraposta por outros autores, afirmando que a sociabilidade camponesa é adversa ao individualismo, uma vez que a solidariedade, a participação e redistribuição social são práticas de uma socialização que é culturalmente originária do ser camponês.

Segundo Fernandes (2004) o camponês tem perfil social diferente do capitalista e do assalariado, ressaltando que o camponês recria o conceito de território deslocando seu sentido de propriedade para espaço de condição de sua própria existência, o que corresponde as suas táticas de resistência conectadas as suas relações materiais, espirituais, produtivas e simbólicas que configuram sentimento de pertença com espaço e necessidade de assegurar sobrevivência de futuras gerações.

Em Moçambique, as transformações do campesinato desde finais do século XIX até 1930 foram profundas, estruturando-se através de um sistema funcional entre o assalariamento e a monetarização das economias familiares com os modos de vida e de produção pré-coloniais e capitalistas. Essas mudanças, segundo Mosca (2024) revelam que o assalariamento forçado, resultante das migrações de trabalho em regime de contratos, continha relações escravagistas e de natureza feudal.

3 MAHOCHE SE TRANSFORMA: REFLEXÕES ENTRE ESPERANÇA E INCERTEZA SOCIOAMBIENTAL

Neste capítulo examino a história da formação de Mahoche, delineio o perfil sociodemográfico de seus habitantes e analiso as principais transformações vivenciadas no território. A partir das narrativas camponesas, investigo os modos de interpretação dessas experiências frente as mudanças socioambientais decorrentes da exploração das pedreiras, evidenciando tensões, ressignificações e práticas de resposta e ajuste.

Dos Registro do campo (2024) entre as principais transformações apontadas pelos camponeses destacam-se:

Território e recursos: maior procura por terra para habitação e investimento; conflitos e usurpação fundiária; além da crescente improdutividade dos solos.

Trabalho e mobilidade: mudanças na ocupação laboral e a chegada do "chapa 100".

Habitação e ambiente: alteração nos tipos de moradia e impactos como poluição atmosférica.

Relações sociais e segurança: episódios de violência doméstica; fragilidade das relações de vizinhança e aumento de roubos.

Infraestruturas: acesso à energia da rede pública, entre outros serviços.

Entre as diversas transformações relatadas pelos interlocutores, aquelas de natureza socioambiental — especialmente as decorrentes da exploração das pedreiras e de seus efeitos sobre a qualidade do ar — emergiram com maior recorrência e intensidade.

Essa centralidade não se explica apenas pela frequência com que são mencionadas, mas pela forma como afetam diretamente a saúde, o cotidiano e os modos de habitar o território, configurando-se como eixo analítico privilegiado nesta investigação.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017), em Moçambique as zonas rurais representam 75% do território e abrigam cerca de 63% da população, 70% dela dependente dos cultivos comunitários para sua subsistência, sendo as mulheres 90% desse grupo.

Esses dados ressaltam a importância de considerar a questão da terra ao refletir sobre as transformações socioambientais provocadas pela atividade de exploração de bens naturais, especialmente da atividade de pedreiras em áreas rurais que constituíram o meu foco deste estudo.

Mahoche situa-se próximo de dois bairros do município da Matola cuja referência são os condomínios fechados, que reforçam a segregação espacial e social, além de abrigarem o

maior parque industrial do país. Importa sublinhar que tais bairros vêm sendo edificados sobre a base de pedra e areia exploradas sobretudo em Mahoche, num processo relativamente antigo, mas ainda em curso, revelando como a extração de recursos locais sustenta formas de urbanização que aprofundam desigualdades socioespaciais.

Em conversa com o régulo de Mahoche este ressaltava que o território já não é o mesmo herdado dos seus ancestrais tanto na dimensão física, quanto nas simbólicas e sociais. Tal como o régulo, os outros nativos de idade relativamente avançada, destacaram os principais fatores de transformação: o surgimento de pedreiras, crescimento populacional e habitacional, a eletrificação (mesmo que parcial), a chegada do transporte semicoletivo e a construção da N4.

Assim como grande parte do distrito da Moamba, Mahoche tem nos cultivos comunitários e na pecuária as suas principais atividades cotidianas. No entanto, nos últimos anos o distrito tem registrado perdas significativas de terras cultiváveis devido ao surgimento de empreendimentos minerários com maior predominância para pedreiras e areeiros, o crescimento da construção de habitações, estabelecimentos comerciais e industriais em áreas agrícolas, somado à seca dos últimos anos que tem dificultado o seguimento pleno desse modo de subsistência.

No ano 2005, sob a justificativa de promover o desenvolvimento rural, o governo distrital definiu Mahoche como zona de expansão, flexibilizando a disponibilização de terra para habitação e outros empreendimentos. Embora os camponeses reconheçam seus benefícios para o território, não deixam de identificar os impactos negativos sobre seu cotidiano, como se percebe nos relatos dos próprios nativos ao falarem das mudanças no território:

> Lá por volta do ano 2005, o governo distrital da Moamba resolveu parcelar terras no bairro, do lado direito da N4, indo na direção de Ressano Garcia. Não sei ao certo quantos hectares saíram, mas talvez uns cem, por aí. Já o lado esquerdo da estrada não foi parcelado. E é nessa diferença que as coisas começam a mudar: do lado direito já aparecem casas mais modernas, tem uma rua pavimentada com pavê, tem as pedreiras funcionando... e isso tudo atraiu muita movimentação, muita barraca por aqui. A escola também já melhorou bastante. Enfim, tem muita coisa mudando, e mudando de forma bem visível, mas também têm nos criado muitos problemas, por exemplo, o campo de pasto do gado caprino e bovino está desaparecer, já não temos quase nada! Então, para criar gado já está sendo muito difícil. Outra dificuldade é porque já não é fácil a prática da agricultura, as pessoas estão perdendo suas machambas. Esta ver nem?" (Entrevista com nativo realizada em outubro 2025)

O reassentamento na região de parte da população oriunda de bairros afetados pelo traçado da ponte Maputo-Katembe, na cidade de Maputo, pode ser considerado parte desse

processo de transformação. Essas mudanças têm impactado especialmente as populações nativas que precisam encontrar formas de responder e se adaptar à essa realidade.

Ao apresentar a descrição anterior minha intenção não minimiza os impactos vivenciados pelas populações reassentadas, cujas experiências devem ser reconhecidas e valorizadas. No entanto busco lançar luz sobre as transformações específicas vivenciadas por um segmento particular da população local.

Por exemplo, os areeiros e pedreiras têm intensificado suas atividades em resposta à expansão do território com os reassentados, sendo estes os principais demandantes desses produtos. Esse crescimento tem gerado problemas socioambientais, tal como a poluição do ar[1] que preocupa diretamente os camponeses nativos.



la poeira

Fonte: Arquivo do autor (2024)

Como consequência do reassentamento e aumento de pedreiras, em Mahoche observa-se alargamento de rede de ensino, eletricidade, água potável e outros serviços antes inexistentes, usados pelo governo e outros segmentos sociais para sustentar que o território está em desenvolvimento e deste modo legitimar as transformações em curso.

A atividade de pedreiras e a expansão do território geram efeitos e percepções heterogêneas entre os camponeses, representando um desafio para uma etnografia situada pela necessidade de captar como diferentes interesses e atores se articulam no campo. Conforme aponta Ribeiro (2008), o campo de desenvolvimento é marcado pela heterogeneidade envolvendo múltiplos atores, instituições, discursos e forças em tensão.

[1] Jornal o País dia 07/08/2023 reporta uma agenda de manifestação pacífica da população do bairro em repúdio as poeiras levantadas pelos camiões no processo de transporte dos inertes, no entanto, ela não foi efetivada em resultado da intervenção das autoridades policiais.

Embora a expressão “Mahoche de hoje! Não é Mahoche de ontem!” circule amplamente entre os interlocutores, os sentidos atribuídos a essa ruptura temporal variam conforme trajetórias individuais e posições sociais. Essa variação pode ser compreendida à luz da noção de *lugar de fala*, conforme desenvolvida por Ribeiro (2017), que evidência como as experiências vividas — atravessadas por marcadores sociais como gênero, classe e raça — moldam não apenas o que se vive, mas também os modos de narrar e interpretar o mundo.

O relatório de transparência no sector extrativo, edição 2019-2020 elaborado com objetivo de ampliar a transparência neste sector e assegurar que as informações sobre a indústria extrativa (mineiro e petrolífero) em Moçambique sejam disponibilizadas à sociedade de forma regular, detalhada, acessível e oportuna, aponta que a transparência do sector é ainda muito baixa. Na componente ambiental, por exemplo, 42% das empresas analisadas não publicaram o programa de encerramento. (Mapisse, Mate e Cortez,2020)

Em Mahoche é comum observar espaços abandonados por pedreiras e areeiros marcados por buracos que impedem o reaproveitamento pelos camponeses. Esses locais acabaram se transformando em pontos de descarte irregular de lixo, especialmente aquele gerado pelos emergentes estabelecimentos comerciais e trazido pelos camionistas ligados ao transporte de inertes.

Em resposta às críticas da sociedade civil sobre os benefícios da indústria extrativa para as comunidades locais, os proprietários das empresas frisam seu compromisso com projetos de responsabilidade social e comunitários elencando atividades como construção de infraestruturas escolares e hospitalares, estabelecimento de organizações agrícolas, estradas, eletricidade etc. para defenderem seu compromisso com o “bem-estar” das comunidades.

No entanto, em Mahoche essas práticas de responsabilidade social elencadas são inexistentes segundo os camponeses. A falta de unidade de saúde, salas de aulas condignas e outros serviços essenciais aos camponeses que levou a manifestações populares no período da crise pós-eleitoral em Moçambique comprovam sua inexistência.

Em seu processo de instalação, as empresas e o governo têm o discurso da melhoria de qualidade de vida para as populações locais como principal bandeira e estratégia com vista a garantir aceitação pelas comunidades, porém o que muitas vezes se observa é a vulnerabilização dos camponeses por meio de violência, chantagem, e no geral, um apagamento de seus modos de vida contribuindo para que a esperança de melhoria se transforme em incerteza socioambiental.

Como resultado do novo cenário da expansão de Mahoche tem se observado um crescente interesse na “venda de terra” por parte dos nativos, no geral. A Lei de Terras de

1997 estabelece que todas as terras em Moçambique são propriedade do Estado, não podendo ser vendidas nem alienadas.

Indivíduos, comunidades, entidades empresariais e estrangeiros têm o direito de utilizar a terra caso possuam direitos consuetudinários sobre a terra; a tenham utilizado por mais de dez anos; ou tenham obtido uma autorização legal para seu uso, todavia *ku yakissa* em Mahoche parece desafiar essa norma, sem confrontação aberta.

A "venda informal" de terra é algo que para os camponeses possui uma interpretação distinta conforme veremos no capítulo IV. Trata-se de uma resposta ou forma de resistência cotidiana frente à vulnerabilização imposta pelo novo contexto de crescimento da população e expansão das áreas urbanas em direção ao rural que aumenta a demanda por terra.

Essa pressão tem gerado mudanças na forma de uso do território, impactando diretamente os camponeses nativos que afirmam que historicamente as terras eram destinadas exclusivamente a produção agrícola, à pastagem, à coleta de frutos silvestres, à caça e a habitação comunitária, práticas cada vez mais difíceis hoje. (Registro de campo, 2024)

Antes de avançar, é necessário retornar ao ponto que ficou suspenso: a origem do bairro Mahoche, cuja história merece ser contada desde o início para uma melhor compreensão dos caminhos trilhados por sua comunidade.

3.1 A HISTÓRIA E OS CAMINHOS DE MAHOCHE

A história da formação do bairro Mahoche permanece pouco documentada, refletindo uma ausência recorrente de registros sistematizados sobre a constituição de bairros periféricos no país. Os dados aqui apresentados são uma reconstrução discursiva baseada predominantemente em relatos orais de camponeses nativos, atravessados por memórias fragmentadas e por vezes contraditórias sobre o início da comunidade. Tais narrativas coletivas permitem delinear uma representação significativa da realidade social vivida. É significativo o relato apresentado por um nativo que é professor aposentado:

> Mahoche é... é filho de Pessene. Quer dizer, Mahoche é filho de Pessene — não sei se está perceber? Eu, na verdade, não sei bem como nem porque deram o nome de Mahoche ao território. O que eu sei, o que me contaram, é que Mahoche é filho de Pessene, sim. Mas... espera aí, talvez eu esteja a contrariar. Não, é isso mesmo: Mahoche é filho de Pessene, da família Uamba. Ou melhor — agora que penso bem — talvez seja o contrário: Pessene é que é filho de Mahoche. Isso sim, aí está certo. Porque Mahoche ia até à sede do regulado lá em Vundiça, que é longe. E nessas idas, ele parava numa família, e foi lá que acabou gerando um filho — e esse filho recebeu o nome de Pessene. É mais ou menos isso que sei. (Registro de campo, 2025)

Após apresentar a credencial que autorizava a pesquisa em Mahoche à secretária do bairro, fui em seguida, à casa do régulo, que me recebeu com certa surpresa, especialmente quando manifestei interesse em conhecer a história da origem do bairro. O trecho seguinte é particularmente significativo: "...nunca tinha contado a ninguém essa história; muitos não sabem sobre ela, por isso estou alegre e surpreso por alguém procurar saber da história" (Entrevista com o régulo, realizada em julho de 2024).

Mahoche continua sendo pouco estudado; a busca em bases acadêmicas revela a quase inexistência de publicações dedicadas a região apesar de estar próximo dos centros de produção de conhecimento na capital, o que confirma a limitada atenção que o território recebe por parte da produção nacional e internacional, tornando-se compreensível a surpresa do régulo diante do meu interesse sobre a história do território.

A categoria régulo é tipicamente colonial e ressurgiu em Moçambique nos debates dos finais do século XX em meio ao processo de transição para a democracia e ao capitalismo. No período colonial o Estado fez de contas que empossou os chefes africanos como se fossem autoridades locais escolhidas pelas populações, e, na realidade é que, regra geral, só eram empossados régulos após confirmação de sua subserviência ao Estado colonial (Farré,2015). Essa lógica colonial persiste até os dias atuais em que, os régulos estão em conexão com o partido no poder e muitas vezes respondem aos seus interesses.

Durante a luta pela independência nacional (1964-1974), dirigida pela FRELIMO, prevaleceu uma visão uniformizadora fundamentada na convicção de que os moçambicanos compartilhavam uma experiência colonial comum e, portanto, deveriam permanecer unidos para derrotar o colonialismo.

No contexto da luta de libertação e construção do Estado Novo, os régulos segundo Farré estavam habituados a explorar as comunidades em benefício do imperialismo, como se fosse seu direito costumeiro. Não queriam olhar para além dos limites do seu regulado, pois entendiam que não lhes dizia respeito, por isso foram rejeitados e combatidos com objetivo de construir uma sociedade mais justa.

Para a FRELIMO era preciso modelar uma nação unitária e uniforme, com uma identidade nacional que apagasse completamente as divisões coloniais: era preciso matar a tribo para construir a nação, pois só destruindo completamente a herança colonial é que se podia conseguir alicerces firmes para um novo futuro. (Farré,2015)

Se, durante a guerra de libertação nacional e construção do Estado Novo, a categoria régulo foi banalizada e marginalizada, na década de 1990, no processo de construção do

Estado multipartidário, um dos debates que ganhou destaque foi o papel do régulo na estrutura do Novo Estado.

Em maio de 1992 o governo aprovou o Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL) com objetivo de dar autonomia aos poderes locais. Em consequência foi aprovada a lei 3/93, de 3 de setembro, como processo de descentralização política e administrativa. A regulamentação veio mais tarde com o acréscimo do termo "Poder Local" na revisão da Constituição (lei 9/96 de 22 de novembro).

Embora os novos dirigentes moçambicanos no pós-independência tenham manifestado uma vontade de ruptura com determinados elementos do passado colonial, muitas das estruturas rejeitadas acabaram por permanecer, ainda hoje, seguem como componentes essenciais da sociedade moçambicana. Entre essas, a figura do régulo se destaca. (Farré, 2015), (Rocha, Zavale, 2015)

Embora existam controvérsias em torno do papel régulo, visto que, há segmentos que entendem que seu funcionamento não é diferente do tempo colonial, no estudo da história de Mahoche eles foram um elemento importante uma vez que eles preservam memória e narrativas sobre o território, as dinâmicas sociais e as transformações ao longo do tempo.

Assim, discutir a categoria régulo é um exercício complexo que não se justifica aqui, no entanto ela ajuda a compreender os conflitos, disputas, alianças, organização social que tem impacto no desenvolvimento das transformações socioambientais causadas pelas pedreiras, visto que, os régulos exercem um papel crucial para implantação ou não de projetos nas localidades.

A história da origem de Mahoche embora por vezes contraditória, segundo o régulo, pessoa muitas vezes me recomendada pelos moradores para melhor explicação, está relacionada a luta por conquista e expansão do território, além da distribuição de terra no regulado Uamba[2] ao longo do século XIX:

> A história de Mahoche remonta do séc. XIX com o régulo Wangundzune que era dono de extensas terras e buscava sua expansão. Ele teve dois filhos: Pessene e Vundissa, hoje correspondem ao nome oficial de dois postos administrativos do distrito da Moamba. Mahoche está ligado a Pessene, esse nome foi atribuído pelos colonos em reconhecimento ao poder dele, já que resistiu e controlou a ocupação de terras pelos colonos, sobretudo no processo de construção da atual linha férrea, que liga a vila de Ressano Garcia e Maputo, com passagem pelo posto administrativo. Naquele tempo o regulo Pessene tinha homens e ordenou que saíssem à procura de novas terras para expansão do regulado. É numa dessas incursões que seus homens vão em busca novas terras e no processo capturam uma mulher e trouxeram para apresentar ao régulo que, prontamente manifestou sua insatisfação, pois, ele queria

[2] Atualmente diz respeito ao distrito da Moamba.

> homens que pudessem mostrar sobre as terras. No entanto, no lugar de devolver a mulher onde foi encontrada por ser distante, o regulado como um todo tomou a decisão de que Pessene deveria ficar com a mulher como esposa, uma relação que mais tarde gerou um filho cujo nome dado foi Mahoche que significa desobediência.(Régulo do povoado, entrevista em julho de 2024)

Quando Mahoche cresceu recebeu extensas terras que passaram a ostentar seu nome dando origem ao atual bairro. É um nome que lembra ao regulado alguns momentos históricos de luta, nos quais foi necessário responder com urgência a desafios inesperados e se preparar para novos imprevistos. Isso revela uma longa trajetória de ações comunitárias e insurgentes diante de transformações que alteram o cotidiano. (Registro de campo, 2024)

Mahoche surgiu da expansão do regulado Pessene, que dá nome ao atual posto administrativo. Um dos fatores que contribuíram para que se tornasse conhecido em diferentes regiões do país e em certa medida, também fora dele foram as recorrentes manifestações populares, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação social ao longo do ano 2016 quando cerca 500 famílias foram reassentadas no povoado vizinho de Tenga. Tratava-se de famílias vindas do bairro malanga[3], que tiveram que sair para dar lugar a construção da ponte Maputo-Katembe.

As reivindicações eram feitas ao governo e à empresa Maputo Sul gestora de obra exigindo a implementação de serviços básicos na região – como água, escola, eletricidade, hospitais, transporte, escola, entre outras – conforme prometido no processo. Os protestos surgiram em resposta ao não cumprimento dessas obrigações pelos projetos de desenvolvimento, cujo efeitos se faziam sentir além do território original.

Os próprios moradores se dividem entre *nativos* e *vientes,* uma distinção central nas falas locais, nas relações cotidianas, nas percepções sobre a situação da comunidade e distribuição de recursos e prestígio. Essa distinção se expressa na localização das moradias, revelando dinâmicas espaciais que refletem pertencimento, trajetórias de vida e disputas históricas por território.

As categorias de *nativos* e *vientes* constituem marcadores centrais das posições de prestígio e poder ocupadas por indivíduos e grupos no território de Mahoche. A análise dessas dinâmicas relacionais encontra respaldo no modelo teórico de Norbert Elias (2000) sobre o par estabelecidos–outsiders, formulado para compreender configurações sociais atravessadas por assimetrias de poder.

[3] Trata-se de um bairro periurbano localizado na cidade de Maputo capital do país.

Nesse modelo, os estabelecidos — grupos com maior tempo de inserção em determinada localidade — tendem a se autoperceber como superiores, legitimando tal posição por meio da autoridade, da tradição e da influência acumulada. A partir dessa autodefinição, monopolizam oportunidades e recursos, estigmatizando os outsiders — recém-chegados — como socialmente inferiores.

No entanto, em Mahoche observa-se uma inversão dessa lógica. Os *nativos* embora historicamente vinculados ao território, ocupam posições socioeconômicas mais vulneráveis em comparação aos *vientes* que tendem a chegar com melhores condições financeiras e institucionais. Importa sublinhar, contudo, que nem todos *vientes* encontram-se nessa situação: muitos, sobretudo jovens recrutados em outras regiões do país e mesmo da capital, enfrentam vulnerabilidades significativas, sem poder econômico para acessar terra em áreas mais infra estruturadas para estabelecer residência.

No entanto, os *nativos* são frequentemente estigmatizados pelos *vientes*, aparecendo como trabalhadores informais em suas próprias terras e sendo responsabilizados pela degradação socioambiental em curso. Tal responsabilização se expressa, por exemplo, na narrativa de que os *nativos* teriam cedido terras às pedreiras em troca de alimentos e bebidas alcoólicas — uma imputação que revela não apenas desigualdades materiais, mas também disputas simbólicas sobre legitimidade e pertencimento (Registro de campo, 2024). Estou considerando nativos os grupos, agregados familiares ou indivíduos que se enquadrem em pelos menos uma das seguintes condições:

a) Ter nascimento ligado – ou não - ao regulado Uamba;
b) Residir no bairro desde o período da guerra;
c) Mulheres que chegaram por via de união conjugal com os nascidos no território, muitas delas já viúvas, mas que herdaram extensões de terra.

Essa definição acompanha a forma como os próprios camponeses se reconhecem enquanto nativos, como se observa no trecho seguinte: “Considero-me nativo sim porque meus pais nasceram aqui, eu também nasci aqui. Esta ver né? Agora! Os meus avós vieram de onde vieram, eu nasci aqui, e meus país também nasceram aqui.” (Registro de campo, 2025)

Quanto ao território, os nativos o distinguem em *Nhakene* e *Ntlavene*, uma distinção que não é apenas geográfica. Trata-se de uma classificação profundamente enraizada nas práticas locais, refletindo diferentes formas de organização comunitária, modos de uso da terra e atividades especificas associadas a cada espaço.

Nhakene é descrito como sendo área de solos férteis, no passado reservada apenas para os cultivos comunitários, caça, coleta de lenha e frutos silvestres. Não era lugar

reservado à habitação ou qualquer tipo de empreendimento e atividade, algo contrastante com a situação atual. (Registro de campo,2024)

Os caminhos desta área estão constantemente cobertos de nuvens de poeira levantada sobretudo pelo tráfego intenso de caminhões das pedreiras que dificultam o caminhar pela estrada para realização de atividades dos camponeses fora de casa. Em dias secos, o ar torna-se quase irrespirável, obrigando moradores e crianças a utilizarem máscaras mesmo nas tarefas mais rotineiras.

Somente durante a estação chuvosa ou na rega pontual dos caminhões da pedreira é possível circular sem esse tipo de proteção, pois, mesmo dentro de casa os moradores se encontram em situação vulnerável, na medida em que a poeira entra no interior das casas ao longo de 24h, com potencial para criação de doenças respiratórias. (Registro de campo, 2024)

Ntlavene, por sua vez, é uma área cuja terra é considerada improdutiva pelos nativos. Com base no conhecimento herdado de seus ancestrais, essa região era reservada a pastagem, habitação e outro tipo de atividades, sobretudo a venda de produtos de primeira necessidade.

A definição de *Ntlavene* como área de pasto foi mais do que questão de terra improdutiva, visava evitar conflitos de uso concorrente que pudesse resultar em inversão pelo pasto as machambas: “Nós crescemos a saber que deste lado apenas se faz criação de animais. Vais ter conflito com criadores de gado ao plantar aqui! Por isso a gente planta lá no *Nhakene!”* (Entrevista com camponês nativo realizada em julho de 2024)

Com a expansão do território, a organização nativa está passando por um processo de apagamento, ao mesmo tempo se observa o surgimento da resistência. Em N*hakene*, a construção de moradias e outros empreendimentos, se torna cada vez mais comum, seja por meio da usurpação de terra ou pela prática de *ku yakissa*. Assim, as formas camponesas de gestão da terra e do meio ambiente estão se ajustando ao contexto, de modo a proteger-se de interesses concorrentes.

Segundo o secretário do bairro, Mahoche conta com uma população estimada de 3200 habitantes, distribuídos em 500 agregados familiares, divididos em total de 36 quarteirões. Deste conjunto de agregados, o régulo estima que apenas cinquenta (50) deles sejam nativos. Trata-se de uma estimativa não consensual já que outros indicam para menos de dez (10).

Efectivamente poucos nativos da região resistiram a guerra civil que provocou situações de fuga de muitos outros sem retorno. Essa falta de consenso nas estimativas pode

estar revelando uma realidade em transformação, onde a identidade local está em negociação constante.

O cotidiano de Mahoche pode ser descrito considerando os dois grupos de residentes: *nativos* e *vientes*. Os *nativos* são na sua maioria pessoas retornadas com o fim da guerra civil que o país viveu entre 1976-1992. Muitos tinham abandonado a região em busca de lugares seguros para se proteger da guerra que intensificava, alastrava e avançava em direção às cidades e áreas próximas. (Registro de campo,2024)

Segundo os nativos que viveram esse período, os lugares de destino durante à fuga da guerra foram: casas de familiares na sede do posto administrativo, os municípios da Matola e da cidade de Maputo que são vizinhos próximos do distrito ou ainda, migraram para a vizinha República da África do Sul.

Com o fim da guerra civil, alguns nativos retornaram às suas casas abandonadas na região e reiniciaram a organização e reconstrução da vida. Os retornados são na sua maioria membros da família Uamba, com idade relativamente avançada, tendo mantido os adolescentes e jovens com familiares que lhes tinham recebido no pico da guerra, de modo que tivessem acesso à escola, que o bairro nessa altura não proporcionava e atualmente só parcialmente. (Registro de campo,2024)

O retorno da família Uamba ao território marcou o início de nova fase, pautada pela abertura ao acolhimento de outros grupos, especialmente de famílias que haviam sido deslocadas pela guerra e, após o fim do conflito, não conseguiram retornar às suas regiões de origem. (Entrevista com régulo realizada em julho de 2024)

Vindos de diferentes regiões do país, esses sobreviventes foram recebidos com uma solidariedade natural e urgente que transcendia laços familiares, num gesto de humanidade diante das feridas ainda abertas pelo conflito armado.

Os nativos bem como as pessoas acolhidas após a guerra, na sua maioria habitam em *Ntlavene* e cultivam em *Nhakene,* embora este lado atualmente tenda ficar área habitável com o crescimento demográfico da região. (Registro de campo, agosto de 2024)

A partir do ano 2000 com a construção da N4, mas também com as enchentes nos bairros da cidade de Maputo e Matola intensificou a procura por terra "segura" para habitação e investimento e deste então muita gente procurou o Mahoche e outros locais próximos.

Nessa época segundo o régulo as pessoas conseguiram terra de forma gratuita, porém, alguns não fizeram uso imediato de suas parcelas por falta de serviços essenciais (luz, água, escola, hospitais etc.) e hoje com a instalação mesmo que parcial desses serviços, estão

aparecendo para reivindicar parcelas muitas vezes já atribuídas a outros, gerando deste modo um conflito de terra permanente.

Desde o ano 2022, com a entrada em funcionamento da subestação da EDM que disponibilizou rede pública de energia elétrica e a construção de estrada pavimentada que dá acesso a ela e, consequentemente a um dos lados do território, o interesse por terra na região aumentou significativamente, indicando um processo de crescimento urbano nessa direção.

As mulheres da região sobretudo as nativas se ocupam do cultivo, fabrico de bebida tradicional vendida em suas casas, coleta de lenha para venda na N4, produção de carvão vegetal, venda informal de produtos de consumo imediato (frutas, água, refrigere antes, álcool, biscoitos etc.) e por sua vez, os homens dedicam-se a trabalhos de construção civil e limpeza nos terrenos cujos donos ainda não chegaram ao bairro, são mestres em pequenas oficinas (serralheria, carpintaria), e fazem intermediação de processos de "compra e venda" de terra.

Os homens muitas vezes se encontram em bares caseiros para consumo de bebidas alcoólicas e jogo de bilhar. Por fim, as crianças além de ajudar nas atividades das mulheres, se ocupam da escola e de brincadeiras de vária ordem.

Os grupos de nativos incluem também adolescentes e crianças, mas é considerável a presença de adultos com idades entre 35 e 74 anos com escolaridade básica. Os agregados Familiares são compostos por até seis (06) membros, no geral. Seu cotidiano é dentro de Mahoche com saídas pouco frequentes, mas presentes, para o centro da cidade em especial para compras ou visita à familiares que não retornaram depois da guerra.

O segundo grupo de moradores é formado sobretudo por jovens adolescentes e crianças, em agregados familiares pequenos, de até três membros. Logo ao amanhecer, deslocam-se pelas estradas em busca de transporte semicoletivo ou carona para Maputo e Matola, onde estudam em níveis avançados ou trabalham, já a escola local oferece apenas o ensino primário.

Apesar das transformações visíveis, Mahoche ainda carece de serviços básicos, o que leva esses moradores a recorrerem ao centro da capital, inclusive nos finais de semana. Embora não constitua o foco da análise, esse grupo ajuda a compreender a continua chegada de população jovem a região: famílias em formação que mantêm vínculos urbanos, atuando em ocupações diversas, de cobradores e condutores de "chapa 100", vendedores e empregadas domésticas a professores, polícias e outros funcionários públicos.

Estes *vientes* sobretudo depois da construção da N4 e instalação de alguns serviços básicos, têm suas habitações no lado *Nhakene*, onde tiveram acesso à terra com os nativos

num processo complexo, diferentemente dos que chegaram durante e logo a seguir, ao fim da guerra, que partilham proximidade com os nativos e se confundem com eles.

Este breve rastreio do lugar e das pessoas serve para mostrar o longo processo de transformação pelo qual o bairro vem passando, mas também o posicionamento dos camponeses em torno das transformações que vão da esperança a uma incerteza socioambiental que aprofunda de seguida.

3.2 NAVEGANDO ENTRE ESPERANÇA, CAUTELA E INCERTEZA

Como destacado acima, durante a guerra civil dos 16 anos, a população nativa de Mahoche migrou em busca de segurança. Muitos deles não retornaram posteriormente, o que abriu espaço para a chegada de moradores sem vínculos com o regulado Uamba ou seus descendentes. Entre eles destacam-se jovens em busca da sua primeira casa e elites políticas e econômicas de Maputo e Matola, interessados em ampliar poder e influência. Essas elites acumularam terra destinada tanto a atividades agropecuárias de lazer quanto a investimentos diversos, incluindo pedreiras.

Ao acompanharem as transformações em curso em Mahoche, determinados atores locais interpretam-nas como indícios de esperança em direção a um "futuro melhor". Tal percepção ancora-se em noções hegemônicas já consolidadas, expressas, por exemplo, nas afirmações: "Mahoche está no caminho do desenvolvimento.*"* (Entrevista com o régulo de Mahoche realizada em julho de 2024)

> Mahoche está a caminhar para um bairro urbano, está a sair de uma zona absolutamente rural para urbana. A energia faz com que o desenvolvimento cresça! A partir do momento que você ouve rádio naquela casa, é sinal de desenvolvimento! Já viu as casas de alvenaria? A maior parte das pessoas que vivem aqui tinham casa de caniço. No passado só a casa do régulo era de alvenaria, as pessoas venderam as terras e já estão fazer casas melhoradas. Não é desenvolvimento isso? É desenvolvimento. (Entrevista com a presidente da ACM realizada em agosto de 2024)
>
> Ou ainda:
>
> Não podemos ser muito pessimistas! Desde que eu nasci aqui, tínhamos dificuldade de quase de tudo, aliás, não é de quase, era de tudo! Na altura tínhamos que ir até Tenga[4] para pegar comboio para cidade e ter acesso a escola, e com abertura da N4 passamos a ter chapas. O acesso melhorado trouxe muito desenvolvimento: o bairro passou a ser cobiçado por muitos, por isso a maior parte dos habitantes daqui já não são os nativos, são pessoas que vem da cidade de Maputo e da Matola. (Entrevista com secretario do bairro Mahoche realizada em julho de 2024)

[4] Nome da sede do posto administrativo vizinho

Entre os distintos informantes apenas três entrevistados usaram, de forma recorrente os termos “desenvolvimento” e “bairro urbano*”* para expressar sua esperança com as transformações em curso, especialmente quanto ao seu possível alargamento. Essa perspectiva contrasta com a postura de outros moradores que tem respondido as mesmas mudanças com cautela. O contraste revela que o conceito desenvolvimento é multifacetado e disputado: sua interpretação está diretamente ligada a posição social, histórica e afetiva de quem o enuncia.

O primeiro aspecto a destacar é o fato do grupo que enxerga com esperança as transformações socioambientais em Mahoche tem seu cotidiano fora do território. O régulo Uamba devido à idade relativamente avançada e saúde debilitada tem enfrentado dificuldades para lidar com as crescentes demandas do cotidiana. Esse cenário é agravado pelos processos cada vez mais complexos de conflitos de terra, roubos e episódios de violência na comunidade.

Assim, foi indicado o sobrinho para substituí-lo embora aguarde seu empossamento formal no momento que escrevo este texto. Ele é quem dá seguimento às demandas que chegam ao regulado. É um informante que embora nativo viveu e vive a maior parte da sua trajetória fora dele.

Ainda criança foi forçado a deixar a região em razão da guerra passando a residir na capital com familiares, onde cresceu, estudou e posteriormente constituiu família. Sua experiência de vida foi moldada, portanto, por contextos urbanos distinto da sua origem rural.

Atualmente reside no bairro da Costa do Sol, uma área importante da capital moçambicana que pela proximidade ao mar, é lugar privilegiado pelos investimentos imobiliários que alimentam os grupos com poder econômico e político. Trabalha como condutor de transporte semicoletivo e alterna com idas para Mahoche assistir seu tio, o régulo Uamba, ou seja, não vive diretamente o cotidiano da região, o que pode influenciar no seu olhar distinto das transformações comparativamente a outros nativos cuja experiência de vida é no território.

Aparentemente não é do agrado dos nativos mais velhos que a substituição do régulo esteja sendo feita por alguém que não mora no território, apesar de nativo e descendente próximo da família do régulo. Esta conclusão surge pelo facto de na conversa que tive com o secretário do bairro quando lhe fiz pedido para que me contasse a história do surgimento de Mahoche me ter dito que não tinha domínio desse processo e remetido ao régulo em processo de empossamento.

Mais tarde, antes do meu encontro com o novo régulo, outro camponês me recomendou que falasse com sua mãe, de 64 anos de idade, e acrescentou: “Esse novo régulo não sabe nada daqui! Está sempre lá na cidade!”.

O secretário do bairro, igualmente identificado como um ator que projeta nas transformações em curso a esperança de um “futuro melhor”, é nativo embora não resida atualmente no território. Tal como o atual régulo este também está em início das suas funções, ou seja, foi recentemente eleito. Segundo ele foi a primeira vez que alguém ascende aquele cargo por via de escrutínio popular (apesar disso tal como o régulo, não parece ser uma pessoa apreciada pelos moradores).

Em duas reuniões organizadas pelos moradores com as pedreiras para discutir e encontrar saídas para os problemas gerados por estas às comunidades, tanto o régulo quanto o secretário do bairro não foram informados apesar de serem membros e administradores do grupo de whatsapp dos moradores que foi canal usado para a mobilização popular.

Ao final dessas duas reuniões nas quais participei a pergunta recorrente era de quando se faria o derrube e indicação de um secretário interino enquanto se organizavam novas eleições (não é algo previsto nas normas para indicação do secretário do bairro no país, mas em momentos de pressão o poder público cede).

O secretário era acusado de desrespeitar os moradores, colaborar com as pedreiras e cometer atos de corrupção. No entanto, apesar do aparente descontentamento ao longo da relação com o campo que se estendeu por quase um ano, o secretário permaneceu no cargo.

Além da gestão do bairro o secretário é proprietário junto com seu irmão de uma oficina de serralharia mecânica que funciona no espaço da secretaria, é igualmente pequeno comerciante como ele se define; gere diretamente os processos de compra e venda da terra e seu papel como representante do governo o deixa em relativa vantagem comparativamente aos outros camponeses no enfrentamento das transformações em curso na região.

Por fim, a presidente da ACM não é nativa do povoado, é natural da província de Gaza no sul do país de onde saiu há muitos anos para a capital Maputo fugindo dos efeitos da guerra e procurando acesso a escola na capital. Hoje mora no bairro da liberdade no passado considerado nobre no Município da Matola.

Embora possua uma casa em Mahoche ela não reside no local em razão da escassez de água. No entanto, mantém presença frequente no território em função de seu envolvimento com a gestão da associação comunitária e o cultivo de suas machambas.

Essa situação não é isolada. De fato, observa-se com frequência que grupos com relativo poder econômico ainda que domiciliados no centro da cidade adquirem terrenos em

zonas de expansão urbana. Inicialmente utilizados como machambas, esses espaços funcionam como ativos em espera à medida que os proprietários aguardam sua valorização para fins de especulação imobiliária. Trata-se de uma prática que revela a interseção entre o uso produtivo e estratégias patrimoniais de longo prazo.

A presidente da ACM conhece e convive com o território desde o início da década 2000 a partir de um processo de busca de terra para prática agrícola, uma vez que, nessa altura já trabalhava em uma ONG com interesses na agricultura e segundo ela: "A paisagem, as arvores nativas e a terra fértil para agricultura me fizeram apaixonar pelo bairro*".*

Não deixa de ser contraditório o posicionamento da presidente da ACM ao afirmar que a paisagem, as árvores nativas e a terra fértil para a agricultura despertaram um profundo encantamento pelo bairro e, ao mesmo tempo, alimentar a expectativa por um processo de urbanização. Afinal, a urbanização tende a transformar exatamente esses elementos que fundamentam tal admiração, substituindo áreas verdes, solos produtivos e traços naturais por construções, vias e infraestrutura urbana.

Assim, o desejo pelo desenvolvimento urbano convive com a consciência de que ele pode comprometer a identidade ambiental que originalmente motivou o afeto pelo lugar, revelando uma tensão entre preservar o que encanta e promover mudanças que, inevitavelmente, alteram essa essência.

A análise dos atores esperançosos mostra que suas interpretações das transformações socioambientais estão profundamente marcadas por suas posições sociais. Como sugere Ribeiro (2007, p.40), "o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas." Dadas as circunstâncias em que estão ocorrendo as transformações, concluí que elas não afetam a todos de maneiras iguais.

O fato de os atores com esperança serem próximos ao poder político e econômico, com ganhos diretos ou indiretos decorrentes das transformações em curso, leva-os a considerar como desenvolvimento essas mudanças, numa narrativa que parece alinhar-se à lógica dominante. Essa lógica opera pela invisibilização das demandas camponesas e pela imposição de valores hegemônicos, resultando na homogeneização do território, na descaracterização dos modos de vida locais e no reforço de perspectivas que desconsideram a diversidade socioambiental e os conflitos subjacentes ao ordenamento espacial.

Em meu trabalho de dissertação sugeri que "a definição de invisibilização não é precisa". Fazendo uma breve colocação dos significados trazidos pelo dicionário não do termo invisibilidade, mas do seu antónimo, visibilidade, para depois abordar invisibilização como problema sociológico, apresento três significados, a saber: a) caráter, condição, atributo do

que é ou pode ser visível; b) percebido pelo sentido da vista; visão; c) condição de ser efetivamente percebido, conhecido. Não estou querendo abordar a ideia proposta na segunda acepção.

A ideia da visibilidade aqui apresentada tem a ver com reconhecimento social, isto é, à necessidade de ser visto e de se perceber como ser humano capaz de pensar, agir e tomar decisões (Junior,2007). É essa a acepção que problematizo, sem aprofundar sua complexidade, apenas para efeitos da análise da situação atual de Mahoche.

A invisibilidade, nesse contexto, traduz-se em relações sociais nas quais um grupo ou um indivíduo não reconhece o outro como igual. No bairro os modos de vida rural não são admitidos como uma possibilidade legítima, mas vistos como algo a ser apagado em favor da urbanização.

Os optimistas são grupos cujo seu cotidiano está ligado a *Ntlavene*, olham as transformações socioambientais a partir de modelos urbanos de vida, luz elétrica, estrada, empreendimentos comerciais em construção, casas de alvenaria etc. Todas outras referências que sustentavam o território antes dessas transformações são vistas como atrasadas precisando ser apagadas, no entanto, esse modo de ver encontra opositores no dia a dia sem precisar confrontação pública.

Uma camponesa viúva de 49 anos de idade que tinha chegada ao bairro anos antes do final da guerra civil quando se uniu conjugalmente com um nativo repetia sem cessar que "muita coisa mudou para o negativo aqui!", um sentimento partilhado por outros nativos que grande parte de suas experiências de vida e cotidiano é dentro do território.

O relato de um professor aposentado e nativo de Mahoche sobre lugares importantes do território é revelador do sentimento de muitos nativos com urbanização que se assiste no território:

> Sim, posso falar de um sítio histórico por onde passa um rio... tem também uma pequena lagoa. Só que esse rio é periódico — só corre quando chove — mas sempre que chove, ele retém água e aparece peixe. O regulado é quem autoriza quando se pode tirar peixe, vendo que é a altura certa. A comunidade é informada: `No dia X vai-se tirar peixe'. Então, nesse dia, todas as pessoas vão para lá. Só que ultimamente isso já não está a ser respeitado. Porque nessa zona já há muitas quintas e estão lá nossos concidadãos machuabos[5]. Para eles, essa regra não vale. Não querem saber. Gostam mais de peixe pequenino, antes de crescer. Então vão lá e tiram enquanto o peixe ainda é pequeno. Mas aquela zona... é mesmo de grande respeito. Está a ver, né? O rio, em princípio, corre por baixo de floresta. Mas o que está a acontecer agora é que já estão a derrubar as árvores. E com isso, a água já quase não se concentra. Ou então, o leito do rio vira só um fiozinho. Já não produz aquela quantidade de peixe que nós víamos antes. Derrubam as árvores para fazer carvão, para vender lenha... ya ya ya ya. A maioria dos que fazem isso são pessoas

[5] É um grupo étnico da zona centro de Moçambique, especialmente da província da Zambézia

> que vieram depois do fim da guerra. Porque os nativos daqui, quando a guerra apertou — por volta de 1983, 1984 — atravessaram para a África do Sul. Como é perto da fronteira, mais ou menos em dez, onze horas a pé, consegue-se chegar lá. Está a ver, né? Dantes, meus irmãos iam a pé para a África do Sul. Se saíssem daqui às 23h, às 9h do dia seguinte já estavam lá (riso). (Entrevista com um professor aposentado e nativo realizada em outubro de 2025)

Contrariamente ao grupo anterior, focado em enaltecer a dimensão física das transformações, estes segundos vão além de uma lógica reducionista entre transformações positivas ou negativas, apresentando um pensamento complexo que considero uma oscilação entre cautela e incerteza. Quem são estes? A resposta à pergunta anterior pode ser dada a partir da caracterização do grupo em questão.

O primeiro aspecto refere-se ao local onde vivem: uma área conhecida pelos nativos como *Nhakene,* situada no final da estrada pavimentada. Trata-se de uma zona de mata, relativamente pouco habitada, sem luz elétrica, sem acesso a água potável, com casas dispersas, zona de cultivo, relatos frequentes de roubos e terrenos demarcados. Nessa região passa a principal estrada de circulação de inertes e a poeira é constante.

Os moradores dessa área são em sua maioria jovens recrutados em outras províncias do país especialmente no Norte e Centro para atuarem como vigilantes de terras cujos proprietários estão estabelecidos na capital. Muitos desse jovens são casados e vivem em terrenos emprestados, o que evidencia a precariedade e a informalidade das condições de moradia na região.

Quando me aproximava das pessoas paradas na rua conversando, na sua maioria homens, a primeira pergunta que me era feita: "Estás procurando terreno[6] para comprar?". Isso desde logo me alertava para uma rejeição silenciosa à Lei de terras (ao longo dos próximos capítulos será aprofundado).

Em primeiro instante, fiquei sem saber o que responder; estava surpreso, pois, mesmo sabendo que no país são comuns situações de "venda informal" de terra, não cogitava a possibilidade de as pessoas publicarem sua venda a um estranho, e, sem qualquer receio.

Esse momento foi uma oportunidade de entrada e aceitação no campo, por isso, respondi positivamente que tinha interesse e, de imediato o segurança armado que estava entre o grupo ao qual me tinha aproximado disse: "este aqui é nativo, pode te mostrar." A

[6] Uma parcela de terra de 30mx15m nesta área está estimada em torno de 80.000,00 nt equivalente mais ou menos USD 1200 ao câmbio do dia, um valor muito abaixo do cobrado em Mahoche *Ntlavene* onde uma parcela com mesmas dimensões chega a custar 250000.00 mt equivalentes a mais ou menos USD 400.

15 É uma figura comunitária com papel importante na organização local, embora não faça parte da estrutura administrativa formal.

presença do segurança armado naquela região está relacionada com a existência de um posto de cobrança pelo uso da estrada que dá acesso às pedreiras. A cobrança ocorre especialmente em um trecho que dá acesso a uma delas, pertencente a um empresário chinês.

Essa pedreira além de explorar economicamente o local assumiu a responsabilidade pela melhoria da estrada de acesso, beneficiando também outras pedreiras da região. Uma das principais ações adotadas tem sido o espalhamento de água ao longo da via, com o objetivo de reduzir a poeira – uma das maiores fontes de reclamação dos moradores locais.

O pagamento pelo uso da estrada, no entanto, não é exigido a todos usuários. Apenas os caminhões que acessam a área sem aquirirem pedra da "pedreira chinesa" são obrigados a pagar uma taxa. Os demais usuários, incluindo aqueles que compram diretamente da pedreira ou utilizam a estrada para outros fins, estão isentos dessa cobrança.

Aproximei-me do jovem que já me tinha sido indicado e iniciamos conversa descontraída sobre o cotidiano do território com foco nos mecanismos de acesso à terra na região. Em meio a sua explicação, sugeriu que fôssemos à casa do chefe do quarteirão, que segundo ele tinha muitas terras disponíveis para" venda" - convite que aceitei de imediato.

Ao longo do trajeto para o chefe do quarteirão apresentei-me como investigador algo que não ficou imediatamente claro para ele pois, continuou me vendo como um cliente. Essa percepção foi superada com minhas idas constantes ao território e estadia na comunidade.

Seguimos dialogando em direção ao destino antes acordado. Nesse momento, ele acabou me dizendo que na verdade não era nativo, mas oriundo do norte de Moçambique e morava na região há mais de um ano trabalhando como responsável por uma "casa de campo" pertencente a um morador da zona nobre da capital- um antigo chefe da polícia e nativo da região.

Quando me refiro a casa de campo não estou falando de uma residência luxuosa usada por pessoas abastadas como espaço de lazer ou descanso. Pelo contrário, uso esse termo para descrever uma realidade muito diferente e mais comum em contextos urbanos e periurbano em Moçambique. Me refiro a um terreno localizado fora do centro urbano, geralmente em zonas periféricas, onde o proprietário — que vive na cidade — mantém uma presença mínima com o objetivo de preservar o direito sobre a terra. Normalmente, constrói-se uma casa modesta ou precária não para habitação permanente, mas como forma de evitar a usurpação de terra ou ocupação indevida por terceiros.

Esse tipo de casa de campo funciona como uma reserva estratégica, seja para um investimento futuro, uma venda informal ou até para fins de especulação. É comum que nesses espaços sejam colocados jovens em situação de vulnerabilidade socioeconómica que

são recrutados para trabalhar, em outras regiões do país muitas vezes em condições informais e precárias.

Ao longo do percurso de mais ou menos um quilômetro e meio, o informante ia me mostrando extensões de terras pertencentes a figuras ligadas ao governo e ao partido no poder (FRELIMO). Durante a caminhada, enquanto comentava sobre à poeira à qual estávamos expostos, o informante reagiu prontamente dizendo: "Estamos mal aqui! não podemos fazer nada! Sabes, que até Malambene[7] tem uma pedreira aqui?" respondi negativamente, contudo, em outra ocasião de entrevista no SDPI, comentário similar foi feito, me convidando desse modo a refletir sobre os processos de participação comunitária na concessão de terras para pedreiras, um tópico a ser desenvolvido em diante.

Chegados à casa do chefe do quarteirão onde o encontramos sentado com a sua esposa, preparando-se para ir ao centro da cidade. Fui apresentado como cliente e assim fui tratado, tendo sido mostrado terras disponíveis e os preços.

Sublinhar que se trata de uma liderança que mora fora da região, mas com uma casa na região que fica na época de cultivo e colheita. Ele possui enormes extensões com disponibilidade para "venda". Trata-se de um dos nativos que não retornou a Mahoche para morar depois da guerra civil, mas manteve contato com a região para a prática da agricultura e desse modo, o controle sobre a terra, situação muito comum por lá.

Portanto, a partir desta caminhada identificava o primeiro perfil dos moradores de *Nhakene*: eram jovens trabalhando no controle de terras de nativos ou não, que se encontram fora da região, na capital ou mesmo na vizinha República da África do Sul. As vastas extensões de terras são vendidas para pessoas com interesses na região, com incidência nas pedreiras, areeiros ou emprestadas para pessoas vulneráveis.

Também se trata de pessoas sediadas na capital, mas que praticavam agricultura de subsistência em suas terras como forma de controle à possível usurpação e simultaneamente, esperando por potenciais interessados para compra. Os jovens controladores de terras são o elo já que estes ficam grande parte do seu tempo no território.

No lado de *Nhakene*, ao longo da estrada de terra batida e na parte pavimentada, encontram-se diversas barracas destinadas à venda informal de produtos de consumo imediato — como doces, bebidas alcoólicas, refrigerantes, água e frutas.

Diferentemente do que ocorre em *Ntlavene*, onde muitas dessas estruturas estão abandonadas, em *Nhakene* elas permanecem abertas mesmo sob condições adversas,

[7] Nome Felício para um comandante da polícia que ele se referiu

marcadas pela constante exposição à poeira que afeta tanto vendedores quanto mercadorias. Essa resistência é expressa na fala de um comerciante: “Só estamos aqui porque precisamos de pão.” (Registro de campo, 2024)

O terceiro perfil de moradores é composto por *vientes* que chegaram à região no processo de expansão que se assiste em Mahoche. Diferentemente dos residentes estabelecidos anteriormente, esses não conseguiram adquirir terra em áreas relativamente privilegiada do povoado, principalmente devido à sua limitada capacidade financeira.

No entanto, é importante destacar que os moradores desta parte do território não se resumem apenas aos que “compram”, recebem ou tomam emprestado terrenos. Muitos deles são também camponeses nativos, com vínculos históricos na região, que mantêm suas machambas - pequenas áreas de cultivo – nas proximidades, das quais retiram alimento para sustento diário. Essa diversidade revela a complexa dinâmica social e territorial que caracteriza Mahoche.

Enquanto caminhava por aquele lado da região, era possível cruzar com mulheres carregadas de bebês nas costas ou com crianças caminhando vindas das machambas. Elas moravam em N*tlavene,* tendencialmente viúvas não nativas. Chegaram a Mahoche relativamente novas, por união conjugal ou casamento com nativos, ou ainda seus filhos (as).

Este grupo reconhece as transformações, no entanto, sua avaliação oscila, pois num primeiro momento destacam a melhoria no acesso ao transporte “já temos chapas 100 e os camiões nos dão boleia, nos levam para malhampsene[8] e zimpeto[9]” e a luz elétrica que ainda não têm mas esperam um dia ter. (Registro de campo, 2024)

Não obstante às transformações físicas do território, este grupo de informantes revela cautela no seu julgamento quanto às mudanças, comparativamente ao lado que registra crescimento em habitações ao longo da entrada principal que dá acesso ao território, como destacamos acima. Portanto, aqui os camponeses vão além dessas mudanças e centram suas preocupações no modo de vida cotidiano.

Casos de usurpação de terra, alteração do modo de vida causada pela poluição de ar e contínua chegada de novos moradores, dificuldade na produção agropecuárias, estão entre os pontos mais destacados por este segundo grupo: **“**Antes eu cultivava bem na machamba: milho, abóbora, melancia e muito mais! tudo que semeamos saia, agora não sai nada! Tudo

[8] Principal terminal de acesso ao transporte público de passageiros para moradores de Mahoche e povoados vizinhos chegarem à cidade capital.

[9] Principal mercado grossista que alimenta a cidade de Maputo e municípios ao redor.

mudou com essas empresas!" (Entrevista com camponesas nativa realizada em agosto de 2024)

Refletindo sobre as transformações descritas pelos moradores pode-se conectar a alguns princípios do que Ferdinand (2019, p.47) chamou por "habitar colonial*",* considerando que a situação ecológica, social e política de hoje, revela danos e problemas associados a certas maneiras de habitar a Terra próprias da modernidade, onde humanos e não humanos foram confundidos como recursos que alimentavam o projeto colonial, uma concepção de Terra e do mundo.

Segundo Ferdinand são três os precipícios deste habitar: geografia, exploração da natureza e *altericídio*, podendo destacar os últimos dois na história presente do bairro: *exploração das terras e da natureza* do povoado para fins comerciais e, por fim é o *altericídio,* ou seja," *a* recusa da possibilidade de habitar a Terra na presença de um outro, de uma pessoa que seja diferente de um "eu" por sua aparência, seu pertencimento e suas crenças." (Ferdinand, 2019 p.50)

Os reassentamentos forçados dos camponeses para dar lugar a construção de empresas, o abate de árvores, a violência, as alterações no uso da terra, são exemplos de uma dimensão do habitar colonial se manifestando, todavia, ele é de caráter interno. É observando este conjunto de alterações que, estudar formas cotidianas de resposta e ajustes dos camponeses, significa entender o que eles estão fazendo para defender seus modos de vida, valores etc.

As teorias clássicas sobre o campesinato têm focado sua análise nas greves, rebeliões, ações contra o Estado, organizações institucionais, como espaço de expressão política dos camponeses, contudo, de acordo com Scott (2002), mesmo que essa abordagem seja importante diz pouco sobre as formas cotidianas de luta. Para o autor existe um amplo leque de formas cotidianas, fragmentadas e difusas de resistência:

> Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes, no entanto, isso não descarta os manifestos protestos e as batalhas mais rápidas. (Scott, 2002, p.11)

Mahoche como temos estado a mostrar até aqui está passando por transformações cujo reflexões sobre elas, por aqueles que seu cotidiano está direto ou indiretamente conectado com o bairro são múltiplas e variam em função do lugar ocupado. Os camponeses que vivem de forma desvantajosa às transformações socioambientais causadas pela atividade das pedreiras têm necessidade de responder.

As transformações em Mahoche não produzem apenas vítimas e beneficiários evidentes, como empresas pedreiras ou populações nativas. Elas também envolvem uma diversidade de grupos cujo interesses são mais difíceis de identificar, como compradores de terra que ainda não residem na região, trabalhadores informais que atuam do controlo fundiário e investidores que aguardam a valorização da terra para realizar negócio.

Diante de ausência de alternativas reais e imediatas para transformar coletivamente sua condição, os camponeses desenvolvem táticas de sobrevivência que lhes permitem responder às circunstâncias cotidianas. Essas estratégias não confrontam diretamente o poder, mas revelam formas sutis de resistência, adaptação e negociação em meio a crescente incerteza socioambiental.

3.3 ASSOCIAÇÃO DOS CAMPONESES DE MAHOCHE: ENTRE VALORES IMPOSTOS E LUTAS COLETIVAS

É complexo discutir o fenômeno associativo em Moçambique, mas sua análise é importante para entender a articulação de interesses, com grupos enfrentando dificuldades de organização para ação coletiva. De modo geral, podem ser distinguidas associações voltadas a satisfação das necessidades imediatas dos seus membros e aquelas que buscam exercer influência. Essa diversidade revela tanto a dimensão prática quanto a dimensão política do associativismo no país.

O movimento associativo possui raízes antigas. Neves (2008) destaca que, durante o período colonial, desempenhou papel ativo na formação de consciência nacionalista interventiva. Contudo, após independência e a adoção da ideologia marxista-leninista pela FRELIMO, o associativismo foi reprimido por ser visto como herança do Estado colonial. As organizações que conseguiram sobreviver acabaram se restringindo a atividades culturais e recreativas, limitando seu alcance político e social.

Foi nos finais dos anos 1980 e princípios de 1990 que começou o desenvolvimento do fenômeno associativo, que assume posteriormente a identidade que se reconhece hoje. Múltiplas razões podem ser invocadas para refletir seu ressurgimento na cena política moçambicana, no entanto, a abertura do sistema político em direção à democratização e a mudança das opções econômicas seguidas após a independência podem ser consideradas elementos chaves. (Biza,2007)

Os problemas econômicos, políticos e sociais, a partir dos finais da década de 1970, impulsionados pela guerra civil, obrigaram o Poder a uma reorientação econômica e social, com a entrada no sistema das instituições de Bretton Wood em 1984.

Com abertura econômica e o fim da guerra civil em 1992, muitos programas de reconstrução e promoção de desenvolvimento chegaram em forma de ONGs estrangeiras que precisavam de parceiros locais para executar seus projetos, "…a comunidade internacional forneceu por esta via a Moçambique os recursos e conhecimentos necessários para que a sociedade pudesse criar organizações e grupos que se supõe poderem responder às necessidades da sociedade." (Biza,2007, p.11)

Embora se trate de associações heterogêneas, muitas delas se constituem sob ideia de promover o desenvolvimento com seus vários adjetivos, empoderamento da mulher, defesa de causas diversas (meio ambiente, direitos humanos, criança, mulheres etc.), articuladas com outras internacionais, em particular de países europeus e americanos, para financiamento de suas atividades.

Conceitos como empoderamento, desenvolvimento e urbanização, frequentemente mencionados no trabalho de campo por gestores da ACM, pela secretaria do bairro e pelo régulo, podem, sob esse prisma, servir como um manto para reforçar tais imposições. Fanon (2022), alerta que é preciso entender como violência muito daquilo que nos é vendido como progresso, desenvolvimento, ordem e civilização. Muitas vezes as associações surgem estampando esses rótulos em suas bandeiras e usando os obstáculos à mobilização coletiva dos camponeses como um meio de imposição de valores.

Segundo Scott (2002), os camponeses dispersos no espaço rural, diante das dificuldades de mobilização coletiva e das restrições impostas pelas estruturas de poder, recorrem às práticas cotidianas de resistência como recurso essencial. Essas estratégias, ainda que fragmentadas e pouco visíveis, constituem formas de ação política que desafiam silenciosamente a dominação. Como observa o autor:

> Frequentemente, os camponeses se encontram na irônica situação de terem cooperado para a chegada de grupos dominantes ao poder, cujos planos de industrialização, taxação e coletivização se revelam diametralmente opostos aos objetivos pelos quais os camponeses pensavam que estavam lutando. (Scott, 2002; p.11)

A ACM é uma organização formada para defesa dos interesses dos camponeses de Mahoche, surgiu informalmente no ano 2000 e, em 2008 formalizou-se junto às instituições responsáveis. Constam dos objetivos da associação: empoderamento às mulheres para uma agricultura que permita segurança alimentar e sustentável, defesa dos direitos da mulher e luta contra a violência doméstica.

Ela resulta de uma iniciativa da atual presidente que já trabalhava em outra associação com os mesmos objetivos. Funciona com base em financiamento de parceiros internacionais e

apoio do governo distrital, o que influencia em grande suas atividades e visão, ou seja, ela não resulta de iniciativa dos camponeses nativos e nem dos moradores, mas, eles constituem os corpos indispensáveis para acesso à financiamento.

A narrativa pública de que Mahoche está em desenvolvimento, trazida pelos gestores da ACM, coincide com aquela oficial do governo distrital. No entanto, em muitos aspectos, é relativamente contrária àquela trazida pelos seus membros nos bastidores, o que gera tensão entre tradição e mudança.

A ACM funciona em um espaço onde são desenvolvidas atividades agrícolas e criação de aves. Seus membros chegam muito cedo para trabalhos conjuntos de preparação da terra para a sementeira, quando chega a época chuvosa. No entanto, fora da associação eles desenvolvem outras formas de sustento, em particular a produção de bebidas caseiras e venda informal.

Os responsáveis ACM fundamentam seu pensamento na negação ou desconsideração ao modo de vida dos camponeses nativos, historicamente marcada pela ausência de determinados serviços essenciais, como atividades econômicas, comercio, farmácias, energia elétrica e moradia de alvenaria, além da presença significativa de áreas de mata.

Para a presidente da ACM, as transformações em curso, especialmente a urbanização representam uma oportunidade para melhorar as condições financeiras dos nativos, permitindo-lhes alcançar um padrão de vida urbano. Segundo ela, esse avanço impulsiona o florescimento do desenvolvimento.

A gestão da ACM no lugar de olhar para os efeitos das transformações socioambientais em sua complexidade, reduz sua interpretação à satisfação de valores econômicos e estéticos, trazidos pela expansão urbana, vista como necessidade geral, em substituição do modo de vida rural que ainda resiste.

Deste modo, concebo a ACM como braço do Poder e dos organismos internacionais na difusão de valores que respondem aos interesses do desenvolvimento sem diálogo com os potenciais beneficiários, o trecho abaixo em torno das mudanças traduz o que estou querendo de me referir:

> No início da associação tínhamos homens e mulheres, não tínhamos critério de sexo para adesão. Eram muitos homens trabalhavam conosco sobretudo lá na machamba onde precisamos da força deles para desbravar a mata para sementeira, no entanto veio cá um grupo de apoio financeiro que foi o Fórum Mulher que tem interesse em apoiar apenas as mulheres, sobretudo aquelas vítimas de violência doméstica, fez com que os homens fossem afastados com vista garantir o apoio financeiro. (Entrevista com Presidente da ACM, realizada em agosto de 2024)

A dinâmica da ACM, longe de representar uma submissão passiva aos interesses dos financiadores revela-se como um conjunto de relações criativas e estratégicas. Suas práticas podem ser compreendidas como resultado das interações entre os próprios membros da associação e as situações contingentes que enfrentam, evidenciando sua capacidade de adaptação e negociação frente às pressões externas.

Esta é uma observação importante para compreender as transformações socioambientais que emergem no território, indo além da ideia de que o poder econômico simplesmente impõe seus interesses. Ao contrário, essas práticas revelam complexidade dos conflitos, lutas e alianças entre diferentes atores e interesses presentes na região.

Para os apenas membros da ACM que também são nativos e moradores da região, as transformações no território assumem um significado que contrasta com a narrativa dominante da liderança. Embora não expressem diretamente seu descontentamento, adotam um posicionamento crítico ao destacar os impactos ambientais das mudanças, como o desmatamento e o abate de árvores fruteiras.

Essas ações têm impossibilitado o desfrute de frutos que, no passado alimentavam a comunidade e faziam parte do cotidiano local, evidenciando uma perda simbólica e material associada à memória e a identidade do bairro: “Hoje todas as árvores foram abatidas para dar lugar a casas e outros empreendimentos, perdemos sombras e frutas*.”* (Registro de campo, 2024)

O conceito de violências das afetações trazido por Zhouri (2018) para se referir fundamentalmente a um processo de expropriação, destruição de biomas e ecossistemas, eliminação das economias locais e regionais, aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorialidades, estão presentes na fala camponesa, numa frustração que revela uma narrativa marcada pela destruição abruta e violenta das rotinas cotidianas.

As contradições envolvendo as transformações socioambientais entre distintos atores em Mahoche chamam atenção para a importância de se considerar o conceito de conflito ambiental. Segundo Acselrad (2005), esse conceito representa disputas resultantes da pluralidade de interesses e valores sobre o uso e a gestão dos bens naturais e do ambiente.

No entanto, os conflitos ambientais não se resumem à disputa de interesses entre duas ou mais partes litigantes e muito menos se reduzem à irrupção de uma controvérsia entre polos cujas posições sociais equivalentes redundam em iguais condições de negociação. “Ao contrário, constituem cenários nos quais agentes envolvidos ocupam posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhe define o poder de ação e enunciação. “(Zhouri, 2018, p.39)

As novas habitações e empreendimento são consideradas pela presidente um exemplo de desenvolvimento de Mahoche como encorajado pelo Estado e ONGs internacionais seus principais parceiros. Essa situação levanta questões provocadores: trata-se de uma associação voltada a luta camponesa ou uma imposição de valores que se aproveita das dificuldades de organização para ação coletiva no meio rural?

A pergunta acima não foi respondida diretamente neste trabalho. A intenção aqui era enfatizar a reflexão de Scott (2002), segundo a qual, em muitos países do terceiro mundo, além do baixo nível de organização entre os camponeses, as entidades existentes são frequentemente criadas pelas elites rurais e oficiais.

Essa argumentação me permitiu refletir sobre as motivações que levam os camponeses a participarem, permanecerem e se adaptaram a associação, cuja visão de mundo é distante e exerce violência através de conceitos hegemônicos .

Nesse contexto, a ideia de *forma cotidiana de resistência camponesa* torna-se relevante ao destacar como grupos sem poder buscam evitar confrontação simbólica com autoridade e as normas da elite, como tática de sobrevivência.

Assim, fazer parte da ACM pode ser visto como uma negociação silenciosa dos camponeses que lhes permite uma margem para negociar benefícios, evitar exclusão, além de ficarem mais próximo ao Poder e desse modo controlar o movimento sobre a terra, evitando sua usurpação. Além de terem acesso a projetos implantados no povoado sem precisar renunciar seus interesses portanto, trata-se de uma postura de sobrevivência hoje, esta semana, nesta estação.

Neste capítulo, procurei a partir de uma perspectiva parcial apresentar a história do surgimento de Mahoche, o perfil dos habitantes, os entendimentos e as narrativas experiências dos camponeses das vivências, das transformações socioambientais causadas pelas pedreiras. Construí dois grupos de vivência das transformações: de um lado, aqueles que encarram com esperança as transformações em curso na região e, do outro, os que transitam entre a cautela e a incerteza socioambiental.

Ao estabelecer essa distinção, não pretendo reproduzir a divisão entre prejudicados e beneficiários do desenvolvimento, tão comum na literatura e no discurso cotidiano, mas sim evidenciar as especificidades presentes na relação diária com tais mudanças.

Por fim, o debate proposto neste capítulo visa a partir da expressão de campo segunda a qual “ Mahoche de hoje, não é Mahoche de ontem, e nem Mahoche de antes de ontem!” mostrar que há transformação de papéis, contextos ou entendimento do cotidiano político e social ao longo do tempo.

Usando as perspectivas de Certeau e Scott, compreendo que as formas de resistência camponesa em Mahoche não são apenas expressão de negação ou aceitação do presente. Elas representam uma afirmação de que a memória, os significados e os símbolos podem ser mobilizados criativamente como forma de resposta às transformações vividas nas práticas cotidianas. Essa leitura será aprofundada no capítulo 4, dedicado a reflexão sobre terra.

4 *KU YAKISSA*: RESISTÊNCIA COTIDIANA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EM MAHOCHE

A terra ocupa um lugar central no debate das transformações socioambientais do meio rural. Neste capítulo reflito a trajetória de acesso à terra em Mahoche a partir das práticas cotidianas dos camponeses. Mais do que uma análise exaustiva da questão fundiária em Moçambique busco destacar aspectos essenciais - do passado e do presente que iluminam no entendimento das formas de resposta e ajuste dos camponeses núcleo das dinâmicas locais.

Apresento a noção *ku yakissa* como uma expressão pedagógica e política, usada pelos camponeses nativos para evidenciar táticas locais de resistência ao avanço das pedreiras sobre o território. Ela sugere a existência de uma resposta criativa e coletiva entre os camponeses às falhas do Poder na implementação de políticas públicas de direito à terra no país, ao mesmo tempo que permite rejeitar a descrição do processo de "compra" e "venda" de terra nas comunidades camponesas como mera "mercantilização informal", tal como sustentam diversos autores, instituições públicas e ativistas engajados no debate sobre a questão fundiária.

*Ku yakiss*a pode ser entendido como forma sutil de resistência cotidiana, voltada à preservação da autonomia camponesa sobre o acesso e uso da terra garantindo que sejam os próprios camponeses- e não a legislação ou mercado – a definir os modos de apropriação.

A partir dessa compreensão *ku yakissa* se revela como um micro ato de resistência cotidiana em contextos marcados pela subalternização de grupos camponeses seja pela expansão das pedreiras ou por outras formas de pressão sobre o território. Historicamente, é por meio desses micros atos — e não de revoltas abertas ou pressão institucional — que o campesinato vem marcando presença política como já apontou Scott (2013) em sua análise da resistência cotidiana apresentada no capítulo II. Para compreender melhor esse processo é necessário situá-lo na história da questão da terra em Moçambique.

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO DA TERRA EM MOÇAMBIQUE: DO PERÍODO COLONIAL AO SOCIALISTA

Em Moçambique, conforme a Lei n.º 19/97, a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada de nenhuma forma. Embora essa norma seja amplamente conhecida na sociedade moçambicana a recorrente usurpação de terras por atores com poder e influência — que as destinam à exploração de bens naturais ou à expansão de empreendimentos imobiliários — expõe uma tensão mais profunda. Longe de representar apenas um desrespeito à Lei, tais práticas revelam como a própria estrutura

jurídica da propriedade estatal pode ser mobilizada de maneira seletiva favorecendo determinados interesses em detrimento de outros , neste caso das comunidades locais.

Nesse sentido, percebe-se que a legislação de terras em Moçambique não apenas promete proteção comunitária, mas também abre espaço para que o Estado enquanto detentor exclusivo da terra legitime concessões que favorecem interesses privados. Assim a lei opera simultaneamente como garantia e instrumento de poder. (Feirrerinha, Raitz, 2010)

Essa mobilização seletiva da lei revela que o Poder não se limita a impor proibições formais, mas atua na gestão da vida camponesa e de seus territórios. É nesse sentido que Foucault (1988, p.131) observa que "o poder nesse momento não se define mais pela capacidade de matar, mas por sua capacidade de gerir a vida. Ele se exerce positivamente sobre a população, sobre a vida em geral, sobre o homem como ser vivo."

Em Moçambique, uma das formas mais significativas de desigualdade é a propriedade de terra. Simultaneamente taxas historicamente altas de migração são desencadeadas pela degradação e desapropriação de terra, ambas associadas a reivindicações agrícolas em grande escala, desde a colonização até a revolução verde e apropriação desigual de terras. (Wolford,2021)

Ao discutir a questão agrária em África-subsaariana Mafeje (2003) argumenta que não existe um regime único de posse de terra e nem um sistema social homogêneo de organização da produção na região. Segundo o autor reconhecer essa diversidade é um imperativo para a democratização de ordem mundial e para o enriquecimento da longa trajetória histórica do desenvolvimento.

Segundo Mafeje na África – subsaariana a posse da terra costuma estar vinculada a entidades coletivas, como autoridades territoriais, clãs, linhagens, agregados familiares ou unidades produtivas, mas, raramente de forma individual. Segundo o autor até a chegada do colonialismo o conceito de propriedade de terra era estranho aos costumes da região. A terra era vista como parte permanente da existência e geralmente tomada como certa. Dessa forma adquiria um valor inestimável e uma dotação social que em princípio, era inalienável - uma realidade posteriormente desafiada e, em muitos casos transformada.

Os estudos agrários e de desenvolvimento rural na África subsaariana foram influenciados por preconceitos derivados de experiências de outros continentes tais como: Europa, América Latina e Ásia. Embora pesquisadores africanos não tenham achado qualquer relevância da noção de "reforma agrária", essa ideia tornou-se uma grande preocupação para pesquisadores europeus trabalhando com agricultura na África desde o período colonial até o

pós independência, como resultado, o conceito acabou se perdendo em meio à confusão de teorias eurocêntricas e tendências universalizantes. (Mafeje,2003)

Nesses estudos, o sistema de posse de terra foi visto como um obstáculo para o desenvolvimento, uma percepção que resultava do mal-entendido de que, os sistemas de posse de terra em África são comunais e que, qualquer indivíduo podia reivindicar por pedaço de terra e ser garantido o acesso.

Pelo contrário, os estudos agrários contemporâneos têm mostrado que, embora coletivos, os direitos à terra em África Subsaariana são mais estritamente definidos e controlados do que seria sugerido pela noção de posse comunal.

Segundo a legislação vigente em Moçambique apenas o Estado detém a propriedade de terra, enquanto o restante da sociedade tem garantido o direito de uso e aproveitamento (DUAT) que pode ser adquirido de diferentes formas: pelas normas e práticas costumeiras, desde que não contrariem a Constituição; por boa-fé, aplicada a pessoas que utilizam há pelo menos dez anos; e, por fim, por meio de solicitação às entidades responsáveis pela gestão da terra.

No entanto, no cotidiano, os camponeses desenvolvem outras práticas dentro das brechas do Poder, permitindo-lhes autonomia sobre o território e adaptar-se às transformações impostas pelas dinâmicas do desenvolvimento e pelas limitações do Estado Moçambicano na efetivação do direito à terra.

Em Mahoche e de modo geral em todo distrito da Moamba o processo de acesso à terra é complexo, envolvendo tanto fatores externos quanto dinâmicas locais, ou mesmo a interação entre ambos pois, apesar da legislação definir a terra como meio universal de criação de riqueza e do bem-estar social, assegurando seu uso e aproveitamento como um direito de todo cidadão moçambicano na prática o acesso está condicionado por diversos processos-desde iniciativas solidárias, de mercado informal até lógicas de usurpação.

Não obstante a lei reconhecer os direitos das comunidades locais sobre o uso e aproveitamento da terra, o que se observa em Mahoche é uma total exclusão desses grupos em benefício de investimentos privados que nem sempre reconhecem os direitos das comunidades, seus interesses e modos de vida.

Segundo Mafeje (2003), muito governos africanos não possuem uma política de terras para falar, tendo, na prática, apenas política agrícola. Segundo o autor, a política de terra é sobre quem tem direito à terra, como esses direitos são reconhecidos e quais estruturas sociais e políticas sustentam esses direitos. Por sua vez, a política agrícola está mais relacionada à

produção, produtividade, comercialização e apoio técnico a agricultura, ou seja, é sobre como produzir, o que produzir e como integrar essa produção ao mercado.

A abordagem de Mafeje é uma crítica importante aos que tratam da política agrícola como substituta da política de terra. Ele argumenta que sem resolver as questões de terra, qualquer política agrícola será limitada, pois ignora as desigualdades estruturais que impedem o acesso justo à terra.

Em Moçambique desde o período colonial instrumentos de regulação de acesso e controlo sobre a terra têm sido elementos centrais na transformação nas relações de poder no meio rural, contribuindo para formação de sociedades desiguais.

Tal como noutros territórios da África colonial, em Moçambique o processo de distribuição, uso e aproveitamento de terras foi influenciado por fatores como, favorecimento dos interesses da nação colonizadora, de grupos metropolitanos ou estrangeiros e, mesmo das minorias europeias. Essa lógica limitou o acesso e desencadeou transformações nas relações das populações africanas com a terra e os bens naturais, o que não se mostra alterado depois de meio século de independência. (Direito, 2013)

Estudos sobre políticas de terra e relações de poder no meio rural na África sob dominação colonial (sécs. XIX-XX) sustentam que, ao condicionarem o acesso à terra- elemento central de poder social, político e simbólico, além de fonte primária de subsistência e riqueza- essas políticas impactaram outros bens naturais.

As políticas de terras foram fundamentais na consolidação do poder colonial e tiveram consequências profundas na vida das populações africanas e figurando entre os temas que mais suscitaram resistência por parte dessas comunidades. A lei de terras de 1909, previa a criação de reservas *indígenas* pois a competição pelo acesso aos terrenos férteis no litoral, mais densamente povoados, desencadeou tensões entre cultivadores africanos e diferentes colonos: "A presença branca na colônia foi aos poucos expulsando a população rural das áreas mais férteis, contribuindo para crescente desestruturação dos processos de produção camponesa e acelerar a criação e expansão de uma força de trabalho para o mercado*."* (Direito, 2013, p.13)

A deslocação física de populações em maior ou menor escala das terras onde habitavam e desenvolviam suas atividades econômicas – especialmente o cultivo comunitário e pecuária- foi uma característica marcante do período colonial na África - fenômeno que ainda persiste.

No país as deslocações e expropriações de terras se intensificaram à medida que as autoridades portuguesas avançaram pelo território desde o final do século XIX, implementando um conjunto de medidas legislativas para transformar prazos em

empreendimentos agrícolas. Atualmente a descoberta de recursos minerais reproduz a lógica colonial de deslocação e expropriação.

As representações e ideias sobre o continente africano assim como sobre suas populações- suas características, capacidades, modos de vida, práticas agrícolas e pecuárias- foram fortemente influenciadas por teorias racistas predominantes à época. Essas concepções serviram de base para diversas políticas e práticas paternalistas normalmente sustentadas pela violência e coerção.

O processo de constituição dos africanos como sujeitos efetivos do Estado impunha a necessidade de distinguir as matérias que poderiam ficar sujeitas a regimes locais, aos "usos e costumes" daquelas matérias em que, a população colonizada deveria estar submetida às regras "europeias", criando um regime especial para elas na legislação existente: "Na verdade, era a necessidade de tratar de forma diferente populações que se encontravam no estádio "civilizacional" "avançado" ou "atrasado", que assentava a construção da diferença entre colonizados e colonizadores, do ponto de vista de direitos e deveres."(Direito, 2013,p. 42)

O regime de terras ou concessões para "África portuguesa" neste período, foi objeto de sucessivas propostas de lei, apresentadas quanto abandonadas. As propostas de lei de concessão de terrenos discutidas em 1899 e sobretudo em 1901, reforçavam argumento favorável a um regime discriminatório no acesso das populações colonizadas à terra.

> Por serem incapazes de garantir a segurança da propriedade individual, Enes não atribuía, por outro lado, qualquer validade aos regimes locais e propunha que não fosse reconhecido aos régulos e outros "chefes indígenas" qualquer direito de propriedade sobre a terra e que qualquer doação ou alienação de terra ficasse dependente de uma autorização administrativa. (Direito, 2013, p. 45-46)

Aqui o esforço era reduzir ao mínimo o direito dos colonizados em particular as comunidades rurais com vista a salvaguardar a produção de riqueza para as colônias. Apesar das controvérsias a proposta acabou convertida em lei, sob argumento de fraca densidade populacional e terra subaproveitada. Portanto, a legislação de terra era um dos passos para criação de uma ordem diferenciadora e discriminatória.

Percebe-se desta forma que a questão de terra no pensamento colonial ocupou um lugar central, pois era nos regimes de concessão de terras que se tinha acesso a uma parte significativa dos recursos e neles assentavam projetos de ocupação e exploração dos territórios africanos.

A limitação do acesso dos africanos a terra surge como um elemento potencial de sucesso dos negócios coloniais, resultando na competição por inúmeros recursos em favor dos

não africanos privilegiando-se os interesses do Estado e do sector privado reduzindo desse modo, os sistemas locais de posse da terra com criação de várias categorias de seus utilizadores.

Com a independência nacional e a adoção pelo governo da FRELIMO do modelo econômico e político marxista-leninista, a terra manteve-se como elemento central no pensamento e na configuração das relações de poder. Com os Decretos Leis n°.16/75 e n°5/76, o Estado nacionalizou e adquiriu os direitos individuais ou particulares sobre a terra, em seu favor. Essa atitude do Estado gerou frustração e descontentamento no seio da população que olhava a independência como uma oportunidade de rever suas terras antigas perdidas com atuação colonial. (Bata,2018)

Na prática, essa legislação não passou de uma lista de apresentação de boas intenções, pois os camponeses foram e são vulnerabilizados. Estes têm dificuldades em defender seus direitos de terra (não se deve confundir com passividade) contra o sector privado que tem mais recursos e se expande com desenvolvimento de projetos mineiros, energéticos (pedra, carvão, gás, petróleo e outros minerais), turísticos e de infraestrutura.

De acordo com Muianga (2018, p.290):

> Uma resolução da questão da terra, enquanto elemento central da questão agrária e mais geral, requer um melhor entendimento das dinâmicas e processos de acumulação centrados na e/ou ligados à terra, dos correspondentes e diferentes processos de formação de classes e suas implicações na reprodução rural ao longo da história.

A política agrária da FRELIMO a seguir a independência, teve como elemento fundamental a rejeição da distribuição da terra para o campesinato e a abolição da administração local baseada nos régulos que historicamente regulavam o recrutamento de mão de obra e o acesso à terra para camponeses (Muianga,2018). A combinação dessa abordagem com as escolhas políticas e económicas, gerou tensões internas que mais tarde contribuíram para o início da guerra civil, minando a legitimidade e autoridade do Estado.

Uma das implicações imediatas da guerra foi o aumento das tensões em torno da posse de terra, dos regimes e mão de obra na estrutura agrária de classe e a competição crescente pela terra. A esses desafios somam-se os graves problemas econômicos que, na década de 1980, justificaram a mudança nas opções políticas e econômicas, culminando na liberalização promovida pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

4.2 LIBERALIZAÇÃO ECONÓMICA E A QUESTÃO DA TERRA EM MOÇAMBIQUE

As dificuldades económicas internas que Moçambique enfrentava logo a seguir a independência nacional, os desafios com a guerra civil, os desastres naturais recorrentes e uma capacidade institucional fragilizada, foram fatores que contribuíram para a necessidade de o país recorrer às instituições de Bretton Woods, como FMI e BM.

Essas instituições ofereciam suporte financeiro e programas de estabilização macroeconômica, mas também fizeram exigências sobre reformas estruturais que impactaram sectores fundamentais, incluindo o uso e gestão da terra.

A transição para uma economia de mercado com adesão ao FMI em 1984 e a implementação do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) em 1987 inaugurou um período significativo de mudanças económicas e políticas. Essas reformas foram fortemente influenciadas por narrativas neoliberais que promoviam a liberalização econômica, privatizações e ajustes fiscais.

O PRE, enquanto projeto social totalizante e regulador, assentava numa violência totalitária que pode ser vista como negação agressiva de outras possibilidades. Neste contexto Moçambique deixava de ser uma categoria ontológica essencial para de transformar em um artefato de intervenção externa num determinado espaço local, transformando sujeitos em objetos num processo de "normalização": "O conceito de normalização diz respeito ao processo através do qual os atores sociais agem de acordo com uma norma estabelecida pelos que detêm poder, e por via disso, internalizam as estruturas de regulação e autoridade que lhes é imposta de fora. A partir da normalização, o poder surge como desiderato do sujeito." (Macamo, 2003, p.234)

É importante reconhecer a normalização como processo de imposição de autoridade e modos de vida pelo exterior, no entanto, precisamos ter cuidado nesse entendimento para não invisibilizar atos de resistência que ocorrem nas margens com potencial para alteração de seu percurso ou agenda.

Nesse sentido, o trabalho orienta-se para além dos efeitos materiais da normalização promovida pelos estudos das ciências econômicas, ao mesmo tempo em que se concentra nas brechas deixadas por esse esforço. As práticas cotidianas de respostas e ajustes das comunidades impactadas por esse processo mostram a impossibilidade de os detentores poderem controlar todo processo.

Sob argumento de disponibilidade de terra abundante, livre e subutilizada, justificou-se a necessidade de promoção de entrada de investimento privado como caminho para o uso produtivo da terra e sair da instabilidade económica que o país enfrentava. (Muianga,2018)

Esse incentivo no aproveitamento da terra pode ser interpretado como estabelecimento de um neocolonialismo, visto que, ele era promovido por grandes corporações e governos estrangeiros com interesses econômicos específicos na indústria extrativa (gás, carvão mineral, pedras preciosas, ouro, madeira entre outros) e agronegócio (algodão, tabaco, chá, açúcar etc.).

Com o PRE em marcha e sob forte orientação neoliberal, caracterizada pela reduzida intervenção estatal, o principal objetivo passou a ser a atração de investimento estrangeiro, sobretudo na agricultura.

Para assegurar recursos destinados à modernização do setor, dirigentes públicos recomendaram uma rápida intervenção governamental na facilitação de propostas de investidores estrangeiros, em especial europeus, envolvendo grandes extensões de terra (Muianga,2018). Neste contexto, todo processo do PRE teve efeitos no uso da terra e exploração dos bens naturais, que se fazem sentir ainda hoje passados 30 anos do fim do primeiro programa.

Com base na mudança da opção económica e política seguida na independência, que culminou com restruturação de vários sectores estatais especialmente o agrícola, cujos seus ativos foram alienados e a terra distribuída por empresas agrícolas comerciais privadas, as parcelas adquiridas em especial por funcionários públicos foram usadas para vários propósitos, incluindo especulação.

A atual Lei de Terras n°. 19/97 estabelece que indivíduos, comunidades, entidades empresariais e estrangeiras têm direito de utilizar a terra desde que possuam direitos consuetudinários sobre ela, a utilizem há mais de dez anos ou disponham de autorização legal para seu uso. Ao retomar e institucionalizar uma preocupação já presente em momentos anteriores, essa legislação reforça a proteção dos camponeses e comunidades rurais, conferindo-lhe maior densidade normativa.

Contudo, também evidência a intenção do Estado de responder aos apelos internacionais de reformas estruturais profundas, tanto nas formas e condições de acesso à terra quanto na própria administração estatal em conformidade com os compromissos assumidos junto ao BM e FMI, no contexto do PRE.

É importante destacar que essa realidade não foi exclusiva à Moçambique, podendo ser identificada em vários países da África subsaariana onde diversos programas de reforma agrária e distribuição de terra falharam.

Como apontam Moyo e Yeros (2008) ao analisarem o movimento de terras e reforma agrária no Zimbábue, a liberalização promovida pelo BM e FMI levou ao aburguesamento da elite negra, cujas estratégias de acumulação ocorreram nas margens do capitalismo monopolista, particularmente por meio de processo de corrupção.

Desta forma, é relevante considerar que as ambiguidades e contradições da questão da terra em Moçambique, assim como em outros países da África Subsaariana, são inseparáveis da experiência colonial branca, que ainda hoje se faz sentir com o "subdesenvolvimento" persistente como parte essencial da situação neocolonial, bem como o fracasso de Estados juridicamente independentes em completar sua emancipação econômica, social e política.

Com o fim do primeiro PRE e da guerra civil no país em 1992 num cenário marcado pela expansão global do capitalismo intensificam-se os investimentos estrangeiros gerando diferentes trajetórias de acesso e uso da terra. A demanda por terras e bens naturais cresceu tanto para âmbito público quanto privado acompanhada por situações recorrentes de usurpação.

É bastante significativo o relato de uma camponesa apresentado por Matavel, Dolores e Cabanelas (2011) na descrição feita do sentimento da comunidade de Micoco na província do Niassa em pesquisa de campo:

> Quem arranca a terra arranca tudo: a nossa vida, o nosso futuro e dos nossos filhos. Já não teremos acesso às nossas mangas, bananas, capim para cobrir as nossas casas. Para andarmos é preciso autorização da empresa e é por isso que nós temos medo da Chikwetii e não o queremos. Temos medo e muitas vezes nos questionamos como a nossa vida será? Estão a derrubar as árvores e de tudo o que há nas nossas terras. Quando as nossas mulheres e filhos vão apanhar a lenha são proibidas, afinal a terra não é nossa? Será que neste país apenas Cahora Bassa é que é nossa? Mas nós estamos dispostos a tudo para salvaguardar os nossos direitos. As pessoas não estão livres, estão a sofrer por causa do Chikwetii. Nós lutamos pela independência e durante a guerra de 16 anos, somos antigos combatentes, não recebemos dinheiro e agora estamos a ser arrancados a terra, afinal por que é que lutamos ao longo de todo esses anos? Nós queremos e exigimos que o projeto da Chikwetii seja cancelado, abandone as nossas machambas e terras. (Comunidade de Micoco, Niassa apud Matavel, Dolores e Cabanelas, 2011. p.2).

No trecho acima chama atenção a expressão "...nós estamos dispostos a tudo!". Ele revela uma consciência política encarnada nas ações cotidianas, no entanto, é preciso se entender que o "tudo" que se está disposto a fazer não necessariamente representa mobilizações grandiosas, mas pode incluir desde táticas de sobrevivência até resistências

silenciosas, negociações locais e saberes práticos que garantam a continuidade da vida com dignidade.

O debate atual da questão da terra no país apresenta perspectivas inovadoras nas novas dinâmicas globais de acumulação de capital, entretanto, permanece ainda assente na já antiga controvérsia sobre o paradigma das opções de desenvolvimento e necessidade de modernizar agricultura. Projetos recentes como ProSavana, Sustenta e outros são alguns exemplos disso e pouco dizem sobre a resposta camponesa.

Quando os camponeses de Mahoche muitas vezes diziam não poder fazer nada para contornar sua situação de exposição à poluição atmosférica provocada pelos camiões de transporte de inertes em especial pedras, escondem uma poderosa agência e determinação por parte deles, e encapsula o espírito de resistência que emerge na luta por sobrevivência. Scott (2002; 2013) aponta que os grupos marginalizados não empregam estratégias necessariamente visíveis para proteger seus direitos e modos de vida.

Projetos de mineração vão se expandindo para áreas dos camponeses configurando outra forma de pressão sobre a terra. Questões sobre capital, eficiência e produtividade têm sido base para justificação de situações como as descritas pela comunidade de Micoco que são recorrentes e presentes em outros territórios do país onde a terra é colocada a serviço de interesses neoliberais.

Portanto, como mostrado no relato da comunidade acima, os camponeses estão dispostos a “tudo” para salvaguardar os seus direitos, o que contraria muitos estudos da terra em Moçambique que sustentam que a entrega de terras aos investidores estrangeiros numa primeira fase é determinada pela fraca capacidade de resistência e organização coletiva por parte das comunidades camponesas diante dos processos de usurpação. Bussoti (2020) aponta que somente mais tarde com apoio de associações de cunho nacional as comunidades começaram a ser conscientes e a criar redes de resistência abertamente anticapitalistas.

Não obstante a relevância do argumento de Bussoti ele invisibiliza a criatividade cotidiana dos camponeses em situação de opressão. A conclusão do autor parece carregada de equívocos que resultam do facto de não se ter compreendido que, o anonimato é um mecanismo de segurança adotado pelos grupos subalternos sendo desse modo inaceitável que eles tenham fraca capacidade de resistência - ela ocorre na lógica infrapolítica.

Os camponeses estão conscientes da sua condição, daí que, a invenção de formas ocultas de resistência lhes garante maior segurança, particularmente no contexto moçambicano onde práticas políticas autoritárias, intolerantes e violentas são a marca do dia a dia.

A aparente passividade dos camponeses diante da exposição à poluição atmosférica, a situações de usurpação de terra resultantes da atividade das pedreiras pode ser interpretada como tática de sobrevivência ao monopólio do uso da força por parte das autoridades governamentais a priori exercitada de forma preventiva. (Certeau, 2011), (Scott, 2013; 2002)

Apesar da atual legislação de terras ser aplaudida, entre outros aspectos, pelo reconhecimento do papel das comunidades na gestão dos seus bens naturais e pela obrigatoriedade da sua consulta antes da concessão de posse de terras a ocupantes externos à comunidade, não faltam situações recorrentes de sua violação ou contorno.

Ao pesquisar sobre como novas formas de resistência por parte das comunidades rurais que se desenvolveram a partir dos meados do ano 2000, Bussoti sustenta que:

> Nenhum momento o Estado moçambicano soube interpretar as características sociais e culturais do mundo rural, nem na altura socialista, nem ao longo do período liberal, nem nos últimos anos, com a "crise alimentar" de 2007-2008, quando os investidores estrangeiros mostraram um inédito interesse pelas terras férteis do país. (Bussoti, 2020, p.39)

Essa incapacidade resultou na implementação de políticas inadequadas de desenvolvimento rural e de uso e aproveitamento de terra em particular, que foram geralmente dependentes de opções externas fazendo com que o Estado moçambicano se transformasse em algo parecido a um executor de estratégias, que não têm em consideração as comunidades camponesas locais.

Os fracassados projetos de biocombustíveis, silvicultura, megaprojetos e principalmente o ProSavana impulsionaram um padrão de alocação de terra com foco no interesse estrangeiro liderados pelos países europeus, além do Brasil, Estados Unidos e Japão. (Bussoti, 2020)

É inegável que as crises mundiais de alimentos e energia (2007-2008) impulsionaram a corrida por terra levando muitos países a revisão de suas políticas de terra. Em Moçambique o presidente da República (PR) Filipe Nyusi lançou oficialmente a 16 de julho de 2020 a auscultação pública para a revisão da Política Nacional de Terras (PNT). O objetivo era ouvir a opinião de "cidadãos, famílias, comunidades locais" e diferentes atores da sociedade sobre como melhorar o DUAT no país e dessa forma colmatar os problemas relacionados ao seu uso e acesso.

Foi um processo de auscultação que ocorreu em meio a divergências e desconfiança pelos movimentos cívicos que consideravam a revisão uma decisão unilateral, tomada pelo Ministério da Terra e Ambiente e do Governo de Moçambique para satisfazer os interesses e

cumprir os objetivos privados e neoliberais das multinacionais e das grandes potências mundiais. (Monjane,2021, p.2)

A discussão sobre a revisão da PNT, em Moçambique, alerta para as disputas presentes no seu uso e aproveitamento. No caso deste estudo nos mostra que qualquer reflexão sobre as transformações socioambientais causadas pelas pedreiras implica um olhar atento sobre a trajetória de acesso e uso de terra, pois terá influência importante sobre elas.

Ao refletir sobre as práticas cotidianas de resposta e ajuste dos camponeses, procuro também ver como os camponeses estão salvaguardando seus direitos de terra em meio a projetos neoliberais violentos.

Esta breve apresentação do historial sobre a questão da terra em Moçambique foi fundamental para compreender as transformações socioambientais causadas pelas pedreiras. A partir da análise da trajetória histórica da posse e uso da terra foi possível contextualizar os impactos das atividades extrativas sobre as comunidades locais, ecossistemas e dinâmicas económicas. Esse entendimento permite não apenas identificar padrões de mudança ao longo do tempo, mas refletir sobre as formas de resistências adoptadas pelos camponeses diante dessas alterações.

As transformações socioambientais causadas pelas pedreiras não ocorrem no vazio, mas sim sobre um território historicamente disputado, carregado de significados e práticas locais. Isso torna visível que a resistência cotidiana não é apenas ambiental, mas também política, cultural e histórica.

4.3 *KU YAKISSA*: RESISTÊNCIA CAMPONESA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES

Na seção anterior busquei mostrar que a questão de acesso à terra em Moçambique movimenta-se na ambiguidade entre bem público e ao mesmo tempo, alvo privilegiado dos investimentos externos no meio rural.

O caráter predatório desses investimentos somado a limitação do Estado em garantir o direito à terra conforme os procedimentos normativos previstos, abre espaço para diferentes modalidades de acesso, uso e aproveitamento que escapam ao controlo do Poder.

Nesse movimento *ku yakissa* não surge apenas como referência já mencionada, mas se consolida como prática cotidiana de resistência camponesa diante da precarização imposta por transformações estruturais.

Não é clara a origem da expressão *ku yakissa*, no entanto segundo os relatos dos camponeses de Mahoche sua popularização ocorreu nos primeiros processos de cedência de terra pelos nativos do território a interessados em instalar-se na região logo após o fim da guerra civil em 1992.

É uma expressão oriunda das línguas bantu e carrega tradicionalmente dois significados principais. O primeiro diz respeito a uma forma de educação comunitária fundamentada na experiência vivida e na ancestralidade por meio do qual saberes, valores e sentidos da vida são transmitidos às novas gerações. O segundo sentido refere-se a uma prática tradicional observada em algumas comunidades rurais na qual membros nativos cedem parcelas de terras a recém-chegados ou pessoas em situação de vulnerabilidade – em Mahoche são chamadas *vientes* – com base em normas e valores consuetudinários. (Registro de campo,2024)

Ao longo da tese a expressão *ku yakissa* é abordada em seus dois sentidos complementares – como prática pedagógica comunitária e como forma de distribuição consuetudinária da terra. Portanto, essa tática vai além do aspecto econômico, pois assegura a reprodução social dos camponeses ao fortalecer os vínculos comunitários por meio da gestão da terra, promovendo solidariedade e proteção contra possíveis ameaças externas, como a usurpação de terras ou a expansão de atividades económicas que colocam em risco a vida e a biodiversidade.

Ku yakissa envolve colaboração entre gerações, garantindo que saberes e práticas tradicionais sejam preservadas e compartilhadas. Um exemplo desse processo é a cerimônia de evocação aos ancestrais, realizada para legitimar a passagem da terra de um "proprietário" para outro. Essa prática reforça vínculos comunitários e a continuidade cultural, permite a sobrevivência coletiva atribuindo a terra um valor simbólico que transcende à lógica da propriedade formal.

No contexto em que ouvi pela primeira vez essa expressão no campo como mostro na seção seguinte, revela uma forma de resistência cotidiana dos camponeses frente às transformações socioambientais e mercantilização do território.

Ainda que às vezes envolva algum tipo de compensação monetária, os camponeses de Mahoche deixam claro que essa prática não equivale à venda da terra. Isso porque segundo a sua lógica tradicional a terra não é mercadoria, mas sim um bem coletivo com valor espiritual, histórico e comunitário.

Os camponeses, ao organizarem formas de ocupação e uso da terra fora das normas, preservam sua autonomia. *Ku yakissa*, nesse sentido, configura-se como uma tática no sentido

de Certeau: uma prática desenvolvida dentro das limitações impostas pela legislação de terras, mas que permite aos camponeses manter certo controle sobre os espaços e suas relações territoriais.

Três dimensões da prática do *ku yakissa* podem ser observadas em Mahoche: a cedência, a "venda informal" e o empréstimo de terras. Essas modalidades revelam como, diante da limitação estatal na efetivação do direito à terra, os camponeses constroem táticas próprias de acesso e uso, tensionadas pelo avanço de investimentos privados voltados essencialmente para o lucro e para uma acumulação irresponsavelmente organizada. Além disso, tais modalidades não são estanques: frequentemente se substituem e se sobrepõem, funcionando como alternativas flexíveis que permitem aos camponeses ajustar suas táticas de acordo com as circunstâncias e pressões externas.

4.3.1 A prática de cedência de terra até a década de 1990: primeira versão do *ku yakissa*

Até a década de 1990 o acesso à terra nas comunidades moçambicanas era regido por práticas tradicionais, sem que os valores monetários desempenhassem papel central. A Lei de Terras de 1997 marcou uma inflexão ao reconhecer o DUAT e abrir espaço para novas formas de regulação. (MOÇAMBIQUE, 1997)

A cessão de espaço para habitação e/ou para machamba pelos nativos constitui a primeira versão do *ku yakis*sa como resistência cotidiana em tempos de transformação. De acordo com as narrações dos interlocutores no campo essa prática representa um gesto de apoio mútuo no qual a terra é compartilhada sem exigência de contrapartida financeira. A principal característica desta prática no caso de Mahoche era a não dependência de vínculo familiar com o régulo Uamba para acessar a parcela de terra – critério que anteriormente fora primordial no território. (Registro de campo, 2024)

Foi no final da guerra civil que se tornou mais evidente a incapacidade do Estado de efetivar os distintos direitos, incluindo o acesso à terra, já que esse momento coincidiu com o início da abertura económica e política do país, quando a população pôde apresentar, "sem" restrições, suas demandas e encontrar formas criativas de lidar com sua ausência.

Em Mahoche, uma das primeiras manifestações da fragilidade do Estado no período pós-guerra foi a dificuldade de colocar professores na comunidade. Nessa região, os camponeses nativos encontraram na terra um mecanismo eficiente para minimizar o problema. A prática de ceder parcelas a "estranhos" — indivíduos de fora da comunidade — emergiu, então, como uma forma de resistência à escassez de docentes para lecionar na única escola da região. (Registro do campo, 2024)

Ao assumirem essa dinâmica, os camponeses não apenas responderam a uma carência concreta, mas também evidenciaram, na prática, a ineficiência do Estado em garantir o direito à terra e aos serviços básicos à população de forma geral.

Em entrevista realizada com um professor estabelecido na região há pelo menos dez anos, durante a qual explicou o processo de acesso à terra em Mahoche, ficou evidente que a escassez de docentes estava diretamente relacionada às dificuldades de acesso à região, marcada por infraestrutura viária precária, ausência de transporte público e falta de outros serviços básicos. Esses desafios tornavam a permanência regular dos professores um obstáculo, levando a comunidade a desenvolver estratégias para facilitar sua fixação na região.

É esclarecedora a descrição feita pelo professor:

> Cheguei aqui em Mahoche em 2013, sou natural da província de Inhambane, vim fazer formação de professores em Maputo ali na Matola em 2011. Depois que terminei retornei a Inhambane em 2012 para encontrar trabalho. No entanto não consegui vaga por várias razões. No ano seguinte concorri uma vaga fora da minha província e consegui na Moamba e fui alocado no posto administrativo de Sabié onde trabalhei três semanas e em seguida fui transferido para trabalhar aqui em Mahoche. Naquela altura aqui tinha apenas areal e era distante do ponto de acesso do transporte. Quando cheguei a maioria dos professores que leccionam aulas na escola do bairro não viviam e não vivem aqui, são pessoas que vêm da cidade capital apenas para trabalhar. Porém, tinha um professor que estava aqui e agora está reformado, é influente aqui no bairro. Quando eu cheguei muito novo ele falou que pela minha idade, com tempo eu precisaria formar família por isso precisava ter espaço para implantar habitação. Falou com nativos para cederem espaço para mim e outros professores pois ainda não tínhamos casas próprias para viver. Essa cedência permitiria que a escola tivesse sempre professores disponíveis e dessa forma, os encarregados de educação poderiam ter acesso a eles para saberem do andamento das crianças na escola. Foi assim que os nativos nos cederem terra e fomos submetidos ao ritual tradicional do *ku palha*. Em seguida tirei um valor simbólico de agradecimento, portanto, eu não comprei terra. Depois de nós ninguém mais teve sorte de cedência, tinham que pagar! (Entrevista com um professor realizada em dezembro de 2024).

O trecho acima revela que, mesmo diante da deficiência dos mecanismos estatais de regularização fundiária, as comunidades camponesas mobilizam práticas tradicionais legítimas para garantir o acesso à terra. Isso significa que, por meio da prática do *ku yakissa* — a cedência de terras — os camponeses reafirmam sua soberania sociocultural, resistindo à imposição de modelos burocráticos de acesso e uso da terra.

A prática *de ku palha*[1] e o gesto do "valor simbólico" citado pelo interlocutor acima, indicam que o acesso à terra está inserido em uma lógica de solidariedade camponesa e não

[1] É um ritual tradicional em que o membro mais velho da família, e no caso dos bairros, povoados o régulo, faz evocação dos ancestrais para agradecer, pedir proteção e apresentar uma obra nova ou pessoa recém-chegada na região. Tradução própria.

do mercado. A terra é cedida e não vendida. Há aqui uma forma de resistência silenciosa, porém eficaz, que mostra que a legalidade estatal não é a única fonte de legitimidade. A resistência se manifesta aqui por relações de reciprocidade em vez de transações comerciais.

A cessão de terra segue a experiência e os conhecimentos herdados dos ancestrais. Assim, *ku palha* é uma demonstração clara dessa ligação já que no processo de cedência ele aparece como requisito indispensável de cumprimento, acompanhado da apresentação do chamado "agradecimento simbólico".

O agradecimento simbólico presente na prática do *ku yakissa* envolve a oferta em bens alimentares e bebidas, como reconhecimento simbólico pela cedência da terra. Entre os itens tradicionalmente oferecidos estão: uma caixa de cerveja, uma caixa de refrigerantes, cinco litros de vinho tinto, 750 ml de vinho verde;12kg de farinha de milho, três frangos e uma quantia definida pelo cedido. (Registro do campo, 2024)

Esses bens eram entregues ao secretário do bairro, que os encaminhava ao régulo, autoridade tradicional responsável por dirigir a cerimónia do *ku palha* e apresentar o novo membro da comunidade. Ao final do ritual os produtos eram confeccionados e compartilhados coletivamente no terreno cedido, reforçando os laços comunitários e legitimidade da ocupação. (Registro do campo, 2024)

O agradecimento não era uma simples troca material, mas um gesto de respeito à terra, aos ancestrais e às autoridades locais. Ele marca a entrada do novo membro na rede de relações comunitárias. A presença do régulo que invoca os ancestrais mostra que a cedência da terra é também um ato espiritual que exige reconhecimento dos que vieram antes.

Um aspecto não menos importante na cedência é o fato de os bens serem consumidos pela comunidade o que reforça que à terra é um bem coletivo e que a celebração da cedência é um momento de patilha privilegiando os interesses comuns.

Estamos diante de um movimento contínuo sobre a terra em que os camponeses estão atentos aos seus problemas cotidianos e inventam práticas que lhes permitem responder, ou melhor, a prática de cedência de terra pode ser vista como o modo pelo qual eles transformam o espaço em que vivem de maneira criativa, apropriando-se dele conforme suas necessidades. Até este momento seus interesses são comunitários embora a liberalização da economia já tinha sido imposta pelo PRE na década de 1980.

Com estabilização econômica no início do séc. XXI que aumentou a procura por terra e outros bens naturais incentivado pelo fim da guerra, as questões de ordem climática, sobretudo cheias no sul do país proporcionaram o surgimento de interesses individuais no movimento de terra, mas sem deixarem de fazer uso dos conhecimentos ancestrais onde a

terra exercia apenas a função de acolher para habitar e alimentar os que ali se apresentavam, por isso, em Mahoche no início, além de terra para habitar cedia-se uma parcela para o cultivo comunitário. (Registro de campo, setembro de 2024)

O que outros vêm como "mercantilização informal" de terras, para os camponeses nativos tem outro sentido. A disponibilização de terra a pessoas exteriores é uma forma de solução dos problemas cotidianos e, no caso de Mahoche era a falta de professores regulares por conta do difícil acesso. Portanto, não é apenas um ato de solidariedade, mas também uma forma de resistência contra a precariedade do sistema educacional, garantindo um benefício comunitário sem depender totalmente do Estado.

A versão inicial do *ku yakissa* revelou a incapacidade do Estado em parcelar terra para os cidadãos, e dessa forma, garantir seus direitos constitucionais (enquanto escrevo esta parte da tese é notícia no país, a situação de grupos de cidadãos que invadem terras concessionadas, mas sem qualquer uso aparente, parcelam e se distribuem numa clara confrontação ao Poder).

O modelo de acesso à terra inventado pelos camponeses difere significativamente do sistema oficial que é bastante burocrático. No modelo estatal a obtenção do DUAT exige a submissão de pedido junto à entidade responsável pela autorização - Conselhos Municipais e de Povoações e Administradores do Distrito – dependendo da localização.

No entanto, o poder estatal acaba, mesmo que inconscientemente, por reconhecer essa lógica informal, já que, com o passar do tempo, serviços públicos são disponibilizados em áreas ocupadas sem planejamento oficial. Isso evidencia um efeito transformador da resistência cotidiana: pequenos atos de resistência, acumulados, moldam as dinâmicas territoriais e desafiam, de forma sutil e eficaz, a estrutura estatal dominante.

Mesmo quando a cedência de terra envolve valores monetários, trocas voluntárias e bens materiais, não se pode caracterizá-la como uma "mercantilização informal da terra". Isso se deve ao fato de tais transações não romperem com a lógica comunitária e tradicional de posse de terra, preservando os vínculos sociais e as dinâmicas coletivas que estruturam as relações entre os camponeses nativos e moradores.

A sensibilidade na necessidade de professores para leccionação regular das crianças do bairro possibilitou, por um lado, o desenvolvimento de relações afetuosas com grupos externos e, consequentemente, a criação de novas modalidades de acesso sobre a terra que transcendem os procedimentos e orientações normativo.

Nesse sentido, *ku yakissa* manifestado na prática de cedência de terra representa uma forma de resistência cotidiana que vai além da simples troca de terras e bens, funciona como um mecanismo de solidariedade e adaptação às transformações socioambientais.

Scott (2002) aponta que muitos atos intencionais de resistência podem suscitar e produzir consequências inteiramente imprevisíveis. A cedência de terra em Mahoche resultou numa multiplicidade de consequências imprevistas que fizeram com que os camponeses nativos inventassem formas de resposta com vista a salvaguardar os seus interesses.

Uma consequência destacada pelos entrevistados foi o crescimento populacional, que impulsionou um novo movimento de ocupação da terra e, com ele, o surgimento de conflitos, tanto entre usuários de grandes extensões quanto entre ocupantes de pequenas parcelas. Nesse contexto, a "venda informal "de terrenos mediada pelo dinheiro ganhou força como alternativa de acesso à terra.

4.3.2 A emergência da "venda informal" de terra a partir dos anos 2000

Na seção anterior refleti sobre a primeira versão do *ku yakissa* como forma de resistência cotidiana em tempos de transformação, especialmente no período pós-guerra civil. Destaquei por um lado, que a sensibilidade dos nativos diante dos problemas comuns da comunidade favoreceu a chegada de novos moradores à região, num contexto em que o dinheiro ainda não desempenhava papel central.

Se, em um primeiro momento, *ku yakissa* se configura como um ato de resistência frente à precariedade do sistema educacional e como instrumento de transformação do espaço por meio da cedência de terras, sua natureza resistente permanece mesmo diante de mudanças significativas — como a consolidação da paz, o crescimento populacional e a intensificação da atividade das pedreiras. No entanto, essa resistência passa a assumir novas configurações, adaptando-se às dinâmicas sociais e económicas emergentes.

A descoberta de bens naturais estimulou a usurpação de terras, seja por meio de aluguel ou compra informal de grandes extensões, promovidas por investidores privados, especialmente estrangeiros, abrindo caminho para acumulação por espoliação, algo anteriormente limitado pela legislação vigente antes da alteração constitucional de 1990, que permitiu a expansão da atividade privada no país (Matos, Medeiros, 2015).

O ano 2000 foi marcado por grandes cheias em Moçambique, consideradas as piores em 50 anos, com impacto humano e econômico devastador, inclusive influenciando a dinâmica de ocupação e acesso à terra, com muitos deslocados buscando novas áreas para viver, especialmente em zonas periurbanas e rurais próximas aos centros urbanos. Somada a essa situação, o avanço dos interesses comerciais e reformas legais abriu espaço para dinâmicas de "venda informal" da terra.

A importância dos valores monetários se consolidou como principal intermediário nesse processo. No entanto, vale sublinhar que, existe um diferencial sútil, porém relevante entre “venda informal” e “mercantilização informal”, fundamental para que se compreenda o processo de acesso à terra em Mahoche.

A “venda informal” diz respeito a transações realizadas fora dos canais legais e regulamentados. No contexto da terra em Mahoche, essa prática é impulsionada tanto pela insuficiência do Estado quanto pelo processo de usurpação das terras dos camponeses. Já a “mercantilização informal” constitui um conceito mais amplo e estrutural, que implica a normalização da lógica do mercado sobre bens comuns ou coletivos, transformando-os em mercadoria sem respaldo legal.

Em Mahoche, contribuições materiais ocorrem na “venda informal de terra”, mas não configuram necessariamente uma “mercantilização informal”. Isso porque as trocas são pontuais e não seguem uma lógica mercantil contínua, sendo orientadas por valores de solidariedade.

Nesse sentido, constituem táticas localizadas de resistência camponesa diante da “ausência” do Estado, como se evidencia na seguinte afirmação: “Nenhum morador ou trabalhador de Mahoche vendeu suas terras por dinheiro... As pessoas chegaram a chorar por uma parcela para viver com filho e mulher, e nós ajudamos.” (Registro de campo, 2024)

Contrariamente ao que se pode interpretar, o uso recorrente de dinheiro pelos camponeses na intermediação da prática do *ku yakissa*, não denota a incapacidade de preservar suas práticas ancestrais. Pelo contrário, revela uma capacidade de leitura crítica do contexto atual do país marcado pela intensificação de projetos de desenvolvimento e megaprojetos respaldados pela violência legítima do Estado, frente à qual os camponeses não dispõem poder suficiente para confrontar - reduzindo drasticamente suas chances de sobrevivência.

Três razões justificam a mudança na relação dos camponeses nativos com a terra. A primeira já foi apresentada na seção anterior: a incapacidade do Estado em parcelar a terra para os cidadãos, num país que observa crescimento constante da população e enfrenta eventos climáticos extremos que pressionam a procura. A segunda relaciona-se com a construção da estrada N4, nas proximidades do bairro, que facilitou o acesso; a isso acrescenta-se a disponibilização da rede elétrica pública.

Por fim, destaca-se a ambivalência em relação ao ato de viver em Mahoche. Durante muito tempo, a região sofreu e ainda sofre com a carência de serviços básicos como eletricidade, água potável e atendimento médico, o que desestimulou aos primeiros moradores

a fixarem residência de forma definitiva. Grande parte dos cedidos eram professores jovens socializados em modos de vida urbanos e não encontravam correspondência no novo espaço habitacional.

Diante dessa frustração, muitos desses professores iniciaram processo de transferência das terras que lhes haviam sido cedidas pelos nativos, repassando-as a terceiros em troca de valores monetários relativamente altos, o que levou aos nativos a encontrarem soluções próprias para esse novo desafio, como destacam os camponeses nativos:

> Essa mudança aconteceu porque já tínhamos cedido terras a pessoas, que ficaram sem fazer uso, pois aqui era mata de verdade, sem água, luz, transporte etc. Mais tarde eles venderam suas parcelas a outras pessoas que não eram professores. Esse processo não teve nosso consentimento e nos criaram muitos problemas.(Nativo do bairro, entrevista realizada em dezembro de 2024)

Portanto, com a consolidação da paz no país e "estabilidade económica" a partir dos anos 2000, o Estado não conseguiu acompanhar as transformações sociais e demográficas em curso, especialmente no que diz respeito à facilitação do acesso à terra.

A complexidade do acesso ao DUAT, no país, torna-se evidente no relato de um camponês não nativo, estabelecido há sete anos no bairro:

> O primeiro espaço tinha conseguido no bairro Boquiço, no entanto, tive dificuldades no que concerne ao pagamento do valor de agradecimento. Fui ao bairro Boquiço com um amigo e colega da universidade que já tinha habitação lá e, tinha relação com proprietários de extensões de terra. Uma vez que não consegui liquidar o valor de agradecimento mais tarde me foi devolvido o valor, e assim perdi terra no bairro, no entanto, tinha pressão e urgência de ter terra para habitação. Tempos depois a namorada do amigo que me levou a Boquiço, me trouxe aqui em Mahoche e consegui comprar esta terra onde tenho minha habitação. Não tive escolha nem interesse em olhar para as condições do bairro, pois só queria ter terra para habitar já que o Estado não me oferecia, apesar de ser um direito.(Camponês *viente*, entrevista realizada em agosto de 2024)

Enquanto o entrevistado narrava sua história de chegada à região, um camponês nativo que acompanhava atentamente sua fala interrompeu a conversa, insurgindo-se contra a ideia de "compra de terra*",* mencionada em algum momento pelo interlocutor. Segundo o nativo esse termo não descreve com precisão o que acontecia no território e, poderia caracterizá-los como infratores da Lei 19/97. Para ele, em Mahoche não havia venda de terra, mas sim *ku yakissa.*

A insurgência do nativo em relação a ideia de venda de terra pode ser compreendida dentro do conceito de discurso oculto proposto por Scott (2013), que descreve a forma como os grupos subalternos expressam a crítica ao poder dominante de maneira indireta e estratégica.

Ao rejeitar o termo “venda de terra” e reafirmar a prática local do *ku yakissa*, o nativo não apenas questiona a imposição de uma lógica mercantil sobre o território, mas também busca preservar uma tradição comunitária e contorna as regulamentações formais do Estado com narrativas paralelas que desafiam silenciosamente as interpretações hegemónicas sobre o movimento e acesso à terra. (Certeau, 2011), (Scott, 2002; 2013)

Enquanto mais moradores chegavam à região procurando terra, os nativos também passaram a estipular valor por ela, retirando os bens de consumo, que outrora foram importantes no processo de integração de novos moradores, prática que deixou de existir ficando um ciclo reduzido a quatro atores: o cliente, o “ proprietário” da parcela, o secretário do bairro e o régulo.

As práticas cotidianas dos nativos me levarem ao entendimento de que estamos diante de “territorialidades insurgentes” (Santo, Cunha,2018). A negação de ideia de “venda de terra” funciona como uma tática de sobrevivência que se aproveita das brechas da legislação ao reconhecer o direito consuetudinário da terra. Neste caso, diante do crescimento da população e das dificuldades no acesso aos serviços básicos, os camponeses inventam táticas de sobrevivência que, muitas vezes, contornam as normas sociais estabelecidas.

Conscientes das necessidades de respeitar as normas formais, os moradores dese que afastam qualquer susp so e ocupação.



esposta camponesa ao desv ara habitar no bairro inici spaço para emergência de c

che ilustra de forma cont formal”, evidenciando com ritoriais. O embargo judic nas revela entre outros aspe u disputas pela terra.

Figura 3 - Venda informal, conflito formal



u, já tinha sido dado a duas pesso abaram cedendo outro lado.” (Entr

os de usurpação e violência, torna nto urbano atraiu grupos com maio m estabelecer-se no território ampli a.

ferecem espaços para parque, estaleiro, depósito e eventos — revela a intensificação da lógica mercantil sobre áreas antes destinadas à habitação camponesa ou uso comunitário.

Figura 4 - Economia da terra em expansão

Fonte: Arquivo do autor (2025)

Nesse contexto, os camponeses nativos não foram os iniciadores da prática da “venda informal da terra”, mas apropriaram-se dela como forma de resistência às mudanças socioambientais que ameaçavam suas formas tradicionais de vida.

A cedência e a ‘venda informal de terra’ configuram-se como táticas complementares que permitem aos camponeses adaptarem-se às transformações do cotidiano. Diante da crescente pressão sobre o uso da terra — marcada por eventos extremos, pelo aumento da população e pela incapacidade do Estado em atender às demandas sociais — essas práticas emergem como mecanismos essenciais de sobrevivência, reforçando a autonomia das comunidades locais frente às forças externas que vêm redefinindo o espaço.

Diante das constantes transformações que pressionam o acesso à terra em Mahoche, os camponeses demonstram uma atenção aguçada a tudo que ameaça seus interesses, recorrendo sempre à ajuda mútua e à solidariedade como instrumentos essenciais de luta. No contexto da terra, apoiam-se mutuamente como testemunhas junto à administração em casos de transação, uma vez que, nessa fase, já não contam com a cerimónia pública de apresentação dos *vientes*, que anteriormente ajudava a controlar situações de cedência de terras alheias. Portanto, cedência e a “venda informal” não são apenas um meio de sobrevivência, mas também forma ativa de reapropriação do território e resistência frente as dinâmicas socioambientais.

Nesse sentido, ao nomearam a primeira e a segunda prática como *ku yakissa*, os camponeses, apesar das lógicas distintas que estruturam cada uma, revelam formas de resistência que podem ser compreendidas como táticas, no sentido descrito por Certeau (2011). Segundo esse autor, os sujeitos subvertem as regras instituídas e criam alternativas para garantir sua permanência e autonomia, reafirmando a força da territorialidade insurgente.

4.3.3 O empréstimo de terra (2005- até hoje): entre a resistência camponesa e estratégia dos mais favorecidos

A prática de cessão de terra e a “venda informal” descritas como formas de resistência camponesa a partir da noção de *ku yakissa* nos permitem rejeitar a tendência de considerar as populações passivas e incapazes de defender seus interesses. Pelo contrário, é essencial reconhecer sua criatividade local e a capacidade de fabricação de respostas aos problemas cotidianos.

No contexto da resistência camponesa às limitações impostas pelo Estado e à expansão de interesses econômicos sobre a terra, a prática de empréstimo desponta como mais uma expressão do *ku yakissa*. Essa prática coincide com o aumento do interesse internacional pela

terra moçambicana, o que impulsiona investimentos e estimula a especulação fundiária. (Bussotti, 2020)

Em Mahoche, o empréstimo de terra constitui uma prática tática de uso dos espaços sociais: uma forma de agir dentro das estruturas instituídas, contornando-as sem confrontá-las diretamente. Ele fortalece os laços de solidariedade entre camponeses e outros grupos vulnerabilizados e, em alguns casos, é apropriado por grupos mais favorecidos — especialmente aqueles que ainda não residem na comunidade — como estratégia de legitimar sua presença e prevenir disputas internas, funcionando como barreira simbólica e prática para assegurar a posse da terra.

Os beneficiários do empréstimo de terra, em sua maioria, são jovens em início de união conjugal e trabalhadores informais que integram segmentos sociais marginalizados pelo modelo dominante de acesso à terra. Eles conseguem o empréstimo sob a condição de controlar uma possível revenda a terceiros, mas também assumem a missão de manter o terreno limpo, capinando ou realizando outros trabalhos informais.

Esses sujeitos enfrentam barreiras estruturais que os excluem da lógica de mercado promovida pelos grupos privilegiados, os quais buscam consolidar o controlo territorial por meio do capital econômico e político. No contexto do empréstimo de terra, não é permitida a construção de infraestruturas duradouras, já que a ocupação é, por definição, temporária.

Nessa prática, articulam-se duas lógicas distintas: de um lado, os camponeses, geralmente desprovidos de poder econômico e político, ao emprestarem “suas” terras, buscam simultaneamente proteger-se de possíveis usurpações por parte dos grupos privilegiados e assegurar a manutenção do cultivo comunitário, que representa seu principal meio de sustento. Isso porque os beneficiários do empréstimo costumam utilizar a machamba como fonte essencial de acesso à alimentação. Desse modo, o empréstimo configura-se como uma tática defensiva e permanência territorial.

Por outro lado, os proprietários, especialmente pertencentes aos grupos privilegiados, emprestam terra como forma de manter terreno limpo e sinalizar presença, reduzindo risco de invasão. Para este grupo, o empréstimo funciona como estratégia de ampliação da influência sobre espaços rurais, explorando lacunas legais e zonas de ambiguidade normativa para consolidar seus interesses criando dependência e reforçando desigualdades sociais.

Tanto os camponeses quanto os grupos privilegiados, ao recorrerem ao empréstimo de terra, estão expressando, ainda que de caminhos distintos, a percepção da fragilidade do Estado em garantir a efetivação do direito à terra e, revela-se como um instrumento simbólico

e funcional que, embora não confronte diretamente o aparato estatal, denuncia suas omissões por meio e táticas camufladas de negociação e adaptação social.

Assim, *ku yakissa* não se limita a uma prática tradicional, mas converte-se em linguagem política de resistência e crítica encoberta ao modelo institucional vigente, ao mesmo tempo em que afirma o compromisso dos camponeses com a permanência, o pertencimento e a proteção do território frente desapropriação.

Assim como a cessão e a "venda informal", o empréstimo de terra decorre de um contexto marcado por profundas desigualdades de poder econômico, as quais, embora presentes, não anulam a centralidade da solidariedade dos camponeses nas práticas sobre a terra, em um cenário que os grupos com maior poder econômico e político ampliam suas extensões territoriais por meio de estratégias sustentadas na corrupção, usurpação e violência.

Os grupos privilegiados recorreram muitas vezes ao método burocrático do Estado para acesso ao DUAT. Os pressupostos legais sobre a terra privilegiam o papel das comunidades na sua gestão, mas isso não significa que as elites nacionais protegem a vontade das comunidades abdicando de perseguir os seus próprios interesses e em favor ao capital agrário privado, sobretudo estrangeiro. (Monjane,2021)

Como consequência, muitos moradores nativos perdem suas parcelas de terra, enfrentam obstáculos para manter modos de vida tradicionais baseadas no cultivo comunitário, criação de gado e coleta de lenha. Diante desse quadro de exclusão, tornou-se necessário criar formas alternativas de adaptação e sobrevivência. (Registro de campo,2024)

A expansão urbana cada vez mais se situando além do perímetro da cidade e invadindo o meio rural, especialmente na busca de bens naturais para sua sustentação, coincide com a configuração de novas alianças capitalistas, cuja terra teve papel central. Em vista disso, o movimento de empréstimo revela a coexistência dos métodos do Estado e mercado (informal) na questão da terra, o que resulta numa ambiguidade das práticas do dia a dia dos camponeses na sua gestão.

Em Mahoche os nativos não residentes e outros grupos que possuem terras na região, mas que não habitam nelas, utilizam como principal mão de obra o trabalho os mais vulneráveis. Essas pessoas, frequentemente, "emprestadas", não têm poder de decisão sobre como e quando a terra será utilizada, gerando uma situação de instabilidade e insegurança permanente para os trabalhadores.

Desse modo, o empréstimo de terra entre os camponeses de é um ato de resistência e de solidariedade entre os grupos mais vulneráveis, que se transforma em um mecanismo de dominação, onde os mais poderosos moldam relações sociais e económicas em seu benefício.

Frente às pressões impostas pela intensificação da exploração de pedreiras e outras transformações socioambientais, *ku yakissa* se materializa como um conjunto de táticas que garantem a continuidade de seus modos de vida rurais, reforçando redes comunitárias e reconfigurando o acesso ao território.

As práticas camponesas observadas em Mahoche constituem formas de resistência silenciosa através das quais os atores locais, sem recorrer a confrontos diretos, reconfiguram as relações de posse e acesso à terra. Longe de serem meras estratégias de sobrevivência diante da precariedade, a cedência, a "venda informal" e o empréstimo de terras assumem um caráter político.

Ancoradas na lógica do *ku yakissa*, elas expressam a capacidade dos camponeses de resistir, negociar e organizar o espaço de forma autônoma, mesmo sob pressões externas. Nesse sentido, tais práticas configuram-se como táticas cotidianas que permitem enfrentar criativamente as transformações socioambientais em curso.

5 PEDREIRAS EM MAHOCHE: CONTROVÉRSIAS, CONFLITO, RESPOSTA E AJUSTE

"Nós estamos comendo poeiras enquanto o chinês come dinheiro!"
(Nativo de Mahoche, 2024)
"As pedreiras não se interessam pela vida das pessoas, apenas pelos recursos que eles estão explorando!"
(Associação Camponesa de Mahoche, 2024)
"As pedreiras trouxeram algum desenvolvimento. Não podemos ser muito pessimistas!
"(Secretário do bairro Mahoche, 2024)

As três vozes que abrem este capítulo condensam a complexidade das pedreiras em Mahoche: entre a denúncia da exploração, a percepção da indiferença empresarial e a tentativa de reconhecer algum benefício, emergindo assim um campo marcado por controvérsias e disputas. É nesse terreno de conflito e ajuste que se inscreve a análise a seguir.

Nesse sentido, Scott (2002) observa que, de maneira paradoxal, os camponeses frequentemente se veem na posição de terem contribuído para a ascensão de grupos dominantes ao poder. Contudo, os projetos de industrialização, taxação e coletivização promovidos por esses grupos acabam por contrariar profundamente os interesses e objetivos pelos quais os camponeses acreditavam estar lutando. Essa tensão evidencia a complexidade das relações de poder ilumina as formas de resposta e ajuste que podem emergir em contextos como Mahoche.

A observação de Scott encontra forte ressonância no cotidiano local, onde os camponeses, movidos pela esperança de melhorar suas condições de vida, cederam terras como forma de solidariedade a grupos vulneráveis. Em meio a esse processo, diversos empreendimento surgira. Porém, segundo eles, os benefícios esperados não se concretizaram, transformando a esperança em profunda frustração e revelando a assimetria de poder presente nessas relações.

Para isso, início com a análise da legislação ambiental, a fim de compreender o processo de exploração de bens naturais no país e sua relação com as pedreiras. Em seguida, exploro as interações e práticas cotidianas entre camponeses e pedreiras evidenciando as dinâmicas sociais que emergem desse contexto.

5.1 PEDREIRAS DE MAHOCHE: ENTRE REGULAMENTAÇÃO E AS PRÁTICAS DO COTIDIANO

A história das pedreiras em Moçambique é pouco documentada, mas suas raízes mais profundas remontam do período colonial, quando a exploração foi incentivada para viabilizar a infraestrutura necessária a administração colonial, com a construção de portos, estradas e ferrovias. (Pereira,2022), (Pinto, 2021).

Posteriormente, essa prática foi intensificada com a expansão do mercado imobiliário a partir dos anos 2000, impulsionada por diversos fatores, entre eles o contexto de paz relativa e crescimento econômica após o fim da guerra civil em 1992. (UN-HABITAT,2018)

Em Mahoche, tanto a população nativa quanto o governo distrital, com base em registros do SDPI, reconhecem que a pedreira mais antiga remonta à década de 1990. Como discutido nos capítulos anteriores, o período pós-ajustamento aos compromissos de Bretton Woods trouxe mudanças legislativas significativas. Nesse cenário, a expansão do mercado imobiliário a partir dos anos 2000 pode ser entendida como um desdobramento direto dessas transformações.

O fim da guerra civil, que durou 16 anos, possibilitou, entre outros impactos, que diversos grupos deslocados retornassem às suas regiões de origem, ao passo que outros se estabeleceram nos locais onde haviam sido acolhidos durante o auge do conflito armado. Nesse processo, enfrentaram desafios de adaptação e resistência, ajustando-se às novas circunstâncias impostas pelo período pós-guerra.

A paz em Moçambique representou mais do que o “calar das armas” e a proteção da vida humana; foi também um momento desafiador. A busca pela estabilização econômica e social, impulsionada pela atração de investimento estrangeiro, nem sempre atendeu aos interesses das comunidades locais, gerando tensões e exigindo respostas e ajustes por parte das populações.

A descoberta de bens naturais minerais e energéticos nas últimas décadas, juntamente com a chegada de megaprojetos, tem sido uma fonte de conflito com as comunidades camponesas. Essas comunidades, afetadas pelo deslocamento forçado, usurpação de “suas” terras, vulnerabilidade ambiental e outras formas de violência, buscam táticas de sobrevivência e enfrentamento diante da perpetuação da morte social.

As atividades de mineração, incluindo as pedreiras, são frequentemente descritas em diversos estudos das áreas de desenvolvimento, meio ambiente, geografia, sociologia, antropologia e outras como fatores de conflito e de agravamento das situações de empobrecimento, escassez e vulnerabilidade das populações rurais.

Essa realidade se reflete no cotidiano dos camponeses de Mahoche, cujas terras destinadas ao cultivo comunitário tornaram-se improdutivas, enquanto os pastos foram severamente afetados pela poluição do ar gerada pelo transporte de inertes dificultando o seguimento de sua vida normal.

A paisagem no trajeto de saída das pedreiras em Mahoche denuncia uma realidade silenciosa, porém evidente: árvores, arbustos, habitações e plantas estão constantemente cobertas por camadas de poeira, que se acumulam mesmo diante das tentativas de mitigação por meio da irrigação da estrada.

Essa poeira, rica em partículas minerais, não afeta apenas os seres humanos; seus efeitos se estendem a outros organismos vivos, comprometendo o ciclo de vida de animais, pequenos insetos e plantas, como relatam os próprios camponeses.

> Está a ver? As árvores estão a morrer. Aqui, quando semeamos alguma coisa, ela morre — por causa da poeira. Nem mandioqueira dá para sair matapa, nem nada. Não sai. Nós estamos a ficar preocupados, a perguntar o que está a acontecer. Agora, dizem que é por causa da poeira. Aqueles que sabem falam isso. Só que nós não sabemos se é verdade ou não, porque nunca vivemos essa situação antes. Mas estamos a acreditar, porque estamos a ver as mudanças: as árvores estão a secar, as mandioqueiras já não ficam bem como antes. Antes, quando semeávamos aqui, crescia bem. (Entrevista com casal nativo realizada em outubro de 2025)
> Ou ainda:
> As pedreiras trazem poluição que impacta negativamente na produção, já nem conseguimos distinguir as culturas por estarem todas cobertas por poeiras! Nossos animais e nós as pessoas estamos a sofrer!" ...as machambas já não produzem nada, por causa da poeira que mata nossas plantas! Antes das pedreiras, a gente produzia comida à vontade, tudo que a gente semeava germinava, por exemplo: massaroca e folha de abobora, mas agora não produzimos nada!" (Entrevista com nativa realizada em julho e agosto de 2024)

Os relatos acima, embora revelem diferentes camadas de análise, convergem na repetição de uma mesma percepção: "estamos a ver mudanças" e, sobretudo, "antes das pedreiras, a gente produzia comida à vontade...". Essas narrativas evidenciam a construção de um marco temporal em Mahoche, estabelecido pelas comunidades não apenas como referência cronológica, mas como signo simbólico: o tempo da abundância contraposto ao tempo da escassez. Trata-se de uma ruptura histórica inscrita na memória coletiva, marcada pela instalação de pedreiras, que alterou radicalmente as formas de subsistência local e reconfigurou a relação entre território, produção e vida comunitária.

A evocação de um tempo anterior – "antes das pedreiras" não se limita à lembrança de abundância, mas projeta uma forma de relação com o território marcada pela confiança na fertilidade da terra e pela continuidade das práticas culturais inscritas nos alimentos cultivados.

O presente “agora não produzimos nada” não apenas denuncia a escassez material, mas também revela a perda de autonomia alimentar e de dignidade social. Trata-se de um processo de despossessão que inscreve Mahoche na lógica extrativista do *plantationoceno*.

Ao narrar esse contraste, as comunidades não apenas registram uma mudança, mas produzem uma memória crítica que resiste a naturalização da escassez, afirmando que ela é resultado de uma violência histórica e estrutural, e não um destino inevitável.

Outro aspecto relevante dos relatos do campo é a denúncia coletiva as pedreiras. Ao utilizar expressões como “nós estamos a ficar preocupados”, os camponeses individualmente falam em nome de uma coletividade, indicando que o sofrimento e a indignação são partilhados por outros moradores da região. Essa coletividade, ao mesmo tempo em que denuncia os impactos negativos das pedreiras, busca compreender as causas do problema e reivindica respostas, seja por parte do Estado, seja por parte das empresas responsáveis.

Além dos impactos climáticos, como secas severas e inundações, que comprometem a produtividade do cultivo, a localização das atividades de mineração próximo a terras férteis tem sido apontada como um fator central para vulnerabilização dessas comunidades. Esse processo não apenas transforma seus modos de vida, mas também gera morte social, na medida em que desestrutura laços comunitários e marginaliza modos de vida que um dia sustentaram sua existência.

Um aspecto fundamental levantado pelos camponeses é a percepção do sofrimento que transcende os seres humanos. “Nossos animais, plantas e nós as pessoas, estamos a sofrer! “essa afirmação revela uma compreensão ampliada da vulnerabilidade, que abrange tanto humanos e não humanos.

Nesse contexto emergem reflexões críticas sobre modelos de ciência e formas hegemônicas de organização do mundo que perpetuam dicotomias, como a separação entre natureza e sociedade ou entre humano e não humano, desconsiderando as interconexões essenciais para a existência e resistência.

A expressão “estamos a sofrer” revela não apenas a vivência de uma morte social, mas também o surgimento de táticas de resistência, indicando uma luta dissimulada pela manutenção dos modos de vida e pela preservação da relação simbólica e material com o território, que se encontra ameaçada pela lógica de progresso por meio da exploração de pedras de construção. Ao mesmo tempo, essa enunciação coletiva funciona como denúncia e reivindicação por mudança, exigindo que se respeitem as práticas dos camponeses e o ambiente em que se inscrevem.

Ao reconhecerem o sofrimento de outras espécies por conta da poeira, os camponeses articulam uma crítica às teorias da excepcionalidade humana, segundo as quais, os seres humanos ocupam uma posição única e superior em relação aos demais seres vivos, uma ideia com raízes na tradição ocidental, que foi central para o projeto da modernidade europeia.

Os camponeses fazem um convite à construção de outras possibilidade de mundo que rejeitem a noção de superioridade dos seres humanos em relação às demais espécies animais e vegetais. Afinal, o sofrimento causado pelos impactos negativos do uso irresponsável dos bens naturais não se restringe aos humanos. Latour (1991), propõe uma ontologia mais pluralista, que não separe radicalmente humanos e natureza, pois segundo ele, humanos e não humanos estão ligados em redes complexas de relações.

Ao mesmo tempo, a atenção dos camponeses ao sofrimento de outras espécies aponta para uma forma de resistência a objetivação e ao controlo opressivo sobre a natureza. Afinal, animais, plantas e seres humanos frequentemente dependem uns dos outros para bem-estar coletivo.

Nesse sentido, os camponeses de Mahoche parecem desafiar a visão de que os animais e plantas são meros recursos a serem explorados. Pelo contrário, revelam uma relação de cuidado e reciprocidade, cada vez mais rara diante da hegemonia da ideologia do desenvolvimento sobre o cotidiano.

Em Mahoche, existem formalmente quatro pedreiras localizadas á mais ou menos 500 metros das residências. Na sua maioria são pertencentes a empresários estrangeiros, concretamente chineses, turcos e portugueses, refletindo o impacto da exploração de bens naturais por investidores estrangeiros, um fenômeno que tem sido impulsionado pela abertura económica do país nas últimas décadas. (Registro de campo, 2024)

Algumas pedreiras estão situadas em áreas cujo DUAT pertence a cidadãos nacionais que herdaram terras de seus ancestrais, mas já não residem na região. Essas propriedades passaram a ser utilizadas como fonte de renda, sobretudo por meio de arrendamento, concessão ou venda informal.

O processo de transferência da exploração de pedreiras para grupos estrangeiros permanece pouco transparente; a principal hipótese é que estes dispõem de maquinário de grande porte e conhecimento técnico, o que lhes permite acelerar o ritmo de extração além da capacidade dos proprietários nacionais.

Segundo Macarringue (2021) a atual Lei de Terras abre brechas para transferências informais de terra, especialmente quando há um relaxamento na fiscalização e planejamento, construção e operação de obras desenvolvimentistas. Esse quadro, como observa Zhouri et al.

(2018), tem gerado riscos incalculáveis que extrapolam as localidades diretamente afetadas pelas atividades. É reveladora a história contada por um camponês sobre uma pedreira pertencente a um quadro sénior da Polícia de República de Moçambique (PRM) atualmente encerrada e transformada em escombros:

> Esta pedreira pertencia a..., mas já não funciona, hoje seu irmão que vive na matola usa como espaço de criação de aves e porcos. Quando o dono percebeu que as coisas [illegible] trabalhou por anos depois [illegible] aponta outras duas pedreiras [illegible] abandonado. (Entrevista com



Fonte: Arquivo do autor (2025)

A mudança no perfil dos proprietários das pedreiras, marcada pela intensificação da exploração e pela entrada de agentes estrangeiros, tem provocado transformações significativas nas dinâmicas locais. Entre essas transformações, os camponeses destacam o surgimento do comércio informal de rua diretamente associado à exploração das pedreiras, sobretudo na venda de alimentos de consumo imediato.

Essa reconfiguração econômica, embora revele tática de sobrevivência, também resulta em maior exposição à poeira, além de aprofundar a precarização das condições de trabalho e saúde dos vendedores. Muitos desses comerciantes atuam sem acesso a estruturas adequadas de proteção, tornando-se vulneráveis à inalação constante de poeira, o que pode

acarretar problemas respiratórios, agravados pela ausência de acesso adequado a cuidados médicos no território.

Após uma semana de trabalho de campo, desenvolvi problemas respiratórios decorrentes de uma crise de asma- algo que não me acometia há anos. Ao procurar atendimento médico, fui orientado a utilizar máscara durante as atividades de campo, dado que a exposição contínua à poeira havia sido identificada como fator desencadeador.

No entanto, adotar aquela medida de proteção tornou-se um gesto ambíguo: embora necessário para minha saúde, causou certo constrangimento, já que a maioria dos camponeses incluindo crianças continuavam realizando suas atividades diárias sem qualquer tipo de proteção. Essa situação me colocou diante de uma tensão ética e efetiva, entre o cuidado com meu corpo e a consciência de que aqueles que convivem cotidianamente com a poeira não têm mesmo respaldo ou escolha.

Embora haja outros empreendedores estrangeiros atuando nas pedreiras, os chineses são frequentemente mencionados como principal referência na exploração de bens naturais na região. Isso deve-se à ampla expansão dos investimentos no país, especialmente no sector de extração.

A presença chinesa em Moçambique não é um fenómeno recente, tendo iniciado com seu apoio à FRELIMO na década de 1960, durante a luta contra o colonialismo português, porém, nas últimas décadas, essa presença vem se intensificando. O país tem recebido investimentos em diversos projetos ligados à terra, na agricultura e extração de recursos minerais, contribuindo para profundas transformações, especialmente em comunidades rurais (Roque,2012).

Segundo os entrevistados, os espaços onde atualmente estão situadas as pedreiras era anteriormente destinado às residências temporária dos camponeses, especialmente durante a época da colheita e caça. Além disso, a área era também reservada aos cemitérios familiares. Atualmente, vivem ali famílias que, na sua maioria, ocupam terras emprestadas, enquanto os detentores do DUAT ou que conseguiram terra pela “compra informal” estão estabelecidos no centro da cidade capital, na área de *Ntlavene* ou em deslocamento frequente para a República da África do Sul.

Além da ocupação atual pelas pedreiras e famílias emprestadas, a área também inclui terras reservadas para projetos futuros e outros empreendimentos, ainda indefinidos, podendo até ser destinadas à especulação imobiliária.

Figura 6 - Construção que limita movimento no território



Fonte: Arquivo do autor (2025)

As áreas que anteriormente eram machambas, que representam a principal fonte de sobrevivência das familiais rurais moçambicanas, estão se tornado cada vez mais raras, não apenas pela improdutividade das terras impactadas pela poeira levantada no transporte de inertes, mas também em razão de crescimento de terras delimitadas e com restrição de acesso, como mostra a imagem anterior e muitas vezes revelado pelos entrevistados.

Figura 7 - Inscrição silenciosa: o início da territorialização extrativa



Fonte: Arquivo do autor,2024

Além das consequências imediatas já perceptíveis, a incerteza sobre o destino das áreas reservadas alimenta uma lógica de espera especulativa, que paralisa as atividades comunitárias e enfraquece laços históricos entre as famílias e suas machambas, tornando-se um território sob ameaça.

Áreas reservadas, como as destacadas na imagem anterior, são comuns na região e geralmente correspondem a terras demarcadas com marcos físicos, seja por proprietários individuais ou por projetos voltados a futuros investimentos. Essas demarcações sinalizam uma dinâmica de transformação no uso da terra que, muitas vezes, resulta no deslocamento de famílias e na ruptura de práticas produtivas, vínculos comunitários e formas tradicionais de ocupação do território.

Embora o discurso oficial, tanto do governo quanto das empresas, enfatize a compensação financeira às famílias que ocupam a terra em caso de implementação de projetos, relatos de usurpação territorial são recorrentes. Esse contraste revela um paradoxo, já que diferentes legislações, como a Lei de Terras, a Lei do ambiente, a Lei de Minas, reconhecem e protegem comunidades que ocupam a terra com base em normas costumeiras e na boa-fé.

De acordo com essas leis, as comunidades deveriam ser consultadas antes da implantação de qualquer projeto ou empreendimento. Na prática, porém, as garantias legais nem sempre são respeitadas, o que evidencia fragilidades nos mecanismos de proteção diante dos interesses econômicos.

A legislação ambiental, como a Lei de Terras de 1997, constitui um instrumento essencial para compreender o avanço das transformações socioambientais que impactam diretamente as populações camponesas, especialmente no que se refere à proteção dos territórios, dos modos de vida e dos bens naturais.

Assim como em muitos países, em Moçambique, a preocupação com a criação de um quadro jurídico específico para o meio ambiente teve início a seguir a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade de Rio de Janeiro em 1992. (Serra, 2011)

Esta conferência, colocou a questão ambiental no centro do debate da agenda política internacional, buscando conciliar o desenvolvimento econômico à prudência ecológica, deste então, o país tem conhecido um movimento no domínio jurídico ambiental especialmente sustentado pela narrativa do desenvolvimento sustentável. Serra (2011), identifica quatro linhas desse movimento:

a) Aprovação de um conjunto significativo de legislação com importância direta ou indireta para a proteção e conservação do ambiente;
b) Criação de órgãos públicos no domínio do ambiente ou reforço das competências dos órgãos pré-existentes de modo a integrar um leque cada vez mais diversificado de atribuições e competências ambientais;
c) Aprovação de políticas setoriais que refletem uma preocupação crescente com a proteção do ambiente e;
d) Adesão a instrumentos internacionais de proteção e conservação do ambiente, nomeadamente convenções internacionais e protocolos regionais.

A Constituição da República de Moçambique reconhece o direito dos cidadãos a um ambiente ecologicamente equilibrado. Contudo, apesar desse reconhecimento legal, o que se constata no caso de Mahoche é que, na autorização da atividade de pedreiras, o cumprimento da legislação ambiental parece ser negligenciado ou relegado a um segundo plano.

Há outros inúmeros exemplos de situações dessa natureza no país. Os rios são frequentemente poluídos por projetos de garimpo de ouro na província de Manica, enquanto em Moatize, os projetos de exploração de carvão mineral pela Vulcan contribuem para a poluição do ar, que muitas vezes as populações já apareceram a denunciar.

A Lei do ambiente n° 20/97 (doravante denominada LA) tem como objeto a definição das bases legais para a correta utilização e gestão do ambiente e seus componentes, visando a materialização de um sistema de desenvolvimento sustentável no país (MOÇAMBIQUE,1997).

No entanto, o desejo normativo não garante a efetiva proteção das populações e sua conexão com a natureza, pois, assiste-se, a deterioração das condições de vida delas, como se compreende na expressão dos próprios camponeses de Mahoche:

> Hoje, o problema são os chineses que chegaram aqui em busca de terra para extração de pedras! Isso não nos agrada, só que, uma vez que é uma situação geral no país, é difícil resistirmos! Se apropriam das terras e não fazem nada para nos ajudar e beneficiar a comunidade. Poderiam fazer alguma coisa que vá ao encontro de nossos interesses. As empresas são tantas, mas nenhuma delas nos benefici*a!* (Entrevista com nativo do bairro, realizada em julho 2024)

A reivindicação dos camponeses sobre a falta de benefícios provenientes da exploração de bens naturais em seu território, coloca em questão a efetividade da legislação ambiental. De acordo com o artigo 4, que trata dos princípios fundamentais, estabelece que, a utilização e gestão dos componentes ambientais devem promover e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, garantir a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas (MOÇAMBIQUE,1997).

A efetividade da legislação não pode ser avaliada apenas pela sua existência formal, mas pela sua capacidade de garantir condições reais de qualidade de vida às populações afetadas pela exploração de bens naturais.

Embora a noção de qualidade de vida na LA possa ser considerada subjetiva, ela desempenha um papel crucial na proteção de comunidades expostas e ambientalmente vulnerabilizadas. Do ponto de vista sociológico, a qualidade de vida está diretamente ligada a qualidade ambiental, exigindo tanto o reconhecimento dos micros processos locais quanto a implementação de macroestratégias para melhoria ambiental. (Buttel,2000)

Os camponeses de Mahoche veem a qualidade de vida como um aspecto fundamental, diretamente relacionada às dificuldades do dia a dia no território. Diante da instalação das pedreiras, havia uma expectativa de que esses empreendimentos trouxessem melhorias essenciais, como a ampliação do fornecimento de energia elétrica, o abastecimento de água, a construção de escolas e instalação de posto de saúde. Segundo eles, esses serviços são imprescindíveis para alcançar qualidade de vida pela qual lutam (Registro de campo, 2024).

Os camponeses frequentemente recorrem à noção de responsabilidade social para expressar suas expectativas de melhoria na qualidade de vida, com suporte das pedreiras. Isso demonstra que as transformações socioambientais nos territórios não ocorrem apenas de forma imposta, mas também resultam da participação ativa dos próprios atores locais.

É preciso considerar a relação dos camponeses com as pedreiras como um espaço de resistência e negociação dentro das estruturas de poder. Nesse contexto, não apenas manifestam suas expectativas em relação à responsabilidade social das pedreiras, mas também, por meio de discursos e ações, desafiam as imposições externas (Scott, 2002, 2013), (Certeau, 2011).

A LA, moçambicana é amplamente reconhecida e aplaudida pelas organizações da sociedade civil interessadas na questão ambiental, que a consideram um avanço na materialização dos compromissos internacionais. No entanto, essas organizações também apontam desafios relacionados à sua implementação, frequentemente atribuídas a questões económicas, corrupção e ao fraco domínio da legislação pelas instituições responsáveis pela gestão ambiental.

A esses fatores soma-se a tendência da legislação ambiental moçambicana de alinhar-se a modelos de ambientalismo ocidental, muitas vezes em detrimento dos saberes locais. Esses saberes reconhecem a coexistência de diferentes entendimentos e interpretações cotidianas, na busca de soluções. Segundo Meneses (2023), a base de uma ecologia comprometida com territorialidades sustentáveis está na valorização da diversidade e especificidades de saberes, em diálogo com a ciência, processo que contribui para a descolonização das formas de pensar e agir sobre o meio ambiente.

O SDPI sustenta que as comunidades de Mahoche participaram e autorizaram a instalação das pedreiras no bairro. No entanto, essas comunidades demonstram não terem estado suficiente informadas sobre o que estava por vir, como indicam relatos do secretário do bairro, a autoridade tradicional e os camponeses.

Os camponeses relatam que com frequências os representantes das pedreiras afirmaram ter interesse em apoiar o cultivo comunitário, aproveitando a abundância de terras férteis no bairro. No entanto, segundo os entrevistados, essas promessas não se concretizam, revelando uma estratégia de aproximação que, na prática, não resulta em benefícios para a comunidade. O que se observa, na verdade, é apenas um processo de abertura de pedreiras, muitas delas contando com uma participação reduzida ou inexiste dos camponeses locais. (Registro do Campo, 2024)

> A pedreira de Chiúta foi a única onde eu participei na consulta popular. Foi a primeira pedreira a ser instalada aqui, a gente nem tinha noção de nada, mas acho que essa pedreira é que veio revolucionar isto aqui. Ela apareceu reuniu a população, explicou qual era a ideia, qual era o objetivo e foi recebida. No dia da consulta ela tirou dinheiro fomos comprar uma cabeça de gado, então veio se realizar a cerimônia do ku palha e tudo correu bem por enquanto e começou a trabalhar, então depois aparecem outras tantas, mas não como veio a primeira.

> Apareceram de como apareceram!(Entrevista regulo Uamba, realizada em julho de 2024).

O relato do régulo Uamba, frequentemente evocado por outros camponeses nas conversas sobre o início da exploração de pedreiras na região, chamou minha atenção para a complexidade dos processos participativos.

As pessoas que vivem em áreas destinadas à instalação de projetos de suporte ao desenvolvimento são representadas como não- sujeitos, os quais, quando não são invisibilizados em sua existência, são tratadas como incapazes de participar dos processos decisórios sobre o destino de seus territórios, sob alegação de que não possuem conhecimentos válidos para contribuir com o debate. Como aponta Rigotto (2018) essa lógica reforça a exclusão epistemológica e política das comunidades locais.

O modo de operar das pedreiras no momento de sua instalação em Mahoche revela injustiça ao não disponibilizar conhecimento e informações centrais às comunidades dos riscos relacionados à atividade, seguindo uma lógica discriminatória.

A ausência de participação efetiva dos grupos no debate sobre as atividades que transformam as dinâmicas dos seus territórios enquadra-se numa lógica econômica de curto prazo, com pouca consideração por suas implicações sociais e ecológicas, e favorece os interesses privados. (Acselrad,2018)

Os processos participativos, em geral, são compostos por uma diversidade de atores. Nas zonas rurais de Moçambique, onde a maioria da população é analfabeta, grande parte desconhece os processos, os espaços, as instituições e a linguagem da participação, o que dificulta tanto o acompanhamento quanto a reivindicação de direitos junto aos espaços formais de decisão. Como observa a literatura crítica, “os meios, o idioma e a temporalidade dos canais padronizados e institucionalizados para a ‘participação’ revelam não apenas os limites, mas também os efeitos perniciosos da gestão do dano e do sofrimento.” (Zhouri et al. 2018, p.33)

Portanto, os processos participativos longe de se apresentarem como instâncias neutras de consulta, funcionam como arenas onde se expressam diferentes modos de reação às transformações: desde aceitação pragmática, passando por formas sutis ou explícitas de resistência, até atitudes de aparente indiferença diante da perpetuação de injustiças.

O conceito de participação ocupa lugar central nos discursos desenvolvimentistas, sendo marcado por uma multiplicidade de significados e usos. Trata-se de um termo notavelmente plástico, cujos sentidos só adquirem concretude quando devidamente

contextualizados (Salviani, 2010). No caso moçambicano, essa noção foi incorporada em diferentes marcos legais, desde a CRM até às LT, LA e LM.

Segundo Salviani dois enfoques podem ser destacados no debate dos processos participativos: um promovido pelo Banco Mundial e outro baseado no conjunto de técnicas que compõem *Participatory Rural Appraisal* (PRA), sendo Robert Chambers seu principal proponente.

No campo do desenvolvimento, a participação implica o envolvimento ativo dos indivíduos diretamente afetados, associado ao fornecimento de informações relevantes ao processo. Essa dinâmica busca reduzir as desconfianças recorrentes em tais iniciativas, favorecendo maior engajamento e compreensão por parte das comunidades.

Em Mahoche, a participação camponesa na implantação das pedreiras pode ser considerada meramente simbólica, uma vez que, na única ocasião em que afirmam ter sido convidados, não receberam informações suficientes sobre as consequências da atividade, o que impediu que suas opiniões tivessem impacto efetivo.

Os relatos de alguns dos entrevistados são reveladores dessa realidade e ajudam a ilustrar o ponto que desejo destacar: *"*O nosso silêncio em relação à situação resulta do facto de que, mesmo que a gente grite, ninguém nos ouve!" *(E*ntrevista realizada com camponês nativo em julho de 2024). Ou ainda: " Quem cedeu espaço das pedreiras foram os nativos, sem saber o futuro! Para eles o mais importante era beber e comer! As pedreiras chegavam aqui, localizavam a área, davam boi, bebida e dinheiro depois os nativos cediam a terra!" (*E*ntrevista com camponês não nativo realizada em julho 2024)

Expressões comuns como: "ninguém nos ouve*"* e "sem saber do futuro", revelam por um lado, o quanto as comunidades são colocadas em último plano em relação aos seus próprios interesses, por outro, podem ser interpretadas como forma de resistência discursiva, revelando insatisfação e reivindicando um espaço de participação, mas também podem revelar uma crítica ao ambiente político de Moçambique, pouco aberto ao livre exercício do debate crítico sobre os diferentes impactos dos projetos de desenvolvimento.

Ao dizerem "ninguém nos ouve*",* os camponeses demonstram com clareza o sentimento de frustração diante da falta de consideração por suas preocupações, opiniões e reivindicações, especialmente no que diz respeito à poluição do ar causada pelo transporte de inertes, oriundos das pedreiras. Além disso, evidenciam uma sensação profunda de exclusão, negligência ou falta de representatividade, reforçando a percepção de que suas vozes e direitos são sistematicamente ignorados no processo de tomada de decisão em processos que impactam suas vidas.

> As estratégias das corporações e do Estado insistem na monopolização e na privatização dos ambientes comuns, principalmente nos territórios dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, algo que configura enorme pressão sobre florestas, terras, solos, rios e subsolo. (Zhouri, 2018, p.15)

Essa discrepância entre as definições legais e as práticas cotidianas dos governos e empreendedores reflete a persistência da colonialidade, isto é, a manutenção de estruturas de poder e opressão estabelecidas durante o período colonial (Mignolo, 2017). Dessa forma, essas estruturas ainda estão longe de garantir a efetiva participação das comunidades na definição do rumo dos projetos com impactos sobre seu cotidiano.

Os interesses desenvolvimentistas e maximização da produtividade económica à revelia das comunidades diretamente afetadas parecem prevalecer sobre os impactos negativos nas decisões que envolvem a ocupação e uso do território. Nessa dinâmica, os camponeses acabam não apenas marginalizados dos processos decisórios, mas também responsabilizados por criar seus próprios meios, estratégias de sobrevivência e resistência.

Segundo Porto-Gonçalves (2017), o Estado vem sendo capturado pela lógica do tempo das grandes corporações e do mercado no geral, é um tempo que vê o espaço e não a sua geografia e, especialmente, não vê as geografias dos grupos/classes sociais em situação de subalternização, ou seja, trata-se de uma lógica incapaz de buscar um diálogo verdadeiro com aquelas pessoas que sentem na carne, no corpo os impactos socioambientais advindos da exploração de pedreiras.

Neste contexto, Thornton (sd) questiona se a participação não estaria se transformando em nova tirania - uma imposição autocrítica disfarçada de correção política e maquilhada como democrática. Já que embora a participação seja apresentada como um processo voltado para aprendizagem, crescimento e empoderamento dos atores, há casos em que sua implementação pode servir para validar decisões previamente tomadas, sem garantir uma inclusão genuína das comunidades camponesas.

Diante da falta de escuta por parte das autoridades e empresas, os camponeses passaram a manifestar formas diversas de resistência à presença e atuação das pedreiras. Essa postura não surge de um simples inconformismo, mas revela a percepção de que os canais institucionais de participação são frágeis, pontuais ou meramente formais.

Na abertura das pedreiras em Mahoche a participação do cidadão não foi concebida como um fim em si, orientada para a valorização do conhecimento local, mas como um procedimento instrumental, esvaziada de escuta genuína.

Em complemento às limitações da legislação ambiental, a Lei de Minas (LM) n.º 20/2014 estabelece a atividade mineira tem uso prioritário do solo, desde que seu aproveitamento rentável. Na prática, isso significa que interesses econômicos e corporativos são colocados acima das necessidades e direitos das comunidades camponesas, aprofundando as desigualdades no processo de ocupação e exploração territorial.

Matos, Medeiros (2015), argumentam que as legislações aprovadas demostram que, mesmo quando há a ocupação de terras por famílias camponeses ou sua titulação formal, isso não impede que essas famílias sejam deslocadas compulsivamente.

Os procedimentos para o cadastro mineiro, estabelecidos pelo Decreto n.º 31/2015, têm como objetivo regulamentar a Lei n.º 20/2014, que define o quadro legal da atividade mineira e do uso e aproveitamento dos recursos minerais. Em seus diversos artigos, a menção ao pagamento de taxas ocorre com frequência, enquanto a necessidade de proteção dos interesses das populações afetadas — ou seja, das comunidades situadas nas áreas requeridas para concessão — aparece de forma secundária. Isso evidencia que as legislações aprovadas não asseguram efetivamente a proteção dessas famílias.

O artigo 9 da lei em análise, estabelece que os títulos mineiros são atribuídos com base na ordem de prioridade, determinada pela data e hora de entrada do respectivo pedido junto à entidade competente, considerando a proposta que ofereça melhores condições, vantagens e ganhos para o Estado moçambicano, enquanto proprietário dos recursos minerais.

Não estão claramente definidas no texto legal, as condições, vantagens e ganhos para o Estado, porém, pode-se concluir que estão essencialmente ligadas a dimensão econômica. A própria introdução da lei enfatiza a necessidade de assegurar maior competitividade no setor, e posteriormente os bens minerais são apresentados como fonte importante de captação de receitas para o Estado.

Ao enfatizar a busca por competitividade e receitas para o Estado, a LM reproduz uma visão universalizante e positiva da mineração, refletindo uma lógica eurocêntrica e capitalista que privilegia a acumulação de riqueza em detrimento da cooperação e do bem viver. Essa lógica perpetua desigualdades, reforça hierarquias, alimenta dinâmicas de violência e contribui para a degradação ambiental.

Além de legitimar o deslocamento compulsório das comunidades em torno de bens naturais, a LM parece reduzir a natureza a um mero instrumento de satisfação dos interesses materiais. Esse processo resulta na mercantilização da natureza, ignorando seus sentidos simbólicos, culturais, religiosos para diferentes grupos, ao mesmo tempo que estimula o interesse de investidores mineiros.

As discussões apresentadas nesta seção, considerando aspectos centrais sobre a LT, LA e LM permitem, do ponto de vista teórico, compreender como a legislação influencia as táticas de resistência, adaptação e negociação adotadas pelos camponeses frente as transformações socioambientais provocadas pelas pedreiras e por outros projetos de exploração de bens naturais.

Nesse contexto, torna-se possível analisar não apenas a eficácia dessas normas, mas também as formas como são apropriadas pelas comunidades como instrumentos de resistência e reivindicação. Como observa Certeau, os camponeses conseguem subverter espaços de dominação, transformando-os em oportunidades de contestação ao explorar brechas institucionais para interferir em decisões e ampliar sua representatividade nos processos que os afetam diretamente.

De ponto de vista prático, essa discussão revela a dificuldade e, em muitos casos, a impossibilidade de que os interesses das comunidades camponesas sejam plenamente considerados. Isso ocorre porque os marcos legais vigentes estão orientados em sua essência, por uma lógica de competitividade e geração de riqueza, deixando em segundo plano, ou mesmo ignorando as demandas e, necessidades locais. Diante desse cenário excludente, os camponeses de Mahoche desenvolvem tática próprias de resistência e crítica em momento ideal, recusando uma submissão passiva às transformações impostas.

5.2 RESISTÊNCIA CAMPONESA EM TEMPOS DE CRISE: ORGANIZAÇÃO INFORMAL E AÇÃO POLÍTICA EM MAHOCHE

A crise pós-eleitoral decorrente das disputas políticas de 2024 em Moçambique revelou um descontentamento generalizado, expresso em diferentes intensidades e vozes. Nesse cenário, comunidades camponesas, historicamente marginalizadas e silenciadas, passaram a protagonizar práticas de contestação que, embora não institucionalizadas, evidenciaram racionalidades táticas e o aproveitamento das circunstâncias.

Em 9 de outubro de 2024, Moçambique realizou as sétimas eleições presidenciais e legislativas, além das quartas eleições para as assembleias provinciais. O processo foi marcado por tensões, desconfianças e trocas de acusações entre os principais atores políticos, evidenciando um cenário de intensa disputa e polarização.

Antes mesmo da divulgação dos resultados oficiais pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) e da validação pelo Conselho Constitucional (CC), os partidos de oposição e seus candidatos presidenciais já rejeitavam o processo, alegando fraude em benefício da FRELIMO, partido no poder. Somando-se a essas vozes contestatórias, diversas organizações

da sociedade civil — nacionais e estrangeiras — que acompanharam o processo eleitoral também denunciaram irregularidades e indícios de manipulação.

Em 21 de outubro, um dos candidatos presidenciais já rejeitava os resultados do apuramento parcial apresentados pelo órgão oficiai de gestão do processo eleitoral, a CNE, e convocava manifestações em defesa do que ficou conhecido como verdade eleitoral. Por isso, antes mesmo da divulgação dos resultados oficiais, já se registravam manifestações em todo o país, com paralisações e outras formas de protesto contra o processo.

Com a validação dos resultados eleitorais pelo CC, em 23 de dezembro, consolidou-se a vitória da FRELIMO e de seu candidato presidencial, Daniel Chapo. A decisão desencadeou uma crise pós-eleitoral sem precedentes, marcada por manifestações de grande intensidade e episódios de violência. As mobilizações, contudo, foram interpretadas de forma divergente: para o partido no poder, tratava-se de atos ilegais e criminosos; já seus organizadores as apresentaram como uma luta pela verdade eleitoral.

O período em questão foi marcado por ampla destruição de bens públicos e privados, episódios de saques e uma atuação policial desproporcional, a qual culminou em mortes e ferimentos provocados por disparos de munição letal. Tais acontecimentos permanecem na memória coletiva como um dos episódios mais turbulentos da história política recente.

Até o momento da redação desta parte do capítulo (18/02/2025), a plataforma eleitoral Decide, uma Organização Não Governamental que monitora processos eleitorais no país, contabiliza 303 mortes confirmadas e 619 pessoas feridas por disparos.

As manifestações passaram por diferentes fases e foram designadas de maneiras distintas ao longo do tempo, conforme os objetivos e discursos adotados por seus organizadores. A quarta e última fase, denominada “pontas de lanças”, destacou-se como a mais violenta e letal.

Segundo Scott (2013), a resistência cotidiana, ainda que muitas vezes interpretada por observadores externos como uma forma “passiva” — devido ao seu caráter clandestino — constitui, na verdade, um registro oculto, no qual a dominação é constantemente avaliada, julgada e criticada por aqueles que dela são objeto. Esse registro alimenta não apenas práticas discretas de oposição, mas também um alfobre de resistência ativa, portador de um potencial de revolta que se torna extremamente eficaz em circunstâncias favoráveis à ocultação e à sua expressão pública. Nesse sentido, a crise pós-eleitoral configurou-se como um momento fértil para que os camponeses de Mahoche tornassem visível sua resistência, aproveitando a ocasião.

Diante do momento de tensão no país e da longa experiência de sofrimento, a resistência camponesa precisou se tornar visível, política e institucionalmente, por meio de ações coletivas. Como observa Hébette, o isolamento político se converteu em um problema para os agricultores, e a resistência coletiva — primeiro pela força da união, depois através das associações — tornou-se uma necessidade para os camponeses excluídos. (Pontes; Guerra, 2016, p.55)

Em Mahoche e em outras comunidades vizinhas afetadas pela atividade de areeiros e pedreiras, a crise pós-eleitoral serviu como uma oportunidade para dialogar diretamente com os proprietários das pedreiras e expressar suas preocupações. Este movimento resultou em conquistas, ainda que pontuais.

Três reuniões foram realizadas em Mahoche entre os camponeses, proprietários ou representantes das pedreiras, com vista a discutir questões há anos ignoradas pelas empresas mineradoras, especialmente aquelas relacionadas à poluição do ar causada pelo transporte de inertes. Além disso, a comunidade buscava formas de garantir benefícios concretos provenientes da exploração dos bens naturais em seu território.

A primeira dessas reuniões ocorreu em resposta a uma manifestação de alguns camponeses de Mahoche, realizada em um contexto de tensão política e de reivindicações dispersas por todo o país, em rejeição aos resultados eleitorais divulgados pelo CC.

Os camponeses aproveitaram esse momento para interromper as atividades das pedreiras, bloqueando a principal via de acesso. A reivindicação central nesse contexto, estava relacionada à exigência da verdade eleitoral[1].

Esse foi um momento crucial para os camponeses apresentarem suas reivindicações, que, na realidade, não estavam relacionadas à busca pela verdade eleitoral. Em Mahoche, essa expressão foi inicialmente utilizada como recurso de mobilização para interromper as atividades das pedreiras; contudo, a principal crítica recaía sobre a poluição do ar causada pelo transporte de inertes e sobre a ausência de benefícios para a comunidade.

Ao longo de anos, os camponeses tentaram dialogar com as pedreiras para expressar suas preocupações, mas estas nunca se dispuseram a participar diretamente dos encontros com as comunidades, enviando apenas representantes e sem responder às demandas apresentadas. Com o advento da crise política, abriu-se uma brecha para que suas vozes finalmente fossem ouvidas. (Registro do campo,2024)

[1] Expressão que marcou o debate político durante o todo processo eleitoral, e intensificou depois do anúncio e validação dos resultados.

A segunda reunião foi um desdobramento do primeiro improviso. Após a paralisação da atividade das pedreiras mencionada anteriormente, decidiu-se pelo agendamento de um encontro ampliado, envolvendo um número maior de participantes, que foi realizado no sábado seguinte, cuja principal agenda foi discutir os problemas causados pela poeira bem como a falta de apoio das empresas do bairro, especialmente pedreiras e areeiros, na solução das questões essenciais para o cotidiano da comunidade.

Eram 14 de dezembro, em uma manhã de sábado (7h), quando cheguei ao local indicado para a reunião, prevista para iniciar às 8h. O encontro ocorreu em um espaço aberto, próximo à estrada de acesso às pedreiras, exposto à poeira. Essa mesma via havia sido bloqueada dois dias antes, como forma de pressão para garantir o agendamento da reunião com os proprietários ou representantes das pedreiras.

A escolha do lugar para reunião pelos camponeses não foi aleatória. Sua intenção era fazer com que os proprietários e represente das pedreiras experimentassem diretamente os efeitos da poeira, uma vez que, normalmente, percorrem a estrada dentro de veículos fechados, com vidros levantados e possivelmente ao ar-condicionado. (Registro de campo, 2024)

Portanto, o encontro em ambiente expostos à poluição, os camponeses criaram uma tática para tornar o problema visível e pressionar por melhorias. À luz de Scott essa ação pode ser interpretada como uma forma de resistência velada, uma tática tanto pragmática quanto simbólica, ao expor as consequências da poluição de ar àqueles que a causam.

Figura 8- Sobra como abrigo e lugar de resistência



Fonte: Arquivo do autor (2024)

As 7h.15, os primeiros participantes começaram a chegar, individualmente ou em grupos, sendo a maioria homens. Enquanto aguardavam o início da reunião com os empresários os camponeses conversavam sobre o cotidiano do território e ajustavam os principais pontos de discussão, alinhando também a opinião do grupo.

Nessa conversa inicial entre os camponeses, destacava-se uma narrativa sobre a incapacidade do secretário do bairro em atender às demandas da comunidade, além de suspeitas de corrupção e nepotismo. Propunha-se sua destituição imediata — algo que, até o fim do trabalho de campo, não havia ocorrido — possivelmente devido à dificuldade em encontrar, dentro do grupo, alguém disposto a assumir o cargo, bem como às questões burocráticas que permeiam o processo.

Embora alguns nomes tenham sido sugeridos, não manifestaram disponibilidade de assumir função alegando falta de tempo. A essas questões internas soma-se a burocracia no processo, na medida em que muitas vezes a figura de secretario de bairro é nomeada, e não eleita como propunham os camponeses.

No momento de concertação, chamava atenção a desconfiança entre os camponeses de que alguns participantes poderiam repassar informação para as estruturas do bairro, especialmente ao secretário, que não foi incluído nem mobilizado para participar dos protestos ou da reunião de discussão com as pedreiras, assim como o régulo.

A exclusão do secretário, do régulo e de outras estruturas do bairro era uma tentativa de preservar um espaço seguro para organização e articulação dos protestos, evitando

interferências do poder político que poderia comprometer a mobilização, ou seja, eles precisavam encontrar maneiras discretas de se opor às estruturas que os controlam. (Registro do campo, 2024).

A desconfiança sugere que os participantes estavam cientes da possibilidade de vigilância e controlo por parte das estruturas dominantes, especialmente o secretário. Com um tom de indignação, um dos participantes exclamou: “Precisamos ter cuidado com traidores!” Ainda neste momento pré-reunião destacavam-se questões como, os problemas respiratórios causados pela poeira levantada pelos caminhões e as inúmeras promessas não cumpridas pelas pedreiras, e questionavam: “Para onde vão os 10%?*”*

Esse questionamento referia-se à Lei de Minas n° 20/2014 que determina que 10% das receitas fiscais geradas pelo Imposto sobre a Produção Mineira devem ser destinados ao desenvolvimento da província, distrito e comunidades locais onde os empreendimentos mineiros são implantados.

O questionamento sobre os 10%, revela dois aspectos importantes sobre as formas de resposta camponesa em Mahoche, as transformações socioambientais causadas pela atividade das pedreiras: por um lado, a falta de transparência na informação dos processos administrativos que dizerem respeito as comunidades; por outro, a maneira como eles estão se apropriando da legislação como ferramenta de resistência e reivindicação.

Meia hora após o horário marcado, com parte dos proprietários das pedreiras já presentes, o encontro teve início. Um dos proprietários pediu palavra para se desculpar pela ausência de outros, explicando que, naquele mesmo instante, estavam ocorrendo reuniões em outros bairros próximos às pedreiras e arreios, impactados pela atividade (Mulotane, Mulotane Bill, Khulula, Mavoco,Teteni e Matsequenha). Como os moradores dessas regiões apresentavam demandas semelhantes, os demais proprietários precisaram se dividir entre encontros.

Embora esses encontros tenham ocorrido no mesmo dia, não houve qualquer coordenação entre eles, o que revela vivência de pressões estruturais semelhantes entre distintos territórios de camponeses. O cenário de crise pós-eleitoral com relatos de destruição, saques e outras formas de violência podem ter tornado o empresariado mais receptivo ao diálogo com as comunidades, provavelmente, com temor de rebeliões ainda maiores, que poderiam comprometer seus investimentos, como já ocorria em outras regiões.

Três momentos marcaram o encontro entre pedreiras, areeiros e os camponeses. O primeiro consistiu na apresentação, por parte das pedreiras, do documento que ficou

conhecido no território e entre os camponeses como caderno reivindicativo[2]. Naquele, as comunidades demandavam uma série de serviços e infraestruturas, dentre os quais se destacam:

a) Fornecimento de água potável para a comunidade;
b) Construção de um posto de saúde para atender às necessidades básicas de saúde da população;
c) Pavimentação da estrada que dá acesso à localidade, visando sanar os níveis excessivos de poeira e garantir melhores condições de transporte;
d) Construção de salas de aula para melhorar as condições de ensino das crianças e jovens;
e) Criação de oportunidades de emprego para os jovens locais, com prioridade para a mão-de-obra da comunidade;
f) Disponibilização de energia eléctrica para a localidade;
g) Revisão e transparência no valor cobrado na cancela que dá acesso as pedreiras e por fim;
h) Construção de um campo de futebol para lazer e práticas desportivas pela comunidade.

Após a apresentação do caderno de reivindicações dos camponeses cujas demandas foram ratificadas pelos presentes, os representantes das pedreiras manifestaram disposição em atender as solicitações. Além disso, apresentaram um plano de ação, solicitando que a implementação fosse de forma gradual, justificando limitações financeiras e argumentando que os impostos e taxa cobradas pelo Estado deveriam garantir os serviços básicos. Diante disso, as pedreiras pediram à comunidade que identificasse a demanda prioritária, para que a resposta pudesse ser trabalhada de imediato.

Após proposta das pedreiras, os camponeses solicitaram que elas se retirassem momentaneamente, permitindo que pudessem dialogar entre si e avaliar as sugestões apresentadas. Essa segunda parte da reunião, foi marcada por tensões e contradições na definição das prioridades, refletindo os diferentes interesses e necessidades da comunidade.

[2] No dia do bloqueio da estrada uma parte dos proprietários das pedreiras se aproximaram dos protestatórios, para compreenderem o que se passava. Nesse breve encontro foram aparentadas de forma oral as principais pre-ocupações dos camponeses, e se agendou encontro alargado para o sábado que se aproximava. Os camponeses se organizaram de forma rápida e datilografaram as preocupações que foram feitas chegar às pedreiras.

Por um lado, os camponeses não aceitavam a justificativa das pedreiras para uma resposta faseada aos seus problemas. Por outro, havia divergências internas quanto às prioridades, o que evidenciava a presença de distintos grupos dentro da comunidade.

A localização da residência em *Ntlavene* e *Nhakene* influenciava na definição, já que essas regiões vivem experiências destintas dos impactos das pedreiras. A tensão do momento ficou evidente no apelo de um dos participantes: " Não estamos aqui lutando para a barriga[3] de ninguém! Queremos um futuro melhor para nossos filhos!"

Embora grande parte dos camponeses discordasse das intervenções faseadas, alegando que a intensa movimentação de caminhões transportando inertes, não justificava a alegação de dificuldades financeiras para a não realização das ações em benefício da comunidade, eles acabaram aceitando a proposta das pedreiras.

Ao aceitarem a proposta das pedreiras, os camponeses não estavam simplesmente cedendo, mas negociando dentro de limitações impostas. Utilizaram a aceitação como tática para garantir benefícios imediatos, ao mesmo tempo em que mantinham vivas suas reivindicações, continuando a pressionar por mudanças sem um confronto direto, o qual poderia resultar na perda dos pequenos ganhos. (Certeau, 2011), (Scott, 2002, 2013)

Um aspecto interessante a ser considerado durante as discussões sobre as prioridades é que, além das mulheres, as pessoas idosas também não foram levadas em consideração. Enquanto isso, alguns jovens, em grupos dispersos, conversavam sobre assuntos aparentemente não relacionados com o encontro, enquanto outros permaneciam sentados, isolados e manuseando celulares apenas ouvindo.

No caso dos jovens, atitudes como conversas paralelas, uso do celular ou isolamento durante a reunião podem, à primeira vista, sugerir desinteresse quanto ao rumo do debate. No entanto, tais comportamentos também podem indicar protesto contra a estrutura da reunião ou uma forma cautelosa de resistência evitando represálias já que se estava num momento político tenso.

A submissão falsa, ignorância fingida, até a fofoca tornam-se táticas para evitar a confrontação aberta (Scott, 2002). Já no caso de mulheres e dos idosos, sua exclusão das discussões reflete uma dinâmica de dominação masculina, na qual suas vozes são silenciadas ou desconsideradas no processo decisório. Após mais de uma hora e meio de discussão, os camponeses definiram quatro prioridade, organizadas por ordem e prazo de execução:

[3] Entenda-se interesses individuais

Educação*:* construção de10 salas de aula, sendo 4 consideradas de extrema urgência, com início em o 27/12/2024 e prazo de 60 dias*;*

Saúde*:* construção de um posto de saúde no bairro, com início também em 27/12/2024 e prazo de 90 dias;

Águas*:* abertura de um furo de água, a ser iniciado 10 dias após a conclusão das salas de aula, com um prazo total de 150 dias.

I*nfraestrutura viária e transporte*: pavimentação da via de acesso e transporte com um prazo de 12 meses, a partir de janeiro de 2025.

Duas coisas chamaram minha atenção na indicação das prioridades, datas e prazos para sua execução. A primeira diz respeito à sequência das prioridades estabelecidas pelos camponeses: a construção de dez salas de aula. Isso me surpreendeu, pois imaginei que a pavimentação da via de acesso seria a prioridade principal, especialmente considerando os impactos socioambientais causadas pelas pedreiras.

A poluição do ar gerada pelo transporte de inertes, os estrondos das explosões de dinamite que provocam rachaduras nas casas e o próprio agendamento da reunião com as pedreiras e areeiros indicavam que impactos da atividade mineira seriam tratados como prioridade. Esses sinais revelavam a centralidade do tema para os camponeses e para a organização do encontro. No entanto, essa expectativa não se confirmou: a questão acabou secundarizada na decisão das prioridades.

Lopes (2006) apresenta a noção de ambientalização dos conflitos sociais, ao demostrar como a questão ambiental se tornou uma nova fonte de legitimidade e argumentação em disputas políticas. Segundo o autor, trata-se de um processo mais longo de invenção, consolidação e avanço da temática ambiental, que também se manifesta por meio de conflitos, contradições e limitações internas, além de reações, recuperações e restaurações.

A importância de profissionais e especialistas é destacada na invenção da temática ambiental. No entanto, no caso dos camponeses de Mahoche envolvidos na reunião, essa lógica não parece ter se consolidado: embora afetados diretamente pelos impactos da atividade mineira, sua mobilização priorizou outras pautas, possivelmente mais enraizadas em experiencias cotidianas ou urgências imediatas.

A experiência de vulnerabilização, somada ao contexto de crise política no país, exerceu influência significativa na improvisação do protesto pela comunidade de Mahoche. Daí a pertinência da noção de “oportunidade única” para descrever esse momento de resposta e de ajuste dos camponeses às transformações socioambientais provocadas pelas pedreiras.

Assim como os empreendedores responsáveis pela degradação ambiental, que se apropriam das críticas à sua atuação e as utilizam em seu favor, os camponeses afetados pelas transformações socioambientais também recorrem à questão ambiental como repertório para suas reivindicações e interesses na chamada “oportunidade única.” (Lopes,2026)

Compreendo a construção de salas de aula na única escola do bairro como uma oportunidade única e um ato de resistência camponesa. De acordo com a direção da EPC Mahoche, durante mais de quatro anos, junto com o Conselho da Escola, foram submetidos pedidos de apoio às pedreiras e solicitações de materiais para a construção de salas adicionais, já que as existentes não conseguiam atender à demanda, obrigando algumas turmas a estudarem sob árvores. No entanto, nunca houve qualquer resposta — seja positiva, negativa ou mesmo de agendamento para intervenção futura — pois, segundo os entrevistados, as pedrei upando-se apenas com os recurs



Fonte: arquivo do autor (2025)

A EPC de Mahoche foi reaberta no ano 2000, após ter sido fechada durante a guerra civil. Atualmente, conta com 12 turmas distribuídas em dois turnos: manhã e tarde. Destas, seis funcionam ao ar livre, sob árvores — o que significa que, em dias chuvosos, os alunos ficam sem aulas, prejudicando seu aprendizado. Ao todo, a escola atende 750 estudantes, em turmas que variam entre 45 e 75 alunos, enfrentando condições adversas.

As condições deploráveis da EPC de Mahoche, em meio à crise pós-eleitoral no país, trouxeram à tona a temática ambiental como uma “oportunidade única” para pressionar as pedreiras a responder aos inúmeros pedidos já submetidos.

Outro aspecto que chamou minha atenção foram as datas e prazos das atividades. Os prazos propostos pelos camponeses divergiam significativamente daqueles estabelecidos pelas pedreiras. Eles reduziram o tempo de execução e programaram projetos simultâneos, pois acreditavam que as pedreiras possuem recursos financeiros para atender imediatamente as preocupações das comunidades, mas simplesmente escolhem não o fazer.

Esse facto chamou minha atenção, pois, apesar da controvérsia, momentos antes eles haviam decido aceitar a sugestão das pedreiras para resposta faseada às demandas, bem como prazos estabelecidos. Repentinamente, voltavam atrás. A mudança de posição pelos camponeses em momentos de resistência, indica uma resposta a novas informações ou alterações nas condições sociais ou econômicas. (Scott, 2013)

Entretanto, no caso de Mahoche, não foi possível sustentar essa tese. Essa mudança provavelmente resultava das contradições e das relações de poder entre os camponeses, além de revelar, possivelmente, a ausência de uma liderança clara, já que a reunião decorreu de um momento de improviso.

Retomando a descrição dos momentos da reunião, após discussões e consensos parciais entre os camponeses, iniciou-se a terceira parte do encontro. Nela, as pedreiras se reuniram novamente para ouvir essencialmente dois pontos: primeiro, a proposta de resposta às demandas apresentadas; segundo a definição da prioridade escolhida.

Neste momento, os camponeses manifestaram claramente seu descontentamento com abordagem faseada da resposta. Eles acreditavam que cada pedreira poderia se responsabilizar individualmente pela solução de um problema específico, por exemplo, uma pedreira podia se dedicar exclusivamente à construção de salas de aula, uma ideia que não passou disso mesmo.

O segundo ponto estava relacionado com o prazo de execução de cada atividade. Os camponeses consideravam o tempo proposto excessivo e, por isso, sugeriram sua redução. Foi nesse contexto que as pedreiras prometeram repassar essa informação para outros proprietários que não estavam presentes, comprometendo-se a trazer uma conclusão definitiva na reunião que já se agendava para o sábado seguinte.

Após anos de operação em Mahoche, as pedreiras nunca haviam aberto espaço para ouvir as demandas camponesas. No entanto, em menos de duas semanas realizaram três encontros, evidenciando o receio dos empresários diante de uma possível revolta camponesa

— já que a força policial não daria conta, com o país inteiro em manifestações — que poderia acarretar impactos econômicos significativos.

Assim terminava a primeira reunião, ficando marcado o sábado seguinte para um novo encontro, no mesmo local e horário. O objetivo seria apresentar um documento estruturado em forma de memorando, a ser assinado pelas partes na presença das estruturas governamentais.

No entanto, os camponeses rejeitaram de imediato essa presença, alegando que as instituições estavam corrompidas e poderiam comprometer os consensos alcançados. Por essa razão, o secretário do bairro e a autoridade tradicional não foram mobilizados e informados de nada.

A rejeição do governo local como elo, revela a desconfiança e um desgaste no papel do Estado enquanto mediador entre comunidades vulnerabilizadas e os empreendimentos destruidores de modos de vida, com a geração de transformações socioambientais graves.

Apesar dos benefícios que a comunidade obteria com o projeto de construção das salas de aula, ficou evidente o desconforto de um grupo de camponeses com a prioridade dada a essa iniciativa em detrimento da questão ambiental, especialmente a poluição atmosférica causada pelos caminhões no transporte de inertes.

Essa preocupação ressurgiu com força no segundo encontro, gerando novos momentos de tensão e acusações de traição à causa entre os camponeses. Assim como no primeiro encontro, antes do início da reunião, enquanto se aguardava a chegada de outros participantes – os camponeses conversavam sobre o cotidiano da região. Dois temas se destacavam: a poluição do ar causada pelo transporte de inertes e por outro lado a falta de energia elétrica em alguns quarteirões. O tom de voz dos participantes já indicava que aquele encontro seria marcado por disputas intensas, avanços e recuos, como demostra a fala de um dos principais mobilizadores do encontro:

> Pessoal, nós precisamos saber o que queremos e ser unidos! Estes empresários vão achar que não somos sérios e não sabemos o que queremos, no fim, não ganhamos nada. Naquele sábado que nos reunimos e discutimos as prioridades, todos estavam aqui. No entanto, um grupo do outro lado da zona saiu, colocando barricadas na estrada e impedindo a circulação de caminhões dos areeiros e pedreiras, reivindicavam outras coisas que já discutimos aqui. Eles clamam pela colocação de energia elétrica, faz sentido o que querem, mas não podemos criar grupinhos!(Registro do campo, 2024)

No trecho acima, chama atenção a expressão “um grupo do outro lado da zona”, aparentemente inofensivo, mas em contextos de resistência coletiva, carrega implicações

importantes. A forma como foi enunciada a expressão “um grupo do outro lado da zona”, marcada por um tom intimidador, revelava uma tentativa de impor uma hierarquia simbólica dentro do coletivo. Esse uso da linguagem atua como mecanismo de exclusão, reforçando fronteiras internas e comprometendo a construção de uma resistência verdadeiramente plural e democrática.

A referência ao “grupo do outro lado da zona” ganha contornos ainda mais reveladores quando se observa que esse grupo é composto por moradores de *Nhakene*, que além da poeira lida com falta de eletricidade e água potável, enquanto o outro pertence a *Ntlavene*, área já beneficiada com esses serviços.

Essa distinção territorial não apenas deixa visível as desigualdades materiais, mas também opera como um marcador simbólico que tende a hierarquizar os sujeitos da resistência. Ao naturalizar essa divisão, corre-se o risco de invisibilizar as condições mais adversas enfrentadas pelo coletivo.

Um participante se identifica como o promotor da manifestação após encontro com os empresários. Ele justificava a ação alegando que, antes da reunião geral, seu quarteirão já havia pressionado pela implantação de energia elétrica pelo areeiro, cujo responsável havia se comprometido em financiar o projeto. No entanto, com a definição das prioridades da região na reunião, surgiu o receio de que essa conquista pudesse ser perdida, gerando a necessidade de reafirmar sua reivindicação de forma mais incisiva.

Esse episódio nos alerta, mais uma vez, sobre a importância dos saberes locais ao pensar as soluções para os problemas das comunidades. Além disso, reforça a necessidade de um olhar atento às dinâmicas sociais, pois os camponeses estão longe de formar um grupo homogêneo. Ainda que compartilhem alguns interesses comuns, muitas outras demandas surgem de forma dispersa entre eles, evidenciando a diversidade de perspectivas, necessidades dentro da própria comunidade e negociação constante entre interesses individuais e coletivos.

Apesar da presença de uma subestação elétrica em Mahoche, o fornecimento de energia continua sendo uma das principais preocupações da comunidade. Observa-se que a expansão da rede tende a privilegiar a área industrial da Matola, em detrimento de Mahoche, onde os esforços da EDM concentraram-se, sobretudo, na eletrificação das residências situadas nas proximidades da subestação em *Ntlavene*. Nesta última, a maioria dos habitantes são camponeses nativos, em contraste com a região de *Nhakene*, majoritariamente composta por camponeses não nativos, que atualmente representam a maioria populacional.

A localização distinta dos camponeses resulta em percepções diversas sobre as transformações socioambientais e definição de prioridades. Essa diferença gera contradição e

sensação de que cada grupo luta por interesses próprios. Isso fica evidente na fala de um dos participantes, morador diretamente impactado pela poeira: “vocês não estão dando prioridade à pavimentação porque não são vocês que fumam [respiram] essa poeira todos dos dias!*”* *(*Registro de campo).

> No primeiro dia da discussão, as prioridades foram definidas, porém, a sequência mudou. A abordagem e a visão que a gente tinha sobre o que precisava ser feito também se transformou. Acredito que cada um sente aquilo que esta viver, então acho que as alterações foram em função da necessidade de cada um. Minha inquietação é que esta estrada não oferece condições apropriadas para que se use, pois, o material que é usado libera muita poeira, e isso é nocivo para a saúde das pessoas que vivem aqui nas bermas da estrada! A maior parte das pessoas que estão em frente da organização, são aquelas que vivem lá onde já tem pavê. Não estão a sentir o que estamos a sentir, nós que vivemos aqui! Estamos a sofrer de poeiras! Nós é que estamos a sentir as coisas aqui!(Entrevista com camponês não nativo realizada em fevereiro de 2025)

O conflito na definição de prioridades evidencia a diversidade de experiências dos camponeses de Mahoche diante das transformações socioambientais, mostrando que não constituem um grupo homogêneo. No entanto, todos enxergaram o encontro com as pedreiras no contexto da crise pós-eleitoral como oportunidade única, para dar visibilidade aos seus interesses e reivindicações, confrontando pontualmente de forma direta e em rebelião.

A diversidade de pautas entre os camponeses parecia fragilizar a luta, especialmente porque, uma hora após o horário previsto para o início do encontro com as pedreiras, nada havia acontecido, nesse segundo sábado. Os camponeses ainda debatiam entre si, em meio a desconfianças e acusações. No entanto, a construção de salas de aula manteve como prioridade.

O facto de os camponeses terem conseguido, sem interferências externas, alcançar um consenso e definir a construção de salas de aula como prioridade demonstra uma lógica cooperativa da resistência cotidiana. Em vez da fragmentação diante das divergências, os camponeses reafirmaram sua autonomia, mostrando que, mesmo diante de tensões internas, eram capazes de tomar decisões coletivas sem depender de agentes externos.

Os camponeses decidiram constituir uma comissão encarregada de acompanhar os trabalhos de construção. Inicialmente, essa comissão era formada por oito (08) membros, incluindo duas mulheres. Atualmente, conta com quatro (04) integrantes, todos homens, organizada em uma estrutura composta por um presidente, um secretário e uma comissão técnica. Os outros membros desistiram de fazer parte.

O presidente assumi a responsabilidade de articular a ligação entre a comunidade, as empresas pedreiras e o governo local, além de coordenar as atividades do grupo. Trata-se de

um professor da escola primária da região que, por residir em Mahoche há bastante tempo, se reconhece como nativo. A comissão conta também com um secretário, um jovem que se apresenta como empreendedor, cuja função é redigir as atas dos encontros com o governo e as empresas.

Por fim, há uma comissão técnica composta por dois pedreiros, responsáveis por fiscalizar e participar da execução das obras, bem como por controlar a forma como os contratos são celebrados entre a comunidade e as empresas. Em sua maioria, os membros da comissão são jovens que, além de cumprir as tarefas formais e públicas relacionadas às obras, atuam como sensibilizadores da comunidade, mobilizando manifestações sempre que alguma pedreira deixa de cumprir as promessas feitas à população.

Assim, em 1° de fevereiro de 2025, teve início a obra para execução de quatro salas, cuja necessidade era urgente. A previsão de conclusão era de 45 dias, incluindo o apetrechamento da estrutura.

Um aspecto interessante desse processo é que, apesar das manifestações ocorrendo em diversas regiões do país, muitas das quais resultando na paralisação de atividades em vários sectores, em Mahoche as obras de construção das salas de aula seguiram sem interrupções. Além disso, as pedreiras continuaram suas atividades sem restrições, embora isso rep



hoche, havia uma pos upo de moradores des ueio de águas das chu .

Fonte: Arquivo do autor (2025)

O facto de as obras das salas de aula prosseguirem sem interrupções, mesmo em meio a manifestações nacionais e a paralisação de diversos sectores, revela uma leitura silenciosa e tática por parte dos camponeses. Ao manterem as atividades comunitárias essenciais, evitam represálias e garantem avanços concretos para a comunidade. Paralelamente, ao não se envolverem diretamente na proteção das pedreiras, permitem que estas se exponham por conta própria ao risco de vandalização durante o trajeto, sem comprometer os camponeses.

Por outro lado, os relatos de moradores desviando caminhões para tapar águas estagnadas, ilustram uma forma de ação direta em resistência cotidiana. Essa dinâmica reforça as teses de que a resistência não se limita a grandes revoltas ou protesto explícitos, mas pode ocorrer por meio de micro atos de organização, adaptação e contestação, que, ao longo do tempo, fortalecem a autonomia da comunidade.

Embora a paralisação das atividades das pedreiras tenha sido motivada pela poluição do ar e pela necessidade de diálogo, os camponeses vislumbram um objetivo ainda maior: a melhoria das condições de escolarização de seus filhos. Mais do que uma conquista imediata, esse esforço representa um investimento futuro, garantindo que as crianças de hoje possam se tornar jovens capacitados tecnicamente e lidar com lutas de suas comunidades.

Portanto, a crise pós-eleitoral possibilitou que a luta dos camponeses deixasse de ser silenciosa e se tornasse pública. Nesse contexto, a decisão das pedreiras e areeiros de apoiar a comunidade de Mahoche com a construção de salas de aula, especialmente após um momento de confrontação aberta, pode ser vista como uma tentativa de reconstruir laços de legitimidade e apaziguamento, buscando reposicionar-se como agentes comprometidos com os interesses da comunidade.

5.3 A RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM AS PEDREIRAS: MULHERES, DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES E RESISTÊNCIA COTIDIANA

Em sua pesquisa sobre moradores que vivem nas proximidades de uma pedreira em Porto Alegre, Baxiga (2013) argumenta que todos, de alguma forma, mantêm algum tipo de relação com as pedreiras. Além dos que trabalham ou já trabalharam diretamente nelas, há também os que têm o cotidiano profundamente marcado por essas atividades, assim como os que dependem da extração de pedra para atender às suas necessidades.

A análise das relações das mulheres com as pedreiras em Mahoche é igualmente fundamental, pois essa interação molda sua percepção sobre o território, define problemas

prioritários e orienta formas de resistência cotidiana. Embora, ao longo da prática do *ku yakissa*, não se observe uma divisão rígida de gênero, em determinados contextos emergem diferenças: os homens tendem a recorrer à venda informal de terra como estratégia de oposição, enquanto as mulheres articulam sobrevivência e cultivo improdutivo como outra modalidade de resistência.

Ao investigarem a interconectividade entre mudança do clima e sociedades humanas a partir de uma abordagem interseccional, Kaijer e Kronsel (2014) sustentam que indivíduos e grupos são afetados de maneira diferenciada. Essa diferenciação não se explica apenas pela exposição física aos impactos ambientais, mas também pela posição que ocupam nas estruturas de poder, definidas por contextos específicos e por dinâmicas sociais categorizadas. Assim, fatores como gênero, classe, raça e localização territorial interagem para produzir vulnerabilidades distintas e, ao mesmo tempo, diferentes capacidades de resposta.

No caso de Mahoche, essa ideia se concretiza na exposição constante das mulheres à poeira gerada pelas pedreiras durante o transporte de inertes, o que as torna especialmente vulneráveis a doenças enquanto exercem o trabalho informal de venda de água, álcool, frutas, refrigerantes e outros produtos de consumo imediato, sobretudo para caminhoneiros e trabalhadores das pedreiras ao longo da estrada. A situação se agrava quando se considera a interseccionalidade de gênero e classe, já que se trata de mulheres pobres, com pouco ou nenhum acesso a recursos, serviços de saúde, escolaridade e espaços de decisão política.

Essas condições não apenas intensificam sua vulnerabilidade, mas também produzem perspectivas próprias sobre prioridades coletivas, que podem divergir daquelas destacadas por outros grupos sociais, incluindo os homens. Segundo Kaijer e Kronsel (2014) a responsabilidade, a vulnerabilidade e o poder de tomada de decisão dos indivíduos e grupos em relação à mudança do clima podem ser atribuídos às estruturas sociais, baseadas em características como gênero, status socioeconômico, etnicidade, nacionalidade, saúde, orientação sexual, idade e lugar. Todavia, as estratégias de mitigação e adaptação também estão vinculadas a essas categorias.

Em artigo que buscava compreender até que ponto as necessidades das mulheres são atendidas em políticas selecionadas de mudança climática na África Oriental e Meridional, Nhamo (2014) considera que, embora algumas políticas explicitem a necessidade de representação das mulheres, elas não são claras sobre como isso será feito. Dessa forma, o autor defende que a inserção e inclusão das mulheres na política, por si só, não podem contar toda a história, exigindo também a análise de como elas estão situadas nesse espaço.

As políticas selecionadas pelo autor, revelam que as mulheres não receberam muito mais do que uma menção simbólica, sem se assumir um compromisso explicito com a participação das mulheres na política de mudança climática.

Em Mahoche, as mulheres são particularmente mais vulnerabilizadas pelos impactos socioambientais causados pelas atividades das pedreiras e, ao mesmo tempo, permanecem excluídas dos processos decisórios relacionados ao território. Um exemplo flagrante dessa exclusão ocorreu durante a constituição da comissão de moradores, responsável por acompanhar o cumprimento das atividades acordadas com as pedreiras, na qual duas mulheres chegaram a ser incluídas, mas, em menos de uma semana, deixaram de participar sob a justificativa de falta de tempo, em razão das ocupações com as atividades domésticas e o trabalho de venda informal. (Registro de campo, 2024)

Nesse processo, dois aspectos merecem destaque. O primeiro é de ordem quantitativa: durante os encontros com representantes das pedreiras, as mulheres estiveram sempre em número relativamente inferior ao dos homens, o que resultou na presença de apenas duas mulheres entre os oito membros inicialmente indicados para compor a comissão, embora elas constituam a maioria da população rural, uma ausência que sua produção não pode ser desconectada das estruturas patriarcais.

A justificativa para a retirada das mulheres da comissão por serem “gestoras domésticas e trabalhadores informais” é emblemática. Ela não apenas reforça estereótipos de gênero, mas também deslegitima saberes e práticas que sustentam a vida comunitária. Essa exclusão, não é apenas institucional, mas é epistémica, no sentido de Spivak (2010): as mulheres não apenas são silenciadas, mas seus modos de conhecer e agir são consideradas irrelevantes para a gestão territorial.

Uma análise interseccional permite compreender que essa retirada das mulheres não é apenas uma questão de gênero, envolve entre outros aspectos o papel social atribuído as mulheres, responsabilidades domésticas e de cuidado, que limitam o tempo e mobilidade para participar nas reuniões.

A pavimentação da estrada e a expansão do fornecimento de energia elétrica às casas foram as prioridades indicadas pelas mulheres, mas, essas demandas não foram consideradas nos encontros conjuntos de deliberação com as pedreiras, na medida em que elas nunca conseguiram se fazer ouvir. Isso reflete um problema de desigualdade de gênero, que as torna invisíveis de forma inconsciente ou deliberada, mesmo que o discurso público e privado se proponha avançar cada vez mais, na implementação de estratégias que contemplem o papel fundamental da mulher na reflexão dos desafios correntes.

A pavimentação da estrada teria o potencial de resolver um problema concreto enfrentado diariamente pelos camponeses: a exposição constante a poeira gerada pelo transporte de inertes. Ao eliminar esse fator prejudicial à saúde e ao bem-estar da população rural, e melhorar significativamente as condições de vida



estratégica para amp perda de terras cult isso soma-se a difi a em todos os enc nergia elétrica, abre stro de campo, 202

Fonte: Arquivo do autor (2024)

Ao reivindicarem a expansão da rede elétrica na região, as mulheres não buscam apenas ampliar sua autonomia financeira por meio da venda informal, mas também expressam uma forma de resistência cotidiana. Adaptando-se às condições adversas impostas pelas pedreiras, mobilizam táticas sutis de sobrevivência e agência em um contexto que tende a invisibilizar suas demandas, frequentemente subordinadas à priorização coletiva das necessidades locais.

Mesmo sem estarem organizadas coletivamente, as mulheres camponesas respondem às transformações socioambientais inventando novas formas de sobrevivência, sem, contudo,

abandonar práticas tradicionais. Segundo seus relatos, a poluição do ar compromete as machambas, tornando a terra improdutiva e colocando em risco sua principal fonte de subsistência, o que se evidencia na constante exposição à poeira. (Registro de campo, 2024)

A exposição cotidiana das mulheres a poeira gerada pelo transporte de inertes, especialmente no contexto da venda informal, revela-se como uma forma silenciosa, porém potente, de resistência às transformações socioambientais. Ao permanecerem ativamente nos espa nto ao território, desafiando a lógic cotidianas parecem afirmar: "esta s."

portando as consequências das pedr nova paisagem imposta por inter ço público, mesmo sob risco, revel rial.



il

Font**e**: Arquivo do autor (2024)

A priorização da expansão da energia eléctrica para o território, defendida pelas mulheres, pode ser compreendida como uma resposta à insensibilidade ao modo de produção capitalismo, frente aos modos de sobrevivência das populações empobrecidas e vulnerabilizadas, especialmente mulheres e pessoas idosas. Elas buscam resistir não apenas às pedreiras, mas também ao modelo econômico que lhes impõe precariedade e exclusão.

Isso significa que sua submissão está longe de ser passiva, pois permite uma proximidade tática com as pedreiras. Por exemplo, em caso de atraso na irrigação da estrada,

elas murmuram informalmente aos seus clientes — os caminhoneiros — que levam a reivindicação às pedreiras e, muitas vezes, conseguem resolver o problema. Assim, o comércio informal não apenas atende às necessidades de sobrevivência, mas também se torna uma forma de resistência e adaptação dos camponeses às condições impostas pelas pedreiras.

A terra e a atividade nas machambas é outro mecanismo de luta e visibilização das mulheres. Apesar da intensa demanda por terra na região, elas mantêm um cuidado especial tanto com ela quanto com o meio ambiente. Isso ficou evidente na fala de uma camponesa viúva durante uma conversa sobre a situação da terra no bairro: "... mesmo que eu corte a terra vender, devo ter sempre cuidado de deixar espaço para machamba, se não vou morrer de fome com os animais!"

O facto de mulheres com idades relativamente avançadas continuarem trabalhando a terra em condições adversas e demostrarem pouco interesse na venda de suas propriedades, apesar do constante assédio, reforça a interpretação que evidencia sua luta pela preservação dos modos de vida tradicionais frente às pressões externas. Nesse sentido, trata-se de uma tática, isto é, uma estratégia criativa por meio da qual elas transformam ou reinterpretam as estruturas impostas pelo sistema dominante, (Certeau, 2011; Scott, 2013).

Outra prioridade apontada pelas mulheres para a região foi a pavimentação da estrada pela qual circulam os caminhões que vão e voltam das pedreiras. Assim como outras demandas sugeridas por elas ao longo das reuniões, essa também não foi considerada, pois nem se quer tiveram a oportunidade de se manifestar. Para essas mulheres, a pavimentação da estrada não era apenas questão de infraestrutura, mas de preservação ambiental, visto que frequentemente mencionaram as plantas, árvores e animais que não estão conseguindo resistir aos impactos da poluição atmosférica.

Outras duas razões explicam a prioridade dada pelas mulheres à pavimentação das estradas: a primeira está relacionada à sua exposição constante a poeira e aos impactos ambientais durante a prática do comércio e o deslocamento até a machamba. A segunda, por vez, diz respeito ao cotidiano do cuidado com a casa, onde atividades como cozinhar e lavar roupa fazem parte da rotina diária. E essa segunda perspectiva merece atenção especial, pois evidencia como a infraestrutura da região afeta diretamente a dinâmica e a qualidade de vida dessas mulheres.

A divisão de trabalho entre homens e mulheres sempre esteve presente ao longo da história, com o trabalho feminino tendencialmente restrito ao ambiente doméstico. No país o acesso ao mercado de trabalho, em teoria, é oferecido igualmente a ambos os sexos. No entanto, segundo o censo de 2017, a maioria das mulheres depende de empregos informais e

do sector agrícola para sua sobrevivência, evidenciando uma disparidade de género nos setores formais, onde os homens ainda predominam.

As diferenças ocupacionais entre homens e mulheres, quando analisadas à luz das transformações socioambientais em Mahoche, revelam uma vivência distinta dos impactos da poluição ambiental de acordo com o gênero. Essa diferenciação influenciou diretamente na definição de prioridades para a região, evidenciando demandas diversas e, muitas vezes, distantes entre si.

Diferentemente dos homens, o cotidiano das mulheres de Mahoche ocorre, em grande parte, dentro do território, onde realizam a venda informal ao longo da estrada, frequentemente expostos à poluição. Além disso, essa atividade ocorre nas proximidades de suas casas, onde precisam conciliar o trabalho com as tarefas socialmente atribuídas a elas, como lavar roupa dos membros da família.

Nesse contexto, a pavimentação da estrada se torna uma necessidade urgente para aquelas mulheres, pois a poeira constante impacta diretamente suas atividades domésticas, especialmente a lavagem de roupa, dificultando ainda mais o cumprimento das responsabilidades cotidianas.

Na imagem 16, observa-se uma cena emblemática: no interior de uma residência, roup tanto, um caminhão trafega em alta uvem de poeira que compromete todo da por mulheres. São situações com n urgência, a pavimentação da estra alho de campo, não recebeu a devi



Fonte: Arquivo do autor (2024)

A venda informal e o cultivo comunitário, majoritariamente realizados por mulheres, não se limitam a táticas de sobrevivência: são formas ativas de resistência e afirmação territorial. Através dessas práticas, as mulheres camponesas de Mahoche mantêm uma presença constante no espaço público e produtivo, desafiando as transformações socioambientais impostas pelas pedreiras.

Mesmo diante da queda da produtividade na machamba- provocada tanto pela poluição gerada pelas extrações quanto pelos efeitos prolongados da seca, agravadas pelas mudanças climáticas nos últimos 10 anos, essas mulheres reafirmam seu direito ao território e à subsistência. Ao resistirem cotidianamente à precariedade imposta pelas pedreiras, elas forjam uma relação distinta com elas, diferente daquela dos homens: não de simples colaboração ou enfrentamento, mas de reorganização crítica do viver e produzir diante da crise.

A expressão *ya dlawa y poera*[4], frequentemente repetida pelos camponeses, especialmente as mulheres, ao descreverem sua relação com as pedreiras, carrega em si não apenas um lamento ambiental, mas um profundo sentimento de negação e negligência do empresariado e do poder público as suas vidas e modos de existência. Mais do que uma queixa, ela condensa uma gramática de dor e resistência que será explorada com maior profundidade no capítulo que segui.

[4] A tradução para a língua portuguesa pode não dar da complexidade do sentimento expresso pelos camponeses. Trata-se de uma expressão das línguas bantu. Na tradução gramatical significa: “estamos morrendo com a poeira”, no entanto, nas relações do dia a dia entre os camponeses, ela precisa ser compreendida além do nível gramatical e seguir seu sentido figurado considerando o contexto em que é expresso. Tradução livre.

6 “A MORTE QUE SE RESPIRA”: VULNERABILIDADE, POEIRA E GRITO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Nos capítulos anteriores, procurei destacar a história do surgimento de Mahoche, o cotidiano da comunidade e seus posicionamentos diante das transformações socioambientais provocadas pelas pedreiras. Apresentei o *ku yakissa*, o comércio informal e a atividade nas machambas como atos de resistência que, longe de se reduzirem à expressão da precariedade econômica dos camponeses, revelam gestos cotidianos de luta por dignidade e sobrevivência, frente à vulnerabilização.

Dando continuidade à discussão sobre vulnerabilização e resistência, até aqui utilizei, de forma recorrente, o conceito de morte social sem o devido esclarecimento. Neste capítulo, porém, aprofundo essa noção para demonstrar como os próprios camponeses, por meio de suas práticas e discursos de resistência, evidenciam a conexão entre exclusão social e os impactos ambientais provocados pelas pedreiras — fatores que configuram sua negação social.

A expressão *ya dlawa y poera*, captada ao longo do trabalho de campo, constitui a demonstração visível de um grito de indignação: uma crítica silenciosa, mas contundente, às múltiplas formas de violência vividas na comunidade.

Além de simbolizar indignação, *ya dlawa y poera* que é recorrente na fala cotidiana dos camponeses de Mahoche traduz seu sentimento de frustração diante da atividade das pedreiras. Mais do que nomear um incômodo físico, evoca uma experiência de violência socioambiental imposta pelo extrativismo, reconhecendo e exteriorizando a condição de precariedade e a perda de autonomia.

Ao condensar essa vivência, a expressão transforma-se em denúncia simbólica da erosão existencial provocada por um modelo de desenvolvimento que privilegia a exploração desenfreada dos bens naturais — neste caso, a pedra de construção — e fragiliza a dignidade camponesa.

Assim, o significado de *ya dlawa y poera* vai além de uma simples queixa sobre a poluição atmosférica provocada pelo transporte de inertes, que ao longo do tempo compromete seriamente a saúde dos camponeses. A expressão anuncia a morte que se respira e funciona como marcador do rompimento dos vínculos multiespécies que Haraway propõe restaurar. Em vez de “fazer parentes”, respira-se o desmonte: o ar converte-se em veículo de uma morte lenta e distribuída, comprometendo a possibilidade de viver com e entre outros.

No cotidiano, entretanto, a repetição dessa expressão nas conversas não apenas expõe o sofrimento, mas também reafirma a resistência dos camponeses em manter sua dignidade e proteger seus modos de vida. Ao recorrerem a figuras de linguagem profundamente significativas entre eles, transformam a poeira em metáfora da invasão e da desumanização, convertendo o incômodo físico em denúncia simbólica e em gesto de luta.

Para aprofundar a compreensão das experiências descritas, retomo a noção de morte social já apresentada anteriormente. Conforme desenvolvida por Orlando Patterson em *Slavery and Social Death: A Comparative Study*, trata-se da condição em que indivíduos, embora biologicamente vivos, são privados de reconhecimento, dignidade e participação plena na vida social, sendo tratados como se estivessem "mortos" para a comunidade (Pinho, 2022).

Se originalmente o conceito foi formulado para compreender os efeitos da escravidão e do racismo, proponho agora um deslocamento crítico: aplicá-lo às especificidades da erosão existencial provocada pelas pedreiras. A poluição atmosférica e sonora, a degradação ambiental, as alterações na biodiversidade e a imposição de mudanças forçadas nos modos de sobrevivência configuram formas contemporâneas de morte social, que fragilizam vínculos e corroem a dignidade camponesa.

Assim, ao invés de assumir uma equivalência direta, utilizo o conceito como ferramenta para iluminar os processos de invisibilização, deslegitimação e fragilização dos modos de vida, vínculos e saberes dos camponeses com o território, reconhecendo a necessidade de uma abordagem situada. Trata-se aqui da morte social do camponês negro africano e não da escravidão como condição de morte social da negritude diaspórica.

Como mencionado anteriormente, Mahoche está passando por transformações, especialmente no que diz respeito às relações socioambientais, formas de ocupação e uso da terra, paisagem, entre outras. Sua proximidade com as áreas de expansão urbana das cidades de Maputo e Matola tem desempenhado um papel fundamental nesse processo, impulsionando o movimento de terra e, paralelamente, o crescimento de areeiros e pedreiras, cujos impactos afetam diretamente os camponeses.

De acordo com Bacci, Landim e Eston (2006), a proximidade das pedreiras em relação às áreas urbanas, especialmente nas regiões emergentes, ocorre naturalmente devido ao impacto do custo do transporte no preço final do produto. Embora os autores ressaltem que, o crescimento desordenado e a falta de planejamento estatal na ocupação de terras habitáveis, favorecem a ocupação de áreas próximas às pedreiras e outras regiões ambientalmente

vulneráveis, sua naturalização contribui para marginalização e invisibilização de comunidades vulnerabilizadas, mascarando os impactos negativos que enfrentam.

Como destacou anteriormente o régulo Uamba em uma expressão amplamente partilhada pelos camponeses nativos, para descreverem as transformações socioambientais em curso em Mahoche e seus impactos negativos no cotidiano: “ Mahoche de hoje não é Mahoche de ontem, e nem de antes de ontem!".

A constante mudança mencionada pelo régulo e outros camponeses, é um grito de alerta e uma tentativa de mobilizar um entendimento coletivo de que o território está passando por mudanças significativas nas dinâmicas sociais, na infraestrutura e nas relações com os agentes externos.

A expressão do régulo Uamba encapsula uma percepção coletiva de mudanças, deterioração do território e da vida comunitária ao longo do tempo, além da perda de referências. A comparação ontem e antes de ontem indica uma aceleração das mudanças e, possivelmente, a sensação de que a cada dia a perda é maior, tornando o presente irreconhecível quando confrontado com o passado.

O impacto negativo no cotidiano se dá, portanto, não apenas pela transformação física da paisagem, mas pelos desdobramentos sociais que afetam diretamente a vida dos camponeses. Assim, longe de ser uma constatação descritiva, a fala do régulo se configura como um marcador de resistência dos camponeses e desejo de preservar os costumes e os valores frente a sua erosão existencial.

A ideia de erosão da existência camponesa nos alerta para compreender as transformações socioambientais de Mahoche, evidenciando a conexão entre exclusão social e os impactos ambientais enfrentados pelos camponeses. Além disso, visibiliza o esforço contínuo dos camponeses na luta contra a poluição do ar e sonora, escassez de escolas, serviços de saúde, água potável, eletricidade e outros serviços essenciais.

Assim, o que se observa em Mahoche não é apenas a degradação socioambiental ou adoecimento físico, mas um processo mais profundo e insidioso: a erosão da existência camponesa que se manifesta na ruptura dos ritmos que sustentam a vida na região.

A escravidão constituiu a base sólida da estrutura socioeconómica europeia e desempenhou um papel fundamental na ascensão do capitalismo, sendo amplamente naturalizada por grandes inovadores, que a consideravam essencial e inerente ao seu modo de vida. (Patterson, 1982)

Nesse cenário, a violência torna-se um mecanismo central na criação e sustentação da dominação. Hoje, a vulnerabilização das comunidades camponesas próximas às áreas de

exploração de bens naturais, como é caso das pedreiras de Mahoche, cumpre um papel funcional análogo ao que a escravidão exerceu em períodos anteriores, sustentando as engrenagens da estrutura económica contemporânea.

A morte social é um fenómeno mais amplo do que possa parecer, podendo se manifestar pela pobreza, violência, desigualdade, injustiça e degradação ambiental. Ela é negação da vida por meio do sofrimento, abandono, indiferença, violência, entre outros elementos degradantes da dignidade humana que banalizam a existência.

Segundo Racci (2017), não se trata de "morte de alguém" apenas, mas da "morte de muitos" que, antes da sua morte física, praticamente já estão mortos socialmente, numa sociedade que descarta pessoas, principalmente as mais vulneráveis.

Nas sociedades ocidentais, a morte social manifesta-se por meio da exclusão, do racismo e da violência antinegra, conforme discutem Peres, Oliveira e Nacif (2025). A partir dessa base, os autores expandem o conceito para englobar formas contemporâneas de violência, como a brutalidade policial, a violência psíquica, a chantagem e a despossessão econômica — todas inseridas em um processo de negação social.

Do ponto de vista da erosão da existência camponesa, trata-se de um processo sistemático de destruição dos modos de vida rurais, comprometendo não apenas a materialidade do território, mas também a dignidade e a condição humana dos sujeitos que o habitam. Esse processo reduz a vida rural a um objeto de negação simbólica e prática de sua humanidade. Como observa Carmo (2009), o espaço rural tem passado por profundas mudanças estruturais e transformações nos modos de vida, as quais não podem ser dissociadas dos processos de modernização e urbanização excludentes.

Quando a poeira se torna insuportável e o invisível se torna sufocante, o grito *ya dlawa y poera* rompe com o silêncio e ecoa como denuncia e afirmação. Um grito que não apenas nomeia sofrimento, mas exige escuta. Como nos lembra Mbembe (2001), a resistência em contexto de necropolítica não se dá apenas pela insurgência armada, mas também pela recusa em morrer em silêncio.

O grito dos camponeses inclui a identificação de atores percebidos como principais responsáveis pela sua condição de precariedade – o chinês, daí uma expressão muito comum de ouvir em Mahoche: *mutxina wa y dlaya*[1]!

Referir-se aos chineses com ênfase, embora não sejam os únicos estrangeiros a explorar na área, pode ser justificado pelo fato de esse grupo de cidadãos ter presença cada

[1] O chinês está nos matar! Tradução própria.

vez maior na extração de inertes e outros bens naturais — especialmente ouro, madeira e zircão — como reiteradamente enfatizado pela mídia.

Na visão de Patterson (1982), o capitalismo foi historicamente fundamentado na exploração e na negação de certas pessoas, tendo na escravidão um pilar essencial de sua ascensão. Atualmente, contudo, ele encontra-se em metamorfose, perpetuando desigualdades por meio de novas formas, assentadas na violência ambiental e social.

Mesmo após o fim formal da escravidão, práticas degradantes e a desumanização sistemática continuam a prevalecer sobre comunidades marginalizadas. Um exemplo claro é a poluição do ar a que os camponeses de Mahoche estão expostos: o transporte de inertes levanta poeira de forma indiscriminada, comprometendo não apenas a saúde desses sujeitos, mas também suas atividades diárias, como o cultivo das machambas e a convivência comunitária.

Independentemente das diversas alterações, os registros da atividade de campo revelam que a maior parte dos camponeses nativos continua a atribuir importância à terra e à machamba, em dimensões que transcendem a mera riqueza material e a ostentação consumista. A propriedade agrícola permanece como o fator que garante maior prestígio, sendo, por isso, valorizada pela maioria dos grupos sociais. (Carmo, 2009)

As transformações em curso configuram uma forma contemporânea de erosão de existência camponesa, na medida em que os camponeses são privados de condições mínimas de dignidade, autonomia e pertencimento. A poeira que se acumula sobre os corpos e os lares é símbolo de apagamento mais profundo: Trata-se de uma violência que não mata de forma imediata, mas que corrói lentamente os laços que sustentam a vida comum, uma morte que se dá em vida (Racci,2017).

A imagem 17, reforça meu entendimento de que as transformações socioambientais em curso na comunidade representam uma forma de morte, não apenas física, mas uma anulação simbólica e social do cotidiano local. Esse processo de banalização e negação de modos de vida locais desloca os camponeses para posições mais precárias.

A situação das mulheres na imagem que segue, pode ser vista como corpos relegados à margem da sociedade, desprovidos de proteção, reconhecimento e pertencimento. As mulheres que caminham junto com bebês em meio à poeira levantada por caminhões, tornam-se símbolos de uma sociedade que naturaliza o abandono. Estão vivas, mas invisíveis, tal como a maioria dos camponeses da região como se sua presença não importasse, como se fossem ninguém, como diria Patterson (1982).

Figura 14 - Poeira cotidiana: mães em trânsito e o peso do ar no caminho da machamba



Fonte: Arquivo do autor (2024)

As mulheres retratadas percorrem diariamente um percurso que pode chegar a três quilômetros até suas machambas em busca de sustento. Muitas vezes, carregam consigo crianças que permanecem expostas à poluição do ar durante o trajeto. Essa exposição contínua à degradação ambiental não apenas compromete sua saúde física, mas também evidencia e reforça dinâmicas de exclusão e negligência social, revelando a sobrecarga que recai de forma particular sobre elas.

Um aspeto igualmente relevante é que, em Mahoche, especialmente na zona de *Nhakene*, a exposição à poeira não se restringe aos espaços externos. Mesmo dentro das casas, os moradores são afetados, como evidenciado no capítulo anterior. As roupas lavadas e estendidas no quintal rapidamente se sujam novamente, devido ao trânsito acelerado de caminhões rumo as pedreiras, que levam nuvem de poeira.

Esse fenómeno não apenas compromete a higiene e a saúde, mas também contribui para erosão existencial da vida camponesa, que vê sua rotina, seus espaços e até sua identidade serem constantemente violados por atividade económica que os marginaliza.

Longe de ser um fenômeno isolado, esse processo reflete uma lógica de produção que privilegia o lucro em detrimento do bem-estar humano e da preservação ambiental, reforçando a continuidade de um sistema que prospera à custa da destruição das condições de vida dos empobrecidos, em uma relação de caráter colonial.

Com o fim formal da escravidão no século XIX, outros processos, assentados na violência e na negação das pessoas, continuaram a alimentar o capitalismo em sua

metamorfose, aprofundando a pobreza e os mecanismos que garantem sua expansão e sobrevivência.

As pedreiras, após um longo processo de luta dos camponeses, passaram a disponibilizar caminhões de água para regar a estrada como forma de minimizar a poeira. No entanto, essa medida representa apenas uma mitigação superficial — ou mesmo um caso de *greenwashing* — já que as observações de campo revelam que nem todos os trechos são devidamente irrigados e, por vezes, passam-se dias sem que o caminhão circule. Além disso, trata-se de uma solução incapaz de repor o ritmo existencial dos camponeses da região, algo confirmado por um casal ao afirmar:

> Uma vez disseram que iam resolver o problema da estrada, que iam ver o que fazer. Prometeram que vão regar. Até hoje estão a regar, mas eu acho que não estão a conseguir. Está a ver? Regaram, sim, mas basta o carro passar — de lá para cá — que a poeira já volta toda. Fica tão cheia que até parece que o carro passou ontem, quando na verdade acabou de passar agora mesmo. (Registro de campo, 2025)

À luz do exposto, não se trata necessariamente de uma preocupação genuína com os camponeses do território, que sofrem com os impactos da poluição do ar, a destruição dos meios de subsistência e de suas vidas, enquanto a atividade se expande. Trata-se, antes, de uma estratégia de legitimação que encobre responsabilidades e perpetua a lógica de exploração, reafirmando a distância entre o discurso empresarial e a realidade vivida pela comunidade.

Mahoche não dispõe de unidade de saúde pública, sendo que a mais próxima está localizada no bairro Tenga, um trajeto que pode chegar a 10 quilômetros. Tenga recebeu parte da reassentada do bairro Malanga para viabilizar a construção da ponte Maputo- Katembe e por isso, passou a contar com uma unidade de saúde. No entanto, seu acesso a partir de Mahoche é relativamente difícil para a maioria dos camponeses, pois não há uma rota de transporte público e semicoletivo de passageiros que conecte diretamente as duas regiões, o que revela um sintoma de abandono institucional. É significativa a seguinte fala apresentada por uma camponesa:

> Eu vou ao centro de saúde, mas às vezes nem vou. Estou a ficar mesmo, porque não vai resolver nada enquanto a gente respirar poeira todos os dias. Desistir também é por causa do dinheiro, porque o hospital não fica aqui perto — é longe, aqui não temos hospital. E nem trabalho temos. Este ano até piorou a situação, por conta da chuva que não quer cair.(Entrevista com nativa realizada em outubro de 2025)

Essa realidade informa sobre a persistência da erosão existencial da vida camponesa a partir da normalização da precariedade uma vez que, mesmo expostos à poluição constante de

ar, que potencialmente pode gerar problemas de saúde, não encontram serviços de saúde próximos que seriam um recurso de mitigação das doenças respiratórias tidas como frequentes na região como evidencia o relato que segue ao considerar que a expansão infraestrutural — marcada pela abertura de estradas e intensificação da extração de areia — não representa melhoria para os moradores, mas sim agravamento das condições de vida.

> A diferença agora é que apareceu estrada, e estamos a viver mal por causa da poeira — de dia e de noite. Toda hora passam caminhões, como estás a ver. E no ano passado voltaram a cavar e tirar areia dessas covas. Nós sabíamos que aquela cova podia estar fechada, mas agora, tudo mudou: já tem estrada, tem poeira, e as covas continuam a avançar para frente." (respiração profunda de indignação)". A constipação não passa! não está nada fácil com essa poeira, principalmente para as crianças, elas ficam sempre com tosse, constipadas. Mesmo indo ao centro de saúde, eles dão xarope, a gente dá para ele, mas pode passar um, dois, três dias e, quando acaba o xarope, a tosse continua. Não sabemos o que podemos fazer! (Registro de campo, 2025).

A poeira constante, os caminhões em circulação e a persistência das covas geram impactos diretos na saúde infantil e no cotidiano familiar, sem qualquer suporte institucional. Resulta que, diante da inércia do poder estatal, os camponeses são socialmente condenados à invisibilização e a exclusão.

Em seu artigo que buscava apresentar os principais impactos provenientes da detonação de rochas e pontuar quais desses são percebidos pelos moradores em torno de uma pedreira, Piantavinha et al (2024) sustentam que as pessoas expostas às partículas espiráveis, se tornam mais susceptíveis a irritação nasal e de garganta, bronquites, infeções respiratórias e incidência de câncer de pulmão, doenças frequentemente mencionadas como problema, pelos camponeses e relacionando-as à poeira crida pelos caminhões indo ou retornando as pedreiras.

> Nos anos de 2013 e 2014, quando abriram a pedreira de Chiúta, tivemos vários casos de tuberculose. Eles tiravam aquelas pedras que foram usadas para fazer os acessos, e os caminhões passavam em colunas, levantando uma poeira tão intensa... [pausa] mais forte do que a poeira que os carros levantam na estrada. Às vezes eu olhava e achava que outro carro ainda nem tinha passado pela escola, mas era só a poeira que ficava no ar. Os caminhões passavam com uma distância de uns três ou quatro metros entre si. Por causa disso, muitas crianças começaram a tossir, e algumas foram diagnosticadas com TB. Depois, com o tratamento, de lá para cá não tivemos mais casos. Mas a gente acha que aquela poeira ainda está aqui. Não dá para estender roupa fora. O que está acontecendo agora é isso: naquele lugar, não se pode mais estender roupa fora.(Registro de campo, 2025)

Da transcrição acima, podemos destacar - entre várias consequências vivadas em Mahoche - o facto de que as crianças enfrentam uma infância marcada pela vulnerabilidade.

Em outras palavras, são iniciadas precocemente na experiência de erosão existencial, à medida que a presença das pedreiras inaugura um ciclo contínuo de sofrimento infantil.

Além da poluição do ar, os camponeses relatam outros impactos adversos, como a vibração do terreno, que causa grande desconforto à comunidade. Esse fenômeno, frequentemente associado às detonações, contribui para o surgimento de rachaduras nas casas e agrava a insegurança habitacional, como afirmou um entrevistado:

> Mahoche já não tem infraestruturas seguras, a cada explosão que lá [pedreiras] acontece, tudo isto vibra, e ao vibrar cria rachas em todas as casas! Mesmo a minha tem rachas. Estas vendo está aqui [aponta uma obra em andamento] que tem cinta? quando rebocar vai aparecer racha de lá até aqui. Viver aqui, nos traz essa desvantagem, razão pela qual fizemos aquela reunião [as duas já acima descritas] para ver se encontramos saídas, pois, vale a pena sofrer á ganharmos alguma coisa, do que sofrer sem que basicamente nada aconteça! (Entrevista com nativo realizada em dezembro de 2024)

A declaração do camponês revela que a comunidade reconhece que viver na região os coloca em desvantagem, relegando-os a uma condição de descarte social. Como descrito no capítulo IV, as reuniões realizadas com os proprietários e representantes das pedreiras foram tentativas de buscar soluções viáveis.

Um aspecto particularmente revelador na declaração do camponês, e que se repetia com frequência nas conversas informais que antecediam as reuniões com os proprietários e represente das pedreiras, foi a noção de que “vale a pena sofrer enquanto ganhamos alguma coisa”. Essa percepção, embora recorrente, já mais era verbalizada diante dos gestores e proprietários das pedreiras.

Essa dissimetria discursiva permite refletir sobre aceitação de morte, não apenas como destino inevitável, mas como sobrevivência. Nesse contexto, o sofrimento torna-se moeda de troca, e a própria vida é negociada em nome de benefícios mínimos, muitas vezes precários. Trata-se de uma prática cotidiana, que embora silenciosa, carrega uma potência política: a de resistir por meio da adaptação, da astúcia e da resignação tática.

A expressão “ganharmos alguma coisa”, não se refere a ganhos materiais imediatos ou monetários, mas ao respeito a sua dignidade enquanto sujeitos de direitos. Esse “algo” almejado diz respeito ao acesso a serviços essenciais como: escolas, luz elétrica, água potável, transporte público, e, sobretudo, o respeito aos seus modos de vida e desprecarização de sua existência.

A frase “vale a pena sofrer enquanto ganhamos alguma coisa”, pode ser lida como um ato de resistência aberta, especialmente diante do contexto político tenso descrito no capítulo

V, que ampliava as possibilidades de mobilização e pressão. Ao vocalizar esse desejo de "ganhar alguma coisa", os camponeses não apenas expõem as ausências estruturais que os atravessam, mas também afirmam sua presença política. É uma forma de dizer: Estamos aqui, existimos e exigimos ser tratados como cidadãos plenos."

A experiência de erosão existencial da vida camponeses em Mahoche não pode ser reduzida a uma narrativa binária que opõe, de um lado, agentes opressores, como as pedreiras com apoio do poder público e do outro, camponeses vistos apenas como vítimas, sejam ativas ou passivas. Embora as pedreiras desempenhem um papel central nas transformações socioambientais danosas, que afetam a região, seria reducionista atribui-lhes exclusivamente a responsabilidade por esse processo que envolve múltiplos atores incluindo internos e dinâmicas estruturais mais amplas.

A erosão existencial da vida camponesa, nesse contexto, não resulta apenas da vontade egoísta de um ator dominante, mas emerge de uma teia complexa de relações, silêncios, acomodações e estratégias cotidianas. Nesse entrelaçamento, o papel dos próprios nativos, suas escolhas, resistências, negociações e ambivalências, torna-se central para compreender como se vive e se reage às transformações socioambientais em Mahoche. Essa dimensão passo a explorar no subcapítulo seguinte.

6.1 A AMBIGUIDADE NATIVA EM MAHOCHE: RESISTÊNCIAS E LEGITIMAÇÕES DA MORTE SOCIAL EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO

Como abordado no capítulo III- Resistência Camponesa em Contextos de Mineração: Enfoques Teóricos e Debates sobre Desenvolvimento, o uso da categoria de nativo para descrever certo grupo de camponeses resulta da forma como os próprios se distinguem enquanto moradores.

O termo nativo frequentemente carrega resquícios da era colonial, sendo utilizado para diferenciar populações indígenas ou locais daquelas que chegaram posteriormente. Esse uso pode reforçar desigualdades históricas, criando uma hierarquia entre "civilizados" e "primitivos". Esse processo de codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados situava os últimos na condição de inferioridade em relação aos primeiros (Quijano, 2005).

Entretanto, não emprego a categoria nativo com o intuito de reforçar uma visão essencialista sobre os camponeses de Mahoche. Pelo contrário, reconheço que suas experiências são múltiplas e fluidas, atravessadas por dinâmicas culturais e sociais.

O que procuro enfatizar é que, embora o termo seja carregado de estereótipos, para os camponeses a categoria nativo é uma forma de resistência e luta por direitos, ou seja, eles se apropriaram do termo para reivindicar sua autonomia e respeito às suas formas de vida.

Entre os camponeses o uso sistemático do termo “nós nativos” transcende a mera identificação e se torna um símbolo de pertencimento e responsabilidade. Ao se referirem a si mesmos desta maneira, eles não apenas afirmam sua ligação ancestral com o território, mas também assumem, de forma implícita, o papel de guardiões dos valores da comunidade.

O papel dos nativos revelou-se fundamental durante o trabalho de campo. Sempre que eu buscava informações sobre o passado da região ou sobre lugares específicos, os camponeses não nativos frequentemente afirmavam “isso só podes saber com os nativos”. Essa recorrente delegação de autoridade histórica evidencia o reconhecimento dos nativos como guardiões da memória coletiva e como sujeitos centrais na preservação dos saberes territoriais.

Considerando o cotidiano de Mahoche identifiquei dois tipos de nativos. O primeiro tipo corresponde àqueles cujo dia a dia ocorre fora do território. Em sua maioria, partiram ainda na infância em busca de proteção e abrigo na cidade capital ou na RSA durante a guerra civil. Apesar da distância, esses indivíduos mantêm vínculos em Mahoche devido à herança de terras pertencentes a seus familiares já com idade relativamente avançada, como retratam os nativos durante as conversas realizadas no campo.

Conforme registrado no diário de campo (2024), naquelas terras são colocados trabalhadores, muitas vezes informais ou em situação de empréstimo para cuidar das propriedades juntamente com idosos que lá residem. Nesse contexto, esses indivíduos atuam como gestores das propriedades, prevenindo casos de usurpação e, ao mesmo tempo, utilizando-as como fonte de renda.

Os nativos não moradores possuem uma ligação relativamente reduzida com a história, cultura, valores e modos de vida do território. Gerenciam as terras herdadas de seus familiares, muitas vezes optando por vendê-las a qualquer interessado, incluindo pedreiras, evidenciando uma lógica de valorização económica do território. Seu principal anseio parece ser a transformação de Mahoche em região urbanizada, aos moldes dos demais espaços consolidados na capital, numa lógica de progresso, como vimos no depoimento do secretário do bairro. No entanto, essa lógica nem sempre dialoga com os nativos moradores.

Figura 15 - Nativo não morador e território como mercadoria



Fonte: Arquivo do autor (2025)

Situações como as indicadas na imagem acima, são comuns em terras “pertencentes” aos nativos não moradores. Essa postura se torna alvo de críticas por parte do segundo tipo de nativos, aqueles cujo cotidiano se desenrola dentro do território, preservando ativamente suas tradições e modos de vida.

Do ponto de vista de resistência camponesa essa dinâmica evidencia um conflito entre preservação e a mercantilização indiscriminada da terra. Enquanto os primeiros nativos veem desenvolvimento no território impulsionado pela negociação de terras, para os segundos, a negociação de suas propriedades apenas aparece como resposta a um processo violento de usurpação e transformações impostas.

Estes ainda são orientados pela ideia de legado cultural e de sobrevivência, essencial para manter a identidade da região. Tal orientação é explicitada na fala de uma camponesa viúva que observa: “Mesmo que eu venda minha terra, devo deixar parte para minha machamba, que sempre vivi dela, não posso vender de qualquer maneira!”

Assim, ao contestarem a venda indiscriminada das terras, os nativos que vivem na região, desempenham um papel de resistência frente a sua erosão existencial em resultado da exploração comercial da terra que contribui para entrada de pedreiras.

Os nativos moradores de Mahoche são mistura entre aqueles que retornaram com o fim da guerra civil, dos que permaneceram e dos que chegaram por casamento ou adoção. Estes têm um vínculo muito forte com a cultura e modos de vida do território. Em conversas durante o trabalho de campo eles mostraram descontentamento com o novo régulo porque,

desde muito jovem mora fora do território e segundo eles sabe pouco dos valores da comunidade, embora seja diretamente ligado à família Uamba.

O esforço de compreender a distinção entre nativos visava, em primeiro lugar, rejeitar tratá-los como grupo homogêneo e reconhecer conflitos e disputas no processo de resistência, por outro lado demostrar que a persistência da morte causada pelos exploração de pedreiras em Mahoche não é apenas produto de interesses externos, mas também de forças internas dentro do próprio grupo.

Pensando com Mbembe (2001, p.200), podemos dizer que essa dinâmica reflete a "morte do irmão pelo irmão". Para o autor, a colonização não foi apenas violência ocidental, mas também contou com a participação de auxiliares africanos em busca de lucro.

Essa lógica de co-invenção ajuda a compreender a expansão das pedreiras, que obtêm acesso à terra por meio dos nativos não residentes, desconsiderando as consequências impostas a seus irmãos que permanecem na região. Não pretendo atribuir todos os efeitos da erosão existencial dos camponeses de Mahoche aos nativos que não vivem mais no território, tão pouco idealizar os locais. O que desejo enfatizar é a complexidade do processo de resistência, que não se define por uma oposição binária entre internos e externos.

As tensões atravessam o próprio grupo, manifestando-se em forma de excitação, medo ou mesmo desejo de reconhecimento e pertencimento junto aos grupos dominantes. Trata-se, portanto, de um campo de foças ambíguo, onde alianças e contradições coexistem.

As narrativas individuais dos nativos não moradores do território, exemplificadas em afirmações como "...a chegada dessas pedreiras trouxe algum desenvolvimento" e "...Mahoche está a sair de um bairro absolutamente rural para urbano... é desenvolvimento isso", refletem uma perspectiva que associa a presença das pedreiras ao progresso e à modernização da região.

Do ponto de vista da resistência camponesa elas sugerem que há um deslocamento do valor da terra que deixa de ser vista apenas como um espaço de cultivo e identidade comunitária, passando a ser percebida como ativo econômico inserido em um processo de urbanização, o que contrasta com a visão dos nativos moradores que mesmo negociando suas propriedades ainda mantêm em conta a preservação de sua autonomia nas machambas. Esse contraste pode ser interpretado como embate entre diferentes visões de "desenvolvimento", que dentre várias consequências, tem o persistente conflito de terra entre sua preservação e mercantilização.

Os conflitos internos de terra entre nativos criam uma relativa dificuldades de manter uma postura unificada na resistência, por exemplo, o episódio de venda de terra em Mahoche

em uma área reservada para cemitério comunitário é um aspeto revelador da tensão interna, ou seja, parece um barco remando contra a corrente, mas com tripulantes segurando os remos em vez de ajudar na navegação, isso é muito visível no caso da "venda" da terra.

Pode parecer contraditória a argumentação aqui apresentada já que, nas páginas anteriores me referi a *ku yakissa*, como um ato de resistência camponesa. No entanto, não é. As observações do campo indicam que, o k*u yakissa* é uma prática e um recurso específico dos camponeses e nativos que vivem na região diretamente afetados pela erosão existencial provocada pelas transformações socioambientais.

Esses nativos encontram na inserção e socialização de outros grupos e pessoas vulneráveis uma forma de fortalecer sua luta. Logo, para este tipo de nativos diferentemente daqueles que não moram na região, a negociação de terra é menos uma resposta à precariedade econômico e mais um ato de resistência diante da morte.

Assim, podemos compreender que os nativos desempenham um duplo papel diante das transformações socioambientais provocadas pela exploração de pedreiras: por um lado, aqueles que permanecem "dentro" da comunidade tendem a assumir uma posição de defesa e preservação de suas tradições; por outro, aqueles que estão "fora" esforçar-se, em diferentes graus, para apagá-las ou delas se distanciar. Portanto, a condição de nativo — residente ou não residente — influencia diretamente o papel que cada indivíduo assume nesse processo.

Conforme registrado no diário de campo (2024), os moradores nativos que atualmente residem fora do território desempenham um papel significativo na perpetuação da chamada morte social de seus pares. Ao viverem e trabalharem no centro da cidade, estabelecem relações com grupos de elevado poder econômico, com os quais negoceiam extensões de terras, inclusive para fins de exploração de pedreiras, sem considerar as implicações para a comunidade local. Parte dessas terras negociadas pertencem a terceiros, o que torna o conflito de terras uma constante na região.

Segundo o régulo "nenhum nativo morador e trabalhador de Mahoche vendeu suas terras para grandes empreendimentos como pedreiras", mas sim, para pessoas singulares muitas delas que "chegaram a chorar, por uma pequena parcela para viver com a mulher e filhos". Essa observação do régulo acrescenta uma camada importante a interpretação da resistência camponesa em Mahoche a partir do *ku yakissa*.

Se nenhum nativo morador e trabalhador vendeu suas terras para pedreiras, mas sim para indivíduos que expressaram uma necessidade urgente para viver, isso sugere uma dinâmica do *ku yakissa* motivada pela solidariedade e preservação de laços comunitários.

O cenário entre nativos moradores e não moradores e a venda de terras, abre espaço para se pensar na possibilidade de fragilidades estruturais na resistência camponesas, já que os nativos moradores tendem a fazer *ku yakissa* com indivíduos necessitados, mas nada impede que a longo prazo possam "comercializar" para grandes empreendimentos.

A complexidade observada revela que a resistência camponesa em Mahoche não se limita à oposição direta às pedreiras, manifestando-se também por meio de estratégias indiretas e das decisões relativas a quem e de que forma a terra é transmitida.

6.2 ENTRE MORTE SOCIAL E O DESAFIO DE CONSTRUIR UM LAR: SOLIDARIEDADE E REDES DE APOIO

Apesar da constante situação de exposição à poluição de ar, em Mahoche novos moradores continuam a chegar diariamente. Esses indivíduos não são indiferentes à degradação ambiental nem à ameaça à vida que enfrentam ao garantir terra para habitação na região. Essa migração pode ser explicada tendo em conta dois cenários, ambos ligados à noção de rede de apoio. O conceito rede possui diversas acepções; aqui, utilizo-o no seu sentido mais amplo, referindo-me a uma estrutura com um padrão próprio que possibilita inter-relações.

O primeiro cenário de rede de apoio está relacionado às formas de acesso à terra; o segundo, à necessidade dos camponeses nativos por suporte no grito de resistência. Ambos os cenários contribuem para o bem-estar dos indivíduos, especialmente aqueles em situação de precarização, exclusão e perda de direitos.

No contexto do acesso à terra, os relatos recolhidos durante o trabalho de campo realizado em 2024 evidenciam que os moradores percebem uma incapacidade estrutural do Estado em assegurar a distribuição equitativa de terrenos. Essa limitação compromete o cumprimento da função social da terra enquanto direito público, tal como consagrado na Lei de Terras, e reforça a distância entre o marco legal e a prática cotidiana.

Em muitas áreas de expansão a conquista de um espaço para moradia depende do esforço individual, frequentemente sustentado por redes de apoio informais, que incluem familiares, amigos, colegas de trabalho e vizinhos, como se pode compreender na fala de um casal morador região a poucos anos:

> Nós começamos a viver aqui no dia 27 de janeiro de 2023. Desde então, estamos aqui com nosso filho, que vai completar três anos no próximo mês, em novembro. Para conseguir este terreno, antes morávamos na Matola "C', na casa dos pais do

> meu marido. Mas decidimos procurar um espaço nosso, para termos independência. Conhecemos algumas pessoas que estavam vindo para cá comprar terrenos também, e elas nos disseram que em Mahoche ainda dava para encontrar terreno disponível para comprar. Eram pessoas próximas, que já tinham comprado aqui. Então, nós também viemos e conseguimos adquirir este espaço. Gostamos de estar aqui, porque não temos outra opção. Quando começamos a construção, ainda não havia estrada aqui. Nem essa poeira existia, porque não tinha passagem. Mas, de repente, quando começamos a levantar a casa, começaram a abrir a estrada e passamos viver com poeira. (Entrevista com casal não nativos realizada em outubro de 2025)

Essa dinâmica revela não apenas fragilidades das políticas públicas, mas também a força das relações comunitárias na construção de um lar e, um potencial de exposição à precariedade já que as redes de apoio informais no acesso à terra propiciam o surgimento de bairros sem um planejamento adequado das necessidades, sem uma avaliação autónoma das condições do terreno e, muitas vezes, sem preocupações com legalização e licenças, aspectos que concorrem para o esquecimento de seus moradores na disponibilização de serviços essenciais, como ocorre em Mahoche.

Os relatos de campo revelam que, o primeiro indivíduo do ciclo que se instala em uma área torna-se referência para aqueles que buscam terra para habitação ou outros fins. Normalmente, ele atrai interessados para a região onde já está estabelecido, pois conquistou a confiança, especialmente em processos de pagamento, que costumam ser parcelados. Além disso, facilita o acesso a extensões relativamente menores de terra, principalmente para aqueles com poucos recursos.

No início, os *vientes* buscam autonomia, já que, muitas vezes, são jovens oriundos de famílias pobres, em início de uma união conjugal, sem acesso a trabalho formal e seguro. Aliás, mesmo quando possuem emprego, poucos têm rendimentos suficientes para "adquirir terras" em áreas relativamente seguras cujos valores são "proibitivos", como se pode compreender no trecho que segui:

> Meu primeiro espaço comprei em Boquiço [bairro] no entanto, tive problemas de pagamento. Tinha interagido com um amigo e colega da escola, sobre meu interesse em terreno. Ele já morava em Boquiço e tinha facilidade para ajudar adquirir o espaço. No entanto, não consegui juntar o valor há tempo e perdi o espaço, mais tarde, a namorada desse amigo me falou de terreno aqui em Mahoche onde já morava lá prima... (Entrevista com um viente realizada em agosto de 2024)

Relatos como do camponês acima foram muito comuns entre os *vientes*, quando me contavam sobre o processo de sua chegada e acesso à terra na região. O relato de dificuldades revela, por um lado, a importância das redes de apoio na busca por um terreno facilitado por conexões sociais como amizade escolar e contatos locais, por outro, o relato mostra a importância das condições financeiras para o acesso à terra.

A impossibilidade de reunir o valor necessário no prazo estabelecido levou à perda de espaço em Boquiço (um bairro em expansão do município da Matola) mostrando os desafios econômicos que dificultam a construção de lar em lugar seguro. Um *viente* dizia: “Tive pressão de que tinha que ter espaço urgentemente, em qualquer zona, o importante é ter habitação!” (Registro de campo, 2024)

A pressão para obter moradia com urgência muitas vezes expressa pelos camponeses não nativos indica que, a necessidade de ter um espaço próprio supera considerações sobre localização ou qualidade de vida, isso reflete a realidade de muitos jovens vulnerabilizados no país que precisam garantir qualquer tipo de habitação, independentemente das condições.

A busca por terra em Mahoche não se limita às famílias em dificuldades económicas. De um lado, muitos moradores recém-chegados, pressionados pela precariedade, aceitam “qualquer zona” e acabam vivendo à margem das políticas públicas, sem acesso aos serviços essenciais e sem possibilidade de integração plena na sociedade. De outro, há também grupos com maior poder aquisitivo que procuram terras não para fixar moradia imediata, mas como reserva futura ou investimento, reforçando a disputa pelo território e acentuando as desigualdades locais.

A construção de um lar, seja no sentido físico como erguer uma casa ou simbólico, como criar um ambiente familiar acolhedor, representa um desafio que, em muitos casos, expõe os indivíduos àquilo que tenho vindo a chamar erosão social. O ditado inglês *birds from the same nest flay together*, permite considerar que pessoas que compartilham condições semelhantes, como dificuldade financeira, exclusão e falta de acesso à terra segura – frequentemente se atraem para os mesmos espaços, isso ocorre porque buscam redes de solidariedade, oportunidade acessíveis e táticas coletivas para enfrentar desafios comuns.

Os novos camponeses e os camponeses nativos moradores, assim como os pássaros do mesmo ninho, encontram segurança em voar juntos, estes se juntam na exposição à poeira das pedreiras para compreensão mútua e suporte comunitário diante da experiência compartilhada de exclusão por um Estado e Empresariado que, ao priorizar lucro e competividade, negligência as necessidades locais e concretas de quem luta para existir e pertencer.

As conversas registradas durante o trabalho de campo indicam que, o segundo cenário que explica a continua chegada de moradores a Mahoche está relacionada à necessidade dos camponeses nativos de apoio em seu grito de resistência contra a morte causada pelas transformações socioambientais. Quando o impacto da exploração de pedreiras começou a afetá-los, sua capacidade de luta era limitada devido à baixa densidade populacional e ao

tamanho da comunidade o que dificultava que suas reivindicações fossem ouvidas, como um dos entrevistados afirmou:

> Essa terra era isolada pois, com a chegada da guerra muitos os nativos abandonaram o bairro e forma se esconder em Maputo, Matola e outros lugares, sendo que nem todos retornaram, e ficamos isolados, por exemplo, para encontrar um vizinho teria que percorrer pelos menos um quilometro, então, quando apareceram estes que vieram pedir lugar para construir, vimos como uma oportunidade para tornar nossa luta mais forte contra as pedreiras e pedido de serviços essenciais. Quando somos muitos o governo pode facilmente nos escutar, já que quando somos poucos ninguém vai nos ouvir. (Registro de campo, 2024)

O trecho da entrevista complementa e aprofunda o cenário descrito anteriormente, revelando como o isolamento causado pela guerra civil enfraqueceu a resistência dos camponeses contra diferentes problemas que afetaram a região, especialmente a exploração de pedreiras, reduzindo a capacidade de mobilização e articulação de uma luta por serviços essenciais.

A chegada de novos moradores num desafio de construir lar representa uma oportunidade de fortalecer a resistência e aumentar a pressão sobre o governo e as empresas de pedreiras. A lógica apresentada é clara: quanto maior o número de habitantes, mais difícil seria ignorar suas demandas, pois a presença de uma comunidade numerosa facilita o reconhecimento e escuta, tal como foi possível perceber no caso da aceitação pelas pedreiras o aumento de salas de aula, algo que por anos foi negado.

Portanto, o movimento de chegada de novos moradores na região entendo não só como tática coletiva de resistência na qual o crescimento da comunidade gera uma maior presença política e social, elevando o alcance de sua voz e tornando sua luta mais visível, mas também revela o desafio de construir lar em Moçambique. Esse desafio reflete a importância da solidariedade na luta contra processos de marginalização e desaparecimento social.

Com *ya dlawa y poera*, quis explorar o grito de resistência de Mahoche diante dos processos de morte social expressas na sua exposição contínua a poeira e falta de serviços essenciais no bairro. A expressão carrega força simbólica e emerge como um marcador de dor e luta. Nesse cenário, os nativos – tanto os que permanecem, quanto os que se afastaram – desempenham papeis ambíguos: ora como guardiões da memória e da resistência, ora como agentes (conscientes ou não) do apagamento dessa memória.

A construção de um lar, portanto, revela-se um desafio político e afetivo, atravessado por disputas internas, negociações com o capital e tensões entre pertencimento e progresso. A resistência, longe de ser homogênea, assume múltiplas formas, revelando a complexidade das

forças em jogo na luta por dignidade e permanência. No entanto, para compreender plenamente os limites e paradoxos dessa luta, é preciso olhar também para os regimes de extração que moldam o território — e é nesse horizonte que se inscreve a monocultura de pedra e a lógica do *Plantationoceno*.

6.3 PLANTATIONOCENO E A MONOCULTURA DE PEDRA: EXTRATIVISMO SILENCIOSO EM MAHOCHE

É amplamente reconhecido que um dos maiores desafios contemporâneos consiste em enfrentar as ameaças significativas ao planeta e à vida que nele habita, decorrentes da exploração desenfreada dos bens naturais e dos padrões de consumo excessivo, estruturados por sistemas históricos de exploração. Esses comportamentos têm resultado não apenas no rápido esgotamento dos recursos, mas também em profundas alterações na paisagem e em uma destruição ecológica alarmante.

Diante desse cenário, a comunidade acadêmica tem se dedicado ao desenvolvimento de abordagens que favorecem a reflexão crítica e a compreensão das complexas transformações socioambientais em curso. Entre essas abordagens, destaca-se o conceito de Antropoceno, amplamente discutido como chave para entender as relações entre os seres humanos, outras espécies e os sistemas naturais.

Contudo, desde a virada de 2014–2015, esse conceito passou a ser alvo de críticas por adotar uma perspectiva malthusiana, que atribui à densidade populacional o papel de principal motor das mudanças planetárias. Além disso, o Antropoceno tem sido questionado por tratar a humanidade como uma massa homogênea, ignorando desigualdades estruturais de riqueza, poder e raça (Wu; Xu, 2023).

> Como resposta às limitações apontadas no conceito de Antropoceno, surge o Capitaloceno, destacando não apenas a lógica destrutiva da produção industrial, mas também as dinâmicas materiais e sociais que sustentam o sistema capitalista. Essa abordagem chama atenção para as relações de produção, as estruturas de poder e os processos históricos que moldam a exploração da natureza e dos corpos humanos, revelando que a crise ecológica não é fruto da humanidade em geral, mas de um modo específico de organização econômica e social. (Wu; Xu, 2023)

Nesse mesmo campo de crítica, o termo *plantationoceno* emerge no diálogo, aprofundando a análise ao evidenciar os impactos históricos das plantações coloniais na configuração das crises socioambientais contemporâneas. Ao denunciar os legados coloniais da monocultura, da escravidão e da exploração sistemática de terras e corpos. Esse conceito

amplia o escopo da crítica ao capitalismo, inserindo-se em um esforço teórico mais abrangente que busca compreender as intersecções entre colonialismo, racismo, ecologia e poder.

De acordo com Barras e Franco (2023), o termo *Plantationoceno* evidencia limitações dos conceitos de Antropoceno e Capitaloceno, ao destacar que as plantações constituem estruturas sociais marcadas por poder, violência racial, resistência e dualismo nos sistemas econômicos modernos.

O *Plantationoceno*, como conceito analítico, foi cunhado por Donna Haraway (2016) para se referir à transformação devastadora de diferentes tipos de quintas com manejo humano, pastagens e florestas em plantações extrativas e fechadas, sustentadas pelo trabalho escravo e por outras formas de trabalho explorado, alienado e, em geral, espacialmente deslocado.

Segundo Chao et al. (2023) o conceito de *plantationoceno* é chave para interpretar histórias que conectam o desenvolvimento do local ao global, bem como para compreender o papel da lógica de plantação na atualidade. Já Wu e Xu (2023) ressaltam a importância da comunidade acadêmica se apropriar desse conceito como forma de ampliar o debate sobre justiça ecológica e social, evidenciando que as transformações socioambientais não resultam de ações humanas genéricas, mas de sistemas históricos de poder, como os colonialismos, o capitalismo agroexportador e a exploração dos bens naturais e dos corpos.

Além disso, os autores argumentam que o *plantationoceno* redireciona o debate para fatores não mercantis por trás do capital, instando os pesquisadores a perceber as plantações como entidades mais-que-humanas: estruturas ecológicas formadas por histórias, movimentos, necessidades e culturas comerciais, em interação com organismos não humanos que, diante da proliferação das plantações, enfrentam ora ameaças existenciais, ora crescimento sustentado. (Wu; Xu, 2023)

A literatura vem evidenciando o *plantationoceno* como um método específico de usurpação de terras, característico de um determinado período histórico que trata a terra como se fosse inexistente. As plantações são essencialmente estruturas sociais poderosas imbuídas em vários sistemas econômicos, elas não moldam apenas as tradições econômicas, políticas e culturais em todo o mundo, mas também moldam a interconexão entre os humanos e os reinos natural e não humano. (Chao et al, 2023), (Wu, Xu, 2023), (Haraway,2016).

Segundo Wolford (2021) é difícil evitar a plantação hoje. O conceito de *Plantationoceno* sugere que a agricultura em larga escala, organizada em empresas de monocultura voltadas para a produção de matéria-prima destinada à exportação e sustentadas

por relações de trabalho marcadas por séculos de exploração forçada e pela pobreza sistêmica, desempenhou um papel dominante na estruturação da vida moderna.

Frequentemente, esse modelo é incorporado ao discurso de empresas e governos como chave para o progresso, o desenvolvimento e a integração nos Estados modernos — mesmo quando implantado sem o consentimento livre, prévio e informado das populações afetadas. (Barras, Franco, 2023), (Chao et al, 2023), (Woford, 2021)

Dessa forma, podemos compreender que a crítica fundamental do conceito de *Plantationoceno* recai sobre as relações de produção e poder altamente racializadas, colonizadas e capitalizadas das plantações. Essa lógica, historicamente associada à monocultura agrícola colonial, estende-se também a outros bens naturais, como a pedra de construção, cuja extração em larga escala frequentemente ignora os saberes locais e transforma violentamente modos de vida, produzindo dinâmicas de expropriação territorial.

Como observa Tsing (2015, p. 189), “a empresa monocultura foi o motor da expansão europeia. As chamadas *plantations* produziram a riqueza — e o *modus operandi* — que permitiu aos europeus dominar o mundo”.

As pedreiras em Mahoche se inserem no regime do *Plantationoceno* pois, sua extração acontece em larga escala, em padronização industrial e está frequentemente, ligada a projetos de infraestruturas e urbanização fora da região, desconsiderando os modos de vida dos camponeses causando transformações socioambientais.

Os relacionamentos feitos pelos camponeses entre improdutividade das machambas e a poeira levantada pelos caminhões que se dirigem ou retornam das pedreiras me levam a considerar que estamos diante de um processo de imposição da *monocultura de pedra*. Isso ocorre porque os camponeses locais acabam desenvolvendo atividades de substância vinculadas ao funcionamento das pedreiras, como é o caso da venda informal realizada por mulheres ao longo da estrada, enquanto os homens alimentam a expectativa de conseguir trabalho nas pedreiras, conforme foi relatado nas reuniões.

O cenário de improdutividade dos solos, nuvens de poeira e mudança nos modos de subsistência indicam a substituição da diversidade ecológica e cultural, por uma paisagem mineral árida, silenciosa, além da erosão existencial dos camponeses que segundo eles, não perdem apenas o solo fértil, mas também seus rimos cotidianos.

A terra deixou de produzir alimento e ficou fonte de matéria prima para construção de infraestrutura urbana. Na reunião com as pedreiras, os camponeses denunciavam sua exclusão do processo ao afirmarem que nem se quer têm direito de desconto na pedra comprada para

melhoria das suas casas, constantemente impactadas pelos “terramotos” causados pela detonação de dinamites.

Embora a pedra de construção moçambicana não esteja entre os principais produtos exportados do país, sua exploração e circulação se inserem em numa lógica de mercantilização e padronização típica das *commodities* moldadas pelo sistema de *Plantationoceno*. Mesmo fora do eixo agroexportador, a pedra de construção participa de um regime de produção que carrega os legados coloniais da exploração e da homogeneização mercantil.

Os dados mais recentes disponíveis sobre exportações de Moçambique, mostram que a pedra de construção está entre os 10 principais produtos de exportação do país, ocupando a posição número 9, junto com produtos como sal, enxofre e cimento que correspondem ao percentual de 1,5%, com combustíveis e minerais dominando com mais da metade do total exportado (WORLD´S TOP EXPORT, 2023).

O facto de a pedra de construção estar entre os 10 principais produtos de exportação de Moçambique revela uma lógica de valorização económica da destruição territorial, onde o que se exporta é o próprio chão, com impactos socioambientais concretos como a poluição atmosférica e sonora, conforme mostrado nas últimas imagens acima.

Embora trate de fungos, Tsing (2015) propõe uma crítica ao capitalismo extrativista e mostra como ecossistemas são destruídos pela lógica colonial, o que me leva a pensar nas pedreiras como *ruínas do progresso*. O extrativismo mineral das pedreiras representa uma das formas mais visíveis de transformações socioambientais provocadas pela lógica capitalista de acumulação. A extração da pedra não modifica apenas a paisagem, afeta também ecossistemas, comunidades e dinâmicas ordinárias**.**

> Aqui o que acontece! Principalmente daquele lado, é que somos obrigados a conviver com a poeira, por exemplo temos de lavar e estender a roupa dentro de casa, principalmente a branca. Não tem um período específico que podemos considerar que agora é tempo que os carros não vão entrar muito. O que acontece é que somos obrigados mesmo a conviver com a poeira porque a própria pedreira que, possivelmente, é responsável em regar, não rega toda estrada, por exemplo estando aqui eles podem regar porque estão a ver casas aqui, vão regando daqui a frente das nossas casas pondo água né, depois ali onde não têm casas eles não regam, então aquela poeira de lá também chega pra [para] cá principalmente tempo de ventanias que temos ventos que sopram mais, que mesmo sem o carro passar aqui levanta poeira, tem que ficar sempre dentro, não pode cozinhar fora, estamos no campo onde normalmente as pessoas cozinham ou podiam cozinhar fora, não podemos comer fora por causa da própria poeira e até algumas atividades não podemos fazer normalmente por causa da atividade das pedreiras, mesmo o próprio sono está comprometido, não se pode dormir. Se já foste assim (aponta em direção à Nhakene), viu que tem algumas casas mesmo a beira da estrada há uns 5 m ou uns

> 15 m da estrada aquelas casas obviamente que viviam com trauma da poeira. (Entrevista com camponês realizada em setembro de 2025).

O relato acima inscreve com força as transformações socioambientais provocadas pelas pedreiras em Mahoche no debate do *Plantationoceno*. Essa experiência pode ser articulada com Fanon (2022), que descreve a cidade colonial como um espaço simbolicamente sagrado, no qual o colono é associado à ordem e o colonizado ao caos. Em Mahoche, essa divisão não se dá por muros de vedação, mas pela poeira que invade o cotidiano. A impossibilidade de cozinhar fora, de dormir ou de estender roupas revela uma erosão da existência camponesa.

As pedreiras em Moçambique, especialmente em Mahoche, embora menos visíveis que os megaprojetos de carvão e gás, operam sob mesma lógica de expropriação e despossessão comunitária, características do *Plantationoceno*. Elas são parte de um extrativismo silencioso, que cria erosão existencial das comunidades, transformam paisagem sem necessariamente entrar nos grandes debates políticos.

As reações políticas às plantações nas aldeias rurais afetadas têm sido historicamente diversas, destacando-se três formas principais: resistência às plantações, ação coletiva voltada para a inserção nelas e aquiescência (Chao et al., 2023). No entanto, em Mahoche, as condições diárias dos camponeses são tão precárias que os homens se veem obrigados a buscar trabalho nas pedreiras, enquanto as mulheres, expostas à poeira, recorrem à venda informal na estrada.

Embora o conceito de reexistência multiespécies venha ganhando destaque em debates atuais sobre *plantationoceno*, especialmente ao evidenciar formas de vida que resistem à lógica extrativista, para além da dimensão humana, optei em manter o foco analítico na noção de resistência camponesa, tal como desenvolvido ao longo das páginas anteriores.

Essa escolha se deve a centralidade das práticas humanas cotidianas e muitas vezes invisíveis, que constituem práticas cotidianas de resistência dos camponeses frente às transformações socioambientais provocadas pelas pedreiras em Mahoche. Priorizo uma leitura que reconheça a agência camponesa em seus gestos ordinários, táticos e profundamente políticos, sem perder de vista os vínculos territoriais e ecológicos que os sustentam.

Ao manter o foco na resistência camponesa, reconheço que o *Plantationoceno*, tal como se manifesta em Mahoche, não se limita à monocultura vegetal — ele se reconfigura na monocultura de pedra, onde a extração mineral substitui a lógica agrícola, mas mantém intacta a gramática colonial de expropriação, silenciamento e controle territorial. A paisagem pedreira, marcada pela poeira e pela fragmentação, torna-se expressão de um regime que

opera pela repetição da morte e pela negação da vida camponesa. Ter este debate é, portanto, reconhecer que a luta por permanência não se dá apenas contra a pedreiras, mas contra o mundo que ela sustenta.

6.3.1 Da machamba à pedreira: a normalização do extrativismo em Mahoche

As pedreiras enquanto um extrativismo silencioso, que cria erosão existencial das comunidades, não se limita a transição física do território, mas é também laboral, onde o trabalho nas pedreiras deixa de ser exceção e passa ser regra com forte carga moral sobre quem não adere.

O relato abaixo é esclarecedor do que estou querendo me referir:

> Não sei dizer em percentagem, mas olha, temos muitos residentes a trabalhar lá. Epha, quem ainda não foi trabalhar na pedreira, é porque é preguiçoso — ou sei lá por quê. Aquilo [pedreira] abriu espaço, deu oportunidade pra[para] muita gente ganhar alguma coisa. Agora, tem uns e outros que vão, mas não obedecem, fazem do jeito deles, e aí são mandados embora. Mas a maioria mesmo tá {está] lá, a trabalhar. (Registro de campo,2025)

O texto descreve dois grupos de atores, destacando o gestor da única pedreira entrevistada: um cidadão moçambicano residente em Maputo, com formação técnica não especificada, responsável pela contratação e pelas questões administrativas. Ele figura entre os poucos que não desempenham funções de limpeza, condução ou segurança, geralmente reservadas aos trabalhadores moçambicanos.

Atua a relativamente muito tempo em pedreiras de Maputo, faz parte segundo ele, dos trabalhadores movimentados de uma pedreira que funcionava dentro de um espaço com uma outra pedreira de nome CMC (atualmente encerrada), para implantar a nova onde se encontra trabalhando.

Ele descreve o cotidiano da comunidade como marcado pela cooperação. Segundo seu relato, as pedreiras empregam um número significativo de moradores e, além disso, promovem a distribuição de água potável e a expansão da rede elétrica. Esses fatores contribuem para que a comunidade não se rebele diretamente contra a empresa, percebendo, assim, os episódios de confrontação registrados durante as manifestações pós-eleitorais como uma exceção, resultante de um contexto específico de tensão política no país.

O segundo grupo de atores é composto por camponeses nativos cujas casas e atividades não estão diretamente expostas aos impactos mais imediatos da exploração mineral. Um deles, professor reformado, residente em *Ntlavene*, mas com outras duas casas fora de Mahoche na cidade da Matola e na vila do distrito da Moamba, áreas onde as

pedreiras “estão longe” de representar uma ameaça. Atualmente ele se dedica a prática de agricultura em área distante da exploração de pedreiras na Moamba, além da criação de aves.

Para os dois grupos de atores, as pedreiras são percebidas como uma oportunidade de inserção econômica. Ao afirmarem que “quem não trabalhou até hoje na pedreira é porque é preguiçoso”, esses sujeitos contribuem para a naturalização do extrativismo como horizonte inevitável e desejável, reforçando o que tenho vindo a chamar de monocultura da pedra.

Enquanto o gestor da pedreira sustenta a existência de ‘cooperação’ com a comunidade — tomando a ausência de confrontação aberta como evidência disso — os camponeses, por serem grupos sem poder formal, recorrem sobretudo a táticas discretas, silenciosas e muitas vezes anônimas como estratégia de luta. Em vez de enfrentamentos diretos, prevalecem formas de resistência encobertas e conjunturais: “não obedecerem” e “fazem do jeito deles”, quando são trabalhadores da pedreira. Trata-se de uma tática do cotidiano de sobrevivência, onde o anonimato opera como escudo e arma.

As pedreiras de Mahoche tal como outras formas de atividades extrativas e extrativistas, no geral, têm sido abordadas discursivamente pelos seus proprietários e alguns atores sociais como uma oportunidade para o desenvolvimento e redução da pobreza, ignorando, deste modo, as implicações reais adversas em particular para a comunidades locais e circunvizinhas.

O extrativismo como um processo que alimenta a acumulação a partir de formas diferenciadas de remoção e apropriação da natureza (bens naturais) por meio de níveis diferenciados de exploração do trabalho, implica a exploração do trabalho e expropriação da natureza e materializa-se através de relações sociais, económicas e ecológicas assimétricas e exploradoras.

Na realidade, as pedreiras em Mahoche configuram-se como um elemento condutor e impulsionador do modo de vida e subsistência da comunidade nativa. Os relatos sobre a diminuição da qualidade e produtividade do solo, bem como as mudanças observadas nas colheitas — associadas à poeira gerada durante o transporte de inertes — evidenciam os impactos negativos resultantes da exploração precária das pedreiras no território. Esse cenário leva a comunidade a recorrer de forma estratégica ao trabalho nas pedreiras como mecanismo de sobrevivência, contribuindo para uma certa normalização do extrativismo, enquanto o trabalho na machamba passa gradualmente para um segundo plano.

O deslocamento da machamba à pedreira, longe de representar uma simples transição laboral, revela uma reconfiguração profunda das relações entre território, trabalho e sobrevivência. A normalização do extrativismo em Mahoche não se dá pela adesão voluntária,

mas pela tática da necessidade, pela poeira que invade o cultivo e pela erosão silenciosa dos vínculos agroecológicos. Encerrar este subcapítulo é reconhecer que, sob a aparência de adaptação, opera-se uma desestruturação territorial que transforma a pedra em horizonte de vida — ainda que precário e contestado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procurei compreender as práticas de resistência camponesa diante das transformações socioambientais provocadas pela exploração de pedreiras na região de Mahoche. A partir de uma abordagem etnográfica, analisei as táticas cotidianas de resposta, ajuste e permanência mobilizadas pelos camponeses, evidenciando não apenas a dimensão política dessas práticas, mas também a criatividade, a persistência e a capacidade de reinvenção que sustentam os seus modos de vida num contexto de profundas mudanças territoriais.

Ao longo da investigação, constatei que as pedreiras em Mahoche não reconfiguram apenas o espaço físico. Elas alteram igualmente as formas de sociabilidade, os laços de pertença e os sistemas de reprodução social das comunidades locais. Nesse processo, produz-se uma erosão gradual da existência camponesa que ultrapassa a dimensão territorial e alcança também a esfera laboral.

O trabalho nas pedreiras deixa de constituir uma alternativa ocasional e transforma-se, progressivamente, numa exigência socialmente legitimada, exercendo uma forte pressão moral sobre aqueles que procuram manter-se vinculados às suas atividades agrícolas e aos seus modos tradicionais de subsistência.

A análise da literatura sobre desenvolvimento das diferentes abordagens teóricas revelou um silêncio significativo em torno das práticas cotidianas através das quais os camponeses respondem e se ajustam às transformações socioambientais provocadas pela atividade extrativa e pelos processos de urbanização excludente. Embora essas transformações coloquem em risco os modos de vida e a própria existência das comunidades rurais, as formas ordinárias de resistência que emergem nesse contexto permanecem insuficientemente exploradas pela produção académica.

No que se refere às percepções locais sobre a presença das pedreiras, verificou-se uma ambivalência afetiva marcada pela coexistência de expectativas e inquietações. Por um lado, as pedreiras são associadas à esperança de geração de emprego, melhoria de infraestruturas e ampliação de oportunidades económicas. Por outro, são percebidas como fontes de degradação ambiental, precarização das condições de vida e silenciamento das vozes locais. Tal ambivalência não constitui uma contradição, mas expressa uma racionalidade situada que articula simultaneamente expectativas de melhoria material e práticas de resistência perante os impactos negativos da exploração.

A questão da terra revelou-se central para a compreensão das táticas de resistência camponesa frente às transformações socioambientais observadas em Mahoche. A terra não constitui apenas um recurso económico, mas também a base material e simbólica da reprodução social, da identidade coletiva e da permanência territorial. Nesse contexto, o *Ku yakissa* emerge como uma expressão pedagógica, ética e política que traduz formas coletivas e criativas de resistência diante das limitações do poder público na garantia do direito de acesso à terra.

O *Ku yakissa* manifesta-se concretamente por meio de práticas como a cedência de terra, o empréstimo de parcelas e a "venda informal" de terra. Embora essas práticas envolvam formas de reciprocidade e agradecimento, elas não podem ser reduzidas à lógica da mercantilização fundiária. Pelo contrário, constituem mecanismos sociais que revelam tanto a vulnerabilidade económica das famílias camponesas quanto sua capacidade de construir alternativas coletivas para enfrentar as pressões impostas pelas transformações territoriais em curso. A resistência, nesse sentido, apresenta-se de forma múltipla e diversificada, expressando simultaneamente a luta pela permanência e a reinvenção criativa dos modos de vida.

Os resultados da pesquisa indicam igualmente que Mahoche vem sendo progressivamente transformado num corredor de transporte de inertes, especialmente pedra. Esse processo contribui para o obscurecimento da diversidade de práticas produtivas, conhecimentos locais e relações sociais que historicamente sustentaram a vida rural na região.

A poeira resultante da intensa circulação de camiões não constitui apenas um resíduo material; ela representa um agente cotidiano de degradação ambiental e social, comprometendo a saúde das populações, a produtividade agrícola, as atividades domésticas e os próprios sentidos de pertença ao território.

Nesse contexto, a expressão local *ya dlawa hi poera* ("morre-se pela poeira") assume uma relevância analítica particular. Mais do que uma simples denúncia da poluição atmosférica, ela traduz uma experiência social de vulnerabilização contínua, revelando os múltiplos efeitos da degradação ambiental sobre a vida cotidiana.

A "morte que se respira", que dá título a esta tese, refere-se precisamente a essa condição em que os impactos ambientais se incorporam lentamente aos corpos, às relações sociais e às possibilidades de reprodução da vida comunitária, aproximando-se daquilo que se designou como processos de morte social.

O conceito de *Plantationoceno* mostrou-se particularmente útil para compreender as dinâmicas de exploração de pedra em Mahoche e os processos associados à "morte que se

respira". Originalmente formulado para analisar os legados das plantações coloniais e da monocultura agrícola, esse conceito permitiu evidenciar como determinadas formas de exploração intensiva da natureza produzem desigualdades socioambientais duradouras. Contudo, os dados empíricos desta pesquisa sugerem a necessidade de ampliar o alcance analítico do conceito para além do universo agrícola, incorporando atividades extrativas como a exploração de pedra. Tal ampliação permite compreender como diferentes formas de apropriação intensiva dos bens naturais podem reproduzir lógicas semelhantes de expropriação territorial, desvalorização dos saberes locais e destruição de modos de vida.

Diante da "morte que se respira", as narrativas e práticas de resistência dos camponeses evidenciam a estreita relação entre exclusão social e degradação ambiental. Foi nesse quadro que se propôs a noção de "monocultura da pedra", entendida como um regime territorial que reduz a complexidade ecológica, social e simbólica do território à sua função mineral. Assim como a monocultura agrícola subordina a diversidade dos ecossistemas à lógica da produção de uma única espécie voltada para o lucro, a monocultura da pedra transforma o território num espaço prioritariamente destinado à extração e circulação de inertes, invisibilizando as múltiplas formas de vida que nele coexistem.

Do ponto de vista teórico, a tese contribui para os debates sobre justiça ambiental, subalternidades, territorialidades insurgentes e resistência quotidiana, ao demonstrar como comunidades camponesas constroem formas de agência e permanência diante das dinâmicas contemporâneas do *Plantationoceno*. A partir da realidade de Mahoche, torna-se possível compreender como as práticas ordinárias de invenção do quotidiano constituem estratégias políticas fundamentais, ainda que frequentemente invisibilizadas pelas narrativas dominantes sobre desenvolvimento.

No plano metodológico, o estudo reafirma a relevância da etnografia densa e situada como ferramenta privilegiada para a compreensão das experiências vividas e para o desvelamento das infrapolíticas presentes nos contextos rurais. A investigação demonstrou que uma postura ética de escuta atenta e comprometida é fundamental para tornar visíveis práticas e saberes que raramente ocupam lugar nos discursos institucionais e académicos.

Por fim, importa reconhecer que a escassez de estudos sistemáticos sobre a exploração de pedreiras em Mahoche — e, de forma mais ampla, em Moçambique — constituiu uma limitação importante desta investigação. Os poucos trabalhos identificados concentram-se predominantemente nos impactos ambientais e socioeconómicos da atividade extrativa em regiões como Cabo Delgado, Nampula e Namaacha, sem abordar de forma aprofundada as práticas de resistência desenvolvidas pelas comunidades afetadas. Nesse sentido, esta tese

representa uma contribuição inicial para a compreensão das lutas silenciosas dos grupos camponeses subalternizados, abrindo caminhos para futuras investigações sobre as múltiplas formas de resistência, permanência e construção de alternativas em contextos marcados pela expansão das fronteiras extrativas.

Em última instância, a experiência de Mahoche demonstra que, mesmo diante de processos intensos de expropriação territorial e degradação socioambiental, os camponeses não ocupam uma posição passiva. Pelo contrário, produzem quotidianamente formas criativas de resistência que desafiam, negociam e reinterpretam as transformações impostas ao seu território. É precisamente nessa capacidade de permanecer, reinventar e resistir que reside uma das mais importantes lições desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Alberto Brada. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ANJOS, José Carlos dos. Espaços epistêmicos das ciências sociais na contemporaneidade. In: CONTERATO, Marcelo António; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). *Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, v. 1, 2014. p. 19-34.

BACCI, Denise; LANDIM, Paulo; ESTON, Sérgio. Aspectos e impactos ambientais de pedreira em área urbana. *REM: Revista Escola de Minas*, Ouro Preto, p. 47-54, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rem/a/FLtLVCZBBtRgcgbRSZTxmxx/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 6 maio 2025.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Análise da urbanização em Moçambique: aceleração da urbanização em apoio à transformação estrutural em Moçambique*. Abidjan: BAD, 2017.

BAIA, Hélio Márcio. *Os meandros da urbanização em Moçambique*. São Paulo: GEOUSP, 2011.

BEXIGA, Sílvia Fernanda. *Banais como pedra: as reflexões sobre natureza e meio ambiente de habitantes em torno de uma pedreira em Porto Alegre (RS)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BIZA, Ad

Disponível em: https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/Biza,Adriano_Associacoes%20de%20Jovens%20Politica.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne. A entrevista. Tradução de Aline Corrêa de Souza e Tatiana Engel Gerhardt. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 69-83.

BLANCO, Gabriel Dalla. *A mineradora é a mãe de Araxá? Desenvolvimento e controvérsias em torno da mineração de nióbio em Minas Gerais*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BORRAS

https://www.researchgate.net/publication/372619436_Plantationocene_and_Contemporary_Agrar ian_Struggles. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRAGA, Rodrigo Alves. *Memória da paisagem do lugar: o caso do Bairro São Geraldo/Porto Alegre*. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BRENNER, Neil. *Espaço de urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2018.

BRUNA, Nélia. *Variações do extrativismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência*. Maputo: OMR, 2022. p. 1-29. Disponível em: https://www.omr.org.mz/docs/OR-128-Variacoes-do-extractivismo-em-Mocambique-1.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BUTTEL, Frederick. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene; et al. (org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: EDUFF, 2000. p. 29-47.

CABETTE, Andréa. *Configuração da aglomeração urbana do litoral norte do Rio Grande do Sul: urbanização difusa e dinâmica geográfica*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CAPAINA, Nelson. Desenvolvimento rural em Moçambique: discursos e realidade. Maputo: Observatório do Meio Rural, Observador Rural nº 57, 2017. Disponível em: <https://omrmz.org/observador-rural-57/>. Acesso em: 14 maio 2026.

CANTO, Odair. Mineração na Amazônia: assimetria e conflitos socioambientais em Juriti/PA. In: ALMEIDA, Jalcione (org.). *Conflitos ambientais e controvérsia em ciência e tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016. p. 145-166.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 252-280, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8867. Acesso em: 15 ago. 2025.

CASTEL, Robert. A gestão de riscos sociais: da proteção ao controle. In: ALMEIDA, Jalcione (org.). *Desenvolvimento, mineração, mudanças climáticas: reflexões socioantropológicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2023. p. 45-62.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Edna G.; BARCELLOS, Sérgio Botton. Políticas públicas para a juventude rural brasileira. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora, v. 1, 2015. p. 423-448.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHAYANOV, Alexander. *A organização da unidade econômica camponesa*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Economistas).

CHAO, Shopie et al. O Plantationoceno como conceito analítico: um fórum de diálogo e reflexão. *The Journal of Peasant Studies*, [S. l.], v. 50, n. 5, p. 1001-1029, 2023. Disponível em: https://www.kaleidoscopio.co.mz/wp-content/uploads/2023/11/chao-s.-wolford-w.-

ofstehage-a.-guttal-s.-gonc%CC%A7alves-e.-ayala-f.-the-Plantationocene-as-analytical-concept-a-forum-for-dialogue-and-reflection.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

CHIZENGA, Anselmo Panse. *Os mundos que o "desenvolvimento" (des)integram: dinâmicas do lugar induzidas pela mineração da empresa Vale S.A. em Moatize, Moçambique*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CHIZENGA, Anselmo Panse. Dados e processos de (des)identificação no "discurso de desenvolvimento": a empresa Vale S.A. Moçambique em perspectiva. In: ALMEIDA, Jalcione (org.). *Desenvolvimento, mineração, mudanças climáticas: reflexões socioantropológicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2023. p. 63-84.

CHIZENGA, Anselmo Panse; et al. A categoria de lugar e sua relevância para as ciências sociais: uma reflexão a partir de conflitos ambientais em Moatize (Moçambique) e Araxá (Brasil). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 63, p. 359-396, 2022.

COELHO, Maria. Alterações climáticas, sustentabilidade florestal e posicionamentos responsável das empresas. In: FERREIRA, J. M. C. (org.). *Sustentabilidade, terceiro setor e redes sociais*. Forte da Casa: Clássica Editora, 2019. p. 117-136.

COLAÇO, João Carlos. Mentalidade "chapa 100" na cidade de Maputo. Estudos Moçambicanos, n. especial, 1998. p.9-68

DAMASIO, Carlos Paiva. *A (in)justa distribuição dos benefícios da urbanização*. 2021. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

DIREITO, Bruno Pedro Tavares. *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique 1892-1942*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política Comparada) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

DUARTE, Vânia Aparecida da Silva; et al. Ocupação de espaços rurais no município de Osório – RS. *Revista de Desenvolvimento Regional*, Taquara, 2021. p. 9-28.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 63-92.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FARRÉ, Albert. Assimilados, régulos, homens novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique. *Anuário Antropológico* [online], v. 40, n. 2, 2015. Disponível em: http://journals.openedition.org/aa/1443. Acesso em: 29 nov. 2024.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Bernardo Maçano. *Sobre tipologia de territórios*. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo – GEPEC/UFSCar, 2004. Disponível

em:https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

FERNANDO, Carlos Tomás. Operação produção: a estratégia de inserir os chamados improdutivos, parasitas e inimigos da revolução no governo de transição em Moçambique entre 1975 e 1992. Revista Espacialidades, v. 17, n. 2, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/especialidades/article/view/19196. Acesso em: 15 maio 2026.

FERREIRINHA, Isabela Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, mar./abr. 2010. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6928. Acesso em: 11 dez. 2025.

FIGUEIREDO, André Rodrigues de. *Sociocriosfera andina: etnoconhecimento ancestral e a ruptura pós-colonial nos Andes Centrais*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GUERRA, José. *Saberes culturais e ambientais: reinventando a vida na tessitura da educação ambiental para assentamentos rurais no bioma Pampa, Sul do Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Tradução de Susana Dias; Maria Verônica; Ana Godoy. *ClimaCom*, n. 5, p. 57-97, 2016. Disponível em: https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/. Acesso em: 18 ago. 2025.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HECK, Egon. Rural e urbano: polarizações e construções políticas. Revista NERA, v. 25, n. 59, p. 9-28, 2022. Presidente Prudente: UNESP. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/13392>. Acesso em: 14 maio 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: resultados definitivos*. Maputo: INE, 2019.

JESUS, Carlos José de. *A prática de responsabilidade social empresarial como estratégia no setor minero-energético moçambicano com foco nas comunidades locais e circunvizinhas*. Lisboa, 2017.

KAIJER, Anna; KRONSEL, Annica. Climate changes through the lens of intersectionality. Environmental Politics, v. 23, n. 3, p. 417-433, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09644016.2013.835203>. Acesso em: 15 set. 2025.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANGA, Epifânia; MASSINGUE, Nelsa. Indústria extrativa e desenvolvimento local: o papel da responsabilidade social empresarial. In: INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS (IESE) (org.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014. p. 207-228. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305812389. Acesso em: 7 set. 2021.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEITE, Silvana Nair; VASCONCELOS, Maria da Penha Cörtes. Construindo campo de pesquisa: reflexão sobre sociabilidade estabelecida entre pesquisador e seus informantes. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 169-177, 2007.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

MACAMO, Elísio. Da disciplinarização de Moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neoliberais de risco. *Africana Studia*, Porto, n. 6, p. 231-255, 2008.

MAFEJE, Archie. *The agrarian question, access to land, and peasant responses in Sub-Saharan Africa*. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 2003. 35 p. (UNRISD Programme Papers on Civil Society and Social Movements, n. 6). Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/102669/6.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

MANJATE, Carlos João Batista. *Desenvolvimento sustentável em Marracuene: um estudo sobre representações sociais de sustentabilidade ambiental no bairro Guava*. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento Rural) – Universidade Pedagógica de Maputo, Maputo, 2019.

MAPISSE, Inocência; MATE, Roberto; CORTEZ, Edson. *Índice de transparência no sector extrativo: edição 2019-2020*. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2020. 120 p.

MATAVEL, Nilza; DOLORES, Sílvia; CABANELAS, Vanessa. Os senhores da terra: análise preliminar do fenómeno de usurpação de terra em Moçambique. Maputo: Justiça Ambiental; ANAC, 2011. P.1-70. Disponível em: https://docplayer.com.br/19275113-Os-senhores-da-terra-analise-preliminar-do-fenomeno-de-usurpacao-os-senhores-da-terra-justica-ambiental-e-uniao-nacional-de-camponeses.html. Acesso em: 14 maio 2026. . Acesso em: 14 maio 2026.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria. Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n. 28, p. 106-131, 2015. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3994/4159. Acesso em: 11 fev. 2025.

MAZUR, Felipe Pires do Rio; PONTES, Lorena Rangel. Um estudo acerca dos aglomerados de exclusão na Cidade Maravilhosa. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, v. 2, p. 1-15, jul./dez. 2011. Heredia: Universidade Nacional, Costa Rica. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=45174482009>. Acesso em: 14 maio 2026.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de autoinscrição. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eaa/a/ddR69Y7Ptm6KDvv4tmHSvbf/?format=pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

MENEZES, Maria. Ecologia de saberes para descolonizar nossas mentes: [Entrevista concedida a Marina Lemle/Blog de HCS]. Manguinhos, 6 jun. 2023. Disponível em: https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/ecologia-de-saberes-para-descolonizar-nossas-mentes/. Acesso em: 26 maio 2025.

MENDES, Rosana Maria; MISKULINA, Rosana Giaretta Sguerra. Análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.

MENIN, João. *A natureza se move e a gente se move junto: práticas de adaptação às mudanças climáticas em comunidades ribeirinhas da Amazônia*. 2021. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade*. Tradução de Marco Oliveira. Rio de Janeiro: RBCS, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Os conceitos estruturantes da investigação qualitativa. *Salud Colectiva*, Buenos Aires, p. 251-261, 2010.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei n. 19/97, de 7 de outubro de 1997. *Boletim da República*, I Série, n. 40. Maputo: Imprensa Nacional, 7 out. 1997.

MOÇAMBIQUE. Assembleia Popular. Lei n. 6/79, de 3 de julho de 1979. *Boletim da República*, I Série, n. 76. Maputo: Imprensa Nacional, 3 jul. 1979.

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de 1975. Reproduzida em: Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 29, n. 116, p. 369-412, out./dez. 1992. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176043. Acesso em 31 maio 2026

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de 1975. Reproduzida em: Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 29, n. 116, p. 369-412, out./dez. 1992. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176043. Acesso em: 16 maio 2026.

MONJANE, Boaventura. *Uma leitura céptica do processo da revisão da Política Nacional de Terras*. Maputo: OMR, 2021. 8 p. (Destaque Rural, n. 143).

MOSCA, João. Conceito camponês e a realidade moçambicana numa perspectiva de longa duração. *Observador Rural*, Maputo, n. 147, ago. 2024. Disponível em: https://omrmz.org/wp-content/uploads/2024/08/OR-147-3.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. Políticas públicas e comunidade tradicional: reconhecimento e conquista de direitos? In: SCHNEIDER, Sérgio; FERREIRA, Alexandre; ALVES, Flávio Sacco dos Anjos (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora, v. 1, 2015. p. 137-160.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. Ocupaciones de tierras y reforma agraria en Zimbabue: hacia la revolución democrática nacional. In: MOYO, Sam; YEROS, Paris (orgs.). *Recuperando la*

tierra: el resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2008. ISBN 978-987-1183-85-2.

MUIANGA, Calisto. A questão da terra e os debates sobre opções de transformação agrária e rural em Moçambique. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; et al. (orgs.). *Desafios para Moçambique 2018*. Maputo: IESE, 2018. p. 268-280. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/03/artigo-cm.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

MUSANTE, Francisco. Expansão urbana em perspectiva: notas teóricas sobre formas, processos e modos de pensar a urbanização contemporânea. Geousp, v. 28, n. 2, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://doi. org/10.11606/issn.2179-0892. Acesso em: 30 abr. 2025.

NATALI, Marco. O afropessimismo e a antinegritude do mundo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 66, p.729-739,2022.Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/52097. Acesso em: 30 abr. 2025.

NEGRÃO, José Guilherme. Cem anos de economia da família rural africana: o delta do Zambeze em análise retrospectiva. Lisboa: Texto Editores, 2006.

NHAMO, Godwell. Addressing women in climate change policies: a focus on selected east and southern African countries. Agenda: Empowering Women for Gender Equity, v. 28, n. 3, p. 156-167, 2014. DOI: https://doi.org/10.1080/10130950.2014.946734.

O PAÍS. Maputo Sul diz que não violou direitos humanos em Mahoche. 17 jun. 2016. Disponível em: https://www.pressreader.com/mozambique/o-pais/20160617/281539405243379. Acesso em: 13 ago. 2023

OSÓRIO, Conceição; SILVA, Teresa Cruz e. Corporações económicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no distrito de Moatize. Maputo: WLSA Moçambique, 2017. 152 p

PATTERSON, Orlando. Internal relations of slavery. In: PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death: a comparative study*. Cambridge, Mass.: University Press, 1982. p. 17-104.

PAULA, Ana Claudia da; WALTRICK, Michele; CALLEGARI, Nelson. Responsabilidade social empresarial: as ações realizadas e os fatores que motivam as empresas do município de Ponta Grossa. *Desenvolvimento em Questão*, Paraná, v. 15, n. 40, p. 127-153, 2017.

PEREIRA, Hélio Sousa. Colonial railway of Mozambique: critical and vulnerable infrastructure, 1880s-1930s. HoST – Journal of History of Science and Technology, v. 16, n. 1, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/158081/1/10.2478_host_2022_0002.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

PERES, Mateus; OLIVEIRA, Lucas; NACIF, André. Orlando Patterson e a crítica ao eurocentrismo: religião, morte social e niilismo negro. *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 31, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/revistas.php/revsocio/article/view/26557. Acesso em: 29 abr. 2025.

PERONDI, Maurício António. Teoria das capacitações nos estudos sobre meios de vida e desenvolvimento rural. In: CONTERATO, Marcelo Álvaro; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). *Pesquisa em desenvolvimento rural:*

aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: UFRGS Editora, v. 1, 2014. p. 93-118.

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). *Cadernos de campo*, n. 17, p. 219-232, 2008.

PINHO, Osmundo. “Morte social”. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2022. Disponível em: https://ea.ffch.usp.br/conceito/morte-social. Acesso em: 10 jun. 2025

PINTAVINHA, Henrique. Análise da perspectiva popular dos impactos causados por pedreira em área urbana do Espírito Santo. *Revista Tecnica*, v. 9, 2024. Disponível em: https://periodicos.ifg.edu.br/tecnia/article/view/1801. Acesso em: 6 maio 2025.

PONTES, Daniel Lima Rodrigues; GUERRA, Guilherme Alves Dias. Resistência camponesa: duas abordagens para um conceito. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 36, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: https://revistas.ufcg.edu.br/raizes/article/view/1234 . Acesso: em 14 jul.2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória; tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Pós-desenvolvimento e estudos rurais: notas sobre o debate e agenda de pesquisa. In: CONTERATO, Marcelo Álvaro; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). *Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, v. 1, 2014. p. 119-144.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos Estudos – CEBRAP, n. 80, p. 109-125, mar. 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008. 2023.

RICCI, Luiz António Lopes. *Morte social: mistanásia e bioética*. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção Ethos).

ROCHA, José António Oliveira; ZAVALE, Gonçalves Jonas Bernardo. O desenvolvimento do poder local em África: o caso dos municípios em Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 30, p. 105-133, dez. 2015. Disponível em: http://journals.openedition.org/cea/1879. Acesso em: 29 nov. 2024.

RIGOTTO, Raquel Maria. Conhecimentos no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato no Ceará – Brasil. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2018. p. 221-258.

ROQUE, Paula; ALDEN, Chris. *China em Moçambique: prudência, compromisso e coloração*. Maputo: IESE, 2012. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/publicatio/livros/MozChin/IESE_1.ChiMoz.pdf. Acesso em: 29 abr.2025

SALOMON, André. *Resistência dos agricultores familiares do Assentamento de Santa Rita de Cássia frente à expansão da urbanização de Nova Santa Rita/RS – Brasil (2006-2020)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SANTOS, Gabriel da Silva; CUNHA, Maria das Graças de Castro. As territorialidades insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas dinâmicas territoriais. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 35, p. 1-23, 2018. Disponível em: https://revistas.usp.br/rdg/article/view/502435361145db7a0c014ff497a5dae5be786448. Acesso em: 8 ago. 2025.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte de resistência: discursos ocultos*. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SERRA, Carlos. Quadro jurídico-ambiental em Moçambique: pontos fortes, constrangimentos e desafios. In: SERRA, Carlos; et al. (orgs.). *O meio ambiente em Moçambique: notas para reflexão da situação atual e os desafios para o futuro*. Maputo, 2012. p. 11-34.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TSING, Anna Lowenhaupt. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 17-44, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/antropologia/article/view/2175-3748.2015v17n1p17. Acesso em: 8 dez. 2024.

UN-HABITAT. Perfil do setor de habitação em Moçambique. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2018. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/documents/201905/housing_profile_mozambique_pt.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

WOLFORD, Wendy. The Plantationocene: a Lusotropical contribution to the theory. Annals of the American Association of Geographers, v. 111, n. 6, p. 1622-1639, 2021. DOI: https://doi.org/10.1080/24694452.2021.1882704.

WORLD'S TOP EXPORT. Mozambique's top 10 export. [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.worldstopexports.com/mozambique-top-10-exports/. Acesso em: 19 ago. 2025.

WU, Ennan; XU, Yichang. Plantationoceno: uma estrutura para entender as ligações entre destruição ecológica e desigualdades sociais. Revista de Ética Agrícola e Ambiental, v. 37, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s10806-023-09919-5. Acesso em: 23 jul. 2025

ZAMPIERI, Fábio Lúcio Lopes; BALASTRO, Fernanda. Efetividade da legislação urbanística na regulação da ocupação urbana em zonas rurais: análise para o município da Estância Velha no período 1959-2018. *Revista Direito à Cidade*, 2022.

ZHOURI, Andréa. Produção de conhecimento em um "campo minado". In: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2018. p. 8-26.

ZHOURI, Andréa; et al. O desastre no Rio Doce: entre as políticas de reparação e gestão das afetações. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1. ed. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2018. p. 28-64

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS EM FORMA DE ENTREVISTA NA REGIÃO DE MAHOCHE

O roteiro de entrevistas está estruturado em três secções construídas a partir dos objetivos específicos definidos para a pesquisa: A primeira seção diz respeito aos dados sobre a pessoa entrevistada: idade, local de nascimento, estado civil, agregado familiar, ocupação, escolaridade, chegada ao povoado etc. Na segunda seção busco dados sobre a história do povoado e seu cotidiano e, por fim a seção três busco captar a relação cotidiana entre os camponeses e as pedreiras.

O entrevistado tem liberdade de responder apenas as perguntas que lhe interessa e ignorar as outras, no entanto nosso desejo é que ele responda todas.

Seção 1: Sobre o entrevistado

1.1 Nome (opcional)

1.2Você se considera nativo/a de Mahoche? Justifica tua resposta

1.3 Que idade você tem?

1.4 Qual é o teu estado civil?

1.5 Você alguma vez frequentou a escola? Caso sim, diga seu último nível.

1.6 Qual é tua principal ocupação?

1.7 Quantos membros tem o seu agregado familiar?

1.8 Você gosta de morar aqui? Justifica tua resposta.

1.9 É membro de alguma associação aqui no povoado? Caso sim qual?

1.10 Quais as motivações para fazer parte ou não de alguma associação aqui no povoado?

Seção 2: Sobre a história do surgimento do povoado de Mahoche

2.1 Você sabe sobre a história do surgimento de Mahoche? Caso sim, o que sabe?

2.1.1 Quem conta essa história?

2.1.2 Você gosta dessa história? Justifique tua resposta.

2.2. Para você quais as coisas mais importantes (s) de Mahoche? Justifica tua resposta.

2.3. Como você descreve as relações de vizinhança aqui na região ?

2.4. Como você caracteriza o cotidiano (dia a dia) de Mahoche?

2.5 Você considera que Mahoche está passando por alguma mudança? Justifica tua resposta.

Seção 3: Sobre pedreiras forma de relação dos camponeses com as pedreiras

3.1 Você sabe da existência de pedreiras aqui no povoado? Caso sim, diga quantas.

3.2 Como vocês chamam as pedreiras? Tem algum apelido?

3.3. Você sabe descrever como foi processo de instalação de pedreiras aqui no povoado? Caso saiba peço que me conte.

3.4 Você participou de algum processo de escuta e explicação antes da instalação das pedreiras aqui em Mahoche? Caso sim diga como foi mobilizado/a

3.5 Como vocês descrevem o cotidiano de Mahoche antes da chegada das pedreiras?

3.6 No espaço onde se encontram as pedreiras, no passado a comunidade usou para outro fim? Caso sim, qual, e caso não por quê?

3.7 Você considera que as pedreiras têm alguma importância para o território? Justifique a resposta.

3.8 Você consegue descrever as alterações provocadas pelas pedreiras no vosso modo de vida?

3.9 Que comparação vocês fazem do vosso modo de vida antes e depois do surgimento das pedreiras?

3.10 Como vocês se relacionam com as pedreiras?

3.11 Como vocês reagem a cada vez que passa um caminhão levantando poeira indo ou voltando das pedreiras?

3.12 Vocês conseguem recordar-se de alguma história que vos foi contada sobre Mahoche que tem influenciado vossa postura cotidiana em relação as pedreiras?

3.13 O que mudou na vossa saúde desde que às pedreiras começaram operar?

3.14 Há dias que vocês evitam sair ou fazer certas atividades por causa da poeira?

3.15 Vocês têm alguma forma de organização que não é reconhecida oficialmente?

3.16 Há mudança no vosso trabalho desde que às pedreiras chegaram?

3.17 Há algo que vocês faziam antes e agora não é mais possível por causa das pedreiras?

3.18 Há histórias que vocês contam sobre esse lugar que não está nos documentos?

APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA RECOLHA DE DADOS JUNTO AO PODER PÚBLICO RESPONSÁVEL NA GESTÃO AMBIENTAL E BENS MINEIROS

1. Desde quanto o senhor/a ocupa essa posição na instituição? (secretário do bairro)
2. Quem foi o responsável pela criação dessa estrutura? (Específica para o secretário do bairro)
3. Como você caracteriza o cotidiano (dia a dia) de Mahoche? (Específica para o secretário do bairro)
4. Você considera que Mahoche está passando por alguma mudança? Justifica tua resposta. (Específica para o secretário do bairro)
5. Qual é a história do surgimento do povoado Mahoche? (Específica para o secretário do bairro e o régulo)
6. Quem conta essa história? (Específica para o secretário do bairro e o régulo)
7. Número da população total do distrito da Moamba e do povoado em particular. (Específica para o governo distrital)
8. Qual é a principal atividade econômica de Mahoche?
9. Os moradores têm uma forma de organização?
10. Qual é a pedreira mais antiga, e em que contexto surgiu?
11. Qual é número de pedreiras existentes em Mahoche?
12. Quando iniciou o processo de exploração de pedra na região?
13. Quem são os proprietários?
14. Qual é a história do processo do início da exploração das pedreiras em Mahoche?
15. Tem estudos de impacto ambiental para autorização de abertura das pedreiras?
16. Qual foi o critério seguido para a escolha de Mahoche para instalação das pedreiras?
17. As pedreiras têm alguma responsabilidade os camponeses de Mahoche? Caso sim, quem definiu?
18. Que relação existe entre governo, pedreiras e população?
19. Vocês consideram que as pedreiras do têm alguma importância para a comunidade de Mahoche? Justifica a resposta.
20. Vocês consideram que as pedreiras do têm alguma importância para a comunidade de Mahoche? Justifica a resposta.
21. Como fazem cumprir o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado para as comunidades em torno das pedreiras em Mahoche?

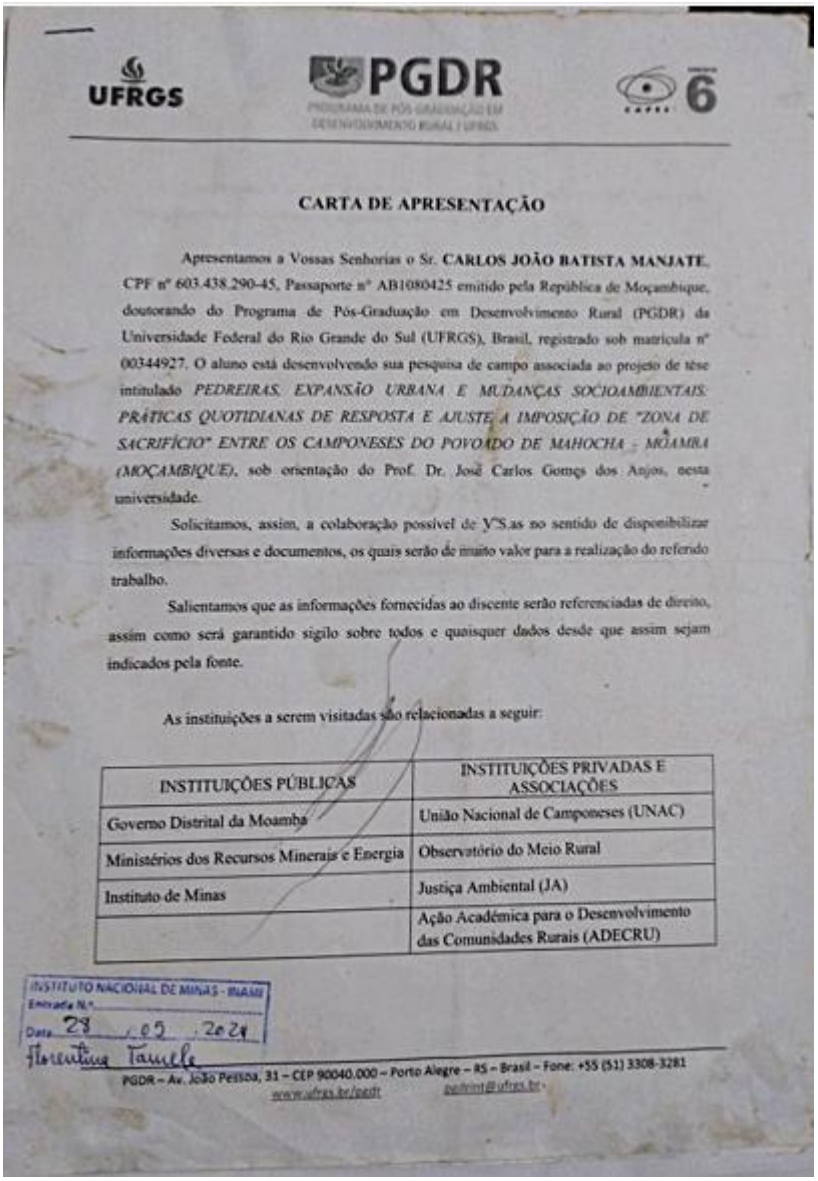
22. Vocês conseguem descrever algumas alterações provocadas pelas pedreiras no modo de vida das pessoas do povoado?
23. Como estão gerindo as manifestações dos camponeses por serviços na região?

APÊNDICE C - INSTRUMENTO PARA RECOLHA DE DADOS JUNTO AS PEDREIRAS DE MAHOCHE

1. A quanto tempo este pedreira existe?
2. Qual é história da sua instalação aqui?
3. Quantos trabalhadores tem a pedreira?
4. Qual é a origem dos trabalhadores da pedreira.
5. Qual é o critério de seleção dos trabalhadores para a pedreira?
6. Como descreve a relação da pedreira com os camponeses do povoado?
7. Como a pedreira contribui para a vida dos camponeses do povoado?
8. A pedreira considera que cria alguma mudança no modo de vida dos camponeses?
9. A pedreira considera que a forma como tem trabalhado tem respeitado os interesses dos camponeses do povoado? Justifica tua resposta
10. Como vossa pedreira faz para que sua atividade não comprometa o direito da comunidade a um ambiente ecologicamente equilibrado?
11. Qual é a opinião da pedreira sobre a poluição do ar causada aos moradores, à entrada e saída de camiões da mina?
12. A pedreira alguma vez teve algum episódio de confrontação da atividade pelos camponeses?

12.1. Caso sim, diga em que consiste e como foi solucionado.

12.2. Caso, não que explicação você tem para essa falta de confrontação pelos camponeses.



UFRGS

PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL | UFRGS

6

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Vossas Senhorias o Sr. **CARLOS JOÃO BATISTA MANJATE**, CPF nº 603.438.290-45, Passaporte nº AB1080425 emitido pela República de Moçambique, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, registrado sob matrícula nº 00344927. O aluno está desenvolvendo sua pesquisa de campo associada ao projeto de tese intitulado *PEDREIRAS, EXPANSÃO URBANA E MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS: PRÁTICAS QUOTIDIANAS DE RESPOSTA E AJUSTE A IMPOSIÇÃO DE "ZONA DE SACRIFÍCIO" ENTRE OS CAMPONESES DO POVOADO DE MAHOCHA - MOAMBA (MOÇAMBIQUE)*, sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos, nesta universidade.

Solicitamos, assim, a colaboração possível de V'S.as no sentido de disponibilizar informações diversas e documentos, os quais serão de muito valor para a realização do referido trabalho.

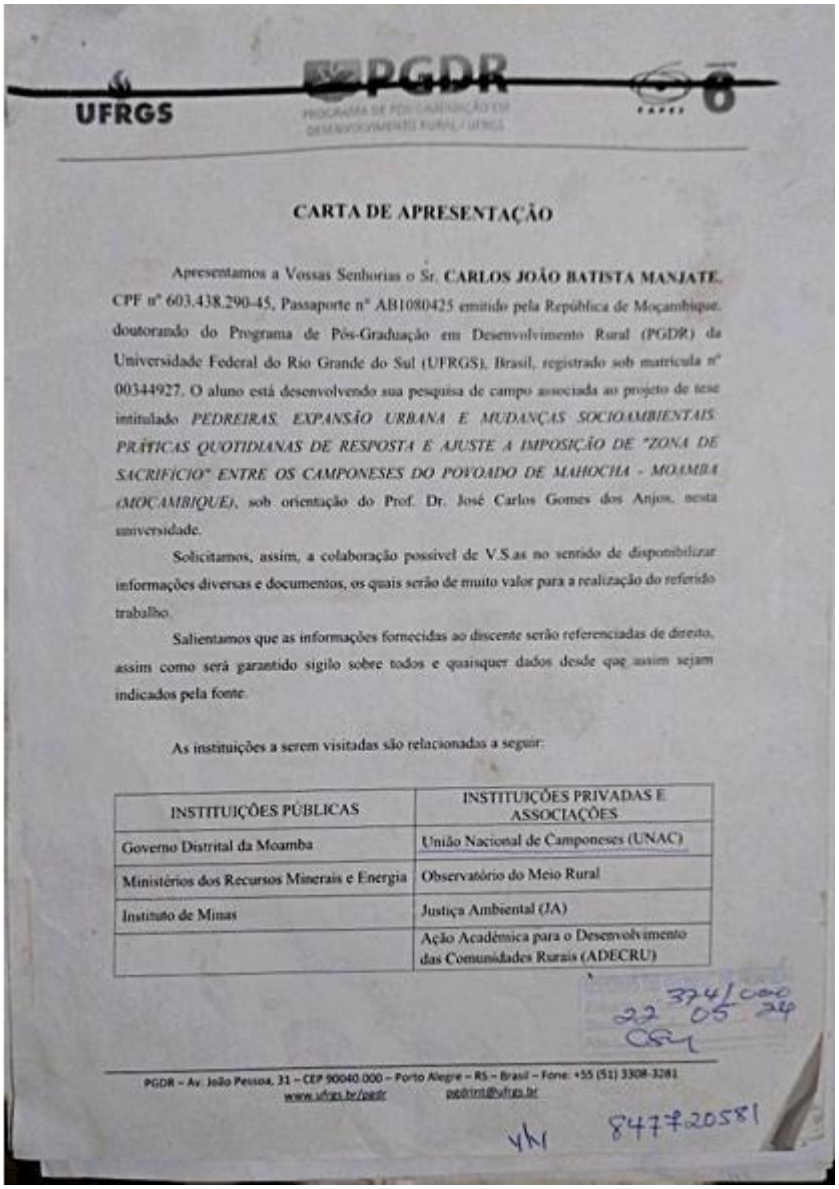
Salientamos que as informações fornecidas ao discente serão referenciadas de direito, assim como será garantido sigilo sobre todos e quaisquer dados desde que assim sejam indicados pela fonte.

As instituições a serem visitadas são relacionadas a seguir:

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES
Governo Distrital da Moamba	União Nacional de Camponeses (UNAC)
Ministérios dos Recursos Minerais e Energia	Observatório do Meio Rural
Instituto de Minas	Justiça Ambiental (JA)
	Ação Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)

INSTITUTO NACIONAL DE MINAS - INAMI
Entrada Nº.
Data 23 / 02 / 2024
Florentina Tamele

PGDR – Av. João Pessoa, 31 – CEP 90040.000 – Porto Alegre – RS – Brasil – Fone: +55 (51) 3308-3281
www.ufrgs.br/pgdr pgdrint@ufrgs.br



UFRGS

PGDR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL / UFRGS

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Vossas Senhorias o Sr. **CARLOS JOÃO BATISTA MANJATE**, CPF nº 603.438.290-45, Passaporte nº AB1080425 emitido pela República de Moçambique, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, registrado sob matrícula nº 00344927. O aluno está desenvolvendo sua pesquisa de campo associada ao projeto de tese intitulado *PEDREIRAS, EXPANSÃO URBANA E MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS. PRÁTICAS QUOTIDIANAS DE RESPOSTA E AJUSTE A IMPOSIÇÃO DE "ZONA DE SACRIFÍCIO" ENTRE OS CAMPONESES DO POVOADO DE MAHOCHA - MOAMBA (MOCAMBIQUE)*, sob orientação do Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos, nesta universidade.

Solicitamos, assim, a colaboração possível de V.S.as no sentido de disponibilizar informações diversas e documentos, os quais serão de muito valor para a realização do referido trabalho.

Salientamos que as informações fornecidas ao discente serão referenciadas de direito, assim como será garantido sigilo sobre todos e quaisquer dados desde que assim sejam indicados pela fonte.

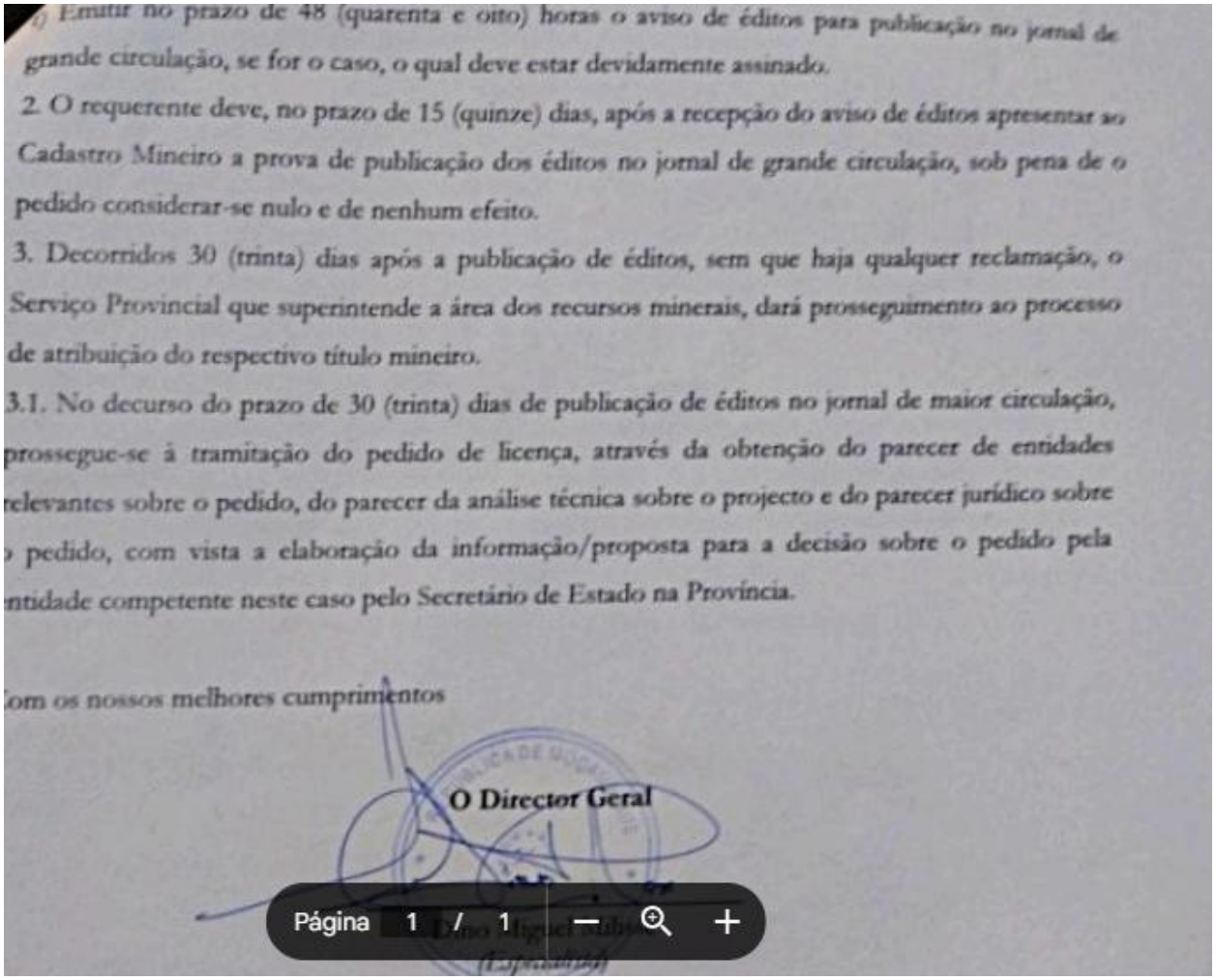
As instituições a serem visitadas são relacionadas a seguir:

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES
Governo Distrital da Moamba	União Nacional de Camponeses (UNAC)
Ministérios dos Recursos Minerais e Energia	Observatório do Meio Rural
Instituto de Minas	Justiça Ambiental (JA)
	Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU)

374/con
22 05 24

PGDR – Av. João Pessoa, 31 – CEP 90040.000 – Porto Alegre – RS – Brasil – Fone: +55 (51) 3308-3281
www.ufrgs.br/pgdr pgdrint@ufrgs.br

84772058



) Emitir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas o aviso de éditos para publicação no jornal de grande circulação, se for o caso, o qual deve estar devidamente assinado.

2. O requerente deve, no prazo de 15 (quinze) dias, após a recepção do aviso de éditos apresentar ao Cadastro Mineiro a prova de publicação dos éditos no jornal de grande circulação, sob pena de o pedido considerar-se nulo e de nenhum efeito.

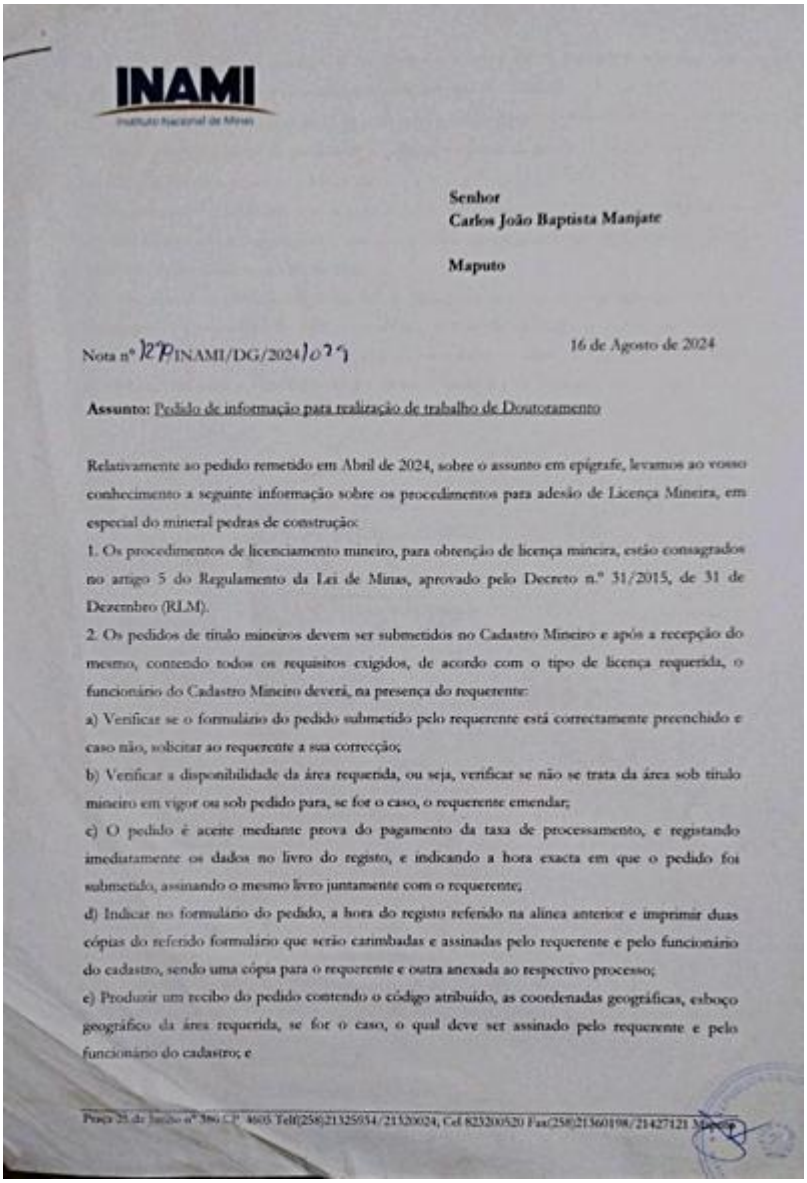
3. Decorridos 30 (trinta) dias após a publicação de éditos, sem que haja qualquer reclamação, o Serviço Provincial que superintende a área dos recursos minerais, dará prosseguimento ao processo de atribuição do respectivo título mineiro.

3.1. No decurso do prazo de 30 (trinta) dias de publicação de éditos no jornal de maior circulação, prossegue-se à tramitação do pedido de licença, através da obtenção do parecer de entidades relevantes sobre o pedido, do parecer da análise técnica sobre o projecto e do parecer jurídico sobre pedido, com vista a elaboração da informação/proposta para a decisão sobre o pedido pela ntidade competente neste caso pelo Secretário de Estado na Província.

om os nossos melhores cumprimentos

O Director Geral

Página 1 / 1



INAMI
Instituto Nacional de Minas

Senhor
Carlos João Baptista Manjate

Maputo

Nota nº [illegible]/INAMI/DG/2024/[illegible]

16 de Agosto de 2024

Assunto: Pedido de informação para realização de trabalho de Doutoramento

Relativamente ao pedido remetido em Abril de 2024, sobre o assunto em epígrafe, levamos ao vosso conhecimento a seguinte informação sobre os procedimentos para adesão de Licença Mineira, em especial do mineral pedras de construção:

1. Os procedimentos de licenciamento mineiro, para obtenção de licença mineira, estão consagrados no artigo 5 do Regulamento da Lei de Minas, aprovado pelo Decreto n.º 31/2015, de 31 de Dezembro (RLM).

2. Os pedidos de título mineiros devem ser submetidos no Cadastro Mineiro e após a recepção do mesmo, contendo todos os requisitos exigidos, de acordo com o tipo de licença requerida, o funcionário do Cadastro Mineiro deverá, na presença do requerente:

a) Verificar se o formulário do pedido submetido pelo requerente está correctamente preenchido e caso não, solicitar ao requerente a sua correcção;

b) Verificar a disponibilidade da área requerida, ou seja, verificar se não se trata da área sob título mineiro em vigor ou sob pedido para, se for o caso, o requerente emendar;

c) O pedido é aceite mediante prova do pagamento da taxa de processamento, e registando imediatamente os dados no livro do registo, e indicando a hora exacta em que o pedido foi submetido, assinando o mesmo livro juntamente com o requerente;

d) Indicar no formulário do pedido, a hora do registo referido na alínea anterior e imprimir duas cópias do referido formulário que serão carimbadas e assinadas pelo requerente e pelo funcionário do cadastro, sendo uma cópia para o requerente e outra anexada ao respectivo processo;

e) Produzir um recibo do pedido contendo o código atribuído, as coordenadas geográficas, esboço geográfico da área requerida, se for o caso, o qual deve ser assinado pelo requerente e pelo funcionário do cadastro; e

Praça 25 de Junho nº 386 C.P. 4603 Tel(258)21325934/21320024, Cel 823203520 Fax(258)21360198/21427121 Maputo